

crônos

ISSN 1982-5560

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFRN

v. 13 n°1
jan./jun. 2012

DOSSIÊ

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL
DE CIÊNCIAS SOCIAIS –
O MUNDO CONTEMPORÂNEO:
CRISES, RUPTURAS E EMERGÊNCIAS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Reitora: Ângela Maria Paiva Cruz

Vice-Reitora: Maria de Fátima Freire de Melo Ximenes

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Diretor: Herculano Ricardo Campos

Vice-Diretora: Maria das Graças Soares Rodrigues

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Coordenador: João Bosco Araújo da Costa

Vice-coordenador: Orivaldo Pimentel Lopes Jr

CRONOS

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Editores: Gilmar Santana e Orivaldo Pimentel Lopes Jr

COMISSÃO EDITORIAL

Prof. Dr. Aleksandro Galeno Araújo Dantas

Profa. Dra. Berenice Bento

Profa. Dra. Cimone Rozendo

Prof. Dr. José Willington Germano

Prof. Dr. José Antonio Spinelli Lindoso

Prof. Dr. Luiz Assunção

Profa. Dra. Norma Missae Takeuti

Prof. Dr. Orivaldo Pimentel Lopes Júnior

Organização do Dossiê: César Sanson, Cimone Rozendo, Douglas Araújo, Marcos Antonio da Silva

Diretora da EDUFRN: Margarida Maria Dias de Oliveira

Foto da Capa: Isadora Gomez – prêmio de melhor fotografia no concurso do VI, Colóquio Internacional de Ciências Sociais

Normalização: Liana Maria Nobre Teixeira

Projeto Gráfico e Editor de imagem: José Antônio Bezerra Junior

Auxiliar de Editoria: Emanuela Priscila Xavier Neves (bolsista)

A **Revista CRONOS, do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/UFRN**, é publicada em Natal – Rio Grande do Norte, com periodicidade semestral. Sua proposta é difundir a pesquisa e a reflexão acadêmicas, relevantes em Ciências Sociais, oriundas de centros de investigação qualificados do Brasil e do exterior, procurando contribuir para o processo de reflexão e debate teórico sobre as transformações fundamentais e os desafios que se processam nas sociedades contemporâneas, na ordem, tanto internacional quanto nacional, regional ou local. A cada número da revista, um dossiê temático anunciará a problemática em discussão, seguido de seções de artigos inéditos de autores inscritos num movimento pluridisciplinar e de entrevista realizada com um pensador social da atualidade.

CATALOGAÇÃO NA FONTE
Maria Lúcia Lagreca de S. Cabral

Cronos: Revista do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais da UFRN, v.1, n. 1 (jan./jun. 2000) – Natal (RN): EDUFRN – Editora da UFRN, 2000 - .

Semestral

Descrição baseada em: v. 13, n. 1 (jan./jun. 2012).

ISSN 1982-5560

1. Ciências Sociais – Periódico. 2. Movimentos sociais contemporâneos – Periódico. 3. Crises e subjetividade – Periódico. 4. Desenvolvimento e impactos sociais – Periódico.

CDU 301 (05)
CDD 300.05

CRONOS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA
Av. Senador Salgado Filho, 3000 – Lagoa Nova – CEP 59078-970
<http://periodicos.ufrn.br/index.php/cronos/login>

E-mail: cronos@cchla.ufrn.br

NATAL (RN) – BRASIL/2012

SUMÁRIO / SUMMARY

	EDITORIAL	5
DOSSIÊ VI COLÓQUIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS - O MUNDO CONTEMPORÂNEO: CRISES, RUPTURAS E EMERGÊNCIAS <i>DOSSIER VI INTERNATIONAL CONFERENCE OF SOCIAL SCIENCES - THE CONTEMPORARY WORLD: CRISIS, DISRUPTIONS AND EMERGENCIES</i>		8
<i>Cesar Sanson (UFRN), Cimone Rozendo de Souza (UFRN), Douglas Araújo (UFRN), Marcos Antônio da Silva (UFRN)</i> “E, no entanto, a terra se move” – o mundo contemporâneo: crises, permanências, rupturas e emergências <i>“And yet, the Earth moves” – The contemporary world, crisis, permanences, ruptures and emergencies</i>		9
<i>Marina Garcés (Zaragoza/ES)</i> Toma la crisis <i>Taking up the Crisis</i>		27
<i>Paulo Henrique Martins (UFPE)</i> La liberación de América Latina como sistema-mundo: impactos sobre el entendimiento del desarrollo <i>The liberation of Latin America as a world-system: impacts on the understanding of development</i>		39
<i>Cibele Maria Lima Rodrigues (ALAS)</i> Lutas sociais, capitalismo e crises: sonhos e sangue na América do Sul <i>Social struggles, capitalism and crises: dreams and blood in South America</i>		56
<i>Giuseppe Cocco</i> Nova classe média ou nova composição de classe? <i>New middle class or new social composition of labour?</i>		66
<i>João Teixeira Lopes (APS)</i> Subjetividade plural no mundo contemporâneo <i>Plural subjectivity in contemporary world</i>		81
<i>Alípio de Sousa Filho (UFRN)</i> Existência, subjetividade e reconhecimento: o roubo da vida na discriminação do outro <i>Existence, subjectivity and acknowledgement: the stealing of life in the discrimination of others</i>		90
<i>Paulo Roberto Ceccarelli (PUC/MG)</i> A mentira como organizador social <i>Lying as a social organizer</i>		99
<i>Ricardo Ojima (UFRN)</i> A vulnerabilidade socioambiental como conceito interdisciplinar: avanços e potencialidades para pensar mudanças ambientais <i>The environmental vulnerability as an interdisciplinary concept: advances and potential to think environmental changes</i>		110
<i>Julimar da Silva Gonçalves (FATERN)</i> Poéticas do rap engajado <i>Poetics of engaged rap</i>		121

	POEMAS / POEMS	137
	<i>Fragments do Poema "A lágrima de um caeté" de Nísia Floresta Brasileira Augusta</i>	138
	RESENHA / REVIEW	141
	<i>Allyson Carvalho de Araújo (UFRN)</i>	
Quando a marginalidade ganha destaque: articulações entre esporte, comunicação e cultura	142	
<i>When marginality is highlighted: linkages between sport, culture and communication</i>		
	DOSSIÊ DOS AUTORES / DOSSIER OF AUTHORS	145
	NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS / STANDARDS FOR PUBLISHING ARTICLES	152
	SUMÁRIOS ANTERIORES / PREVIOUS SUMMARIES	159
	TEMAS DOS PRÓXIMOS DOSSIÊS / THEMES OF UPCOMING DOSSIERS	172

EDITORIAL

Nesta edição da Revista Cronos oferecemos aos leitores parte dos artigos apresentados e debatidos no VI Colóquio Internacional de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), realizado de 8 a 10 de outubro de 2012, pelo departamento de Ciências Sociais na cidade de Natal. Sob o título “O mundo contemporâneo: crises, rupturas e emergências” o evento procurou interpretar e debater as mudanças de caráter econômico, político, social e cultural em curso na perspectiva de apreender as possibilidades e os desafios emergentes na sociedade mundial, considerando abordagens que procurassem apreender tanto as macro como as micro-transformações. Nesta ocasião mereceram destaque os temas que abordaram: a emergência de paradigmas capazes de interpretar a dinâmica desta nova realidade, o papel da América Latina, particularmente do Brasil nestes “sistemas mundos”, o reposicionamento dos movimentos sociais frente aos novos cenários e a construção de novas subjetividades a partir da crise dos modelos hegemônicos de ser. Os textos que compõem este dossiê representam as reflexões de intelectuais brasileiros e estrangeiros das ciências sociais e áreas afins sobre o cenário contemporâneo ainda em construção.

O artigo inicial desse dossiê “**E, no entanto, a terra se move**” - o mundo contemporâneo: crises, permanências, rupturas e emergências” de autoria de Cesar Sanson, Cimone Rozendo, Douglas Araújo e Marcos Antônio da Silva analisa a sociedade contemporânea procurando captar os sinais de crise, as rupturas e emergências nela presentes, introduzindo as temáticas dos demais artigos. No que se refere às crises, destaca que esta possui múltiplas dimensões – econômica, ecológica, trabalho e cultural, entre outras, afetando a totalidade das ações humanas e conduzindo a uma ampla ruptura, ainda em andamento, nas relações sociais e políticas, além dos paradigmas explicativos. A estas crises e rupturas, emergem novos movimentos, sociais e culturais, que apontam para outras práticas e a possibilidade, ainda incipiente, de instauração de padrões alternativos de vida social.

No artigo **Toma la crisis** a autora Marina Garces situa a crise como um instrumento discursivo de dominação que codifica as leituras que podemos fazer da realidade social e constrói lugares para que possamos nos relacionar com ela. Para a autora, estar em crise significa justamente estar iludido por uma forma particular de interpretá-la. Partindo da análise da conjuntura europeia mais recente, afirma que é necessário e urgente apreender a crise, principalmente, porque ela se apresenta como uma “experiência geral de destruição”.

No texto **La liberación de América Latina como sistema-mundo: impactos sobre el entendimiento del desarrollo** de Paulo Henrique Martins encontramos uma análise profunda sobre o papel da América Latina neste novo contexto mundial. O autor parte do pressuposto de que a América Latina é uma manifestação particular do sistema mundo, e que as transformações históricas, sociais e políticas, culturais e estéticas verificadas aqui seguem uma lógica de tempo linear produzida por configurações e padrões de desenvolvimento próprios. Sublinhando a pluralidade deste sistema mundo ou dos sistemas mundos como prefere chamar, o autor alerta para processos de desenvolvimento que manifestam diferentes configurações de poder e de modalidades de transformação das estruturas sociais.

No artigo **Lutas sociais, capitalismo e crises: sonhos e sangue na América do Sul** - Cibele Maria Lima Rodrigues apresenta um quadro panorâmico de mobilizações recentes que tem ocorrido na América do Sul. Argumenta que essas lutas sociais expressam as diversas formas de resistências aos processos de dominação e exploração que estão relacionados a padrões de hegemonia e “posicionamento” dessas sociedades no capitalismo global. O processo histórico de colonização é destacado como elemento crucial para compreender as tensões entre grupos dominantes e oprimidos. A análise tem por base uma interpretação a partir das abordagens de Gramsci, Stuart Hall, Ernesto Laclau e Lúcio Olivier.

No artigo **Nova classe média ou nova composição de classe?** de Giuseppe Cocco o autor afirma que a grande novidade da última década no Brasil e dos governos Lula e Dilma, não é a retomada do crescimento, mas a transformação da composição social. Pela primeira vez, o crescimento do PIB é acompanhado por um movimento de redução da desigualdade e a consequente mobilidade social vertical de milhões de brasileiros. Esse movimento foi inicialmente apresentado como a pujança da faixa de rendimento intermediária, a “classe C” e hoje se tornou o discurso da “nova classe média”. Desta forma, o autor procura delimitar os contornos deste debate e refletir sobre as diferentes posições e abordagens.

Com o tema **A subjetividade plural no mundo contemporâneo**, João Teixeira Lopes baseado nos prolongamentos críticos de Bernard Lahire à teoria da prática de Pierre Bourdieu, defende uma sociologia da complexidade disposicional e contextual, bem como a construção de dispositivos metodológicos capazes de captarem essa subjetividade plural emergente. Os retratos sociológicos são ilustrados através de duas pesquisas co-coordenadas pelo autor: uma sobre trajetórias de estudantes do ensino superior (de sucesso, insucesso e abandono) e outra sobre experiências femininas em cenas de música eletrônica de dança.

O artigo **Existência, subjetividade e reconhecimento: o roubo da vida na discriminação do outro** de autoria de Alípio de Sousa Filho analisa a questão do *reconhecimento* como uma experiência antropológica que está no centro da intersubjetividade humana ou da interação comunicativa, e que dá sentido pleno à nossa condição de ser humano. O artigo procura discutir a seguinte questão: sendo esta experiência o que nos une, o que permite nossos laços, vivemos em sistemas de sociedades que, paradoxalmente, e ao mesmo tempo, por diversos de seus mecanismos, instituições, relações, valores e ideologias, ameaçam ou destroem essa mesma experiência. Submetidos a esses sistemas, seres humanos são constrangidos a não se reconhecer como tais ou deixam de reconhecer a outros como humanos por concepções de humanidade ou do que é ser humano, produzidas e difundidas por estes sistemas.

Ainda no campo das subjetividades, o artigo **A mentira como organizador social** de autoria de Paulo Roberto Ceccarelli discute a questão da ilusão na obra freudiana, o estatuto da mentira como organizador social, e como ilusão e mentira se apresentam no mundo contemporâneo e, suas participações nos processos de subjetivação. Para o autor, quando a mentira toma o lugar da ilusão, a possibilidade de soluções sociais perversas torna-se uma ameaça para a manutenção do laço social.

Na discussão de Ricardo Ojima sob o título **A vulnerabilidade socioambiental como conceito interdisciplinar: avanços e potencialidades para pensar mudanças ambientais**, formula-se o termo “vulnerabilidade socioambiental” como eixo interdisciplinar expressivo

para pontuar fatores que tanto política como conceitualmente se levantam para entender o problema. Descentralizando o debate tradicionalmente assegurado aos campos acerca dos equilíbrios e desequilíbrios naturais, com suas consequências explicadas por interlocutores tidos como legítimos para tratar do assunto, todo o decorrer de sua análise atenta para as nuances internas de cada situação envolvendo um leque de agentes sociais bem mais amplo. Nele, revela-se **também** uma vulnerabilidade social diversa intimamente ligada às questões ambientais, ambos quadros que necessariamente hoje devem ser pensados de maneira interdisciplinar – esta muito mais do que um encontro de saberes, um campo onde se debruçam e dialoguem as áreas pertinentes aos problemas.

Em “A poética do rap engajado”, Julimar da Silva Gonçalves se detém sobre uma cultura jovem da periferia que revela em sua subjetividade formas criativas proliferadora de lógicas de sentido próprias para denunciar a realidade social. Nela, desenvolvem-se novas capacidades para reinventar ao mesmo tempo suas resistências nos diferentes níveis dos processos de singularização e formas de inovadoras arte.

O conjunto dos artigos apresentados aqui traz, sem dúvida, questões fundamentais não apenas para pensarmos a crise e o contexto atual, mas para refletirmos sobre as outras formas possíveis de ser e existir em um mundo em transformação. Além disto, nos ajudam a refletir sobre como as potencialidades, limites e tensões presentes nas Ciências Sociais contemporâneas.

A todos, boa leitura!

Cesar Sanson

Cimone Rozendo

Douglas Araujo

Marcos Antonio da Silva

Comissão Organizadora do

VI Colóquio Internacional de Ciências Sociais da UFRN

DOSSIÊS

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS –
O MUNDO CONTEMPORÂNEO: CRISES, RUPTURAS E EMERGÊNCIAS

“E, no entanto, a Terra se move” – O Mundo Contemporâneo: crises, permanências, rupturas e emergências

“And yet, the Earth moves” – The contemporary world:
crisis, permanences, ruptures and emergencies

Cesar Sanson – UFRN
Cimone Rozendo de Souza – UFRN
Douglas Araújo – UFRN
Marcos Antonio da Silva – UFRN

RESUMO

O artigo analisa a sociedade contemporânea procurando captar os sinais de crises, rupturas e emergências nela presentes. No que se refere às crises, destaca que esta possui múltiplas dimensões – econômica, ecológica, trabalho e cultural, entre outras, afetando a totalidade das ações humanas e conduzindo a uma ampla ruptura, ainda em andamento, nas relações sociais e políticas, além dos paradigmas explicativos. A estas crises e rupturas, emergem novos movimentos, sociais e culturais, que apontam para novas práticas e a possibilidade, ainda incipiente, de instauração de um novo padrão de vida social.

Palavras-chave: Sociedade. Crises. Emergências.

ABSTRACT

This paper examines contemporary society trying to capture the signs of crises, emergencies and disruptions within it. With regard to crises, stresses that this has multiple dimensions-economic, ecological, and cultural work, among others, affecting the totality of human actions and leading to a full rupture, still in progress in social and political relations, beyond explanatory paradigms. In these crises and breakthroughs, new movements emerge, social and cultural rights, which lead to new practices and the possibility, still nascent, the introduction of a new pattern of social life.

Keywords: Society. Crisis. Emergencies.

INTRODUÇÃO

O mundo contemporâneo assiste a mudanças profundas e substanciais. Configura-se uma etapa nova na sociedade mundial caracterizada pela evolução das forças produtivas, crescente integração dos mercados financeiros, erosão do Estado-Nação, fragilização do lugar da política, reestruturação do mundo do trabalho, redefinição do papel das instituições, novas formas de desenvolvimento das lutas políticas, entre outros aspectos. Este processo denominado comumente de globalização, entretanto, não se resume a mudanças estruturais de caráter socioeconômico e político. Essa transformação é acompanhada, sustentada e articulada por uma grande transformação ético-cultural e pela emergência de pensamento pós-colonial e novos paradigmas emancipatórios. Noções, conceitos, categorias e interpretações são subvertidas. As formas de vida coletiva existentes até hoje parecem, rapidamente, se esgotar.

Neste cenário está se forjando uma nova economia, novas formas de interação social, um novo mundo do trabalho, uma nova cultura, um novo tipo de indivíduo. Essas transformações em curso na sociedade mundial e o seu significado assumem diversas denominações na análise sociológica e política: sociedade pós-industrial, pós-fordista (LAZZARATO; NEGRI, 2001; NEGRI; HARDT, 2005; VIRNO, 2002; RULLANI; ROMANO, 1998), capitalismo cognitivo (VERCELLONE, 2005; COCCO; GALVÃO; SILVA, 2003), sociedade do conhecimento (GORZ, 2005), sociedade informacional (CASTELLS, 1999; LOJKINE, 1999), era do acesso (RIFKIN, 2005), segunda modernidade (GIDDENS, 2002), pós-social (TOURAINÉ, 2006), pós-modernidade (HARVEY, 1992), novo capitalismo (SENNETT, 2006), modernidade líquida (BAUMAN, 2001), hipermodernidade (LIPOVETSKY; CHARLES, 2004), sociedade do risco (BECK, 2010) e transição pós-moderna (SANTOS, 1995) são alguns conceitos, entre outros, que não expressam necessariamente uma oposição entre si, mas, antes de tudo, formas próximas para dar conta do conteúdo de um mesmo acontecimento: o enfraquecimento do paradigma da sociedade industrial ou da modernidade.

A formulação de Gramsci (2001) pensada na efervescência das lutas operárias “de que o velho está morrendo e o novo ainda não nasceu” presta-se ao tempo que vivemos, ou seja, a percepção de que as rupturas em curso manifestam que o velho mundo – a primeira modernidade – está morrendo, porém o novo ainda não nasceu. O mundo está diante de rupturas estruturais e não apenas conjunturais. Essas rupturas manifestam-se na economia via hegemonia do capital financeiro, no enfraquecimento do modelo político consolidado no pós-guerra, na crise ecológica anunciada pela radicalidade das mudanças climáticas, nas mudanças estruturantes do mundo do trabalho fordista, nas relações sociais que prenunciam novas formas de interação e do viver coletivamente e, mais recentemente, na crise do modelo neoliberal em seu centro.

Os novos tempos, entretanto, não são apenas de rupturas, mas também de emergências que se já se encontram no bojo dessas mesmas crises: a emergência de novos paradigmas emancipatórios e de novas práticas políticas.

O presente artigo procura apresentar uma breve síntese do caráter das crises e rupturas em curso, sem a pretensão de esgotar o tema, e anunciar os contornos das emergências já presentes na trama societária. Para tanto, estrutura-se da seguinte forma. Em primeiro lugar, apresenta as múltiplas dimensões da crise global, discutindo sua natureza, forma e os desafios

que emergem em diversos planos de compreensão e intervenção na mesma. Em seguida, apresentamos alguns elementos que permitem a constatação das emergências, discutindo seus limites e potencialidades.

CRISES E RUPTURAS: UM OLHAR SOBRE AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES DA CRISE GLOBAL

Como afirmamos anteriormente, a crise contemporânea apresenta, além de certo grau de dramaticidade, diferentes planos que afetam sua compreensão e podem ofuscar suas consequências. Os aspectos fundamentais, ainda que não todos, podem ser constatados nas seguintes dimensões.

CRISE ECONÔMICA: PULVERIZAÇÃO DA DICOTOMIA ENTRE CAPITAL PRODUTIVO *VERSUS* CAPITAL FINANCEIRO

O mundo está confrontado com uma das maiores crises que o capitalismo já assistiu. As análises, interpretações e diagnósticos sobre a crise econômica mundial a caracterizam via de regra, como uma crise cíclico-sistêmica, isto é, por um lado, as crises não são fenômenos estranhos ao capitalismo, mas uma de suas características fundamentais como afirmava Marx; por outro lado, em alguns momentos, essas crises cíclicas assumem um caráter sistêmico, ou seja, contaminam o conjunto da economia global e atingem indistintamente o capital financeiro e produtivo. O caráter cíclico-sistêmico da atual crise estaria associado, em grande medida, as consequências da aplicação do receituário neoliberal. A excessiva liberalização das finanças, livre de qualquer regulamentação, desgarrada do capital produtivo – o dinheiro que gera dinheiro do nada, descolado da matriz produtiva – estaria na gênese da crise.

Nossa interpretação não vai nessa linha de raciocínio. Consideramos que a crise econômica em curso anuncia uma ruptura mais profunda. A metodologia sugerida por Marx – a exigência do método dialético de que a teoria deve ser modelada segundo os contornos da realidade abordada – contribui para desvendar a essência da ruptura que essa crise manifesta.

Distintamente das análises apresentadas comumente, afirmamos na esteira dos autores Roggero (2009), Vercellone (2009), Fumaggali (2009), Marazzi (2010) de que a crise atual questiona a dicotomia entre a economia real e a economia virtual, promovendo uma financeirização:

O que a crise estourou completamente foi a dicotomia – ainda cara a muitas esquerdas – de economia real *versus* economia financeira. Hoje nossas vidas estão inteiramente no processo de financeirização: quando usamos o cartão de crédito ou o cheque especial, quando recorremos a empréstimos para ter acesso a necessidades fundamentais (casa, formação, mobilidade, e principalmente a saúde), quando uma parte dos salários é paga em *stock option* (ações) ou as pensões se tornam fundos de investimentos (ROGGERO, 2009, p. 05).

Desta forma, a financeirização inseriu-se em, praticamente, toda economia cotidiana redefinindo os ciclos de expansão e crise, superando seu caráter estrutural das análises clássicas, pois:

para a economia clássica e moderna, a financeirização e a crise intervinham no final do ciclo, após a expansão da economia real ligada à afirmação de um modelo produtivo. Hoje, a financeirização não só recobre o ciclo econômico inteiro, mas põe em discussão a própria categoria de ciclo. Logo, a crise, longe de estar confinada a uma fase descendente do ciclo e de preparar uma nova expansão, tornando-se impulsionadora de uma dinâmica de crescimento, não é mais somente um dado estrutural do desenvolvimento capitalista, mas torna-se seu elemento permanente e insuperável (ROGGERO, 2009, p. 05).

O mesmo afirma Vercellone (2009, p. 14): “A crise não é de desregulação [...] sou resolutamente crítico em face da tese dominante, segundo a qual a crise atual seria uma crise de origem financeira que só teria afetado num segundo tempo a economia dita real”. Segundo o economista, o erro de análise inspira-se numa concepção autenticamente keynesiana, ou marxo-keynesiana. Para esta análise, o sentido e a profundidade da crise atual se encontrariam no conflito entre a vocação rentável do capitalismo financeiro e o ‘bom’ capitalismo produtivo, portador, este, de uma lógica de acumulação favorável ao crescimento da produção e do emprego. A relação entre capital produtivo *versus* capital financeiro já não existe mais, afirma Vercellone (2009, p. 14), pois: “insistir nas finanças como se tratasse de um poder autônomo quase absoluto, tende a fazer esquecer a compenetração entre capital financeiro e capital produtivo e as outras causas socioeconômicas que estão na origem da crise sistêmica do capitalismo contemporâneo”.

Ou seja, o que precisa ser compreendido, neste momento, é que a financeirização não é mais um processo externo à produção. Constitui-se, ao contrário, sua forma econômica real, com impacto em toda a dinâmica econômica, conforme aponta Fumaggali (2009, p. 41):

atualmente os mercados financeiros são o coração pulsante do capitalismo cognitivo. Eles financiam a atividade da acumulação: a liquidez atraída para os mercados financeiros recompensa a reestruturação da produção que visa à exploração do conhecimento e ao controle de espaços externos aos negócios tradicionais.

Nesse sentido, a financeirização – longe de contrapor-se à economia real – é a forma da economia capitalista apta para exercer o comando sobre o capitalismo produtivo no mundo contemporâneo e para a compreensão de uma das dimensões de sua crise.

Ao mesmo tempo, a crise econômica não é apenas de macro teoria, é também de natureza ética. Todo sistema histórico de organização da sociedade necessita de uma base de legitimação moral. Com a crise rompeu-se a ética de um sistema fundado em valores que decorrem da máxima “vícios privados, benefícios públicos”, ou seja, a ideia de Bernard de Mandeville, de que a sorte dos demais é, em última instância, uma manifestação do nosso amor-próprio, do nosso auto-interesse. A tese do egoísmo como virtude exposta por Smith

(2001) ao destacar que a busca compulsiva do próprio interesse conspiraria para a elevação do bem-estar da sociedade falhou. A cobiça desmedida dos agentes financeiros desatou a crise. *Wall Street* desmoralizou-se, não apenas em função dos prejuízos brutais, mas também porque os fundamentos do sistema auto-regulado se demonstraram-se ineficientes. O evangelho do mercado: reduzir o Estado, quebrar a coluna dos sindicatos, cortar os gastos sociais, desregular o mercado financeiro e abrir as comportas para o livre fluxo de bens e serviços transformou-se num rotundo fracasso.

Tal prática baseia-se numa filosofia moral, de corte utilitarista que, fundamentada no empirismo positivista e numa perspectiva da ética como produto da vocação egoísta do ser humano que, como aponta Caillé, *apud* Martins (2012, p. 69):

[...] calificamos como utilitarista toda doutrina que repousa sobre la afirmación de que los sujetos humanos son regidos por la lógica egoísta del cálculo de los placeres y penas, o aún, por el mero interés, y que es deseable que sea así pues no existe outro fundamento posible para las normas éticas distinto a la ley de la felicidad de los individuos o de las colectividades de individuos¹.

Nesta perspectiva assistiu-se ao retorno do protagonismo do Estado que havia sido colocado de lado. Tem-se aqui uma emergência na linha do que preconiza esse artigo. O impensável aconteceu: o Estado deixou de ser o problema para voltar a ser a solução. Na realidade o Estado se tornou a tábua de salvação do capitalismo – assistiu-se desde 2007 na Europa e na América um derrame de dinheiro público para salvar bancos e fábricas. O dinheiro que nunca se tem para aplicar na redução da pobreza e da desigualdade no mundo apareceu para resgatar os interesses dos mais poderosos.

A crise econômica anunciou também o fim do unilateralismo e a possibilidade de um mundo multipolar. Ao longo do século XX, o poder global caracterizou-se pela bipolaridade, principalmente no pós-guerra, quando os Estados Unidos e a antiga URSS exerceram a hegemonia sobre o destino de centenas de países. Com a fragmentação e a derrocada do socialismo estatal, os EUA triunfaram soberanamente no mundo nos últimos anos do século XX, que posteriormente, transformou-se na “Pax Americana” e seus corolários mais evidentes, o unilateralismo e o ataque preventivo como aponta Ikenberry (2002/2003) e inclusive com análises ufanistas que proclamavam o “fim da história” como em Fukuyama (1992). Entretanto, a profunda crise que tomou conta do mundo desordenou os prognósticos sobre a geopolítica mundial e sobre a construção histórica que permanece em aberto. Ainda é cedo para saber se o mundo sairá da crise com uma distribuição compartilhada do poder. De qualquer forma, o unilateralismo americano vem gradativamente perdendo força. A crise financeira certamente contribuirá para a perda relativa do poderio americano. Desta forma, parece cada vez mais evidente que, no século XXI, a China, entre outras forças emergentes, jogará um papel cada vez mais decisivo nos mercados financeiros internacionais, considerando-se que parte dos recursos aportados no salvamento das instituições financeiras é sua propriedade (LYRIO, 2010; ALTEMANI, 2012).

¹ Como aponta Martins (2012), a crítica a tal perspectiva tem sido impulsionada pelo Movimento Anti-utilitarista em Ciências Sociais (M.A.U.S.S.) e pode ser contestada pela noção de Dom (e Dádiva), presente na obra de M. Mauss, visto como um modelo triádico da ação social que implica em doação, recepção e retribuição como outro mecanismo possível para pensarmos a troca (material ou simbólica) nas sociedades.

A CRISE ECOLÓGICA COMO RESULTADO DA CRISE DE UM PROJETO CIVILIZATÓRIO

Dentre as rupturas em curso uma das maiores, senão a maior, é a crise ecológica. O planeta Terra dá sinais cada vez mais reiterados e evidentes de esgotamento. Os sistemas físicos e biológicos alteram-se rapidamente como nunca antes aconteceu na história da civilização humana. Desde o relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) de fevereiro de 2007, já não há mais contestação de que o responsável pela evolução acelerada da tragédia ambiental é a ação antropogênica sobre a Terra. À época, o informe dos pesquisadores e cientistas foi categórico e não deixou espaço para dúvidas ao afirmar de forma contundente – o relatório utilizou a expressão “inequívoca” – que o aquecimento global se deve à intervenção humana sobre o planeta.

Destaque-se que para muitos, as previsões do IPCC já estão defasadas. O quadro hoje seria pior do que o alardeado pelos cientistas no relatório de 2007. Estudo² apresentado por pesquisadores afirma que alguns limites planetários já foram ultrapassados. Segundo o estudo três dos limites já foram transgredidos: os do aquecimento global, a extinção de espécies e o ciclo do nitrogênio. Outros quatro estão próximos: uso da água doce, conversão de florestas em plantações, acidificação dos oceanos e ciclo do fósforo. Os outros dois são a contaminação química e a carga de aerossóis na atmosfera.

Associada à crise ecológica, encontra a crise energética. A civilização moderna é insaciável por energia. A voracidade por energia está associada aos padrões sempre crescentes de produção e consumo. A energia impostou-se no centro do desenvolvimento neste início do século XXI. Não há país no mundo hoje que não esteja às voltas com a questão energética, que tem hoje o potencial de estrangular qualquer economia. O mundo necessita sempre mais de petróleo, carvão, gás, eletricidade, energia nuclear e agora biocombustíveis. As matrizes energéticas, via de regra, se produzem a partir de uma lógica concentrada e concentradora, além de refém do gigantismo – basta pensar aqui nas gigantescas estruturas para extração e refino de petróleo, nas hidrelétricas e usinas nucleares (RIFKIN, 2003).

As matrizes energéticas centralizadoras, poluidoras e devastadoras do meio ambiente – tributárias da sociedade industrial –, apresentam enorme ameaças a biodiversidade e perigos à civilização humana, particularmente no caso da energia nuclear.

Estas situações representam a expressão material do que se convencionou, atualmente, como crise ambiental. Para muitos autores como Santos, 2000; Leff, 2000; e Touraine, 1999; a crise ambiental tem dimensões mais profundas: ela resulta do esgotamento do projeto civilizatório da modernidade. A concepção clássica de modernidade, segundo Touraine (1999)

² O estudo foi coordenado por Johan Rockström, da Universidade de Estocolmo, e outros 28 cientistas de Universidades e Institutos europeus, norte-americanos e australianos e publicado no sítio www.stockholmresilience.org/planetary-boundaries. Fonte: *El País*, 4-10-2009.

é ao mesmo tempo filosófica e econômica e se define pelo triunfo da razão, pelas ideias de libertação e revolução. No entanto, a modernidade mais procurou ordenar, regular do que pôr a sociedade em movimento. Isto ocorreu porque o encontro da modernidade com as teorias liberais, ou seja, a face econômica deste projeto, que se expressou com o capitalismo, acabou suprimindo os ideais emancipatórios. Portanto, para o autor “a força libertadora da modernidade enfraquece à medida que ela mesmo triunfa” (TOURAINÉ, 1999, p. 99). Em sentido análogo, Leff (2001) afirma que o projeto de modernidade tem uma dívida para com a humanidade, uma “dívida da razão”:

É uma dívida que quis libertar o homem e os povos da ignorância mitificadora, das cadeias da escassez, e que acabou ocultando seus intuítos, impondo uma razão que escraviza, sujeitando a razão às normas da racionalidade econômico-tecnológica e aos efeitos da racionalização gerada pela razão do poder. Este movimento da razão certamente nos legou o conhecimento científico, o pensamento crítico, a liberdade e a democracia; mas também nos legou uma razão cegante do mundo (a mão invisível, as leis cegas do mercado) que nos aterram porque em sua invisibilidade burlam e iludem a razão. A meta iluminista da modernidade e a emancipação do homem convertem-se em alienação [...] (LEFF, 2001, p. 40-41).

Para Touraine (1999) o esgotamento do projeto de modernidade transforma-se em sentimento angustiante, do sem sentido, de uma ação que não aceita outros critérios que os da racionalidade instrumental. Ao mesmo tempo em que se observa os limites desta racionalidade. A racionalidade moderna propalada, na sua expressão capitalista acabou criando tantas irracionalidades que colocou em xeque sua própria base de reprodução, o meio ambiente. Nas palavras de Santos (2000) uma razão irracional que se comprometeu para poder se reproduzir. Processo evidenciado também por Leff (2000a) usando uma citação de Marcuse:

No desenvolvimento da racionalidade capitalista, a irracionalidade converte-se em razão: razão como desenvolvimento desenfreado da produtividade, conquista da natureza, aumento da quantidade de bens; mas irracional porque o incremento da produtividade, do domínio da natureza e da riqueza social, convertem-se em forças destrutivas (*apud* LEFF, 2000a, p. 237).

Assim para Leff (2000a) a crise ambiental não é apenas o reflexo do esgotamento de um modo de produção; ela revela, sobretudo, a decadência de um projeto civilizatório, o da modernidade e do seu estilo de desenvolvimento. “A degradação ambiental manifesta-se assim, como um sintoma de uma crise de civilização, em que o desenvolvimento de tecnologia predomina sobre a natureza” (LEFF, 2001, p. 17), em que esta mesma natureza é também elemento da reprodução do Capital; modelo que converteu a própria ciência em força produtiva na concepção de Santos (2000). Crise que se expressa na negação da diversidade cultural e étnica, assimilando toda a diferença em sua hegemonia homogênea, na desterritorialização das localidades, na criação do tempo e da falta de tempo, enfim, na unidimensionalização

das possibilidades da vida humana. Uma era de vazio, num mundo sem substância, sem referência, de significados oprimidos no qual os sentidos da vida se evaporaram (LEFF, 2000),

Apesar da constatação da crise do projeto de modernidade, tanto Touraine, quanto Leff (2000 e 2001) e Santos (2000) observam esse momento, como uma possibilidade criadora. Para Leff, a crise ambiental é capaz de assumir o protagonismo no enfrentamento da modernidade. O autor afirma que “la complejidad ambiental se está configurando en el tránsito hacia el tercer milenio, desde la modernidad truncada hacia una posmodernidad indefinida, para construir una nueva racionalidad, capaz de resignificar y abrir los cauces de la história” (LEFF, 1994 *apud* LEFF, 2000, p. 67).

As divergências entre os autores no que se relaciona a crise da modernidade se assentam nas formas de condução deste novo momento. Para Santos, esta crise apresenta uma possibilidade de transição, que deverá ser buscada sem conservar as raízes do projeto moderno, uma transição que considere a possibilidade da existência de outros mundos, de outros modos científicos de apreensão das formas de organização social que estão se gestando. O ponto de partida para essa reconstrução, no que Leff também concorda, é crise ambiental. Para Santos (2000, p. 43): “No final do século a única utopia realista é a utopia ecológica e democrática, porque se assenta num princípio de realidade que é crescentemente partilhado e que por isso tem a virtualidade de construir ideias hegemônicas [...]”.

Para Touraine e Leff esta transformação se dá no âmbito da própria modernidade. Por isto Touraine defende a ampliação desta noção. Para ele, o projeto moderno não pode ser apenas entendido no âmbito da racionalização técnica, da qual ele mesmo é crítico. Tal ampliação resultaria no que o autor denominou de modernidade reflexiva, o que implica em apreender a modernidade em seu aspecto positivo, naquilo que ela possui de inovador, ou seja, reabilitar o seu caráter emancipatório através da junção da racionalização e subjetivação³. Esse alargamento de sentido ou essa reflexividade somente ocorreria através do renascimento do sujeito; concebido pelo autor como movimento social. Nestas circunstâncias, a defesa da democracia torna-se fundamental para Touraine a media que se constitui como estratégia para o reencantamento do mundo, como política de resistência à razão instrumental.

CRISE DO FORDISMO: ALTERAÇÃO DO PADRÃO ORGANIZACIONAL-TECNOLÓGICO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

A ruptura com a sociedade industrial, provocada pela reorganização das forças produtivas, a erosão do Estado-Nação e o seu (re)direcionamento para desfazer o contrato do bem-estar social, estão na origem da nova Divisão Internacional do Trabalho (DIT) e engendram três “novas” categorias de trabalhadores: os integrados, os semi-integrados e os excluídos. No primeiro grupo, estão os trabalhadores vinculados aos circuitos das redes mundiais de produção – bem pagos, porém em número cada vez mais reduzido; no segundo grupo, estão aqueles que se encontram em situação de ‘risco’ – os que trabalham

³ Para Touraine esta subjetivação é um movimento cultural tanto quanto a própria racionalização.

precariamente de forma intermitente; e, no terceiro grupo, estão os excluídos – aqueles que estão fora da sociedade salarial, situam-se no mercado informal e descobertos de qualquer rede de proteção social, a não ser as políticas assistencialistas de mitigação da miséria – os “inúteis para o mundo” de que fala Castel (1998).

Note-se, porém, que essas categorias convivem nos espaços infra-regionais, mesmo naqueles do capitalismo avançado, como também em espaços do capitalismo tardio, ou seja, por um lado é comum, hoje, encontrar trabalhadores pobres na América do Norte e na Europa, como também é comum encontrar trabalhadores altamente qualificados, nos países emergentes, integrados às redes mundiais de produção – basta pensar aqui nas montadoras tributárias da Revolução Tecnológica ou nos polos avançados de pesquisa na área da informática. A realidade convencional, porém, é que os trabalhadores do Sul são efetivamente mais pobres do que os trabalhadores do Norte e, na nova Divisão Internacional do Trabalho, cabe-lhes o pior lugar. Por isso, milhares deles, do Sul, tentam ascender ao inclusivo mundo do trabalho do Norte, que já foi melhor, mas que ainda provisiona, a sua classe trabalhadora, uma importante rede de proteção social.

Uma das alavancas, que está na base da nova Divisão Internacional do Trabalho, tem a ver com reorganização das forças produtivas – a Revolução Tecnológica para uns, ou Revolução Informacional para outros.

Assiste-se a uma revolução das forças produtivas comparável à mesma envergadura produzida pela Revolução Industrial. Mudanças profundas que alteram significativamente o modo produtivo e desorganizam o mundo do trabalho que se conhece. A introdução de novas máquinas-ferramentas, com mais recursos, incorporando tecnologia informacional, é a novidade da Revolução Tecnológica. Sob a perspectiva do processo produtivo, essa revolução assume um caráter profundamente transformador. O caráter inovador da Revolução Tecnológica/Informacional reside no fato de que ela supera o tratamento que era dado à informação pela Revolução Industrial anterior. As Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (NTIC) agem diretamente sobre a informação e “não são apenas informações de que dispomos para agir sobre a tecnologia, como foram os casos das revoluções tecnológicas anteriores [...] e permitem a possibilidade de estruturar o não estruturado, de criar interação” (CASTELLS, 1999, p. 78).

Nas revoluções anteriores, o conhecimento esgotava-se no invento propriamente dito. As pessoas aprendiam e assimilavam o uso dessas tecnologias, usando-as. Nesta revolução, o conhecimento é utilizado para gerar mais conhecimento, num processo cumulativo sem fim. Aprende-se a tecnologia, fazendo: “O conhecimento [nesta revolução] não é simplesmente uma ferramenta a ser aplicada, mas um processo a ser desenvolvido. Não há passividade diante da máquina e sim integração, interação” (CASTELLS, 1999, p. 51). O que está na origem da sociedade pós-industrial, portanto, é a introdução de novas tecnologias. Para usar uma expressão de Marx, a *differentia specifica* dessa sociedade, particularmente da reorganização do trabalho, é o aporte de tecnologias inovadoras.

A Revolução Tecnológica transformou o processo produtivo e o trabalho. Na sociedade industrial, o trabalho insere-se na esfera da reprodução, dispensa o conhecimento, está preconcebido e atende a um padrão tecnológico e organizacional estruturado de antemão. As tarefas são rotineiras, repetitivas, e podem ser pré-codificadas e programadas para que as

máquinas as executem. Na sociedade industrial, o trabalho mais homogêneo corresponde ao dispêndio de energia, esforço muscular, adequado à “especificidade das tecnologias mecânicas – e das formas de divisão e de organização do trabalho que caracterizaram seu uso – repousa sobre a especialização da máquina e, portanto sobre a heterogeneidade das máquinas” (CORSANI, 2003, p. 21). A relação homem/máquina é despojada de qualquer enriquecimento. Trata-se de uma relação racionalizada por procedimentos que manifestam uma interação mecanicista. O saber operário não é reconhecido, ou apenas parcialmente, por encontrar-se circunscrito nos padrões pré-estabelecidos pela máquina. Há um limite interposto que é o ‘saber morto’ objetivado na máquina, que bloqueia a possibilidade do ‘saber vivo’ do operário. A máquina é especializada e “sua função e seu uso são predeterminados segundo a natureza dos conhecimentos que incorpora. Diante dessa máquina, o trabalho, separado do conhecimento, esvazia-se de qualquer especificidade singular” (CORSANI, 2003, p. 21). Ao trabalhador não é exigido acréscimo de conhecimento ao processo produtivo, uma vez que “a máquina, enquanto cristalização do saber, enquanto trabalho morto impõe sua lei de funcionamento ao trabalho vivo” (CORSANI, 2003, p. 21).

Agora, com a introdução das Novas Tecnologias da Comunicação e Informação, as mudanças são significativas. Cada vez mais a valorização do trabalho repousa sobre o conhecimento, sobre a capacidade de interação com a máquina, superando a mera subordinação. Trata-se do que se denomina de “sistema de produção de conhecimentos por conhecimentos” (CORSANI, 2003). Na nova forma de se organizar o trabalho e ativá-lo, busca-se a reconquista da parte do trabalho vivo que o desenvolvimento histórico do capitalismo tentou aniquilar. Ao capital da sociedade pós-industrial interessa a mercadoria do corpo não apenas como unidade biológica, mas como corporalidade social, ou seja, aquilo que ele reúne em si, como parte integrante de uma capacidade produtiva maior, que se reúne no *intellectu general* – o cérebro social de que fala Marx. São o conhecimento, a competência linguística, a cooperação singular, que agregam valor ao processo produtivo, ou seja, recursos imateriais (NEGRI; HARDT, 2005).

Em síntese, a sociedade industrial, taylorista-fordista, mobilizou massas enormes de trabalhadores e os empurrou para uma divisão técnica do trabalho que lhes reservava tarefas simples e repetitivas. O operário fordista é duplamente massificado: pela reincidência diuturna a que é submetido, num processo produtivo estandardizado, e pela negação de suas características pessoais, subjetivas.

Essa sociedade, entretanto, está em reviravolta. Embora ainda homogênea, a essência da sua forma de organizar a produção é empurrada cada vez mais para a periferia do núcleo propulsor do novo capitalismo. A principal fonte do valor reside agora na criatividade, na polivalência e na força de invenção dos assalariados e não apenas no capital fixo, a maquinaria. A capacidade de interação, de iniciativa, de disponibilidade, de ativação, é requerente no modo de ser no trabalho das empresas. O *plus* do trabalhador, ativado por seus recursos imateriais, é considerado central no novo modo produtivo e essencial na organização da força de trabalho (VIRNO, 2002).

Temos aqui, portanto, uma primeira mudança substancial no mundo do trabalho. Agora, o capitalismo produtivo exige sempre e cada vez mais uma mão de obra altamente qualificada, capaz de agregar conhecimento ao processo produtivo, na perspectiva do aumento

produtividade, condição indispensável num mercado altamente competitivo. Situam-se, nessa condição, os trabalhadores que denominamos de “integrados”, ou seja, trabalham em nichos produtivos de alta tecnologia. São bem pagos, porém em número reduzido, quando comparados aos que se situam na condição de “semi-integrados” e “excluídos”.

No contexto da reorganização das forças produtivas, e acrescida à anterior, percebem-se outras mudanças substanciais em curso: trata-se do fato de que, com a Revolução Tecnológica/ Informacional, o capital produtivo concentra-se cada vez mais, requer menos mão de obra, elimina postos de trabalho do setor de ponta do capitalismo, o industrial, e altera a estrutura ocupacional. Ao contrário da Revolução Industrial, que incorporou maciçamente mão de obra, essa vem eliminando postos de trabalho, principalmente de transformação – secundário. A Revolução Tecnológica/ Informacional não requer mais o trabalho de todas as pessoas e de todo o trabalho das pessoas. Ela se faz na dispensa de trabalho, pois as inovações tecnológicas cada vez mais vão ocupando o lugar das pessoas. Afirma Castells (1999, p. 237): “O contrato social estabelecido no pós-guerra e sua política do pleno emprego encontram-se em declínio. O que muda substancialmente, a partir da Revolução Informacional, é a estrutura ocupacional”. Castells examina a evolução do mercado de trabalho dos principais países capitalistas que constituem o cerne da economia global, os chamados países do G-7, e destaca que, em todos eles, há uma redução do emprego industrial. Nota-se uma redução do quadro funcional, mantendo os empregos altamente qualificados indispensáveis por um lado, e por outro, subcontratação de parte do trabalho menos qualificado associado à utilização de mão de obra temporária.

Nesse contexto de incorporação de novas tecnologias, maximização da produtividade e redução de custos, muitas empresas realizam dois processos: por um lado, instalam plantas industriais em países em que os custos de mão de obra são mais baratos e, por outro, transferem parte do processo produtivo, particularmente a montagem, para esses mesmo países – maquiladoras. Outra mudança que se observa, advinda da Revolução Tecnológica, é a crescente concentração do capital produtivo. Observa-se que, cada vez mais, um reduzido número de grandes corporações gradativamente estende seus tentáculos sobre o mercado. Nos diferentes ramos produtivos, há um processo contínuo de aquisições e fusões. Sobrevivem apenas as denominadas *global players*, ou seja, empresas altamente competitivas com consequências severas para o mundo do trabalho.

O agressivo ataque dos interesses econômicos ao mundo do trabalho é outro fator que reconfigura a realidade do mundo do trabalho. Assiste-se, nas últimas décadas, a uma ofensiva do capital frente ao trabalho, que se manifesta no trinômio flexibilização, terceirização e precarização. A ordem do capital é desregulamentar. Estar-se-ia diante de uma vingança do capital após a conquista do Estado de bem-estar social. Livre das amarras da luta que se travou na arena pública, o capital retomou e deslocou o debate para a arena privada, ou seja, de agora em diante, é o mercado que define as regras do jogo. Nessa perspectiva, as relações de trabalho fazem-se sempre e cada vez mais num processo de relações institucionais de individualização, no qual os atores do trabalho se veem enfraquecidos, vide os sindicatos. Essa realidade manifesta-se através da alteração das normas que ajustam as condições contratuais – o contrato de trabalho. As empresas passam a contar com uma legislação que permite ajustar sua produção, emprego, salário e condições de trabalho ante as flutuações da economia, das inovações tecnológicas e, com outros fatores, tais como a sua estratégia de mercado.

Observa-se um processo de desregulamentação de direitos, que compreende as iniciativas de eliminação de leis ou outras formas de direitos, instituídos nos contratos coletivos, que regulam as condições e as relações de trabalho. Trata-se da eliminação, diminuição ou flexibilização dos direitos existentes. O ataque à 'normatização' do trabalho é mundial e está relacionado à nova ordem econômica internacional de corte neoliberal (ANTUNES, 2011).

A perda de força do Estado, na regulação das regras a serem acatadas pelo capital, é proporcionalmente relacionada à emergência do capital financeiro. O capital produtivo, com o aumento exponencial da produtividade, desobrigou-se de aumentar suas plantas industriais e, parte importante dos recursos acumulados, que anteriormente destinavam-se ao pagamento de salários, migraram para o mercado financeiro. A essência do neoliberalismo reside aí, na crescente força do mercado financeiro, que gradativamente promove uma ruptura entre o econômico e social. A mundialização dos mercados financeiros, articulada com o progresso das técnicas de informação, passa a assegurar uma mobilidade sem precedente dos capitais, que se autonomizam e passam a subordinar a esfera sociopolítica. Nessa perspectiva, quem passa a dar as regras, não são mais os Estados-Nações mas, antes de tudo, os fóruns supranacionais do capital, representados por paraestatais como Organização Mundial do Comércio (OMC), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial ou ainda os Bancos Centrais – hegemônicos pelos interesses da banca financeira - dos blocos econômicos como NAFTA e União Europeia (UE).

Neste sentido, a principal característica do mundo contemporâneo (pós- guerra fria) seria a consolidação de Estruturas Hegemônicas, como aponta Guimarães (2000, p. 28):

O conceito de estruturas hegemônicas é mais flexível e inclui vínculos de interesse e de direito, organização internacionais, múltiplos atores públicos e privados, a possibilidade de incorporação de novos participantes e a elaboração permanente de normas de conduta; mas, no âmago destas estruturas, estão sempre Estados nacionais.

Portanto, tais estruturas serviriam para abarcar complexos mecanismos de dominação, sob ação coordenada de diversos atores hegemônicos pelo capital que desenvolvem diversas estratégias (políticas e ideológicas) para a manutenção do status quo. A primeira se refere à política de expansão das agências internacionais que procuram normatizar as relações políticas e econômicas, determinando o que é permitido e legal tanto no plano internacional como nos países. Desta forma, passam a ter legitimidade políticas de monitoramento de governos e organismos em todos os cantos do planeta e a condenação, sob o aspecto da legalidade e legitimidade, de práticas alternativas. Neste sentido, também aponta Villa (2003, p. 56): "não constitui nenhuma novidade que organismos multilaterais regionais sejam utilizados como mecanismos de legitimação da ação estatal internacional do ator hegemônico".

A segunda estratégia, baseada na cooptação e fragmentação, se refere à inclusão de novos atores como sócios menores, isolando e condenando eventuais contestadores e/ou apoiando demandas que fragmentam a coesão nacional ou a percepção de que determinadas demandas são convergentes.

A terceira e, neste caso, mais importante estratégia das estruturas hegemônicas é a *geração e a difusão de ideologias*, em geral apresentadas como neutras, imparciais e objetivas, portanto, verídicas e verossímeis. Novamente, as agências internacionais se constituem no espaço de geração e legitimação, apresentando modelos e propostas que devem ser incorporados por todos. Ainda, nesta estratégia, verifica-se que o processo de formação das elites (políticas e econômicas, principalmente) é organizado a partir da difusão cultural e de um conjunto de medidas (bolsas, visitas, cursos, palestras...) que colonizam o desenvolvimento do conhecimento ao apontar como referência fundamental (muitas vezes única), nas diversas áreas disciplinares, autores e conceitos simpáticos à ordem capitalista.

Finalmente, a difusão ideológica é amplificada pelos meios de comunicação, refratários ao pensamento crítico, que naturalizam o modo de produção capitalista, influenciando padrões de comportamento e gerando uma visão de mundo conformada á realidade existente (GUIMARÃES, 2000, p. 29-32).

São essas forças supranacionais, comandadas agora pelo capital, que recomendam, exigem e instauram o reino absoluto da flexibilidade no mundo do trabalho. A regra é não ter regras. O que vale é o comando do mercado e não mais do Estado. A política passa a ser subordinada pela economia – de cerne rentista. O núcleo central da globalização é determinado pelo mercado que desestrutura a sociedade do trabalho.

CRISE ÉTICO-CULTURAL: (DES)RAZÕES DO VIVER EM COLETIVO

As rupturas em curso apontam ainda para uma crise do sentido humano. A grande transformação ético-cultural da sociedade atual caracteriza-se pela subordinação da vida ao mercado. O substrato profundo da crise está na

primazia das relações entre as pessoas humanas e as coisas sobre as relações das pessoas humanas com as pessoas humanas, das necessidades materiais sobre as relações entre as pessoas humanas – a sociedade. Instaura-se, portanto, uma profunda transformação das relações humanas. As relações entre as pessoas humanas passam a ser subordinadas às relações das pessoas humanas com as coisas (NEUTZLING, 2000, p. 47).

As relações são mercantilizadas e tudo se transforma em mercadoria. As sociabilidades familiares, comunitárias e públicas cada vez mais são invadidas pela lógica mercantil⁴. O mercado elevou-se a timoneiro da sociedade e submete a todos o imperativo do consumo como referencial e definidor de pertença à sociedade. A obsessão autoconsumptiva, o desejo permanente de possuir, leva o conjunto da civilização a um mal-estar: “Se anteriormente a situação de mal estar na civilização era produzida pelos limites impostos pela instância superegóiga ao gozo, na contemporaneidade é produzido por uma instância superegóiga que impõe um mandato de gozo incapaz de ser cumprido” (MELMAN *apud* ANDRADE, 2010, p. 02).

⁴ Basta pensar aqui nos serviços de *home care* que substitui a família no cuidado aos idosos, ou então as empresas privadas que organizam as festas familiares (das crianças, dos 15 anos, da formatura), as atividades de lazer, etc.

O que mobiliza as pessoas é o consumo na busca do – sempre adiável – “gozo”, “satisfação”, “imaginação”, “potência”. Procura-se no consumo o sentido para a existência. O “penso, logo existo” foi substituído pelo “consumo, logo existo” que deve levar ao “sinto, logo existo”. A obsessão consumptiva leva o consumidor a desejar coisas que o leve a viver experiências e sensações nunca cumpridas porque novas “experiências” e “sensações” já estão novamente disponíveis no mercado.

Frente ao “sujeito” da primeira modernidade, assiste-se a emergência da “subjetividade”. Frente aos temas da política e da economia, emerge o tema da cultura. Segundo Touraine (2006, p. 08), “as mudanças são tão profundas que nos levam a afirmar que um novo paradigma está em vias de substituir o paradigma social, assim como este tomou o lugar do paradigma político”. As categorias sociais da sociedade industrial, da primeira modernidade, tornaram-se insuficientes para a compreensão da sociedade hoje. A intuição de Touraine, é que hoje as “categorias culturais substituem as categorias sociais, onde as relações de cada um consigo mesmo são tão importantes quanto eram, outrora, a conquista do mundo”.

Com a modernidade, surge o conceito da autonomia, o direito de recusa daquilo que sempre foi considerado como natural e de conceder-se sua própria lei – o primado do individualismo: “a liberdade de cada um imprimir sua exterioridade com o selo de sua individualidade para nela poder reconhecer-se e fazer-se reconhecer” (MONOD, 2007, p. 03). A modernidade caracteriza-se pelo protagonismo do sujeito. A novidade agora, na segunda modernidade, ou pós-modernidade, é o fato da subjetividade “substituir” o sujeito. Está-se diante de uma espécie de neoindividualismo em que a ação coletiva, característica do sujeito na primeira modernidade, vai se tornando cada vez mais rara. Agora, os interesses próprios, subjetivos, é o que irriga a maior parte da cultura cotidiana.

Vivemos uma era caracteristicamente individualista que

logrou atrofiar nas próprias consciências a autoridade do ideal altruísta, desculpabilizou o egocentrismo e legitimou o direito de se viver a vida auto-centradamente. O espírito de sacrifício, o ideal de preeminência do próximo perdeu credibilidade: mais direitos para nós, nenhuma obrigação de se dedicar aos demais, tal é, em termos abruptos, a fórmula do individualismo cabal (LIPOVETSKI *apud* NEUTZLING, 2000, p. 47).

Atente-se, porém, que a nova subjetividade apresenta também aspectos emancipatórios. É nessa outra subjetividade que aos poucos vai se constituindo, que surgem as novas resistências. Basta pensar aqui nos novos movimentos sociais, nas redes sociais, no movimento ambientalista, nos movimentos de expressão cultural, nos movimentos de diversidade sexual, no movimento antiglobalização. A “subjetividade” que substitui o “sujeito” não é necessariamente negativa. Se por um lado, exacerba os imperativos do mercado, por outro, podem também ser resistência a ele. A subjetividade da segunda modernidade pode se traduzir em biopolítica (FOUCAULT, 1999).

A biopolítica é uma resposta ao biopoder, àquilo que escapa a imposição da sociedade produtivista-consumista (NEGRI; HARDT, 2005). É a ideia de uma produção de poder a partir do poder que se exerce. Possibilita uma resposta biopolítica da sociedade: não mais os poderes sobre a vida, mas potência da vida como resposta a esses poderes.

TEMPO DE EMERGÊNCIAS

É constitutivo às crises e rupturas o entrelaçamento do “velho” e do “novo”, que dificultam a análise e desafiam, inclusive, os paradigmas e conceitos tradicionalmente utilizados nas ciências sociais. A crise manifesta esgotamento e sugere mudanças, produzindo um leque de possibilidades que pode (ou não) ser acessado. O “novo” não está necessariamente explícito, mas revela-se aos poucos. Nessa perspectiva, faz-se necessário um olhar atento para perceber que nas rupturas anunciadas encontram-se também emergências que podem ou não consolidarem-se. Como visto, nas crises analisadas – econômica, ecológica, trabalho e cultural – algumas dentre outras, as rupturas em curso sinalizam embates entre permanências e emergências.

As emergências podem ser captadas na multitude de movimentos que contestam a gramática das permanências, particularmente dos movimentos indígena, ambientalista, de gênero e antiglobalização – “Povo de Seattle” (1999), “Povo de Porto Alegre” (2001), “Indignados” (2010), “Occupy Wall Street” (2011). Em nossa análise, esses “novos movimentos”, entre outros, sugerem que no interior da crise já se gestam alternativas, embora não se possa detectar um projeto global anti-hegemônico claro, viável, atraente e coerente. Esses novos movimentos manifestam uma “metamorfose” em curso: “Tudo recomeça por uma inovação, uma nova mensagem desviante, marginal, pequena, muitas vezes invisível para os contemporâneos”, como destaca Morin (2010).

Esses movimentos põem em causa o consumismo, a mercantilização da vida, o questionamento aos impactos ambientais das atividades econômicas, o produtivismo, o imperativo da busca dos interesses privados em detrimento dos interesses, dos bens e dos serviços coletivos, a reiterada utilização sistemática da violência pelas grandes potências. Todos eles comportam radicais proposições de alteração às permanências da sociedade vigente e sugerem novos arranjos institucionais, econômicos, jurídicos e sociais. Todos eles questionam a ordem estabelecida e propõem novas formas e modalidades de funcionamento da sociedade.

No caso latino-americano, como aponta Quijano (2005), tais movimentos desafiam o projeto de modernidade europeia baseados na persistência da colonialidade (em suas múltiplas dimensões) que teve como fundamento uma ideologia eurocêntrica, como verdade universal, que estabelecia uma visão histórica determinada pelo ideal de progresso, promovendo a invisibilidade dos não-europeus, articulada com o mercado monetarizado que propiciou a acumulação e expansão do capital, consolidando a relação Norte-Sul e determinou a construção da identidade, do desenvolvimento e do Estado-nação na região. Desta forma, assiste-se a uma emergência profunda que:

Enfim, os recentes movimentos político-culturais dos ‘indígenas’ e dos ‘afro-latino-americanos’ puseram definitivamente em questão a versão europeia da modernidade/razionalidade e propõem sua própria racionalidade como alternativa. Negam a legitimidade teórica e social da classificação ‘racial’ e ‘étnica’, propondo de novo a idéia de igualdade social. Negam a pertinência e a legitimidade do Estado-nação fundado na colonialidade do poder. Enfim, embora menos clara e explicitamente, propõem a afirmação e reprodução da reciprocidade e de sua ética de solidariedade social, como opção alternativa às tendências predatórias do capitalismo atual (QUIJANO, 2005, p. 26-27).

Desta forma, no embate entre as forças da permanência e das mudanças vai se configurando, embora de forma incipiente e multifacetada a sociedade pós-moderna.

CONCLUSÃO

Como demonstramos ao longo deste trabalho, vivemos tempos interessantes. O mundo contemporâneo, em suas múltiplas dimensões, encontra-se permeado por crises, rupturas e emergências, que desafiam a análise social.

Em relação às crises e rupturas, como apontamos, diversos aspectos parecem questionar, profundamente, o padrão hegemônico e os alicerces da sociedade contemporânea. Neste sentido, a crise econômica parece questionar o padrão de acumulação do capital e as relações relativas a regulação de tal processo, com a redefinição do papel do estado, mercado e sociedade e de redefinição dos pólos de poder global. Na dimensão ecológica, constata-se o esgotamento dos recursos naturais e a urgência de reorientação do padrão produtivo e do modelo de vida. Em relação ao trabalho, constata-se que nas últimas décadas, uma reconfiguração, em prol do capital, dos direitos e formas de atuação do trabalhador que, além de atingir sua centralidade, atinge a própria noção de bem-estar. Finalmente, no plano cultural percebe-se a crise do paradigma hedonista e a redefinição da identidade, bem como da constituição da própria subjetividade. Tais crises revelam mudanças profundas e apresentam-se como sinais que podem contribuir para a manutenção (e esgotamento dramático) da sociedade que conhecemos ou sua superação.

De todo modo, a estas (e outras) crises estão associados sinais de emergência que podem ou não prosperar. Tais sinais podem ser observados na atuação, até aqui desordenada, de diversos movimentos sociais, políticos e culturais, embora não se configurem em projetos políticos alternativos claros e definitivos, mas sim em movimentos de resistência e rupturas, talvez de caráter incipiente. Sendo assim, mesmo como resistências e rupturas parecem revelar uma série de emergências. Às ciências sociais o desafio fundamental é captar tais sinais de mudanças e contribuir para que um mundo melhor seja possível.

REFERÊNCIAS

ALTEMANI, Henrique. **Brasil e China: cooperação Sul-Sul e parceria estratégica**. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2012. v. 1.

ANDRADE, Paulo Fernando Carneiro. **O cristianismo diante dos desafios da globalização da economia e da cultura contemporânea**. Paper, 2010.

ANTUNES, Ricardo. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BECK, Ulrich. **Sociedade do risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2010.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998.

- CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander Patez; SILVA, Gerardo (Org.). **Capitalismo cognitivo**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003.
- CORSANI, Antonella. Elementos de uma ruptura: a hipóteses do capitalismo cognitivo. In: GALVÃO, Alexander Patez; SILVA, Gerardo; COCCO, Giuseppe (Org.). **Capitalismo cognitivo**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003. p. 15-32.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- FUMAGGALI, Andrea. Os mercados financeiros são o coração pulsante do capitalismo cognitivo. **IHU ON-LINE**, São Leopoldo, ano 9, n. 302, p. 41-44, 2009.
- GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- GORZ, André. **O imaterial**. São Paulo: Annablume, 2005.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v.4.
- GUIMARÃES, S. P. **Quinhentos anos de periferia**. Porto Alegre: UFRGS/Contraponto, 2000.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
- IKENBERRY, John G. A ambição imperial. **Política Externa**, Nupri/Paz e Terra, v. 11, n. 3, p. 22-38, 2002/2003.
- LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. **Trabalho imaterial**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.
- LEFE, E. **Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável**. Blumenau SC: FURB, 2000. 381p.
- _____. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. Espacio, lugar y tiempo: la reapropiación social de la naturaleza y la construcción local de la racionalidad ambiental. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Teoria e Metodologia em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Curitiba: Universidade Federal do Paraná – UFPR, n.1, 2000. 108p.
- LIPOVETSKY, Gilles; CHARLES, Sébastien. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004.
- LOJKINE, Jean. **A revolução informacional**. São Paulo: Cortez Editora, 1999.
- LYRIO, Mauricio Carvalho. **Ascensão da China como potência: fundamentos políticos internos**. Brasília: FUNAG, 2010.
- MARAZZI, Christian. A sociedade: uma grande fábrica de produção de valor. **IHU ON-LINE**, São Leopoldo, ano 10, n. 327, p. 04-07, 2010. Entrevista realizada por Cesar Sanson e Graziela Wolfart.
- MARTINS, Paulo H. **La decolonialidad de América Latina y la heterotopía de una comunidade de destino solidária**. Buenos Aires: Estudios Sociológicos Editora, 2012.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1993.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

MONOD, Jean-Claude. A secularização da secularização: possibilidades e limites da autonomia. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL O FUTURO DA AUTONOMIA. UMA SOCIEDADE DE INDIVÍDUOS? São Leopoldo, 21-24 maio de 2007. **Paper...** São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos (IHU), 2007. p. 01-29.

MORIN, Edgar. Elogio da metamorfose. **Le Monde**, 9 jan. 2010.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. **Multidão**. Rio de Janeiro. São Paulo: Record, 2005.

NEUTZLING, Inácio. Por uma sociedade e um planeta sustentáveis. A possível contribuição do humanismo social cristão na construção de um novo paradigma civilacional. In: OSOWSKI, Cecília (Org). **Teologia e humanismo social cristão**. São Leopoldo (RS): Editora Unisinos, 2000.

QUIJANO, Anibal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo, IEA/USP, v. 19, n. 55, p. 9-32, set./dez. 2005.

RIFKIN, Jeremy. **A economia do hidrogênio**. São Paulo: Makron, 2003.

_____. **A era do acesso**. São Paulo: Makron, 2005.

ROGGERO, Gigi. Capitalismo cognitivo: A financeirização, em crise, é a sua forma econômica real. **IHU ON-LINE**, São Leopoldo, ano 9, n. 301, p. 05-09, 2009.

RULLANI, Enzo; ROMANO, Luca. **Il postfordismo**. Milão: Etaslibri, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000. v. 1.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. São Paulo: Record, 2006.

SMITH, Adam. **Riqueza das nações**. Curitiba: Hemus, 2001.

TOURAINE, Alain. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje**. Petrópolis: Vozes, 2006.

VERCELLONE, Carlo. A crise e os contornos de um “socialismo totalitário do capital”. **IHU ON-LINE**, São Leopoldo, ano 9, n. 301, p. 12-19, 2009.

_____. Um panorama sobre a nova divisão cognitiva do trabalho. **IHU ON-LINE**, São Leopoldo, ano 4, n. 161, p. 17-21, 2005.

VILLA, R. A. D. A questão democrática na agenda da OEA no pós-guerra fria. **Revista de Sociologia e Política**, UFPR, Curitiba, n. 20, p. 55-68, jun. 2003.

VIRNO, Paolo. **Grammaire de la multitude**. Québec: Conjectures & l'éclat, 2002.

Toma la crisis

Taking up the Crisis

Marina Garcés - Zaragoza/ES

RESUMEN

Este artículo analiza la crisis como un discurso lineal e unidimensional que organiza el actual orden de cosas bajo una violencia simbólica de la que es difícil salir. Por eso, más que “salir de la crisis” el artículo propone “tomar la crisis”, como se toman las plazas y las calles en diferentes partes del mundo: vaciando los códigos del poder y llenándolas de cuerpos y palabras. A partir de los análisis de R. Koselleck acerca de la crisis y de S. López Petit acerca del desbocamiento del capital, se analiza el actual impasse de lo político y las diversas configuraciones de las actuales formas de politización, especialmente desde la experiencia directa de las movilizaciones en España de los últimos años. Finalmente, se sostiene la tesis de que en ellas se expresa una politización que tiene que ver con la experiencia de un nuevo compromiso con un mundo común y con la necesidad de redefinir el sentido de la riqueza.

Palabras clave: Crisis. Mundo común. Movimientos sociales. Nuevas formas de politización. 15-M.

ABSTRACT

This article analyzes the crisis as a linear and unidimensional discourse that organizes the current order of things under a symbolic violence of which it is hard to escape. Therefore, more than “overcoming the crisis”, the article proposes to “take up the crisis”, the same way as squares and streets are taken up around the world: emptying the codes of power and filling them with bodies and words. From R. Koselleck’s analysis on the crisis and S. López Petit’s analysis on the capital flight, the actual deadlock between the political and the many configurations of the actual forms of politicization is analyzed, especially since the direct experience of the mobilizations in Spain in recent years. Finally, we sustain the thesis that such manifestations express some politicization that has to do with the experience of a new commitment with the common world and with the need to redefine the sense of richness.

Keywords: Crisis. Common world. Social movements. New ways of politicization. 15-M.

La crisis se ha instalado en nuestras vidas, de tal forma que ya es lo único de lo que podemos hablar. La crisis es hoy el principal objeto de preocupación social, el principal objeto de atención mediática y el principal objeto de análisis en los discursos académicos, especialmente en el campo de las ciencias sociales. Sin embargo, *la* crisis, presentada con toda la contundencia del artículo determinado y en singular, no es nada. Es un instrumento discursivo de dominación

que codifica las lecturas que podemos hacer de la realidad y construye los lugares desde los que podemos relacionarnos con ella. Estar en crisis es estar atrapados por el discurso de la crisis. Por eso, es necesario y urgente tomar la crisis. Tomar la crisis, así como a lo largo de estos dos últimos años hemos tomado las plazas en diversas partes del mundo. Esto es: ocuparla con nuestros cuerpos y nuestras palabras para vaciarla de sus consignas de orden.

EL DISCURSO DE LA CRISIS

El discurso de la crisis es unidimensional y lineal. Unidimensional, porque sitúa fenómenos heterogéneos bajo un mismo orden de cosas. Lineal, porque organiza ese orden de cosas según unas relaciones causales que, desde la incertidumbre, describen un único proceso y una única solución final. En su particular “historia de los conceptos”, R. Koselleck dedicó especial atención al análisis de las estructuras semánticas y los usos del concepto de crisis, ya que lo consideraba intrínseco a la experiencia moderna del mundo y a la manera como la Modernidad pasó a reivindicar la capacidad de interpretar todo el decurso de la historia a partir del diagnóstico de la propia época. La necesidad del diagnóstico derivaba de una experiencia del cambio vivida desde la incertidumbre y la falta de garantías. Parafraseando un diccionario francés de 1840, crisis “indica inseguridad, sufrimiento y prueba, y remite a un futuro desconocido cuyas condiciones previas no pueden esclarecerse lo suficiente” (KOSELLECK, 2012, p. 131). Sin embargo, que no puedan esclarecerse lo suficiente no significa que el devenir esté completamente abierto. Todo lo contrario. Si rastreamos con Koselleck el sentido antiguo de la palabra griega *krino*, encontraremos el sentido profundo con el que la noción de crisis codifica y captura la experiencia misma de la incertidumbre.

Crisis deriva de *krino*, que significa separar, elegir, decidir, juzgar. Y añade Koselleck: “Crisis se refería a una resolución definitiva, irrevocable. El concepto implicaba alternativas extremas que ya no permitían ninguna revisión: triunfo o fracaso, justicia o injusticia, vida o muerte, en definitiva, la salvación o la condenación” (KOSELLECK, 2012, p. 132). Tanto si se aplicaba al contexto médico, al de la justicia o al del gobierno, el concepto de crisis incluía siempre una dimensión temporal: “crisis se refería en cierto modo a la falta de tiempo” (KOSELLECK, 2012, p. 133). Falta de tiempo significa urgencia e irreversibilidad respecto a algo que, en positivo o en negativo, como salvación o como condena, puede suponer el fin. Ésta es la estructura de fondo que articula la moderna filosofía de la historia y su traducción política y revolucionaria. Podríamos pensar que con el desvanecimiento de las estructuras históricas de tipo teleológico en el mundo actual se habría neutralizado también la centralidad de la noción de crisis y que se habría atenuado así su influencia sobre nuestra experiencia del cambio. Sin embargo, es todo lo contrario. Sin sentido de la historia, la crisis se convierte en nuestra única temporalidad. Crisis económica, de valores o de civilización: independientemente de como la caractericemos y del alcance que le demos, nuestro tiempo es el tiempo de “la” crisis, bajo cuya violencia lógica estamos todos atrapados. De ahí la sensación de vivir en un Apocalipsis sostenido en el tiempo. No es la economía su causante. Los datos económicos son sólo su justificación: argumentos “de realidad” que, otorgando objetividad y científicidad al discurso de la crisis, hacen de ella algo inapelable.

La realidad social y política global ha entrado en un nuevo ciclo de violencia desatada que, como veremos, afecta todos los ámbitos y dimensiones de la vida. Lo que hace el discurso de la crisis es gestionar la explicación de esta violencia y codificar la relación que podemos tener con ella. A partir de la reducción de las múltiples dimensiones de la violencia a datos económicos, articula una narración sometida a la lógica de las alternativas extremas y al imperativo, como analizábamos con Koselleck, de la falta de tiempo. O el colapso, o la restauración del sistema económico: éstos son hoy los términos en los que se traduce el esquema salvación-condena que articula la noción de crisis. Si su discurso es tan violento, es porque no nos deja pensar ni pensarnos fuera de esa alternativa. El discurso de la crisis anula el pensamiento. En primer lugar, impide comprender la verdadera naturaleza de cada uno de los fenómenos concretos que están arruinando nuestras vidas y la vida en este planeta. En segundo lugar, bloquea cualquier posibilidad de situarnos en otro lugar y desde otros valores que no sean los del problema que la misma crisis diagnostica. Finalmente, nos obliga a emitir una respuesta en términos de “solución” a ese mismo problema y a sus variables predeterminadas. Quien no tenga una solución que ofrecer al problema de la crisis económica, no tiene nada relevante que *decir*. Así, un mundo en crisis es un mundo que no se deja pensar. Sólo puede ser salvado o condenado.

Pensar es volver a pensar. Cambiar los parámetros desde los que algo, y nosotros mismos en ello, se vuelve pensable y por lo tanto vivible. En ese combate del pensamiento se juega hoy la posibilidad no de resolver la crisis sino de liberarnos del discurso de la crisis. Si el discurso de la crisis nos obliga a dar una respuesta a la realidad en términos de “solución” a un problema que no hemos creado ni definido, el primer paso, en ese combate, es el que se resume en el siguiente apunte de Canetti (2000): “Nunca debemos permitir que nos obliguen a responder. La respuesta no es nada. La respuesta es falta de libertad y, por eso, una equivocación”.

LA EXPERIENCIA GENERAL DE LA DESTRUCCIÓN

El discurso de la crisis, tal como lo hemos analizado, era para Koselleck intrínseco a la experiencia moderna del mundo. Se desplegó dentro de un marco histórico que, aunque podía adoptar distintas narraciones y conceptualizaciones, se integraba en lo que él llamaba la “experiencia general de la revolución” (KOSELLECK, 2012). Ya fuera como crisis permanente, como crisis periódica o como crisis final, ésta se integraba en una concepción política y moral de la historia que subsumía la noción de crisis a la experiencia revolucionaria. ¿Cuál sería la experiencia sobre la que se articula, hoy, el discurso de la crisis? Parafraseando a Koselleck, podríamos decir que el actual discurso de la crisis se inscribe hoy en el marco de lo que podríamos llamar una “experiencia general de la destrucción”.

Experiencia general de la destrucción significa que el funcionamiento del capitalismo actual es destructor, sean cuales sean los índices económicos en los que se refleje su actividad. Crezca o decrezca la economía, el sistema funciona destruyendo, sin reponer ni crear nada a cambio, más que un consumo cada vez más intenso y de más breve caducidad. Ante su funcionamiento depredador, el único horizonte que se abre es el de la pregunta ¿hasta cuándo puede durar? En los últimos años hemos visto pinchar varias burbujas económicas. La burbuja

es el sistema mismo. Instalados sobre su crecimiento vacío, se abre una amenaza permanente bajo nuestros pies. ¿Cuándo va a colapsar?

Esto es lo que López Petit ha analizado como “desbocamiento del capital”, que consiste en una “acumulación sin verdadera inversión ni creación de nuevas capacidades productivas” (LÓPEZ PETIT, 2009, p. 31). Se trata de un capital desbocado por tres razones: porque carece de límites (capital es siempre más capital y más que capital, es decir, poder), porque se sitúa más allá de su gestión concreta, socialdemócrata o liberal, y porque es un acontecimiento que se repite una y otra vez, sin conducir a ninguna parte. Crea así una nueva temporalidad, en la que se combinan un presente eterno (“no pasa nada”) con una continua excepcionalidad (“puede pasar cualquier cosa”).

A partir de este análisis, podemos dar un paso más hacia la definición de la actual experiencia general de la destrucción. Una acumulación de capital sin límites, sin marcos políticos y sin proyecto histórico es destructiva en dos sentidos fundamentales: produce riqueza extrayéndola de donde puede y ejerce el poder desmantelando otras instancias de poder. Lo primero es claro: el capital desbocado no se sostiene dentro de los parámetros de la inversión y de sus resultados, a veces lentos y poco satisfactorios. Por eso da el salto vertiginoso a la especulación, para la que todo, ya sean recursos naturales, materias primas, alimentos, enfermedades, créditos, proyectos vitales, ideas o expectativas de futuro se convierten en recursos de los extraer riqueza especulando. El *extractivismo*, término que está siendo usado para describir el nuevo asalto del capitalismo global y especulativo a los recursos naturales de continentes como África o América del Sur, adquiere así una dimensión más amplia y más profunda. “El término ‘extractivismo’ adoptaría así un significado más abarcador: ya no sólo refiere a los recursos naturales y transgénicos, sino que se extiende, por esta vía, a diversas formas de explotación de los modos de vida contemporáneos” (GAGO *et al.*, 2012). En los años 90, desde distintos ámbitos teóricos y políticos, se amplió el análisis de la explotación capitalista clásica a los modos en los que, en la metrópolis, la vida entera, con todas sus formas de subjetividad y de cooperación social, había sido puesta a trabajar. Viviendo se producía valor. Hoy es necesario dar un paso más allá en este análisis: la vida misma, la de cada uno y la que compartimos, es concebida, tratada y explotada como un mero recurso a explotar hasta agotar. Ya no se trata de que produzcamos tanto como podamos en un determinado lapsus de tiempo. Ya no se trata tampoco de contribuir subjetivamente a la creatividad social. Se trata más bien de extraer de cada uno de nosotros tanto como se pueda, hasta dejarnos en los restos, como lo que ya no sirve, vidas convertidas en tierra baldía de la que ya no se puede sacar nada más. En este contexto extractivista, llevado a la exasperación, el endeudamiento es la operación en la que se resume todo: si hace unos años endeudarse era invertir en el propio futuro, ya fuera a escala personal, empresarial o estatal, hoy la cifra de cada deuda es el índice en el que se encuentra reflejado aquello que ha sido extraído y expropiado ya por anticipado. Incluso la riqueza que aún no has producido ya es mía, dice hoy el creditor. Quien no puede seguir pagando lo que ya no le pertenece, o quien no puede empezar a pagar lo que nunca le pertenecerá, es un recurso agotado. Desahuciado, arrinconado, expulsado de la sociedad y del mercado. Puro resto.

Desde este análisis del carácter fundamentalmente extractivista de la actual acumulación de riqueza, es evidente que el poder que ese capital ejerce debe desmantelar todo aquello que obstaculiza la ampliación desbocada de sus límites: básicamente, la riqueza distribuida que

alimenta las infraestructuras y servicios públicos, que son asaltados y convertidos también en recursos para la acumulación ilimitada de capital; y las instancias de poder descentralizado y autónomo, ya sea la administración local más cercana, ya sean las entidades de la sociedad civil o las redes autoorganizadas, desde cuyo tejido lo social puede articularse y resistir. No se trata de la vieja dialéctica entre un mercado libre y un Estado regulado. Se trata de la reestructuración del poder económico y del Estado entorno a focos muy concentrados de poder en los que la toma de decisiones pueden ejercerse con una nueva arbitrariedad y autoritarismo a favor de la acumulación. Si nos encontramos en una experiencia general de la destrucción es porque el poder, antes que disciplinario, represor o constructor de realidades, es hoy, sobre todo, un poder ofensivo. Y su potencial enemigo se extiende hoy al conjunto de la humanidad. Al 99%. Por tanto, lo que los movimientos sociales recientes han estado gritando no puede ser más verdad: esto no es una crisis, es una estafa. Esto no es una crisis, es una guerra.

EL IMPASSE DE LO POLÍTICO

La crisis no es un fallo del sistema ni tiene solución. El sistema no puede ser restaurado, no puede ser recuperado. Se podría afirmar que, sencillamente, ha vuelto a hacerse presente el peso de la realidad. Se ha impuesto el “esto es lo que hay”. El peso de la realidad que nos aplasta cada vez que queremos ponernos de pie, cada vez que deseamos tomar la palabra... cada vez que queremos vivir. Ahora sí, la postmodernidad se ha disuelto en la época global. La época postmoderna que se caracterizaba por el ensalzamiento de los juegos de lenguaje, por la evanescencia de lo real, por el debilitamiento de las categorías filosóficas ha visto cómo lentamente dejaba de ser la imagen hegemónica de la realidad. Ciertamente, sigue siendo válido el carácter ficcional del mundo, lo que ya Marx en el *Manifiesto Comunista* anunciaba como “todo lo sólido se desvanece en el aire”, pero junto a esa imagen de una realidad debilitada – que se regía mediante una gestión de las diferencias, procedimientos de hibridación y desterritorialización – ha cobrado fuerza una imagen de la realidad mucho más dura, cuyo funcionamiento adopta también formas tradicionales del dominio como el chantaje de la crisis o la guerra. Y, con todo, detrás del “esto es lo que hay” que diariamente se nos impone, se alza un fondo de imprevisibilidad total. Cualquier cosa puede pasar en cualquier lugar del mundo. Estamos en la época global.

El cambio de escenario ha llegado, como todo gran cambio, con pasos silenciosos de paloma. Podríamos, sin embargo, remontarnos al 11-S del 2001 como un momento clave: cuando el Estado-guerra se hace presente, cuando la política pasa a construirse como guerra y la globalización pierde los colores que le daban las papayas, los mangos y otras frutas tropicales que nos llegaban por avión maduros y en su punto. En Génova, ese mismo año, se demostró que, efectivamente, el poder mata. Dentro de las frutas tropicales hay sangre. Y la globalización no tiene el color amarillo brillante de una puesta de sol en una playa lejana del Caribe sino que es oscura. Oscura como el Estado.

El cambio de escenario no se deja resumir en pocas palabras y se experimenta de maneras muy distintas según el lugar donde se vive y la clase social a la que se pertenezca. De hecho ni el concepto mismo de crisis permite dar cuenta, como hemos visto, de lo que

(nos) pasa. Es un concepto demasiado simple, como demasiado simple es leer la crisis como el retorno de un escenario de lucha de clases tradicional, un campo de batalla ya conocido y previsible. La consigna capitalista de “esto es lo que hay” como respuesta a todo tipo de reivindicaciones, luchas y desafíos desborda el ámbito de lo económico y lo que está en juego es mucho más que el mero desmantelamiento del Estado del Bienestar y todo lo que supone. En definitiva, sería creer que el problema se reduce a la construcción de una nueva Izquierda. Desgraciadamente “esto es lo que hay” es mucho más. “Esto es lo que hay” es una llamada al orden. Más exactamente: se trata de una declaración de guerra, y en la medida que pone la guerra en el centro, implica que ha llegado *la hora de la verdad*.

La llegada de la hora de la verdad tiene antes que nada una dimensión histórica. Es la sensación de una progresiva acumulación de acontecimientos amenazadores: desde las hambrunas al cambio climático y sus efectos ya presentes, pasando por múltiples guerras, por la crisis financiera y, evidentemente, Japón como ejemplificación de un riesgo sistémico ya incontrolable. Esta sensación de Apocalipsis, de auténtico no-futuro, debe ponerse en relación con el sistema capitalista, que es el auténtico responsable directo de ello, no simplemente con el neoliberalismo. El capital sigue siendo aquella contradicción viva de la que hablaba Marx pero ahora convertida en una máquina loca cuyo fin es autoreproducirse indefinidamente aunque la realización de esta circularidad nos empuje hacia un horizonte de muerte.

Junto a esta dimensión epocal, la “hora de la verdad” tiene también una dimensión espacial. “Esto es lo que hay” significa que cada uno debe ocupar el sitio que se le asigna. La guerra social, la *movilización global* que se confunde con la vida, es la reconstrucción del discurso de la obediencia. Obediencia implica plegarse al mercado, aceptar convertirse en una pequeña empresa. Por eso, y para sobrevivir en la guerra de todos contra todos, habíamos convertido a los demás en meros actores secundarios de la película en la que nosotros éramos protagonistas, nos creíamos héroes de nuestra propia vida. El sueño se ha acabado. Sólo cuentan algunas vidas, aquellas que consiguen hacer de sí mismas una buena inversión (capitalista). Las demás, la gran mayoría, no somos más que unos actores secundarios, futuros residuos. En fin, sobramos. Es falso que el desarrollo económico vuelva a crear puestos de trabajo. Es, justamente, a la inversa. La vieja cantinela que pregona el carácter dignificante del trabajo y defendía la cultura del esfuerzo era una falacia, ahora estos tópicos son simplemente un insulto a la inteligencia.

Obedecer como modo de sobrevivir parece ser la única alternativa que esta realidad nos ofrece. En esto también se percibe la mutación producida. Con las nuevas leyes (desde la Patriot Act americana a sus nuevas versiones europeas), ya no se trata tanto de vigilar a las poblaciones identificando a las “personas peligrosas” como de introducir en la gente el sentimiento de que no tienen margen de maniobra frente a lo arbitrariedad del poder, de que el poder dispone de nuestra existencia. La democracia ya no sirve ni como coartada ideológica, porque se puede suprimir cuando convenga. Recientemente Durao Barroso, siendo presidente de la UE, anunciaba que las dictaduras podrían volver a Grecia, Portugal, España... “Si no se implantan los paquetes de medidas de austeridad, en esos países podría llegar a desaparecer la democracia como la conocemos actualmente. ¡No hay otra alternativa!”

¿UN DESPERTAR POLÍTICO?

La llegada de la hora de la verdad se convierte en la llegada de la *hora de la política*. Es necesaria una intervención que detenga esta fuga hacia adelante del capital que amenaza directamente a la propia humanidad, es necesario inutilizar definitivamente esta máquina de muerte y desigualdad. ¿Cómo pensar esta intervención si no es bajo la forma de intervención *política*? Y, sin embargo, sabemos que, en el fondo, nadie espera nada de la política y que los innumerables intentos de hacer *otra* política han servido casi siempre para fortalecer el propio sistema que se criticaba.

Vale la pena escuchar las reflexiones de un personaje tan despiadadamente inteligente como Zbigniew Brzezinski (Ex Consejero de Seguridad Nacional de Estados Unidos y cofundador de la Comisión Trilateral) cuando afirmaba:

Por primera vez en la historia casi toda la humanidad está políticamente activa, políticamente consciente y políticamente interactiva [...] El anhelo de dignidad humana en todo el mundo es el desafío fundamental inherente al fenómeno del despertar político global [...] Ese despertar es socialmente masivo y políticamente radical [...] El acceso casi universal a la radio, a la televisión, y crecientemente a Internet, está creando una comunidad de percepciones y envidias compartidas que puede ser galvanizada y encausada por las pasiones demagógicas políticas o religiosas. Estas energías trascienden las fronteras soberanas y representan un desafío tanto para los Estados existentes, como para la jerarquía global existente, sobre la que Estados Unidos aún se posa [...] Los jóvenes del Tercer Mundo son especialmente inquietos y resentidos. La revolución demográfica que encarnan es también una bomba del tiempo política [...] Las grandes potencias mundiales, ya sean nuevas ya sean viejas, se enfrentan a una nueva realidad: mientras que la letalidad de su poderío militar es mayor que nunca, su capacidad para imponer un control sobre el despertar político de las masas del mundo se encuentra en su mínimo histórico. Para presentarlo sin rodeos: en los tiempos pasados, era más fácil controlar un millón de personas que matar físicamente a un millón de personas; hoy, es infinitamente más fácil matar a un millón de personas que controlar a un millón de personas (BRZEZINSKI, 2008).

Su intervención fue premonitoria. Poco después, el mundo árabe se incendió y el impasse de lo político que en esta región estaba especialmente sobredeterminado (geopolítica, islamismo, petróleo...) empezó a ser atravesado, y un nuevo ciclo de luchas inesperado y potente surgió. Ciertamente existe un malestar social cada vez más extendido y a nosotros también nos gustaría hablar de un despertar político, para poder empujarlo más lejos. Se ha afirmado que estas “revoluciones” buscan la modernidad que en Europa ya habríamos alcanzado. Pero nosotros nos preguntamos si sus luchas por una vida digna no son un ejemplo para nosotros.

Con todo, es difícil entender la situación en la que estamos sin tener en cuenta su *profunda ambigüedad*, especialmente en los lugares en los que se experimenta más bien

un final de ciclo de luchas y donde la respuesta a la crisis es sumamente reducida. Por un lado, hay una sensación de impotencia e inutilidad de toda intervención política, una gran desconfianza ante todo lo que es una acción colectiva; por otro lado, proliferan nuevas maneras de vincular vida y trabajo, de construir al margen de la sociedad establecida, de inventar formas de vida que se quieren alternativas aunque a diferencia de antes, conocen muy bien sus propios límites. En definitiva, la política no es creíble pero están surgiendo *nuevas formas de politización* que atraviesan toda la existencia al saltarse códigos y espacios prefijados.

No es fácil, sin embargo, pensar una intervención política a la altura de nuestra época. La única ventaja es que la crisis de la socialdemocracia ha despejado el camino, incapaz de relevar a unas políticas neoliberales fracasadas pero que, contrariamente a lo que sería de esperar, siguen imperando. Ese vacío lo llenan, de momento, las ideas populistas de extrema derecha. El Tea Party americano supo plasmar en una consigna el sentir generalizado: “estamos hartos de políticos profesionales que no escuchan a la gente”. En Europa estamos viendo lo mismo, en Francia, en Finlandia, donde la extrema derecha aparca el discurso racista tradicional y hurga con éxito en el malestar de la gente.

El objetivo es politizar el malestar social, materializar la fuerza del anonimato que vive en cada uno de nosotros. Y para ello hay que atravesar el *impasse* de lo político. El *impasse* de lo político – o el *impasse* simplemente – sería la hipótesis de lectura de la realidad. Es curioso constatar cómo la idea de *impasse* en sus diferentes figuras (inquietud, noche de la despolitización, circularidad...) constituye una hipótesis compartida por muchos amigos que habitan lugares e incluso países distintos. Todos nosotros leemos el *impasse* como una oportunidad de inflexión en este desbocamiento del capital, como un rechazo a aceptar las concepciones apocalípticas.

El *impasse* de lo político es sobre todo *una cuestión de escala*. La acción política que se quiere radical está abocada al siguiente dilema: Si se concreta – y debe concretarse para hacerse efectiva – pierde consistencia política, se hace arbitraria y es absorbida por la propia realidad. Pero si no se concreta, para evitar caer en la trampa de la particularidad, permanece abstracta e incapaz de morder la realidad. Que ha llegado la hora de la verdad, tal como afirmábamos, significa que tenemos que tomarnos en serio este dilema y asumirlo verdaderamente como nuestro problema político. Atravesar el *impasse* de lo político es deshacerse ya de este estado de lamentación permanente, de esta impotencia que muchas veces es la excusa para no atreverse a romper con inercias profundamente instaladas. No sabemos si realmente hay un despertar político, no sabemos si algún día podremos cambiar el mundo, pero lo que sabemos es que no queremos este mundo que nos ahoga en su descomposición. Encarar el *impasse* supone no engañarse con grandes relatos emancipatorios, pero sí creer firmemente en lo que hacemos, ser capaces de conferir a nuestras ideas la fuerza del hambre. Dudar para poder avanzar hacia adelante, no para retroceder. Supone, sobre todo, no reconocerse en el papel de víctima. Hacer lo que decimos porque *en lo que decimos* nos va la vida, aunque no tengamos las palabras justas y adecuadas para decir lo que decimos. El *impasse* es también una crisis de palabras.

LA POLITIZACIÓN DE LA CALLE Y SUS EMOCIONES

Las llamadas “revoluciones Facebook”, en el arranque de la llamada “Primavera árabe”, empezaron con un cuerpo ardiendo en Túnez. ¿Qué vínculos de complicidad desató ese gesto unilateral? Su radical individualidad, su anatomía finita y destruida se hizo cuerpo común que irrigó de pólvora y de deseo de vivir las calles físicas y virtuales de una amplia parte del mundo. No es la primera vez que un gesto individual desata una tormenta colectiva, pero sí son novedosos algunos de sus rasgos: ese cuerpo ardiendo era un cuerpo sin identidad política, sin identidad de clase. No actuó en nombre de ningún movimiento, de ninguna consigna. No representaba nada ni era vanguardia de nadie. No asumió explícitamente ningún compromiso. Era un cuerpo sin futuro. Eso es lo que todo el mundo entendió. Eso es lo que todo el mundo encarnó: cuerpos jóvenes sin futuro que empiezan a arder. Con él, tras él, hemos visto cuerpos que desafían a las balas en el Magreb y en Oriente Medio, cuerpos que despiertan en las plazas de España, de Italia, de Grecia, de Israel o de Estados Unidos, cuerpos que estallan de ira en los barrios de Londres...

La autoinmolación de Bouazizi, en Túnez, es un ejemplo que pone sobre la mesa algunos de los elementos fundamentales de lo que podríamos llamar nueva politización de la corporalidad, en la que el compromiso no se decide sino que se supone: anonimato, unilateralidad, imprevisibilidad, desconexión entre el discurso y la acción, explicitación de los límites de lo invivible... Es una politización que no canta las promesas de un cuerpo liberado, capaz de hacerse y reinventarse a sí mismo, como había invocado desde distintos movimientos políticos, sociales y culturales a lo largo de la segunda mitad del s.XX. Es más bien un cuerpo que expresa su preocupación y su querer vivir en un mundo que está estrechando los límites a la vida de cada uno de nosotros, en sus aspectos más básicos: límites económicos, psíquicos, simbólicos... Límites energéticos, climatológicos, económicos, emocionales, culturales...

En esta nueva experiencia del límite cambia de signo el problema moderno de la emancipación, que había estado abanderado por la apuesta por la autonomía: autonomía de la razón, autonomía de la política, autonomía del cuerpo, autonomía del individuo, autonomía del deseo. Pero hoy el mundo nos impone la vida como un problema común que nos obliga a tener en cuenta a todos los demás. Nuestros cuerpos, como cuerpos pensantes y deseantes, están imbricados en una red de interdependencias a múltiples escalas. Para cambiar la vida, o para cambiar el mundo, no nos sirven entonces los horizontes emancipatorios y revolucionarios en los términos en los que los hemos heredado. Por eso los cuerpos se desencajan de los discursos y empiezan a hacer lo que sus palabras no saben decir. En la crisis de palabras en la que nos encontramos, ensordecida por el rumor incesante de la comunicación, poner el cuerpo se convierte en la condición imprescindible, primera, para empezar a pensar.

Desde entonces, una multiplicidad de cuerpos ha invadido las calles y las plazas de ciudades donde parecía que el espacio público estaba ya únicamente reservado al consumo y a la circulación. La gente “ha tomado la calle”, no permanentemente pero sí continuamente. Decir “la gente” no es una flaqueza o indeterminación terminológica sino una indicación relevante acerca de una serie de movilizaciones de distinto orden que han desbordado el marco de los movimientos políticos y sociales tal como se habían organizado y visibilizado en las últimas décadas. Aún es pronto para cerrar ningún análisis al respecto, pero sí podemos apuntar algunas características fundamentales de estas nuevas formas de politización. En primer lugar, quien

se mueve no son movimientos formalmente organizados y previamente vinculados entorno a determinadas demandas, sino una multiplicidad anónima que, en gran parte, sale y se encuentra en la misma movilización (Espai en Blanc, “La fuerza del anonimato”). En segundo lugar, las prácticas entorno a las cuales toman cuerpo estas movilizaciones van más allá de la denuncia y de la protesta, apuntando básicamente en dos direcciones: la interrupción del orden y la puesta en práctica de distintas formas de cooperación social. Finalmente, hay en los discursos un dominio de lo emocional sobre lo ideológico y de lo afectivo sobre lo específicamente político.

Desde estas características básicas no tiene sentido interrogar lo que está ocurriendo desde la lógica policial y sociológica de la identificación (qué movimientos, qué actores, qué corrientes podemos identificar) sino que resulta más interesante, así como epistemológica y políticamente más respetuoso, distinguir entre diversos escenarios abiertos que se entrecruzan sin llegar a confundirse del todo. Partiendo de la prioridad de lo emocional sobre lo ideológico, podemos distinguir entre tres tipos escenarios o de “calles”: la rabia enciende la calle con fuego; el sentimiento de pertenencia colorea la calle de banderas y, finalmente, la indignación inunda las calles de palabras.

Las calles del fuego las hemos visto en París (2005) y Londres (2011): insurrecciones aparentemente reactivas, destructivas y sin discurso de aquellos que la sociedad ha dejado en un margen estructural, de aquellos que deben ver la vida de los otros tras un escaparate que sólo alcanzarán rompiendo sus cristales y saqueando su interior e incendiándolo. Hasta aquí, la calle de fuego parece situarnos ante fenómenos excepcionales, inquietantes pero discontinuos que las voces del sistema, a través de los medios de comunicación, se afanan en declarar como carentes de política. En la calle del fuego, no hay interlocutor válido para el sistema. Pero el fuego se extiende y prende cada vez más rápido y de forma más continua en una Europa cuyas poblaciones van quedando rápidamente alejadas de los bienes y derechos fundamentales de los que habían gozado hasta entonces. La rabia y el fuego se mezclan entonces con las huelgas (Barcelona, 29-S 2010; Atenas, en cada huelga general) y con otras formas clásicas y reconocibles de movilización. ¿Quién habla a través de esas llamas? ¿Quién enciende las calles cuando los excluidos empiezan a ser potencialmente casi todos?

Las calles de las banderas también han empezado a mostrar sus uniformados colores en muchos lugares de Europa y especialmente en España a medida que la crisis ha ido minando las estructuras políticas previamente existentes. En el marco del discurso del crisis que analizábamos más arriba, la respuesta más inmediata al dilema de la salvación - condena es caer en la poderosa ficción de la solución particular. Aunque la crisis no se pueda resolver, yo y los míos nos podemos parcialmente salvar. Estas lógicas alimentan nuevas formas de confrontación identitaria que van desde la aparición de viejas y nuevas organizaciones de extrema derecha chenófovias (contra los gitanos en Italia, contra los inmigrantes en Grecia y en otros países europeos...) hasta la revitalización de nacionalismos larvados y nunca resueltos, como es el caso de España y el nuevo independentismo catalán. Son respuestas que profundizan, así, la lógica de guerra que articula el discurso de la crisis. Apostando por la salvación particular, ratifica la ausencia de verdaderas salidas.

Finalmente, la indignación, tal como se ha venido a llamar tras el libro de S. Hessel *Indignaos*, está inundando de palabras orales y escritas las calles y las plazas de algunas ciudades del Norte

de África, América (Estados Unidos, México...) y de Europa, especialmente en España. Ya en el 68 se habló en Francia, según el importante título de Michel de Certeau, de una "Toma de la palabra". En ese momento, la toma de palabra tuvo algo de inconmensurable en su creatividad, abrió el vacío en el que podía emerger "una palabra infinita" (BLANCHOT, 1983). En la actualidad, la toma de palabra es igualmente milagrosa pero mucho más humilde y cercana a las necesidades de una vida dañada que más que ser reinventada necesita ser cuidada, de una vida expropiada que reclama ser tomada de nuevo en nuestras manos. En las plazas y calles tomadas, la gente, esa gente múltiple y anónima que se ha movilizado, no lo ha hecho detrás de símbolos y consignas, sino impulsada por la necesidad urgente de aprender de nuevo a hablarse. En este sentido, las plazas y las calles de la palabra han sido, están siendo, una experiencia de dignificación política que escapa a toda identificación de un movimiento político. En el impasse de lo político, esta experiencia de dignificación es el sustrato desde el que se están apuntando las salidas imprevistas e imprevisibles que no pretenden restaurar el sistema sino que nos liberarnos de sus ataduras.

LA RIQUEZA INAPROPIABLE DE UN MUNDO COMÚN

La riqueza inapropiable del mundo es lo que aparece, lo que se hace pensable y vivible, cuando aprendemos de nuevo a verlo desde nuestro contacto más íntimo con él. En eso consiste cualquier experiencia de dignificación política. Aprender a ver el mundo bajo la luz de su riqueza inapropiable no es hacerlo, al mundo, ni mejor ni peor. Es perseguir los ángulos ciegos y las articulaciones secretas de nuestra intercorporalidad, gracias a los cuales el mundo deja de ser esa idea imposible y sublime, aterradora y asfixiante, que lo presenta como la totalidad de los hechos y de las presencias, hoy convertida en la unidad de explotación del capitalismo global. Se nos ofrece entonces como un campo de dimensión variable, de límites inestables, sin naturaleza propia, en el que hechos y presencias, cuerpos y palabras, materias y significados son vistos desde su potencial inacabamiento. Éste es el sentido de su riqueza. Su inacabamiento no es el índice de una carencia, ni de una falta ni de una promesa. Es la condición misma del ser. Ser es ser inacabado. Ser es ser continuado. Como el paso esforzado del caracol se continúa desinteresadamente en el brillo de su baba, que sólo un niño, acaso, alcanzará a ver. El inacabamiento es reversibilidad, reciprocidad, vulnerabilidad, anonimato: reversibilidad de una visión inagotable, que requiere de la mirada de otro para poder ser completada; reciprocidad de las acciones y de los quehaceres, para los que una sola vida podrá nunca bastarse a sí misma; vulnerabilidad como condición de los cuerpos y de las mentes expuestos a lo que no pretenden controlar; anonimato, finalmente, de una vida compartida que escapa a los nombres, que sólo es intermitentemente personal, parcialmente reconocible, frágilmente identificable. Es el anonimato de una razón común sin razón de ser, no asignable, ni atribuible, ni apropiable.

Desde ahí, el inacabamiento, como textura de lo real, es una potencia que exige y compromete, que requiere de nuestra atención y de nuestro posicionamiento. Es una potencia que involucra, que nos expone a la necesidad de ser continuados y que nos desposee, así, de toda inmunidad y de toda autosuficiencia. Existir es depender. Esta revelación es el escándalo contra el que se construye toda la metafísica y sus derivados políticos y económicos, incluida

la vieja narración de la historia de la humanidad como tránsito del reino de la necesidad al reino de la libertad. Que existir es depender es el escándalo contra el que se instituye toda fundamentación y legitimación del poder. Heráclito ya alertaba de la tiranía de los mundos privados, del poder de los dormidos que se creen propietarios de sus opiniones, de su saber, de sus bienes, de su propia persona y de la vida de los demás. Mundos privados no son mundos a parte ni mundos secretos. La trama de lo común, la riqueza inacabada del mundo, está llena de secretos, de márgenes, de opacidades, de invisibilidades, de desviaciones, de reversos, de incomprendimientos. Los mundos privados son los que atacan esa trama someténdola a la lógica implacable de la identidad y de la autosuficiencia.

La privatización de la existencia no empieza con su posesión, sino en el hecho de convertirla en algo a poseer. La batalla en la que nos involucra la existencia no es, por tanto, por quién la posea, no es un juego de rivalidades entre posibles propietarios, aunque ese derecho de propiedad apele a un “todos”. El verdadero combate se juega antes: en el sentido mismo de la riqueza como lo no apropiable. No es que no tenga que tener dueño, es que lo que puede tener dueño ya no es riqueza. Su inacabamiento, como potencia de continuación y de interpelación, ha sido neutralizado, acotado en los límites de una identidad y subordinado a una razón de ser (justificación, fundamento, finalidad o título de la propiedad) que pretende valer por sí misma. La idea de mundo común es la certeza injustificable que interrumpe esta lógica, que sabotea todo nuevo intento de privatización de la existencia (GARCÉS, 2013). Pero no porque se presente como el mundo de todos sino porque, como hemos visto, es la dimensión no prevista en el mundo de cada cual: la cara que no se ve, el quehacer que remite a otro con quien no habíamos contado, la espalda al descubierto, lo que hay en mí que no es mío... Pura dimensión común sin naturaleza propia. Condición del pensamiento como verdad por hacer. Lo dice una enigmática frase de Nagarjuna, filósofo budista del siglo II: “El ser vivo no está atado ni liberado”. ¿Qué significa? Que lo común no puede ser liberado. Tampoco colonizado. Que no hay salida, porque no hay cárcel. Que no hay afuera ni después.

REFERÊNCIAS

BLANCHOT, M. **La communauté inavouable**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1983.

BRZEZINSKI, Z. **The global political awakening**. 2008. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2008/12/16/opinion/16iht-YEbrzezinski.1.18730411.html>. Acesso em: 10 dez. 2012.

CANETTI, E. **Apuntes**: 1973-1984. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2000.

GAGO *et al.* **¿Hay una nueva forma-Estado?** Apuntes latinoamericanos. 2012. Uninomade 2.0, edición digital. Disponível em: <http://www.uninomade.org/hay-una-nueva-forma-estado-apuntes-latinoamericanos/> Acesso em: 10 dez. 2012.

GARCÉS, M. **Un mundo común**. Barcelona: Bellaterra Edicions, 2013.

KOSELLECK, R. **Historias de conceptos**: estudios sobre semántica y pragmática del lenguaje político y social. Madrid: Trotta, 2012.

LÓPEZ PETIT, S. **La movilización global**: traficantes de sueños. Madrid, 2009.

La liberación de América Latina como Sistema-Mundo: impactos sobre el entendimiento del desarrollo

The liberation of Latin America as a world-system:
impacts on the understanding of development

Paulo Henrique Martins – UFPE

RESUMEN

Este documento asume que América Latina es una manifestación particular del sistema mundial, y que las transformaciones históricas, sociales y políticas, culturales y estéticos que se ven aquí siguen una lógica del tiempo lineal, producida por las configuraciones y los patrones de desarrollo propio. Haciendo hincapié en la pluralidad de este sistema mundial o sistemas mundiales se advirtió a los procesos de desarrollo que se manifiestan diferentes configuraciones de poder y modos de transformación de las estructuras sociales.

Palabras clave: América Latina. Sistema Mundial. Desarrollo.

RESUMO

Neste trabalho parte-se do pressuposto de que a América Latina é uma manifestação particular do sistema mundo, e que as transformações históricas, sociais e políticas, culturais e estéticas verificadas aqui seguem uma lógica de tempo linear produzida por configurações e padrões de desenvolvimento próprios. Sublinhando a pluralidade deste sistema mundo ou dos sistemas mundos alerta-se para processos de desenvolvimento que manifestam diferentes configurações de poder e de modalidades de transformação das estruturas sociais.

Palavras-chave: America Latina. Sistema mundo. Desenvolvimento.

ABSTRACT

In this work, it is assumed that Latin America is a particular manifestation of the world-system, and that historical, social, political and esthetical transformations verified here work under a linear time logic produced by their own development configurations and patterns. Underlining the plurality of this world-system or of all world-systems, there is an alert for development processes that manifest different configurations of power and of transformation modalities of social structures.

Keywords: Latin America. World-system. Development.

Nuestra idea es que la definición de América Latina como manifestación particular del sistema mundo es importante para aclarar el entendimiento de las innovaciones teóricas, sociales, culturales y institucionales verificadas en la región desde el final de la segunda guerra mundial. Sin embargo, el carácter de esta definición depende directamente de un entendimiento anterior respecto lo que significa el sistema mundo. Porque si definimos el sistema mundo como una unidad homogénea no hay sentido de hablar de manifestaciones particulares de esto sistema; por otro lado, se limitamos el sistema mundo al sistema capitalista, la idea de particularidad de América Latina también queda limitada cuando pensamos la región como base de procesos políticos y culturales liberatorios y propios.

Desde que logramos a incorporar la idea de América Latina como manifestación particular del sistema mundo, podemos proponer un segundo paso, a saber, que los cambios históricos, sociales, políticos, culturales y estéticos verificados aquí siguen una lógica de tiempo linear producida por configuraciones o padrones de desarrollo propios¹. Estos procesos también no son homogéneos y revelan diferentes movimientos sistémicos y alter-sistémicos que expresan las transformaciones de los padrones de poder sobre los territorios nacionales y entre los espacios transnacionales². Por consiguiente, la relación entre sistema mundo y desarrollo, de modo general, o de sistema mundo latino-americano y padrones de desarrollo de modo particular, no puede ser conjugada en el singular sino en el plural. En esta dirección es más correcto proponer haber diversos sistemas mundos y procesos de desarrollos que manifiestan diferentes configuraciones de poder y de modalidades de transformación de las estructuras sociales.

Sin embargo, tales diferencias de padrones solo pueden ser percibidas desde que reflexionamos sobre el entendimiento del sistema mundo (y de los padrones de desarrollo) como movimientos sistémicos abiertos a expresiones y significaciones variadas desde las luchas involucrando intereses mercantilistas y anti-mercantilistas.

Para el avance de nuestra reflexión necesitamos diferenciar tres nociones de sistema mundo que de modo amplio dominan los imaginarios de las ciencias sociales y que influyen sobre la discusión sobre desarrollo, tipos de desarrollo y superación del desarrollo. La primera noción busca a reducir el sistema mundo al sistema capitalista; aquí los términos se anulan: globalización significa capitalismo y vice-versa. La segunda, diferencia sistema mundo y capitalismo y propone que el primero término es más amplio que el segundo. Sugiere que al ampliarse la noción de sistema mundo para allá del sistema capitalista tenemos que incorporar

¹ Se trata de entender el desarrollo como fenómeno temporal dinámico del sistema mundo que articula sus diversas manifestaciones capitalistas y anticapitalistas. Los procesos de desarrollo son dominados por una lógica de temporalidad histórica linear que L. Tapia llama de una flecha del tiempo lanzada hacia adelante y sustituyendo concepciones cíclicas o circulares del tiempo (TAPIA, 2011, p. 20-21).

² Recordando la afirmación de I. Wallerstein que "lo que se desarrolla no es un país sino un padrón de poder" (WALLERSTEIN, 1996, p. 195-207), Quijano aclara este entendimiento afirmando que el padrón de poder capitalista no existe de modo homogéneo en el espacio mundial: "[...] esto padrón de poder es mundial, no puede existir de otro modo, pero se desarrolla de modos diferentes y en niveles distintos en diferentes espacios-tiempos o contextos históricos" (QUIJANO, 2000, p. 75). Sin embargo, para profundizar el desarrollo desde la perspectiva de los padrones de poder nos parece importante señalar que el poder económico capitalista es solo parte de configuraciones de poder más amplias que revelan cuestiones filosóficas complejas respecto el trabajo creativo del ser humano en la organización de su mundo. El poder capitalista no es auto-evidente y no funciona solo. Como le nos explica M. Weber non hay "leyes económicas" en el sentido de conexiones "regulares" de fenómenos en el sentido estricto de las ciencias de la naturaleza pero "conexiones causales adecuadas" expresadas en reglas y, luego, que pueden aparecer como "posibilidad objetiva" (pero no como imposición necesaria de la realidad). Pues, aclara él, el número y la naturaleza de las causas que determinan cualquier acontecimiento individual son siempre infinitos y esto caos solo puede ser ordenado cuando un hecho específico tiene interés y significado para nosotros y se encuentra en relación con las ideas de valor culturales como abordamos la realidad (WEBER, 1979, p. 94-95).

elementos no económicos de los cambios institucionales, tenemos que reconocer haber varios sistemas mundos o movimientos sistémicos dentro del sistema mundo. Sin embargo, esta tesis continúa a proponer que el eurocentrismo es el centro de las diversas formas de organización de movimientos a favor y contra el capitalismo.

La tercera noción, partiendo del presupuesto de la amplitud histórica del sistema mundo y de su existencia para allá del sistema capitalista, cuestiona radicalmente el eurocentrismo – la idea de la Europa y su extensión, los EUA, como centro del sistema mundial. Esto tiene como implicación directa el reconocimiento que hay varias centros y o centros potenciales de impulsión del mundo que conocemos (los márgenes como centros) y que también hay varios movimientos sistémicos y alter-sistémicos que mueven los impulsos para adelante. Esta tercera noción es fundamental para elaborarnos la tesis de la América Latina como una expresión particular del sistema mundo donde se manifiestan diversos tipos de padrones de poder.

A partir del entendimiento de esta pluralidad de concepciones sobre el sistema mundo, podemos avanzar con la idea de América Latina como manifestación particular del sistema mundo y como espacio de luchas entre fuerzas capitalistas y neocoloniales, por un lado, y fuerzas anti-capitalistas y decoloniales, por otro. Para este avance, es fundamental incluir la idea de desarrollo como padrón de poder, en primero lugar, y la idea de desarrollo como pluralidad de posibilidades de cambios sociales y históricos, lo que depende de los acuerdos y luchas políticas.

LAS TRES INTERPRETACIONES DEL SISTEMA MUNDO

Primera interpretación: El sistema mundo es igual al sistema capitalista

En esta interpretación, que es la base de la doctrina neoliberal, sistema mundo y sistema capitalista se identifican. El fundamentalismo económico define la marcha del progreso de todos los países y las alternativas se limitan a dos opciones: desarrollo con crecimiento económico o desarrollo con recesión económica y crisis. Aquí las transformaciones del capitalismo definen las del sistema mundo tanto en las etapas de crisis como las de prosperidad y las soluciones son las de reforma – para los sistemas políticos liberales – o de revolución – para los sistemas políticos marxistas, que se proponen “antisistémicos”. Desde la perspectiva marxista, como vemos en Wallerstein (2003), el sistema capitalista se confunde con el sistema mundo; por consecuencia, la alternativa al capitalismo es la expectativa que sus contradicciones generen su crisis y reacciones organizadas a tal crisis, lo que es muy problemático cuando hacemos la retrospectiva de la historia reciente del capitalismo. Cuando hacemos esto balance verificamos que los momentos dramáticos del imperialismo eurocéntrico ocurrieron cuando él tuvo que confrontarse con resistencias políticas y culturales apuntando para otras modalidades sistémicas y no por causa de crisis de regulación en el proceso de mercantilización.

En esta primera interpretación restrictiva el entendimiento de sistema-mundo es limitado por la presencia de un padrón de dominación económica capitalista determinado por la economía de mercado, como vemos entre los liberales, y en particular por la preocupación con el consumo, como con los marginalitas. Esta interpretación también se apoya en dos

doctrinas importantes que aparentemente son opuestas: el liberalismo y el marxismo. Ellas aparentan ser opuestas en la medida que proponen lecturas distintas de las bases causales de la solidaridad social. Para el liberalismo la sociedad es fruto de un contrato interesado entre individuos libres cada uno buscando maximizar su posibilidades de placer y de minimizar las perdidas como fue difundido por la filosofía utilitarista inglesa (CAILLÉ, 1989) y que funda el mercantilismo colonial como valor natural. Esta visión liberal está en la base de las teorías de la modernización en América Latina. Por su lado, para los marxistas, la sociedad es fruto de las luchas entre clases sociales por el control de los medios de producción colectivos económicos. Sin embargo, en la práctica, en la América Latina, constatamos que los grandes intelectuales marxistas, como José Carlos Mariátegui e Florestan Fernandes, fueran llevados a integrar elementos no económicos como lo de la racialidad para explicar la realidad compleja.

Sin embargo, ambas corrientes, liberal y marxista, están del mismo lado al considerar que el motivo central – de los acuerdos espontáneos o de las luchas sociales – son de naturaleza económica, como se el elemento económico pueda aparecer como una referencia meta-histórica con existencias propia y independientemente de las significaciones culturales que imprimimos a la realidad. En esta dirección, muchos actores indican que las dos tesis no rompen con el paradigma utilitarista moderno (CAILLÉ, 1989) en la medida en que la análisis de las sociedades contemporáneas se limitan a análisis de clases sociales definidas por los conflictos económicos (los marxistas), o por motivaciones económicas utilitaristas e individuales (los liberales), sin considerar las significaciones morales, políticas y culturales que también contribuyen por la objetivación de la realidad. Así, podemos concluir que unos y otros, al final, reducen el sistema mundo al sistema capitalista.

En esta lectura la discusión sobre política y cultura queda subordinada a la determinación económica principal y las análisis de la crisis actual no logran a comprender la complejidad de cambio del sistema mundo, pues quedan prisioneras de previsiones sobre la crisis inminente del capitalismo. Les análisis devalúan las perspectivas de los contextos históricos y culturales particulares dentro del sistema mundo o entienden que la crisis es solo una desregulación provisoria del sistema capitalista a ser corregido mecánicamente por el progreso económico y financiero. Si aceptamos que la globalización capitalista involucra el sistema-mundo como se sugiere los neoliberales y los marxistas más ortodoxos, entonces somos obligados a aceptar una jerarquía cognitiva en que las determinaciones económicas subalternan las luchas por otros modelos sociales y económicos y por justicia social.

A nosotros, sin embargo, esta jerarquía nos parece ilusoria pues esconde el hecho que hay varios dispositivos políticos, culturales, morales y estéticos que influyen sobre la reproducción del sistema mundo y del sistema capitalista en su interior. En esta dirección, si ampliamos el abordaje economicista para incluir a elementos políticos, culturales y simbólicos ampliando la teoría de las clases y de la dominación con la inclusión de teorías del reconocimiento y teorías implicadas en la desconstrucción del patriarcalismo, entonces podemos organizar un entendimiento más complejo del sistema mundo. Este entendimiento debe considerar que las manifestaciones regionales del sistema mundo operan sobre territorios políticamente movilizados por actores conectados con la esfera económica y mercantil pero igualmente con las esferas raciales, étnicas, identitarias, patrimoniales, estatutarias, eco-sociales entre otras

que contribuyen para demostrar la complejidad de las luchas y de las acciones colectivas en los territorios políticamente organizados.

Contra esta lectura determinista del sistema capitalista, preferimos considerar que el sistema mundo es más amplio que el capitalista y que las luchas contra él son dirigidas por movimientos “alter-sistémicos” que no quedan sometidos a una jerarquía comandada por las determinaciones económicas. Por eso, tales movimientos apuntan para heterotopías (FOUCAULT, 2010), como las de “alterglobalización” o de “alterdesarrollo”, por ejemplo, que objetivan abrir el entendimiento humano para otros imaginarios socio-históricos. Así, nos parece importante caminar por nuevos senderos epistemológicos que nos faciliten el rescate de la complejidad histórica, social y cultural del sistema-mundo. Aquí, admitimos que el sistema capitalista tuvo gran importancia para su éxito, pero también aceptamos que este sistema-mundo es algo más amplio y complejo que la modernización capitalista y que el desarrollo es un concepto que se desplaza entre diversos pactos de poder posibles.

Segunda interpretación: el sistema mundo es más amplio que el sistema capitalista

La segunda noción propone que el sistema mundo es más amplio que el sistema capitalista y que, por consecuencia, las transformaciones del sistema mundo exigen marcos interpretativos más complejos que los ofrecidos por las teorías económicas. Al proponerse que el sistema mundo es más amplio que el sistema capitalista, obligatoriamente somos invitados a reflexionar sobre que otros elementos non-capitalistas por naturaleza deben ser apuntados como necesarios para explicar esta amplitud del sistema mundo. De inmediato, nos parece importante subrayar dos aspectos: uno, que no siendo el mundo conducido solo por intereses capitalistas entonces se explica la variedad de movimientos sistémicos estimulados por diversos motivos y por otros usos del poder político. Este entendimiento más amplio del sistema mundo se apoya en un conjunto de críticas anti-utilitaristas y anticapitalistas

Aquí el pensamiento crítico avanza en la discusión moral de la modernidad eurocéntrica con énfasis en los procesos de racionalidad comunicativa en la modernidad inacabada (HABERMAS, 2003), de la ética en la civilización tecnológica (JONAS, 1997), del self moderno expresivo que cuestiona el self instrumental (TAYLOR, 1997), de la exigencia de reconocimiento moral y afectivo de los sujetos del cotidiano, de la crítica al fatalismo económico (CAILLÉ, 2005) y de la revisión de la idea de desarrollo como un proceso técnico (LATOUCHE, 1986). Aquí, el sistema mundo aparece como una estructura cultural y humana compleja más amplia que el capitalismo que todavía continua a ser impulsado – en el bueno y en el mal sentido – por el eurocentrismo.

Así, el sistema mundo y el desarrollo como expresión concreta del cambio histórico del sistema en la orientación del tiempo lineal, siempre pueden ser vistos desde dos lados: de la dominación de los intereses económicos sobre el conjunto de motivaciones humanas y las reacciones más diversas contra este reduccionismo. Pues lo que caracteriza, de hecho, la complejidad del sistema-mundo, hoy, es la imposibilidad de reducirlo a una única cosa: a una empresa económico-financiera, a único padrón de poder, a una cultura de consumo uniformizada o a una única lengua.

La contribución francesa es evidente y ella se revela en tres dimensiones. La primera y más conocida es la representada por las tesis postestructuralistas apoyadas en nombres como Foucault (2010) y Derrida (1967). La segunda se revela por las contribuciones de la filosofía política del grupo de la Revista *Civilización y Barbarie*, dirigida por C. Lefort (1986) y C. Castoriadis (1975) que han avanzado elementos importantes para el entendimiento de los fundamentos no económicos de las experiencias democráticas. La tercera es representada por los activistas de la *Revue du MAUSS* (Movimiento AntiUtilitarista en las Ciencias Sociales) (MAUSS, 2010) que exploran la crítica moral del capitalismo desde contribuciones inestimables de autores como Mauss y Polanyi (CAILLÉ, 1989), para proponer otros modos de pensarse la economía (REVUE DU MAUSS, 2007). Esto movimiento constituye una de las bases centrales de la discusión sobre economía solidaria (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

La fuerza de la crítica francesa a la globalización económica no es aleatoria pero debe ser entendida como expresión de la tradición republicana y iluminista del campo intelectual en este país que siempre reaccionó contra la propuesta utilitarista anglosajónica de mercantilización del mundo, propuesta que a ellos, los franceses, siempre recordó una amenaza directa al republicanismo liberal. Tal vez, aquí, tenemos un de los puntos de diferencia entre el eurocentrismo de inspiración francesa que articula el universalismo cognitivo y la política, y el de inspiración anglosajónica que es más directamente comprometido con la mercantilización del mundo y menos con los modelos de gobernabilidad política que se preocupan de la articulación de Estado y Nación.

En América Latina, esta interpretación del sistema mundo es representada sobre todo por los teóricos de la dependencia que entienden que las reacciones políticas posibles al capitalismo se hacen necesariamente desde el reconocimiento del imperialismo como un centro motor incuestionable. A pesar de los cambios históricos esta interpretación dependientista se actualiza como verificamos en las análisis recientes de autores importantes de la teoría de la dependencia como Theotonio dos Santos, cuando explica las perspectivas de los sistemas regionales como América Latina, en el sistema mundo en el contexto contemporáneo (SANTOS, 2012). De hecho, cuando la internacionalización del capitalismo es priorizada en la jerarquía cognitiva del sistema mundo, entonces los movimientos sociales, culturales y étnicos, las luchas democráticas y por justicia social, la ciudadanía republicana, la creatividad humana y las experiencias de solidaridad quedan necesariamente dependientes de la idea de una solución económica en primero lugar aunque articulada con otros elementos no económicos.

Sin embargo, si la crítica teórica en el Norte fue importante para ampliar el entendimiento del sistema mundo para allá del sistema capitalista, tal crítica no es aún bastante para explicar que la relación centro x periferia no se limita a determinaciones geográficas o históricas que ubican la Europa como centro y la no-Europa como periferia. La crítica radical a esta ecuación jerárquica es, todavía, promovida por la crítica descolonial como vamos ver a seguir.

Tercera interpretación: el sistema mundo es más amplio que el sistema capitalista y se mueve desde varios centros de poder que cuestionan el eurocentrismo

La difusión de interpretaciones que cuestionan con radicalidad las ideas de sistema mundo y de desarrollo están relacionadas con el avance del pensamiento postcolonial y, en los últimos años,

del pensamiento decolonial. La decolonialidad es una variable crítica de las tesis postcoloniales que problematizan la ecuación centro y periferia como una realidad dada históricamente, por un lado, y también da idea de progreso económico como un reto incuestionable, por otro. Las tesis decoloniales de E. Dussel, A. Quijano, A. Escobar y otros autores latinoamericanos (LANDER, 2003) avanzan en esta dirección de problematizar el capitalismo desde la crítica de un padrón de poder que se refiere simultáneamente – y sin subordinación jerárquica de los elementos – a la economía, a la política, a la cultura, a la historia, finalmente, a la diversidad de narrativas modernas que se combinan desde padrones interpretativos diferenciados.

El avance de la crítica deconstruccionista está también contribuyendo para la complejidad de la crítica teórica al subrayar que la colonialidad se refiere simultáneamente al capitalismo y al patriarcalismo. Al capitalismo, la colonialidad se refiere para organizar la dominación por la clasificación por clases sociales; al patriarcalismo, ella se refiere para organizar la dominación por la clasificación por elementos de raza, género, sexo y controle de la naturaleza (LUGONES, 2010). Así, la dominación colonial se hace por la exploración del trabajo pero igualmente por la exploración del deseo, de los sentimientos, de la reproducción humana, y, sobretudo, de la alienación del ser humano respecto a su complejidad como ser vivo. Por eso, E. Dussel sugiere que la modernidad eurocéntrica se define por su emancipación racional y cognitiva respecto a “nosotros” pero igualmente por su carácter mítico-sacrificial de los “otros” (DUSSEL, 1993, p. 188).

Esto raciocinio nos parece adecuado para plantear con más detalles tanto el entendimiento teórico de la diferencia entre sistema mundo y sistema capitalista como de la profundización teórica de los padrones de dominación actuales, subrayando los aspectos epistemológicos y las condiciones culturales particulares de las realidades locales, nacionales, continentales y globales. Aquí, las críticas proponen que el sistema mundo se mueve bajo varios movimientos sistémicos destacándose el movimiento capitalista – que nos habla la reflexión anti-sistémica del marxismo –, el movimiento del patriarcado – a que se refiere el movimiento anti-sistémico feminista –, y el movimiento colonial – que nos he explicado por las movilizaciones anti-sistémicas postcoloniales.

Pues se trata de demostrar que el sistema mundo revela la influencia de padrones de poder que existían antes del capitalismo moderno, como lo del patriarcalismo o de las culturas no europeas o que fueran producidas en los últimos siglos al lado y contra el capitalismo mercantilista. En esta segunda interpretación el desarrollo no se pronuncia en el singular pero en el plural y en relación con los padrones de poder establecidos históricamente. Así, nos aclara I. Farah y F. Wanderley que contra una visión restrictiva del desarrollo que valora solo las estrategias de dirección de los procesos económicos hay que incluir las perspectivas de género, generación, ambientales entre otras así como temáticas como justicia, derechos humanos, participación y deliberación, ciudadanía y control social (FARAH; WANDERLEY, 2011, p. 11).

Esta no es solo una sugerencia metodológica. Es sobre todo una ruptura metodológica con impactos en la política. Tratase de entender por las variadas y complicadas actividades del modo de producción, reproducción y consumación “glocales” lo que está directamente conectado a las estrategias de sobrevivencia de las élites económico-financieras centrales y coloniales, por un lado, y a las reacciones sistémicas, sociales, culturales y históricas las más variadas que revelan que la

característica central del sistema-mundo nos es su tendencia para la uniformización planetaria pero su ambivalencia constitutiva (MARTINS, 1999) entre unicidad y diversidad, por otro.

Estos comentarios son importantes para el avance de nuestra tesis en este texto que, recordamos, se funda sobre dos puntos: primero, el desarrollo es un concepto que se apoya sobre una variedad de motivos, incluso el económico, pero no solo; en esta dirección el desarrollo se apoya sobre la producción y la circulación del capitalismo pero igualmente desde la tradición patriarcalita que es anterior al capitalismo europeo y, en el lado contrario, desde las reacciones anti-sistémicas contra el capitalismo, contra el patriarcalismo y contra la colonialidad, fundadas en las tradiciones históricas no europeas. En segundo lugar, considerando la complejidad del fenómeno, hemos que pensar la posibilidad de varios tipos de desarrollo que espejan diferentes modalidades de padrones de poder y diversas modalidades de inserción de las sociedades nacionales en el contexto dinámico del matriz centro-periferia mundial.

La presencia del inglés en el sistema-mundo es curiosa. Aparentemente, esta presencia contradice lo que decimos aquí en la medida en que esta lengua es hoy un sistema universal de organización del diálogo cultural mundial y el eje lingüístico de la dominación capitalista. Pero en la práctica lo que observamos es que el inglés tradicional, que tiene sus orígenes en el mundo anglo-sajón, está conociendo mutaciones muy importantes en su estructura en la medida en que está siendo apropiado y adaptado por diversas culturas, lo que nos hace recordar la historia del latín hay siglos pasados. Cuando analizamos la adaptación del inglés en otras culturas como la ibérica, la india o la china entendemos que el avance del inglés se hace simultáneamente a las mutaciones que sube su estructura fonética se abriendo a varios dialectos³.

Para sintetizar la discusión de esta sección podemos decir que el sistema-mundo es una realidad humana variada y constituida por elementos muchas veces irreductibles unos a otros (como estamos presenciando por los conflictos religiosos en la actualidad), y que el desarrollo es un concepto elástico que revela las tensiones constitutivas del sistema mundo en la dinámica del tiempo lineal.

Así, podemos avanzar con otra cuestión: entender la diversidad-particularidad de América Latina dentro del sistema-mundo a partir del reconocimiento que la relación centro-periferia no es solo un sistema mecánico producido pela flujo económico internacional sino un proceso político de dominación colonial que revela las tensiones sistémicas más amplias y que solo pueden ser enfrentadas políticamente. Esto es el aprendizaje que nos legó la CEPAL (Comisión de Estudios de América Latina y Caribe) y que marca el desarrollo particular del pensamiento crítico postcolonial y decolonial después de la segunda gran guerra mundial. Es lo que vamos a discutir a seguir.

³ Tuve esta comprensión al observar las diferentes modalidades de se hablar inglés cuando del fórum organizado por la ISA (International Sociological Association) en Buenos Aires, en agosto de 2012. Conversando con una colega ilustre de India, la socióloga Sujata Patel, ella reclamaba de no entender casi nada de la traducción del castellano para el inglés que había sido hecha por una traductora argentina. Por otro lado, varios colegas y estudiantes de lengua española y portuguesa reclamaban de las dificultades de entender el inglés de los indios y de los chinos. Esto es claro un pequeño ejemplo que necesita ser profundizado pero que sugiere que la lengua inglesa está conociendo mutaciones fonéticas y semánticas importantes al ser apropiada por individuos de otras estructuras lingüísticas. En verdad, el mismo ya se pasó antes con el latín al largo del proceso de colonización pues el portugués que se habla hoy en Brasil o Angola no es el mismo portugués originario de Portugal. También podemos recordar, en esta dirección, que, hoy, el inglés que se habla en los Estados Unidos no es el mismo que se habla en Inglaterra. La particularidad ahora del inglés es que él pasa a ser apropiado como dispositivo de traducción simbólica y cultural por individuos que mantienen sus estructuras lingüísticas originales. Este simple ejemplo nos revela la complejidad histórico-cultural del sistema-mundo en la actualidad. Y podemos tomar muchos otros ejemplos en las danzas, las fiestas, los rituales, las economías entre otros para demostrar que las mediaciones lingüísticas son extremadamente complejas y que la transmodernidad que nos habla E. (2012) es fabricada por experiencias y prácticas variadas que se comunican pero no se disuelven en un padrón histórico y cultural uniformizado.

LA LIBERACIÓN DE AMÉRICA LATINA COMO SISTEMA-MUNDO PARTICULAR

Al analizar el rol de la CEPAL (Comisión Económica para América Latina y Caribe) en la formación del pensamiento latinoamericano, constatamos que R. Prebisch (1949) planteó una reflexión sobre el sistema-mundo que tiene muy más valor sociológico que la mirada de los economistas en su época. Queremos decir que el momento en que Prebisch y colegas como C. Furtado entienden que el deterioro del intercambio económico internacional entre países productores de manufacturas y países proveedores de materias primas agrícolas y minerales estaba se profundizando y que no había solución para los países “subdesarrollados” dentro de la lógica económica de las “ventajas comparativas”, ellos logran a producir desde América Latina, un entendimiento económico político más amplio del sistema mundo que tuvo importantes impactos prácticos.

En el campo del pensamiento podemos decir que la CEPAL introduce un hecho nuevo para pensar el sistema mundo por testimoniar claramente los desplazamientos de centros de producciones de ideas sobre el desarrollo de centro para centro – desplazamiento del imperialismo de Europa para Estados Unidos – y de centro para periferia – nacimiento de un pensamiento crítico en los márgenes. De hecho, la hegemonía imperialista norte-americana se apoyó en la renovación de las tesis liberales por las teorías de la modernización y en la idea que la posibilidad de éxito para los países “subdesarrollados” dependía de seguir los pasos del crecimiento económico de los países “desarrollados”.

Las tesis desarrollista y anticomunista de Rostow reveladas en su libro *Etapas del crecimiento económico* son las más conocidas. Proponían que cada país debería pasar por cinco etapas: sociedad tradicional, transición (condiciones previas para el “despegue económico”), el despegue económico, camino de la madurez y consumo a gran escala (ROSTOW, 1993). En las universidades norte-americanas se discutirán mucho los usos de las teorías de la modernización en América Latina en el post-guerra. Según esta ideología del desarrollo la posibilidad de superación de la condición del “subdesarrollo” dependía de la capacidad de los dirigentes y empresarios de los países subdesarrollados de copiar los modelos exitosos de los países “desarrollados”, apareciendo los Estados Unidos como el modelo ejemplar.

En paralelo y contra esta lectura evolucionista de la modernización, la CEPAL estimuló reacciones antiimperialistas y mismo anticapitalistas que van manifestarse en las reformas de los estados de la región, en las luchas por nuevas políticas públicas, y en la liberación de los movimientos sociales respecto a las tesis coloniales. Tales reacciones están presentes en la teoría estructuralista cepaliana, en las teorías de la dependencia, en las teorías de la colonialidad, en las teorías de la liberación y en las teorías de la decolonialidad.

En esta dirección, podemos sugerir que América Latina desde los años cincuenta se mueve desde dos campos de ideas: por un lado las teorías de la modernización estimuladas por las universidades norte-americanas para combatir el comunismo y por el avance del imperialismo norte-americano que reconfigura el eurocentrismo; por otro, las teorías antiimperialistas (que niegan la distancia estructural entre países desarrollados y subdesarrollados) y que entienden que América Latina pasa a ser desde entonces también un nuevo centro de organización del sistema mundo.

Teorías imperialistas del desarrollo

Este es un punto importante para el avance de nuestra reflexión y que debe ser explicado para no haber exagero sobre el alcance de la ruptura crítica producida por la CEPAL. O sea, la crítica cepalina solo rompió con un aspecto de la colonialidad, lo representado por el encubrimiento del matriz centro-periferia del sistema-mundo por la ideología del equilibrio espontaneo del mercado. Hay otro aspecto de la colonialidad que no se rompió con la crítica cepalina: la de la ideología del progreso por etapas que fue sugerida por las teorías de la modernización. Esto significa que los teóricos cepalinos entendieran que la teoría liberal del libre mercado económico era falsa pero no lograran a romper los dogmas evolucionistas de la teoría de la modernización.

Seguramente, necesitamos considerar los límites del contexto cepalino para entender las posibilidades de avance, pues los movimientos sociales e intelectuales solo se liberan dentro de ciertas condiciones históricas dadas. No es posible concebir la creatividad intelectual fuera del espacio y del tiempo. En esta dirección podemos entender la descubierta cepalina tuvo sus límites objetivos dados por las tensiones entre la postcolonialidad y el imperialismo. La revolución cubana, por un lado, las dictaduras militares, por otro, revelan la intensidad de las tensiones políticas en América Latina en este contexto de consciencia de la importancia de una praxis de los márgenes. Estos hechos prueban la existencia de límites al pensamiento poscolonial crítico que fueran impuestos tanto externamente, por el imperialismo norte americano como internamente, por las fuerzas oligárquicas de base rural.

Hay que subrayar en esta dirección, por consecuencia, que la incapacidad de los cepalinos de romper con la ideología del crecimiento económico ilimitado no fue solo una dificultad teórica de los académicos de criticar la teoría de la modernización por etapas. Los movimientos intelectuales tenían que enfrentar dos tipos de presiones políticas importantes: de los intereses norte-americanos y de las oligarquías conservadoras. Así, las resistencias de estas oligarquías contra los cambios de los regímenes de propiedad y de uso colectivo de las tierras inexploradas económicamente revelan el cuadro de las relaciones de fuerzas presentes.

Las tentativas de implementación de las políticas de reforma agraria apuntan para las dificultades de implementar reformas estructurales en el sistema de propiedad de base oligárquica y en las políticas públicas controladas por el autoritarismo burocrático. Esta tesis queda más clara cuando consideramos que interesaba a los cepalinos interferir sobre las reformas del aparato estatal y sobre las políticas públicas y económicas. O sea, si las políticas cepalinas fueran, por un lado, audaces para la época confrontando incluso los intereses oligárquicos con los planos de reforma agraria, por otro, ellas fueran conservadoras por limitar tales reformas al proyecto de organización de mercados internos nacionales de consumo proyectados dentro del matriz del crecimiento económico lineal y evolutivo.

O sea, las teorías de la modernización, pensadas desde la importancia de los EUA de limitar la influencia soviética sirvieron claramente para actualizar los pactos conservadores involucrando a oligarquías tradicionales y los intereses capitalistas internacionales. Y esta ecuación de las tesis de la modernización por etapas continua a ser da más grande importancia en la actualidad. Ella fue la referencia por la penetración de las ideas neoliberales desde los años 80 (MARTINS, 2012). Por consecuencia, no es exagero afirmar que la tesis neoliberal de disolución de la ecuación centro y periferia tuvo un efecto desastroso sobre las creencias post-coloniales que legitimaban el modelo del Estado desarrollimentista centralizado.

En varios países de América Latina, en los contextos de movimientos de redemocratización en la década de ochenta, como fue el caso de Brasil, los economistas de “izquierda”, legítimos herederos de la tradición cepalina, no lograron éxito en las tentativas de reforma del aparato estatal para asegurar simultáneamente redistribución de ingresos y democratización social. No es exagero pues afirmar que el neoliberalismo contribuyó para desorganizar profundamente una parte de la izquierda intelectual, sobre todo académica, que interpretaba la coyuntura de las sociedades nacionales periféricas desde las relaciones conflictivas entre el Estado, o Poder Central desarrollimentista y los diversos intereses presentes en el escenario político y partidario (MARTINS, 1992).

Así, el pensamiento crítico latinoamericano que había sido estimulado entre las décadas de 50 y 70 por la crítica poscolonial, estructuralista cepalina y postdependentista, conoció cierta recolonialidad desde los años 90 del siglo XX provocada por decisiones políticas más interesadas en los indicadores de productividad académica que en la construcción de una ciencia adecuada para apoyar los procesos de liberación social. Esta recolonialidad se pasó en Brasil, pero también, bajo diversos senderos, en México, Argentina, Chile y varios otros países de la región.

Por consecuencia, el pensamiento académico y universitario latinoamericano, hoy, está muy marcado por procesos de recolonialidad del saber que se materializaron bajo la profesionalización de los estudios universitarios. Este hecho contribuyó para estrechar las cooperaciones entre universidades latinoamericanas y europeas y norteamericanas, fragilizando la cooperación universitaria entre las sociedades latinoamericanas. En muchos países se olvidó de algún modo la memoria de América Latina como una comunidad de destino, siendo el Brasil un caso emblemático de esta alienación académica (MARTINS, 2012).

La traducción de la ideología de la globalización en el glosario poscolonial fue lo de la disolución de la tensión centro y periferia dentro del sistema mundo. Muchos postcolonialistas de izquierda se convirtieron al fascino del pensamiento único. Pues los que ellos más ambicionaban – la realización del desarrollo en condiciones de periferia – les pareció arreglado de súbito por el aparente desaparecimiento de la tensión centro y periferia, lo que igualmente para muchos significaba que el Estado centralizado y interventor non era más necesario. Hemos que reconocer, entonces, que parte del pensamiento académico heredero de la crítica poscolonial quedó pasiva y fue absorbida por los nuevos dispositivos de colonialidad producidos dentro del campo académico neoliberal, impactando sobre los destinos de parte de las ciencias sociales regionales.

El proceso de recolonización del saber por políticas de profesionalización universitaria que valoran la subalternización del conocimiento al eurocentrismo se verificó bajo procesos de recolonialidad del poder destinados a asegurar los cambios en el padrón de poder dominante para permitir el avance del capitalismo económico y financiero en el interior de los Estados desarrollimentistas. Paralelo a estos procesos debemos registrar el avance de la crítica descolonial, o decolonial, que se desarrolló de modo incierto y cuasi siempre fuera de la academia. Tales críticas se apoyan principalmente sobre el avance de la sociedad civil compleja que cuestiona las estructuras de colonialidad desde abajo, desde el mundo de la vida, desde los conflictos urbanos y rurales, desde los nuevos movimientos sociales conectados a las luchas, de las mujeres, de los sin tierras, de las personas sin hogar, de los sin ciudadanía, de los ambientalistas entre otros, como vamos a analizar ahora.

La invención de la CEPAL fue en fin una experiencia de descolonialidad. Pero, tenemos aquí una revisión parcial que no rompió con la idea de centro x periferia como una ecuación de validez ontológica, y, por consecuencia, con la idea de crecimiento económico ilimitado. Por otro lado, la idea de descolonialidad se refiere a un cuestionamiento de la validez ontológica de la ecuación centro y periferia, liberando los márgenes para movilizarse como centros autónomos y creativos de producción de conocimiento sobre el desarrollo sino igualmente sobre la vida y los derechos humanos.

Este es pues el contexto en que vamos a presenciar el surgimiento al lado de las teorías postcoloniales, del movimiento teórico decolonial que objetiva deconstruir radicalmente la colonialidad desde otros marcos interpretativos que cuestionan la idea misma de centro y periferia; cuestionamientos que proponen liberar la periferia de una posición dependientita en el sistema-mundo para que aparezca como nuevos lugares de producción de saberes y experiencias del mundo.

Teorías antiimperialistas del desarrollo

El cuestionamiento político de la ecuación centro x periferia que tiene como marco la CEPAL tuvo impactos sobre el surgimiento de un pensamiento crítico en los márgenes del sistema mundial que se abrió en variados senderos: el estructuralismo cepalino, las teorías de la dependencia y de la liberación entre otros. Pero también sobre innovaciones institucionales y políticas como las reformas de los mecanismos del Estado modernizador y sobre las reacciones alter-sistémicas de la sociedad movilizada. El desplazamiento de la mirada crítica sobre los centros de producción del sistema mundo a través el estructuralismo cepalino se materializó desde entonces por iniciativas políticas intencionadas para organizar el desarrollo nacional: estimular la industrialización nacional y la expansión del mercado interno. Las reformas del sector estatal se hicieron primeramente en los mecanismos cambiales y avanzaron en iniciativas más profundas de reformas institucionales, fiscales y financieras.

O sea, el discurso capitalista colonial - lo de las teorías de la modernización que reducía las relaciones entre naciones “desarrolladas” y subdesarrolladas” a un problema de desigualdades económicas a ser eliminadas en un futuro incierto por las leyes espontáneas del mercado -, fue contestado por otros discursos que entendían las relaciones internacionales como un problema político y epistemológico que revelaban las tensiones entre los movimientos sistémicos del centro y de las periferias.

Sin embargo, las tensiones generadas en este momento histórico del postguerra no se limitó al debate académico como esto de CEPAL, pero se desplazó para la vida política y para las calles, apareciendo en varios momentos por sentimientos colectivos antiimperialistas. La campaña “el petróleo es nuestro” en Brasil en inicios de la década de cincuenta generó reacciones nacionalistas importantes que legitimaran la creación de la PETROBRAS (Petróleo Brasileiro) en 1953. Varios ejemplos pueden ser recordados en esta dirección. Sin embargo, es más importante subrayar el hecho que la crítica inicialmente de razones económicas de las relaciones centro-periferia se pasaron para el plano de la política generando sentimientos anticoloniales significativos. Hube entonces una ruptura epistemológica importante en

este momento y que es fundamental para entender el desarrollo del pensamiento crítico postcolonial y contextual en Latinoamérica y lo que le diferencia de otros continentes. Esta observación es interesante para entender que lo que llamamos genéricamente de sistema mundo es un fenómeno organizado desde varios movimientos sistémicos, desde varias lógicas de organización de un mundo humano que está siempre se moviendo en direcciones hegemónicas y contra hegemónicas.

Esta ruptura de entendimiento respecto a la colonialidad tiene, luego, valores epistémicos y políticos inestimables, contribuyendo para desplazar para el sistema político y para las movilizaciones sociales lo que los colonizadores planetarios querían limitar a un simple problema económico a ser arreglado a largo plazo por el “libre juego de mercado”.

La ruptura epistémica y epistemológica con efectos en la política y en la organización del Estado, en particular en la organización del Estado Desarrollimentista, se reveló tanto pelo entendimiento que las ciencias sociales son un conjunto de saberes articulados por un imaginario histórico compartido y que la disciplina económica exige su permanente evaluación política y social como por el hecho que el sistema mundo es constituido por tensiones de centralización y descentralización o de centro-periferia. O sea, la descubierta cepalina generó además de rupturas epistemológicas con impactos sobre el modelo de Estado y las políticas de modernización regionales, una importante ruptura epistémica respecto a la desconstrucción del imaginario de la colonialidad y la emergencia del otro, postcolonial que problematizó la dependencia económica y política.

En esta dirección es importante recordar que no es mera coincidencia que la creación de la CEPAL fue seguida de otras iniciativas institucionales importantes como la creación de la FLACSO, de la Asociación Latinoamericana de Sociología (ALAS), que es la más importante asociación continental del planeta, y de centros de investigación sobre América Latina, aquí se destacando la importancia del sociólogo mexicano Pablo Gonzalez Casanova que fue el gran incentivador del Instituto de América Latina de la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) que ya completó 60 años de existencia. La descubierta cepalina está pues en la origen de importantes movimientos teóricos y sociales que se desarrollan en la región desde los años cincuenta. Y aquí, a nosotros nos gusta de diferenciar, siguiendo reflexiones de autores de la escuela peruana de sociología inspirada en la obra de A. Quijano (MEJIA, 2012), entre dos planos de análisis: el del movimiento teórico pos-colonial y el del pensamiento descolonial.

La descubierta cepalina, como vimos, significó una ruptura importante con el imaginario colonial – liberando las semillas de la heterotopía de una comunidad de destino solidaria (MARTINS, 2012) – y con el imperialismo –, desplazando la discusión de los cambios económicos internacionales del plano de la economía para la política. El entendimiento del deterioro de las relaciones económicas significó, así, importante inauguración de nuevo paradigma interpretativo con implicaciones prácticas sobre la organización de un pensamiento latinoamericano particular dentro del sistema mundo, que no tiene similitud en otros continentes.

CONCLUSIÓN

No hay como negar los avances del pensamiento crítico latinoamericano desde el momento en que la idea de deterioro de las relaciones centro y periferia fueran cuestionadas políticamente por los cepalinos al final de la segunda guerra mundial. Todas las teorías críticas posteriores son de algún modo herencias de esta ruptura epistémica en el interior del sistema mundo y del surgimiento de fuerzas alter-sistémicas cuestionando el capitalismo desde los márgenes de los países centrales. Por otro lado, no hay como negar igualmente la importancia de las teorías de la modernización fabricadas en las universidades norte-americanas para el impulse de proyectos modernizadores que legitimaran la expansión de prácticas capitalistas en la región y la formación de una élite de economistas que van a articular la neocolonización por el neoliberalismo al final del siglo XX.

Considerando el contexto del pensamiento crítico latinoamericano desde la coyuntura actual, debemos reconocer que hubo varios avances favorables a una crítica decolonial y a una praxis de resistencia amplia. Sin embargo, estos avances teóricos no fueron aún articulado en un sistema disciplinar o interdisciplinario ampliamente compartido por intelectuales, activistas y movimientos sociales y culturales, o sea, como fundamento epistemológico de un pensamiento del sur o de los márgenes, constituyendo una ruptura de hecho con el pensamiento eurocéntrico.

La sistematización de esta crítica de los márgenes es necesaria todavía para profundizar el entendimiento del sistema latinoamericano como un conjunto de fuerzas sistémicas y alter-sistémicas que se mueven entre el tiempo del desarrollo – el tiempo lineal – y otras modalidades de tiempo a través la creación de padrones de poder variados sobre el cambio social, que llamamos de padrones de desarrollo y que son importantes para el entendimiento práctico de las luchas actuales entre fuerzas decoloniales y neocoloniales respecto el futuro de la humanidad y de América Latina.

A nosotros nos parece así que los impases de las teorías de la dependencia pueden ser superadas desde que entendemos el desarrollo no solo como un proceso económico definido por clases sociales sino como procesos simultáneos económicos y no económicos que generan varias ecuaciones políticas sobre los territorios políticamente movilizadas. En América Latina, los diversos padrones de poder se organizan bajo la dialéctica centro y periferia del sistema mundo y del capitalismo global y bajo los dislocamientos de las tensiones de la producción de conocimiento entre el Norte Global y el Sur Global. En esta dirección, pensamos ser posible organizarse una tipología provisoria de padrones de desarrollo, inspirados en la tesis de M. Weber respecto la importancia da clasificación cognitiva provisoria para organizar el caos de la realidad (WEBER, 1979)⁴.

En principio, nos parece pues que en Latinoamérica es posible observar cuatro padrones de desarrollo que necesitan ser más profundizados en otro momento. Aquí, tenemos: a) Padrón de desarrollo por retos económico-financieros con subalternización del social al consumo; b) padrón de desarrollo por retos económico-financieros con indexación del social a los derechos republicanos; c) Padrón de desarrollo por derechos colectivos solidarios con apoyo en políticas económicas plurales; y d) Padrón de desarrollo por derechos igualitarios con apoyo en políticas económicas colectivistas.

⁴ Pues, aclara él, el número y la naturaleza de las causas que determinan cualquier acontecimiento individual son siempre infinitos y esto caos solo puede ser ordenado cuando un hecho específico tiene interese y significado para nosotros y se encuentra en relación con las ideas de valor culturales como abordamos la realidad (WEBER, 1979, p. 94-95).

Tales padrones expresan las ecuaciones de poder que se forman en los territorios nacionales, regionales, locales y transnacionales a partir de las diversas fuerzas presentes que pueden ser económicas – las clases – pero también los grupos estamentales, étnicos, de género, culturales entre otros. En la lucha por la apropiación de los territorios políticamente y socialmente movilizados, tales fuerzas organizan los sentidos de sus acciones desde categorías que pueden ser capitalistas – las clases económicas – sino igualmente patriarcalitas, religiosas, coloniales y étnicas. Las diversas matrices que surgen de las combinaciones de intereses movilizados por categorías cognitivas diferenciadas son la base por la constitución de padrones de desarrollo que se distribuyen geográficamente por grupos de territorios – países – y dentro de los territorios nacionales.

En esta dirección, podemos observar que el tipo uno sugerido, lo de *Padrón de desarrollo por retos económico-financieros con subalternización del social al consumo*, impacta horizontalmente sobre territorios adonde el capitalismo subalternó el social como Brasil y México, como dentro de cada uno de esos países. Este padrón se funda en la hegemonía de los economistas neoliberales en la definición de los retos del desarrollo en términos claramente económicos y consumistas. Aquí, el social no es percibido como un sistema social que tiene su propio ritmo sino como un producto del crecimiento económico. Desarrollo es claramente crecimiento económico y la función del Estado es apoyar la reproducción del padrón de poder económico y financiero internacionalista, siendo la ciudadanía limitada a la inclusión de los individuos en el mercado de consumo de bienes y servicios. En el caso brasileño, vemos que el modelo de inserción de los individuos en la sociedad organizada por el consumo de bienes durables y no durables contribuyó para un consumo no reflexionado que impacta negativamente sobre las condiciones de vida en las grandes ciudades. Por otro lado, en el caso mexicano, que sigue en líneas generales el mismo padrón de desarrollo, vemos que la subalternización del social al capitalismo por el consumo estimuló largamente la expansión del capitalismo del narcotráfico al lado y en articulación con el capitalismo liberal tradicional.

O sea, cada padrón de poder tiene impactos diferenciados según las modalidades de presencia histórica y cultural de los territorios políticamente movilizados. En esta dirección, podemos afirmar que los demás padrones sugeridos también obedecen a estas determinaciones generales. Así el *Padrón de desarrollo por retos económico-financieros con indexación del social a los derechos republicanos* se funda igualmente en la hegemonía de los economistas como en el caso anterior. Sin embargo la ambición de clasificar el social como producto del crecimiento económico encuentra resistencia en una memoria de derechos de ciudadanía republicana (al trabajo, a la libre expresión, a los servicios públicos básicos como educación y salud etc.) que aún funciona como dispositivo de resistencia al avance neoliberal. Los ejemplos más típicos de este padrón son Chile y Costa Rica.

Por su lado, el *Padrón de desarrollo por derechos colectivos solidários con apoyo en políticas económicas plurales* se basa en articulaciones amplias de agentes sociales y institucionales, no solo económicos, y que expresan ciertos tipos de rupturas con los padrones de poder típicos de modernización conservadora (alianza de las oligarquías con el capitalismo internacional). Bajo presión de los movimientos sociales y de fuerzas políticamente organizadas los gobiernos son obligados a hacer concesiones lo que impacta sobre la estructura del Estado y de las políticas redistributivistas. La ruptura parcial del poder colonial también estimula la

emergencia de heterotopías importantes como la del “bien vivir” que Farah y Gil definen como un potencial ethos “una noción con pretensión alternativa a la valorización y acumulación, al individualismo y etnocentrismo capitalista, cuyas referencias está acotadas, social, cultural y territorialmente” (FARAH; GIL, 2012, p. 100). Aquí podemos recordar a Bolivia, Ecuador y Venezuela.

Finalmente, el *Padrón de desarrollo por derechos igualitarios con apoyo en políticas económicas colectivistas* se basa en articulaciones amplias de agentes sociales e institucionales movilizados para asegurar la predominancia de los derechos igualitarios sobre los intereses económicos. Hay ruptura con los intereses oligárquicos tradicionales y con la burguesía colonial y la actividad económica es regulada por una burocracia implicada con los usos colectivos de los recursos disponibles. Cuba nos parece el caso típico de este padrón de poder.

Finalmente, todos son ecuaciones de poder que presentan ciertas características compartidas por los pactos de dominación pero que se desdoblaron de modos históricos diferenciados según las particularidades de las luchas, resistencias, memorias y heterotopías de las poblaciones, movimientos y movilizaciones territoriales. El reconocimiento de esta pluralidad de padrones de poder es una exigencia básica para pensar la liberación de América Latina.

REFERÊNCIAS

CAILLE, A. **Critique de la raison utilitaire**. Manifeste du MAUSS. Paris: La Découverte-MAUSS, 1989.

_____. **Dé-penser l'économique**. Contre le fatalisme. Paris: La Découverte/MAUSS, 2005.

CASTORIADIS, C. **L'institution imaginaire de la société**. Paris: Seuil, 1975.

DERRIDA, J. **L'écriture et la différence**. Paris: Seuil, 1967.

DUSSEL, E. **1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1993.

FARAH, I.; GIL, M. Modernidades alternativas: una discusión desde Bolivia. In: MARTINS, P. H.; RODRIGUES, C. (Org.). **Fronteiras abertas da América Latina: diálogos na ALAS**. Recife: Editora da UFPE, 2012. p. 83-113.

FARAH, I.; WANDERLEY, F. Introducción: el desarrollo en cuestión: reflexiones desde América Latina. In: WANDERLEY, F. (Coord.). **El desarrollo en question: reflexiones desde América Latina**. La Paz: CIDES-UMSA, 2011.

FOUCAULT, M. **El cuerpo utópico: las heterotopías**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 2010.

FRANÇA FILHO, G.; LAVILLE, J. -L. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

JONAS, H. **Le principe responsabilité: une éthique pour la civilisation technologique**. Paris: Les Editions du Cerf, 1997.

LANDER, E. (Org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2003.

- LATOUCHE, S. **Faut-il refuser le développement?** Paris: PUF, 1986.
- LEFORT, C. **Essais sur le politique (XIXe y XXe siècles)**. Paris: Editions du Seuil, 1986.
- LUGONES, M. Colonialidad y género. In: CAIRO; GROSFUGUEL (Org.). **Descolonizar la modernidad, descolonizar Europa: un diálogo Europa-América**. Madrid: IEPALA, 2010.
- MARTINS, P. H. **La decolonialidad de América Latina y la heterotopía de una comunidad de destino solidária**. Buenos Aires: CICCUS/Estudios Sociológicos Editora, 2012.
- _____. Imagens ambivalentes da globalização. **Revista Estudos de Sociologia**, Recife: PPGS-UFPE, v. 5, n. 2, p. 95-118, 1999.
- _____. **Prophétie économique et le mythe du développement en Amérique Latina: le cas du Brésil**. Paris: Universidad de Paris I: IEDES. Tese de doctorado, 1992.
- MAUSS, M. Marcel Mauss vivant. **Revue du MAUSS**, n. 36, semestrielle, 2010.
- MEJIA, J. Colonialidad y des/colonialidad en América Latina. Elementos teóricos In: MARTINS, P. H.; RODRIGUES, C. (Org.). **Fronteiras abertas da América Latina: diálogos na ALAS**. Recife: Editora da UFPE, 2012. p. 57-83.
- PREBISCH, R. **El desarrollo económico en la América Latina y algunos de sus principales problemas**. México: Fondo de Cultura, 1949.
- QUIJANO, A. El fantasma del desarrollo en América Latina. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, v. 6, n. 2, p.73-90, mayo/ago. 2000.
- _____. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2003.
- REVUE DU MAUSS. **Vers une autre science économique (et donc un autre monde)?** Paris: La Découverte/MAUSS, n. 30, 2. sem. 2007.
- ROSTOW, W. W. **Las etapas del crecimiento econômico: um manifesto no comunista**. Madrid: Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales, 1993.
- SANTOS, T. What Kind of Basic Changes do We Need in the New World System? Some reflections on Globalization, Development and Social Justice. In: BIALAKOWSKY *et al.* (Org.). **Latin American critical thought: theory and practice**. Buenos Aires: CLACSO, 2012. p. 210-236.
- TAPIA, L. El tiempo histórico del desarrollo. In: WANDERLEY, F. (Coord.). **El desarrollo en question: reflexiones desde América Latina**. La Paz: CIDES-UMSA, 2011.
- TAYLOR, C. **As fontes do self: a construção da identidade moderna**. São Paulo: Loyola, 1997.
- WALLERSTEIN, I. **O fim do mundo como o concebemos: ciência social para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.
- _____. La re-estructuración capitalista y el sistema-mundo. **Anuário Mariateguiano**, n. 8, p. 195-207, 1996.
- WEBER, M. **Max Weber: sociologia**. São Paulo: Ática, 1979. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

Lutas sociais, capitalismo e crises: sonhos e sangue na América do Sul

Social struggles, capitalism and crises: dreams and blood in South America

Cibele Maria Lima Rodrigues – ALAS

RESUMO

Neste artigo é apresentado um quadro panorâmico de mobilizações recentes que tem ocorrido na América do Sul. Nosso argumento é que essas lutas sociais expressam as diversas formas de resistências aos processos de dominação e exploração que estão relacionados com relações de hegemonia e “posicionamento” dessas sociedades no capitalismo global. O processo histórico de colonização é crucial para compreender as tensões entre grupos dominantes e oprimidos. A análise tem por base nossa interpretação de Gramsci, Stuart Hall, Ernesto Laclau e Lúcio Olivier.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Política. Colonialismo.

ABSTRACT

In this paper has been present a panoramic **frame** of recent mobilizations that been occurred in South America. Our argument is that social struggles express the several forms of resistance to the relations of hegemony and positioning of these countries in global capitalism. The historical process is crucial to understand the tensions between dominant and oppressed groups. The analysis is based in our interpretation of Gramsci, Stuart Hall, Ernesto Laclau, Lúcio Olivier.

Keywords: Social movements. Politics. Colonialism.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é apresentar um quadro panorâmico de mobilizações recentes que tem ocorrido na América do Sul compreendendo essas lutas sociais como resistências aos processos de dominação e exploração que, nessa região, estão relacionados ao “posicionamento” dessas sociedades no capitalismo global. Trata-se de uma reflexão ainda incipiente em termos de pesquisa comparativa, mas que tem como propósito despertar o interesse por esse tipo de investigação com o olhar voltado para os povos da América Latina, a partir do Brasil¹. Nesse sentido, na primeira parte do artigo vamos expor alguns pontos relativos ao processo histórico de colonização e algumas de suas consequências. Em seguida, apresentaremos alguns dados de mobilizações recentes de países vizinhos, e as lutas por

¹ Dados podem ser encontrados no site do Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais (CLACSO), no Observatório Social da América Latina, disponível em www.clacso.org. E ainda no site da Associação Latinoamericana de Sociologia (ALAS), www.alas-sociologia.org.

moradia no Brasil. Por fim, elencaremos alguns pontos de nossa observação que tem por base nossa leitura de Gramsci, Stuart Hall, Ernesto Laclau e Lúcio Olivier.

COLONIZAÇÃO E COLONIALISMO

O processo de colonização é, seguramente, uma marca inscrita nas relações sociais na América Latina. Em certa medida, ele explica muitos elementos da desigualdade e conflitos existentes nessa região. Para Furtado (2002) é uma “dinâmica perversa” em que o comportamento das elites tradicionais é decisivo para perpetuá-la e o sintoma é a alta concentração de renda que convive com estímulo ao consumo das elites. Elites que, em sua maioria, não incorporaram nem ao menos o imaginário igualitário ou republicano das revoluções burguesas, em que pese suas inerentes contradições. Em outras palavras, não incorporam patamares mínimos de aceitação de direitos humanos como racionais e legítimos (RANCIÈRE, 1996), apenas como privilégios das elites dominantes.

Embora estejamos nos referindo ao Brasil essa conclusão se aplica a outros países da América Latina visto que o processo histórico tem aspectos comuns. Autores como Aníbal Quijano tratam dessa temática mais especificamente e de forma mais aprofundada, mostrando como a colonização levada a cabo por alguns países da Europa ocidental e, sobretudo, pelas elites dominantes deixa suas marcas enquanto forma de vida e, sobretudo de opressão dos povos originários. Foi instituída a desigualdade entre países que, ainda hoje, é funcional à manutenção do sistema capitalista. Não se trata apenas de exploração econômica, mas de uma invasão cultural, tal como analisa Freire (1980). As consequências atravessam as dimensões objetivas e subjetivas, e, como todo processo de construção de hegemonia, segundo Gramsci, possui aspectos de coerção e de convencimento.

Para Quijano (2005), tal dominação foi calcada na invenção do conceito de raça. Um poderoso construto, produzido pela ciência, que re-classifica a humanidade. Se até então a classificação dos povos estava relacionada com sua origem geográfica passa a ser usada a cor da pele, e daí se estabelece uma falsa hierarquização, relacionada inclusive com a hierarquização dos modelos cognição. A imposição do modelo epistemológico eurocêntrico como superior e único legítimo, para Quijano é um processo de colonização do saber que inclui toda a nossa formação educacional (desde a educação básica até a acadêmica). A imposição de um modelo de pensar e refletir, de construção de saberes que se auto-proclama como superior. Hall (2003) e Quijano (2005) avaliam que o conceito de *raça* foi a construção política e social em torno da qual se organizou um sistema de poder, em que se constituiu uma cadeia de equivalência entre o registro sócio-cultural e biológico, naturalizando a discriminação.

Segundo Hall (2003), esse discurso criou as condições de expansão do imaginário moderno, ao mesmo tempo, abriu as possibilidades de resistência. Para Stuart Hall, as dicotomias do Iluminismo entre universalidade e singularidade, entre tradicional e moderno, tem efeitos sobre o que é compreendido como cultura. Estas divisões supõem uma separação entre cultura tradicional e moderna, entre comunidade e sociedade. Esse sistema de diferenças coloca o não-moderno (ou pré-moderno) como inferior e enquanto homogeneidade que deve ser substituída por uma “cultura da modernidade” que se auto-define como aberta, racional, universalista e individualista. De fato, percebemos que essa crença (ou arrogância)

acadêmica está presente em filósofos como Husserl. O termo “cultura da modernidade” vai estar presente nas Meditações Cartesianas de Husserl (2001), como a cultura calcada na racionalidade (superior) da ciência moderna, em seu sentido positivo.

Mas, ainda segundo Hall (2003), essa lógica binária (tradição/modernidade) foi minada desde seu início. A concepção de cultura nas comunidades de minoria étnica transcende essa relação fixa entre tradição e modernidade. Não existe uma tradição imutável, há ainda traduções (interpretações) da tradição, num processo de contínua mudança em que existem conflitos. Ao pensar o conceito de ideologia, a formulação marxista de falsa consciência dá lugar a estruturas de entendimento, que propiciam interpretação, sentido, experiência e vivência das condições materiais (ESCOSTEGUY, 2006) que envolve os estudos da linguagem, representação e formas materiais, instituições e práticas sociais. Essa forma de pensar cultura, presente em Stuart Hall, faz parte de um conjunto de formulações teóricas que ficaram conhecidas sob a rubrica dos “estudos culturais” (MATTELART; NEVEAU, 2004; JOHNSON, 2006), tendo como pano de fundo a crítica ao estalinismo e ao economicismo, em torno de uma “Nova Esquerda”, como uma tradição intelectual e política (pelo menos a princípio).

Esse processo outorga legitimidade à conquista e às atrocidades cometidas: a dizimação e tomada das terras. Nesse processo de invasão cultural (FREIRE, 1980) as subjetividades foram, paulatina e violentamente, desqualificadas em sua expressão cultural. Todo o conhecimento produzido e seu modo de vida foram negados causando uma profunda “desidentificação”. Foi esse processo que fez com que mitos tenham sido introjetados em dominantes e dominados, como nos alerta Freire (1980), os oprimidos incorporam as ideias dos opressores e é isso que impede sua libertação. Dentre os mitos o mais eficaz é a ideia de que os povos colonizados são incapazes e essa deficiência é vista como uma fatalidade divina.

Essa construção simbólica vem acompanhada da exploração econômica, baseada, sobretudo, na escravidão e servidão. Assim, Quijano (2005) avalia que foram construídos Estados sem nação visto que a maioria da população foi excluída dos direitos básicos preconizados pelo modelo de Estado moderno. Um modelo que prega o liberalismo econômico amplo, mas baseado na escravidão e liberalismo político apenas para as elites e, conseqüentemente, a democracia não se estabelece enquanto discurso dominante valor ou prática, ao contrário, as análises apontam que o autoritarismo como traço da dinâmica social, da sua cultura e política (ALVARÉZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000). Mas essa hegemonia do autoritarismo social não se deve ao “atraso” ou “subdesenvolvimento”, como preconizavam alguns teóricos, como Almond e Verba (SOMERS, 1995), mas em decorrência desse processo global de dominação. Esses foram os pilares das relações de dominação que garantiram o “bom funcionamento” e expansão do capitalismo mundial. Naturalmente, esses processos não ocorreram sem resistências, muitas foram as lutas.

No início século XX, as estratégias se modificam, a tentativa de incorporar os povos originários e afrodescendentes se deu a partir da criação do mito da mestiçagem como base da nação. Esse processo é bem conhecido no Brasil, pois foi auxiliado por teorias como a democracia racial, mas ele ocorreu em outros países, a exemplo da Bolívia (SANJINÉS, 2009; ORTIZ, 1985). Naturalmente, há diferenças e nuances que são bem analisadas por Quijano (2005). De distintas maneiras, os governantes se valeram do mito da identidade nacional (mestiça) para manter as relações de hegemonia e encobrir o processo histórico anterior e

manter apagadas as identidades dos povos. A paulatina expulsão dos povos originários de suas terras foi contada como um processo natural de aquisição da propriedade privada capitalista. Isso é o que Quijano chamou de formação de Estados sem nação.

Para corroborar o argumento de que os povos originários (ou indígenas) e afrodescendentes foram excluídos dos direitos mínimos, ou da cidadania, encontramos dados de relatório das Nações Unidas que demonstram o quanto persiste essa desigualdade. As conclusões apontam que indígenas e afrodescendentes como os mais pobres da América Latina:

En la región **1 de cada 3** niños indígenas y afrodescendientes vive en extrema pobreza y **2 de cada 3** en pobreza; en las zonas rurales, **9 de cada 10** niños indígenas son pobres y **6 de cada 10** son extremadamente pobres. [...] **Los niños indígenas y afrodescendientes** presentan en mayor medida privaciones vinculadas al acceso a la educación y la información (NACIONES UNIDAS, 2010, p. 47, grifos nossos).

Assim, podemos avaliar o quanto esse processo histórico ainda deixa suas marcas nos dias atuais. Como toda relação de hegemonia, essa realidade não é aceita tacitamente pelos povos “excluídos”. Ao longo dos anos, existiram vários focos de resistência, de lutas por mudanças, por revoluções.

PROTESTOS E EXPLORAÇÃO NA HISTÓRIA RECENTE

A partir desses pressupostos iniciais podemos avaliar e compreender melhor os protestos e mobilizações dos tempos atuais na América Latina, sobretudo como focos de descolonização, de crítica à opressão e invasão cultural. A análise das lutas sociais pode nos fornecer um quadro das principais contradições que ainda permanecem nessas sociedades, como diria Zizek, são sintomas das fraturas do capitalismo. A concentração de propriedade e as lutas por terra (rurais e urbanas) são, nessa perspectiva, exemplos das consequências desse processo de colonização. É bem verdade que a resposta do Estado aos movimentos sociais, da referida região, tem sido de repressão violenta (SEOANE; TADDEI; ALGRANATI, 2005) desqualificando-os enquanto sujeitos de direitos. Outra face está relacionada com tentativas de cooptação com o intuito de neutralizar sua ação (FONTES, 1995; CROSS; FREY, 2007).

Além disso, como afirma Oliver (2011), podemos analisar sob o prisma da crise do estado ampliado (no sentido definido por Gramsci que inclui os aparelhos repressivos da sociedade política e a sociedade civil). Sendo a sociedade política o momento da coerção e, a sociedade civil, o conjunto de organismos que refletem a tentativa das classes dirigentes de exercer sua hegemonia pela via ideológica, que implica na atuação de organismos privados na busca do consentimento e naturalização das relações de dominação.

Oliver (2011) ao analisar as lutas sociais e protestos ao longo de 2010, constatou uma crise orgânica do estado ampliado na América Latina, no sentido usado por Gramsci. A hegemonia é mantida em relações de tensão e disputa de projetos políticos. Na análise dele, de um lado, os governos e sociedades políticas são tensionados por forças oligárquicas tradicionais que desejam manter a relação de dependência. Ao investirem em políticas de crescimento tomam

o caminho produtivista que é altamente depredador, sem considerar o modo de vida das pessoas. Uma parte dos grupos dominantes perderem o poder, mas os “novos governos” (ou governos de esquerda), em alguns casos, não conseguem sair da armadilha da subordinação, em que pese o esforço para fortalecimento do Estado. Isso ocorre por não elaborarem políticas profundas e necessárias para mudar o padrão de dominação e por sua própria subordinação ao sistema capitalista, mais poderoso que os governos.

De outro lado, os movimentos sociais, que, em suas lutas, tentam construir caminhos alternativos, propondo intervenções nas políticas sociais com a finalidade de criar novos sentidos para a construção de uma democracia. Nesse sentido, os movimentos sociais têm questionado os modos de vida. E, como demonstram autores como Albó (2009), vão buscar nas tradições dos povos originários elementos para construção de políticas e de um novo modo de vida, como é o caso da chamada Ética do Bem Viver. Trata-se de uma construção dos povos originários em suas lutas por emancipação, autores bolivianos como Tapia (2012), Farah e Gil (2012) desenvolvem de maneira mais aprofundada essa reflexão, mas também há outras contribuições vindas de intelectuais peruanos, a exemplo de Mejía (2012).

Essa tensão entre movimentos, poder econômico e governos pode ser percebida a partir da análise do caráter de algumas lutas sociais na América Latina. Para elucidar esse argumento, e concordando, em certa medida com Lucio Oliver, podemos citar algumas manifestações recentes.

No Chile e na Colômbia, o foco das manifestações é a educação, já duramente atacada pelas reformas privatistas neoliberais dos anos 1990. Os governos querem fazer novas reformas que aprofundam ainda mais a desigualdade já existente. Manifestações pela educação pública aconteceram ao longo de 2011 e ainda permanecem. Estudantes e professores se uniram em reação aos ataques dos governos. A educação é um dos direitos negados à grande maioria da população da região. Esse argumento está desenvolvido por Gentili (2009) ao analisar os dados sobre educação na América Latina. Ele denominou de “exclusão includente” na escolarização, pois mesmo que tenham melhorado os índices de acesso à educação os processos de exclusão permanecem com outras feições, sobretudo na qualidade dos serviços e na privatização de vários setores, sobretudo das universidades.

Segundo Freire (1980) existe uma intencionalidade nas ações das “elites opressoras” que preferem manter as massas alijadas da educação crítica. Nesse processo a criminalização dos movimentos, sobretudo dos docentes também aparece na Argentina, em que a presidenta chegou a afirmar que os docentes são “trabajadores que gozan de estabilidad frente al resto de los trabajadores, con jornadas laborales de cuatro horas y tres meses de vacaciones”² e ademais são absenteístas. Uma tentativa de desqualificar e deslegitimar suas reivindicações, mas, naturalmente, essa declaração gerou reações dos sindicatos. Essa prática de deslegitimação das demandas é comum em relação aos movimentos sociais em outros governos (RODRIGUES, 2009).

Na Bolívia as teses de Lúcio Olivier se confirmam. Atualmente governada por uma liderança dos povos originários, Evo Morales: “um indígena levado ao poder pelo movimento indígena, impõe sem consulta prévia [...] a construção de uma estrada em território indígena para explorar recursos naturais” (SANTOS, 2012).

² SUTEF CFK..., 2012.

O sentimento “indignação” dos povos originários expresso na seguinte afirmação: “O presidente Evo Morales não considera seu passado e participação no Exército Guerrillero Tupak Katari”³. Criou um discurso pouco ético de “esquerda” para justificar prisões e repressões. Inclusive anunciou um processo de consulta para desmobilizar o movimento. Os representantes das comunidades indígenas organizados sob a Confederação dos povos indígenas (CIDOB) organizaram uma marcha de trinta dias, em setembro de 2011.

A exploração dos recursos naturais, uma marca da colonização, continua. Como mostram notícias do Peru. Protestos contra projetos de mineração em Cajamarca y Celendín, no Peru, que envolvem empresas que contaminam águas, terra e ar. Essas empresas atuam com o aval político do governo para exploração das minas de cobre e ouro, e ainda corrompem autoridades, dividem os povos. Também nesse caso, houve mortos e feridos na repressão violenta ordenada pelo governo⁴.

A semelhança dessas lutas e protestos com a realidade brasileira nos fazem parte dessa América Latina. No caso do Brasil, um dos campos que mais demonstrou a tensão entre movimentos, capital econômico e governo foi a política habitacional, na gestão de Lula. Essa relação é bastante complexa e foi analisada mais profundamente em outro trabalho (RODRIGUES, 2009). Os exemplos que vamos citar serão usados a título de comparação com as outras manifestações coletivas apresentadas anteriormente. No caso do Brasil, também está presente a tensão e a crise apresentada por Lucio Olivier. E a relação de hegemonia e jogo das semi-identidades definida por Laclau (1990).

De um lado, os movimentos populares que apostaram na criação de Conselhos, como solução possível para instituir o “poder popular e cultura política democrática”. Conseguiram criar o Conselho Nacional das Cidades e obter hegemonia na sua composição. Obtiveram várias conquistas no Conselho das Cidades, tais como a criação de leis, programas; fundo para habitação social; aumento de orçamento para habitação popular. Tais medidas causaram um aumento no acesso à moradia para os pobres que não teriam essa oportunidade apenas pelo salário. Muito embora devemos ressaltar que a qualidade das moradias deixa a desejar, seria o que Engels chamou de organizar os pobres o menos mal possível (LEFEBVRE, 1999). Nesse contexto, trata-se de uma mudança positiva em relação aos governos anteriores que foram piores.

Por outro lado, o setor do capital imobiliário foi um dos que obteve os maiores lucros, sobretudo patrocinados pelo governo, por meio de incentivos fiscais. E ainda, o governo nem sempre respeitou as deliberações do conselho, chegando a diminuir recursos que já tinham sido indicados. A criação de parcerias público-privadas e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) vai em direção contrária ao que pregam os movimentos. Além disso, mesmo que o governo federal tenha tido uma atitude de respeito em relação às lideranças dos movimentos populares (o que não ocorreu no governo de Fernando Henrique) os dados mostram que a cada ano 13.815 famílias, a cada ano, receberam ordens de despejo do Poder Judiciário (o que demonstra o poder dos empreendedores).

³ PUEBLOS indígenas..., 2012.

⁴ Notícias podem ser consultadas no site <<http://www.somossur.net/sur-america-latina/america-latina-en-movimiento.html>>.

Esse processo resultou em mudanças na identidade dos representantes do movimento. O jogo de semi-identidades, tal como descrito por Laclau (1990), fez com que na relação dentro do conselho os movimentos chegassem a recuar de suas posições e aderir às concepções do governo. Como por exemplo, mudar de opinião em relação às Parcerias Público-Privada.

ANALISANDO PONTOS COMUNS

Ao observarmos os protestos nesses países, percebemos, além dos pontos destacados por Lucio Oliver, a manutenção dos padrões de autoritarismo e de exclusão da cidadania. Percebemos nos exemplos e em muitos outros (disponíveis no Observatório Social da América Latina do CLACSO), a manutenção de um padrão de criminalização de militantes e desqualificação das reivindicações. A repressão estatal tem sido comum, fazendo com que os militantes atuem em contextos adversos, em que suas reivindicações são ilegítimas. Os direitos privados e das elites continuam predominando, mesmo que, já tenha havido mudanças. Os patamares não são os mesmos, mas paira o espectro do autoritarismo estatal.

E, conseqüentemente a exploração e expropriação nas relações sociais, tendo em vista a manutenção de padrões de desigualdade, de miséria e não-cidadania. Mesmo a cidadania liberal ou emancipação política (MARX, 1995), em sua acepção mais conservadora não tem lugar, pois ainda predomina, em certa medida, os padrões autoritários da colonização. Muito embora devamos sempre admitir que mudanças tem ocorrido e que os processos de mudança social são realmente lentos.

No jogo político podemos ainda observar ataques aos direitos adquiridos; descumprimento de acordos. E nas políticas sociais há movimentos de recuos e avanços, que decorrem do que Lucio Oliver já constatou que é a falta de mudanças profundas no padrão de dominação e subordinação ao sistema capitalista, mais poderoso que os governos. Alguns autores se questionam sobre as possibilidades em conceituarmos essas sociedades como democráticas, já que, de uma forma geral, democracia está associada à possibilidade de questionamento (VITULLO, 1999; MOUFFE, 2002; LACLAU, 1996).

Essa tensão permanente leva a mudanças e crises nas identidades dos militantes que se vem, às vezes, forçados a aceitar padrões mínimos nas políticas sociais por receio de não terem nada. Esse contexto adverso levam os movimentos a redefinir constantemente o que denominei de espectro das lutas possíveis, a cada conjuntura política (LACAN, 1996; LEFEBVRE, 1999). Nesse sentido, as manifestações coletivas dos grupos podem oscilar em ações de conflito, de antagonismo e de naturalização das formas tradicionais de fazer política, como defendeu Mutzenberg (2002).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A observação das mobilizações e lutas sociais ao longo da história da América Latina nos mostra como opera a lógica da hegemonia, nos termos de Laclau. De um lado, a construção de um mito para garantir a dominação (LACLAU, 1990), de outro lado, há sempre espaço para constituição de novas subjetividades políticas que surgem a partir das contradições

e ambiguidades das promessas do mito. Assim, se fizermos uma leitura a partir dos pós-colonialistas podemos também afirmar que nem todas as mentes e corações se tornam totalmente colonizados (HALL, 2003). As subjetividades que entram em conflito com os padrões de dominação, de colonização, seriam justamente as que conseguiram perceber esse processo e constituir-se fora da lógica hegemônica. Numa perspectiva de crítica, como propõe o marxismo e no esteio dele, Paulo Freire.

As lutas sociais envolvem diferentes subjetividades políticas em torno do que denominamos tradição revolucionária (RODRIGUES, 2009). Se de um lado, as adversidades que deveriam desmobilizar e levar à apatia e conformismo, de outro lado, essas subjetividades (re)clamam por mudanças. São os indignados com todas as formas de injustiça e opressão. O que os une é a solidariedade com os injustiçados e a esperança de um mundo melhor. De forma mais específica, essas pessoas se movem a partir do imperativo categórico (moral) que a vontade geral prevalece sobre indivíduo para estabelecer uma comunidade justa, como na ideia de república de Platão (1999) e de comunismo em Marx e Engels (1998). Mas, além disso, trata-se de um tipo de mobilização de sentimentos (libidinal), como já afirmava Gramsci, e atestam também autores como Laclau (2006), Mouffe (2002) e Melucci (1989). Acrescentaria apenas que a memória das lutas coletivas é um desses impulsos para a ação coletiva, aliado a esperança de um mundo mais justo. Muito embora devamos ressaltar que na perspectiva aqui adotada, essa tradição é apenas uma superfície inscrição em que muitos e diferentes sonhos podem se materializar no termo revolução. Há um campo de disputa e divergências entre os agentes que desejam a revolução. E as lideranças dos movimentos atuam como intelectuais orgânicos (GRAMSCI, 2001) constituindo discursos e convencendo pessoas a lutar contra as diversas formas de opressão.

Nesse sentido, resta à academia, em nossa opinião, estabelecer uma relação dialógica com os movimentos sociais (no sentido usado por Paulo Freire e pela educação popular). As formas de execução desse ideal são as mais diversas. E, cada vez mais se faz necessária uma maior aproximação da produção intelectual que está sendo desenvolvida na América Latina. O campo do pensamento crítico na região tem produzido reflexões bastante singulares, como também se trata, em grande parte, de um grupo engajado nas lutas sociais.

REFERÊNCIAS

ALBÓ, Xavier. Muchas Naciones en una. In: ORTUSTE, Gonzalo Rojas. **Nación o naciones boliviana(s)? Institucionalidad para nosotros mismos**. Bolívia: CIDES, 2009.

ALVARÉZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (Org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

CROSS, Cecília; FREY, Ada. Movimientos Piqueteros y democracia em Argentina: um estúdio sobre la acción política de cuatro organizaciones en el período 2002-2004. **Latitude**, Maceió, EdUFAL, ano 1, n. 1, p. 83-102, 2007.

ESCOSTEGUY, Ana. Estudos culturais: uma introdução. In: JONHSON, Richard; ESCOSTEGUY, Ana; SCHULMAN, Norma. **O que é afinal, estudos culturais?** Tradução de: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 133-166.

FARAH, Ivone; GIL, Maurício. Modernidades Alternativas: una discusión desde Bolívia. In: MARTINS, Paulo Henrique; RODRIGUES, Cibele. **Fronteiras abertas da América Latina: diálogos na ALAS-Associação Latinoamericana de Sociologia**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. p. 83-114.

FONTES, Breno A. S. M. Clientelismo urbano e movimento popular: a construção de redes de poder. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 81, 1995. p 119-155.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 8. ed. RJ: Paz e Terra, 1980.

FURTADO, Celso. **Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 101p.

GENTILI, Pablo. O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 109, p. 1059-1079, dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302009000400007&script=sci_arttext>. Acesso em: 01 out. 2012.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 1. (Carlos Nelson Coutinho, tradução e edição).

HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 161-197.

HUSSERL, Edmund. **Meditações cartesianas: introdução à fenomenologia**. Tradução Maria Gorete Lopes e Souza. Porto: Rê, 2001.

JOHNSON, Richard. **O que é, afinal, estudos culturais?** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 236 p.

LACAN, Jacques. O estádio do espelho como formador de função do EU. In: ZIZEK, Slavoj (Ed.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 97-104.

LACLAU, Ernesto. Glimpsing the future. In: CRITCHLEY, Simon; MARCHART, Oliver (Ed.). **Laclau: a critical reader**. London: Routledge, 2006. p. 279-328.

_____. Poder e representação. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 7, p. 7-28, dez. 1996. Tradução de: Joanildo Burity.

_____. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1990. p. 19-99.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Tradução de: Maria Helena Ramos e Marilena Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. 180 p.

MARX, Karl. Glosas críticas marginais ao artigo: o rei da Prússia e a reforma social de um prussiano. **Práxis**, Itumbiara, n. 5, p. 69-91, out./dez. 1995.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MATTELART, Armand; NEVEAU, Érik **Introdução aos estudos culturais**. Tradução de: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2004. 215 p.

MEJÍA, Julio. Colonialidad y des/colonialidad en América Latina. Elementos Teóricos. In: MARTINS, Paulo Henrique; RODRIGUES, Cibele. **Fronteiras abertas da América Latina: diálogos na ALAS-Associação Latinoamericana de Sociologia**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. p. 57-82.

MELUCCI, Alberto. **Nomads of the present: social movements and individual needs in contemporary society**. Great Britain: Anchor Press, 1989.

MOUFFE, Chantal. **Politics and passions: the stakes of democracy**. London: Centre for the Study of Democracy, 2002.

MUTZENBERG, Remo. **Ações coletivas, movimentos sociais:** aderências, conflitos e antagonismo social. 2002. 233f. Tese (Doutorado Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

NACIONES UNIDAS. Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL); FONDO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA INFANCIA (UNICEF); POBREZA INFANTIL EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. Naciones Unidas, 2010, 208 p. Disponível em: <[http://www.unicef.org/lac/Libro-pobreza-infantil-America-Latina-2010\(1\).pdf](http://www.unicef.org/lac/Libro-pobreza-infantil-America-Latina-2010(1).pdf)>. Acesso em: 01 out. 2012.

OLIVER, Lucio. Sociedad civil y proyectos políticos en disputa. Conyuntura latinoamericana 2011. In: CONGRESSO ALAS, 18., 2011. **Anais...** Disponível em: <<http://www.anais.alas2011recife.com>>. Acesso em: 02 out. 2012.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional.** São Paulo: Brasiliense, 1985. 148 p.

PLATÃO. **A república.** São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores).

PUEBLOS indígenas actores dela VIII marcha por ladignidade territorio y em defensa del Tipnis. Disponível em: <<http://www.somossur.net/bolivia/economia/no-a-la-carretera-por-el-tipnis/793-pueblos-indigenas-actores-de-la-viii-marcha-por-la-diignidad-territorio-y-en-defensa-del-tipnis.html>>. Acesso em: 02 out. 2012

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005. p. 227-278. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf>>. Acesso em: 03 out. 2012.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento:** política e filosofia. São Paulo: Ed. 34, 1996. p. 7-70.

RODRIGUES, C. **Cultura política e Movimentos Sem-Teto:** as lutas possíveis. 2009. 364 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Sociologia, Recife, 2009.

SANJINÉS, Javier. **Rescaldos del pasado:** conflictos culturales en sociedades postcoloniales. La Paz: Fundación PIEB, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. As últimas trincheiras. **VISÃO**, p 20. 23 ago. 2012. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/As%20%C3%BAltimas%20trincheiras_23Agosto2012.pdf>. Acesso em: 04 out. 2012.

SEOANE, José; TADDEI, Emílio; ALGRANATI, Clara. The new configurations of popular movements in Latin America. In: BORON, Atilio A.; LECHINI, Gladys (Ed.). **Politics and social movements in an hegemonic world:** lessons from Africa, Asia and Latin America. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 221-244.

SOMERS, Margaret R. What’s political or cultural about political culture and the public sphere? Toward an historical sociology of concept formation. **Sociological Theory**, Washington, v. 13, n. 2, jul. 1995.

SUTEF CFK desconoce la realidad hay mucho trabajo fuera de la escuela que nadie lo paga. Disponível em: <<http://www.periodicosocial.com/noticias/leer/32627-sutef-cfk-desconoce-la-realidad-hay-mucho-trabajo-fuera-de-la-escuela-que-nadie-lo-paga.html>>. Acesso em: 02 out. 2012.

TAPIA, Luis. Un cosmopolitismo de la periferia. In: MARTINS, Paulo Henrique; RODRIGUES, Cibele. **Fronteiras Abertas da América Latina:** diálogos na ALAS-Associação Latinoamericana de Sociologia. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. p.29-44.

VITULLO, Gabriel. Saindo do marasmo acadêmico. In: BAQUERO, M. (Org.). **Desafios da democratização na América Latina.** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999. p 31-46.

Nova classe média ou nova composição de classe?

New middle class or new social composition of labour?

Giuseppe Cocco – UFRJ

RESUMO

A grande novidade da última década no Brasil e dos governos Lula e Dilma, não é a retomada do crescimento, mas a transformação da composição social. Pela primeira vez, o crescimento do PIB é acompanhado por um movimento de redução da desigualdade e a conseqüente mobilidade social vertical de milhões de brasileiros. Esse movimento foi inicialmente apresentado como a pujança da faixa de rendimento intermediária, a “classe C” e hoje se tornou o discurso da “nova classe média”. Nesse artigo ensaiamos uma reconstituição desse debate e das diferentes posições e abordagens desenvolvidas.

Palavras-chave: Trabalho imaterial. Capitalismo cognitivo. Classe média. Desigualdade social.

ABSTRACT

This article discusses the transformations of social compositions in Brazil in the last two decades. It deals with three approaches: the mainstream approaches that take advantage of the emergence of a new middle class from statistics on distribution of income per family and per person; those approaches which on the contrary give preference to the type of insertion in labor relations and speak about the new ‘working poor’, and finally the cultural approaches that deny these two earlier approaches, and speak about a class of “battling Brazilians”. The intention of this article is to take on a different approach, that at the same time integrates these three, with the perspective of the formation of a new type of work, both immaterial and metropolitan.

Keywords: Immaterial labor. Cognitive capitalism. Middle class. Social inequality.

O ESGOTAMENTO DOS INTERSTÍCIOS REFORMISTAS DOS “NOVOS GOVERNOS”

Dize-se que, às vezes, é melhor problematizar a partir das conclusões. As conclusões que colocamos aqui logo de entrada são, em primeiro lugar, que o “comum” é hoje uma condição prévia¹ e, em segundo lugar, que o desafio para manter aberta e constituinte a dinâmica do comum implica na construção de um novo ponto de vista de classe. Por um lado, o comum não é mais um horizonte a ser conquistado por meio de uma transição (socialista). Pelo outro, a construção de um ponto de vista de classe constitui o verdadeiro enigma para que essa nova dimensão do comum se transforme num efetivo terreno constituinte.

¹ Retomamos aqui Revel e Negri (2011).

Fica claro que essas “conclusões” que aqui antecipamos e das quais pretendemos começar não são e nem pretendem ser “soluções”. O filósofo Gilles Deleuze dizia que nossa maneira de pensar, em geral, fica como que refém de um preconceito infantil que nos faz acreditar que os problemas são dados já feitos e que eles desaparecem nas respostas ou nas soluções². “É porque todo o mundo pensa naturalmente que todo o mundo é suposto saber implicitamente o que ele quer pensar (que) a forma geral da representação constitui o elemento de um senso comum como natureza *droite* e boa vontade” (DELEUZE, 2005). Essa imagem do pensamento é aquela que compõe uma dogmática ou ortodoxia, ou seja, uma moral abstrata. Assim, o pensamento se torna um anexo das campanhas eleitorais, o lugar para propor “soluções” para problemas definidos a priori. Sabemos que esse método, que nem as campanhas eleitorais ou as denúncias pseudo-radicais, é o que tem a forma da representação e o discurso do representante: “todo o mundo sabe, ninguém pode negar” (DELEUZE, 2005, p. 170)³. Diante disso, diz Deleuze (2005, p. 173), o que precisamos é um pensamento sem pressupostos: “ao invés de se apoiar sobre a Imagem moral do pensamento, ele toma seu ponto de partida em uma **crítica radical da Imagem e dos postulados que ela implica**”. Pensar significa quebrar esse pensamento “natural”, dizer que nem todo o mundo se deixa representar ou quer representar o que for que seja. Pensar significa o esforço de singularizar, de alcançar o intempestivo, de colocar questões enquanto “atos que abrem o horizonte do sentido!” (MENDES, 2012).

A partir dessas afirmações iniciais, diremos que, hoje, a crítica das relações de dominação na América do Sul enfrenta o desafio da apreensão da nova composição do trabalho ou, dito de outro modo, da nova composição de classe. Trata-se de saber se no capitalismo contemporâneo ainda faz sentido falar de “classes” e, se for o caso, como funciona hoje uma perspectiva de classe, de luta de classes.

Querer pautar o debate numa perspectiva de classe parece “datado” e até saudosista. Os 30 anos de hegemonia neoliberal, o desmoronamento do socialismo real e o constante enfraquecimento de todas as organizações operárias (desaparecimento dos partidos comunistas, queda das taxas de sindicalização e perda de combatividade dos sindicatos oriundos do chão de fábrica) tornaram obsoleta e/ou residual a noção de “classe trabalhadora” assim como ela era usada na literatura socialista e comunista em geral. Ao mesmo tempo, nunca se falou tanto de “classes” no Brasil (e na América do Sul) como durante a primeira década do novo século e as experiências dos “novos” governos. Só que a classe da qual se fala tem o nome de um nível de rendimento (a classe “C”) ou de uma categoria estatística e “moral” (a “nova classe média”).

A noção de “classe” está no cerne dos embates contemporâneos, mas não sabemos mais como apreender seus contornos e funcionamentos. Qual seria essa nova composição das classes, suas lutas e seus comportamentos? Um ponto de vista de classe é hoje ainda possível?

² O recurso a essa abordagem de Deleuze está em Mendes (2012).

³ Trata-se de uma “forma implícita ou subjetiva de pensamento natural, que permite à filosofia de se dar o ar de começar, e de começar sem pressupostos”. Diante desse “todo o mundo sabe” acontece a contestação, a afirmação de que “há alguém [...] que não consegue saber o que todo o mundo sabe e que nega modestamente o que todo o mundo é suposto saber” (DELEUZE, 2005, p. 171). Trata-se de alguém que não se deixa representar e não quer representar.

Mais ainda, é possível dizer que existe hoje uma composição do trabalho da qual derivaria uma determinada relação entre, por um lado, a divisão social e técnica do trabalho e, por outro lado, a estratificação da sociedade em classes? Ou seja, ainda podemos dizer que é o tipo de inserção nas relações de produção (nesse sentido de trabalho) que define a estrutura das classes e podemos assim continuar a falar de classes trabalhadoras? E se a análise da inserção nas relações de produção não procede, será que isso significa que precisamos de novos critérios ou que nossa afirmação inicial nos leva diretamente para um impasse?

Cada uma dessas perguntas e o conjunto delas reforçam, a nosso ver, a necessidade de uma reflexão em termos de “classe”. Reflexão que pretendemos desdobrar em uma série de afirmações complementares:

(a) O conflito de classe no capitalismo contemporâneo em geral e no subcontinente americano em particular, pode ser definido como uma **luta biopolítica** que opõe o devir-sul da multidão (que chamaremos o “monstro”) ao capital global que “brasilianiza” e **se** brasilianiza⁴. A figura dessa luta biopolítica é aquela que é hoje travada em torno do debate sobre a emergência de uma “nova classe média”.

(b) O devir-sul da multidão tem como figura central da sua composição os **pobres**. Esta centralidade dos pobres é ambivalente: por um lado, ela é a determinação das novas relações de produção que incluem os pobres enquanto tais; pelo outro ela é o resultado constitutivo (embora não planejado) das políticas dos governos “novos” na primeira década do novo século. A figura dessa ambivalência é aquela que diz respeito o aprofundamento dos processos de fragmentação do “mundo do trabalho” e a afirmação de políticas de distribuição de renda que associam sua derivação neoliberal com algumas brechas inovadoras (ligadas fundamentalmente a sua massificação).

(c) Esta fase constitutiva da centralidade ambivalente dos pobres se **esgotou** e os impactos paradoxais da crise do capitalismo global indicam um conflito que atravessa os “novos governos” da América do Sul exatamente no terreno que os determinou (a pobreza): as políticas intersticiais que indicavam (sem querer) uma “política dos pobres”. O esgotamento dos interstícios inovadores dos “novos governos” diz respeito exatamente, por um lado, a incapacidade das forças políticas (partidos e sindicatos) que os sustentam de apreender a nova composição de classe e, pelo outro, ao fato que os aparelhos desses mesmos partidos e sindicatos perderam suas referências tradicionais e estão sendo totalmente homologados (e cooptados) dentro de um pragmatismo extenuado cuja lógica passa a ser, por um lado, a sua reprodução burocrática e, pelo outro, a sua adesão consensual à ilusão que a crise do capitalismo global re-abriria o espaço para a volta de um modelo de desenvolvimento racional.

Retomemos quanto acabamos de apresentar: a luta que atravessa o capitalismo contemporâneo é biopolítica exatamente na medida em que a produção investiu a vida como um todo: a vida como fenômeno geral, ou seja, meio ambiente e população (FOUCAULT, 2004). A figura produtiva dessa vida subsumida na produção biopolítica é a figura do pobre: o pobre trabalhador mobilizado nas periferias do mundo e o trabalhador pauperizado nos

⁴ Desenvolvemos os temas da “brasilianização do mundo” em *Mundobraz: o devir-Brasil do mundo e o devir-mundo do Brasil* (COCCO, 2009).

centros do mundo. Os novos governos do subcontinente americano, por ter articulado algumas tímidas políticas sociais voltadas aos pobres, acabaram encontrando um apoio popular inesperado e potente, algo que se traduziu em verdadeiros terremotos eleitorais e em um ciclo político inovador. Mais do que isso, as políticas sociais de distribuição de renda e aquelas de formalização do trabalho e valorização do salário mínimo acabaram por requalificar – no terreno macroeconômico e sociológico – o papel de locomotiva que desempenhou a produção e exportação de commodities (agrícolas e minerais) nessa primeira década do novo século. Essa “popularidade” de tipo novo desestabilizou ao mesmo tempo os regimes discursivos e as próprias bases sociais das elites (fossem elas as oposições políticas ou os poderosíssimos lobbies da imprensa) e as bases políticas (partidárias) e sociais dos próprios governos (SINGER, 2009)⁵.

Mesmo devendo a esse terremoto a re-eleição de Lula (em 2006) e a eleição de sua Ministra da Casa Civil (em 2010) como sua sucessora, as forças de governo estão longe de entender quais foram esses mecanismos e muitas vezes parecem lamentar a perda das suas originárias bases sociais ou até querer voltar a restaurar elementos tradicionais de seus antigos projetos políticos (em geral voltados ao “desenvolvimentismo” nacional). E isso, independentemente do fato que o “consenso” proporcionado por essa popularidade seja aproveitado rumo a um pragmatismo extenuado, vazio de qualquer elemento de projeto e de transformação social e num marco de total indigência teórica dos partidos dos quais são oriundos. Não por caso, na maioria dos casos, o regime discursivo e as formas de gestão das políticas sociais é de cunho neoliberal ao passo que a crise do capitalismo global proporciona – no que diz respeito as políticas econômicas – o retorno anacrônico de uma perspectiva neo-desenvolvimentista ou vagamente keynesiana (FIORI, 2012).

O fato novo, novíssimo e inesperado, é mesmo esse: os pequenos interstícios de política social tiveram efeitos muito maiores do que o “tamanho” dos interstícios que os governos progressistas souberam proporcionar. Não estamos fazendo nenhuma avaliação otimista nem desses governos nem dessas políticas: seus efeitos estão dramaticamente aquém do da “dívida social” ou do que poderíamos definir como “necessário” para que hajam transformações materiais de nível estrutural. Dito de outra maneira, o que é formidável (e nesse sentido positivamente reformista) não são as políticas realizadas, mas seus efeitos multiplicadores. Algo que encontramos em todos os níveis: social, econômico, cultural, político. Acontece que, no momento que demandaria sua consolidação, seja pelos necessários aprofundamentos (por exemplo, da distribuição de renda rumo a uma “renda mínima universal”), seja pela crise do capitalismo global, os interstícios se fecham e o pragmatismo dos “novos governos” se torna tão vazio quanto é totalizador seu horizonte neo-desenvolvimentista, algo que reverbera na retórica reacionária do “choque de gestão”.

O fato novo – os interstícios potentes – acabou-se: voltamos à uma prosaica rotina. Isso não significa que os “novos governos” entrem em crise, pelo contrário. Eles dispõem em geral de um grande consenso eleitoral ao passo que as oposições institucionais desmoronaram por um duplo movimento implacável: por um lado, a identificação que os pobres fazem entre os

⁵ A análise de André Singer chama de “lulismo”: um tipo de “bonapartismo” sustentado pela “base subproletária” que “não consegue construir desde baixo as suas próprias formas de organização”.

novos governos e as políticas sociais (tímidas mais reais, como dissemos); pelo outro, o fato que os governos “novos” ocuparam (e cada vez mais ocupam) o terreno centrista e até conservador de uma oposição que atingiu e ultrapassou o “prazo de validade”. Mas, se a “direita” tradicional está vencida, o consenso tem efeitos irônicos: não se trata apenas da “direitização” por excesso de “consenso” do maior partido de esquerda, mas também do fato que as maiores derrotas parlamentares (ou em termos de coalizões eleitorais) lhe são infligidas pelos partidos de sua “base aliada”, como no caso do “código florestal”).

A CENTRALIDADE DOS POBRES: ENTRE O DEVIR-SUL DA MULTIDÃO E A HOMOLOGAÇÃO COMO “NOVA CLASSE MÉDIA”

Os interstícios acabaram, mas a centralidade dos pobres continua incontornável. Só que essa centralidade aparece agora como o terreno do novo conflito, um conflito que – na melhor das hipóteses – atravessa os novos governos e, cada vez mais, acontece contra os governos. Dito de outro modo, a centralidade dos pobres se articula hoje na clivagem irreduzível entre o êxodo constituinte e a normalização desenvolvimentista: nos dois casos, trata-se do que os “pobres” vão se tornar: o sujeito múltiplo da transformação ou as figuras homologadas nos valores de nova classe média, neoconservadora.

Por um lado, temos os agenciamentos de um êxodo constituinte, a luta biopolítica da multidão dos pobres. Na Bolívia, os índios do Território Indígena y Parque Nacional Isiboro-Secure (TIPNIS) lutam contra a lógica autoritária do desenvolvimentismo ao mesmo tempo que os favelados do híbrido urbano-rural de El Alto em La Paz se revoltaram contra a lógica tecnocrática da gestão dos preços. No Brasil, dezenas de milhares de operários das megabarragens fazem greves e até se revoltam contra as condições de trabalho de Jirau ou Belo Monte, contestam e explicitam a lógica de exploração do desenvolvimentismo. Os favelados de Pinheirinho em São Paulo resistem contra a lógica imoral do “interesse particular” (a propriedade privada, aliás de um reconhecido fraudador das Leis e do fisco) e das favelas do Rio que lutam contra o discurso do “interesse geral” (os megaeventos planejados pelos poderes públicos transformados em interesse “superior”) para defender sua capacidade de produzir em comum seus espaços e formas de vida.

Por outro lado, temos a homologação dos pobres (inicialmente) como “classe C” e agora como “nova classe média”: uma nova composição social pronta a ser expropriada duas vezes: no terreno do trabalho e naquele da representação. Uma “nova classe média” pronta a fazer da servidão uma opção voluntária. Hoje, a “nova classe média” da América do Sul e do Brasil em particular constitui uma nova jazida de acumulação, como que um novo eldorado para uma dupla acumulação primitiva: aquela típica do subdesenvolvimento e aquela “inovadora” do capitalismo cognitivo: velha e nova escravidão!

A linha de conflito que acabamos de apreender pode ser desenhada no espaço e no tempo de maneira radicalmente diferente do que as tradições teóricas e políticas (do imperialismo, do subdesenvolvimento e da dependência) nos tinham acostumado a fazer. Não se trata mais de um antagonismo que separa (organizando sua subalternidade) o centro da periferia, o desenvolvimento do subdesenvolvimento, os colonizadores dos colonizados.

Trata-se de um antagonismo interno, sem fora, que acontece ao mesmo tempo no centro e na periferia, misturando o desenvolvimento com o subdesenvolvimento, em todas as direções.

Por um lado, o devir-Sul da multidão desenha uma linha de fuga constituinte que ser articula entre autovalorização e autonomia. Aqui o “sul” é o terreno do devir-pobre da multidão, ou seja de um devir-sul do mundo que é necessariamente um devir-mundo do sul. Do outro lado, o Sul é a realidade e o horizonte angustiantes da brasilianização das classes médias do norte cuja precarização e pauperização está sendo tremendamente aprofundada e generalizada pela crise do capitalismo global. As massas dos pobres sul-americanos são a figura monstruosa, híbrida e ambivalente desse entrecruzamento biopolítico.

A EMERGÊNCIA DE UMA “NOVA CLASSE”?

Na primeira década do novo século e em particular ao longo dos dois governos do Presidente Lula o Brasil teve taxas de crescimento de seu PIB bastante “moderadas” – em comparação com os outros BRICs – mas **regulares**. Entre 2003, ano no qual acabou a recessão mundial (consequência da crise asiática de 1997), e 2009 o PIB por habitante cresceu numa média de quase 3%. Em 2010, o PIB cresceu 8% se comparado ao primeiro trimestre de 2009, e 10,8% com relação ao último trimestre de 2009. O crescimento moderado foi, porém o contexto de mudanças estruturais que amplificaram de maneira qualitativa os efeitos do crescimento e o retroalimentaram. Essas mudanças estruturais indicam que o crescimento foi aproveitado para mudanças qualitativas mais do que proporcionais ao incremento quantitativo da “riqueza” produzida.

Contudo, essas transformações estruturais são objeto de interpretações diferenciadas que são, nas palavras de Pochmann (2012, p. 11), “expressões da disputa que se instala em torno da concepção e condução das políticas públicas atuais”. A nosso ver, se trata de uma disputa teórica e política que não diz apenas respeito as políticas públicas atuais, mas ao horizonte das lutas sociais e políticas das próximas décadas.

Podemos esquematizar as diferentes abordagens dessas transformações em três grandes grupos. Um primeiro grupo, dotado de um dispositivo analítico e discursivo hegemônico, é constituído pelos trabalhos estatísticos que privilegiam a estratificação social atrelada aos níveis de rendimento e consumo. Esses trabalhos têm ocupado e ocupam uma posição hegemônica nas pesquisas e análises de dados das transformações recentes da estrutura social brasileira bem como na orientação das políticas sociais do governo (em seus diferentes níveis). Eles encontram amplo apoio no regime discursivo adotado pela mídia, mas também pelos marqueteiros eleitorais. Os trabalhos desse grupo se concentraram inicialmente na análise da emergência da “classe C” que agora passou a ser chamada de “nova classe média”. Um segundo grupo, muito mais disperso e heterogêneo quanto ao referencial teórico e ao tipo de pesquisas realizadas, privilegia uma abordagem mais próxima do marxismo e visa apreender as estruturas sociais do ponto de vista das relações de produção. A classe da qual esses autores tentam falar é a dos “trabalhadores”. Um terceiro grupo de pesquisas empíricas e reflexões teóricas se diferencia das duas primeiras abordagens por afirmar a insuficiência, ao mesmo tempo, das análises em termos de níveis de rendimento e daquelas em termos de inserção nas relações de produção. Nesse terceiro grupo, o foco visa as dimensões culturais e simbólicas das clivagens de classe.

A Nova Classe Média

A abordagem em termos de classe “C” e agora de “Nova Classe Média” constitui como que a “pauta” do debate, pelo volume dos trabalhos estatísticos realizados e pelo impacto de sua linha interpretativa⁶. Não se trata apenas de uma linha de estudo e de transformação brasileira, mas de algo que diz respeito as dinâmicas globais⁷.

Seguindo as imagens sugeridas pelo economista de referência – Marcelo Neri, da FGV – temos imediatamente uma visão impressionista adequada da mudança que aconteceu e continua em andamento. No Brasil, desde 2001, a desigualdade em termos de renda diminuiu regularmente. A renda *per capita* do 10% mais rico da população aumentou em média de 1,49% ao passo que a dos mais pobres tem aumentado 6,79%. Isso num movimento oposto ao que caracterizou os outros Brics: neles, a desigualdade é originariamente inferior à do Brasil, mas ela aumentou ao invés de diminuir. Em consequência, a pobreza diminuiu constantemente desde 2003. “Estimamos que, entre 1993 e 2011, 59,8 milhões de brasileiros (o equivalente a uma França) chegaram à condição de nova classe média” escreve Neri (2012, p. 257). Mas a mobilidade chegou mesmo a ritmos consistentes no período 2003 – 2011, quando 40 milhões de brasileiro entraram para a classe média. A classe média passou assim de 65,9 a 105,5 milhões de pessoas, ou seja, um aumento de 60%. Segundo as previsões, até 2014, mais 12 milhões migrarão para a classe “C” e 7,7 milhões irão para as classes “B” e “A”. Com exceção do Nordeste, as classes A, B e C serão a realidade de 75% da população. “A nova classe média brasileira é filha da combinação do crescimento com a equidade, que difere de nossa história progressiva e daquilo que ocorre nas últimas décadas em países emergentes e desenvolvidos onde a concentração de renda sobe” (NERI, 2012, p. 14). Os 20% mais pobres crescem mais dos outros países e a desigualdade vem caindo consistentemente, ano após ano. O índice de Gini caiu de 0,596 em 2003 para 0,51 em 2011 atingindo a menor série histórica. Quando se analisa a transformação geral por critérios de região, cor, gênero e educação podemos ver que a mudança foi ainda mais profunda: no mesmo período (2003-2010) a renda dos paulistas aumentou de 7%, aquela dos nordestinos de 42%, ou seja 6 vezes mais. A renda dos negros aumentou 42% e aquela dos brancos 21%; a renda no campo aumentou 49%, na cidade, 21%; a renda das mulheres cresceu 38%, a dos homens 47%. Enfim, encontramos o indicador do fato que passamos mesmo por uma política dos “pobres” na evolução da renda dos analfabetos (+47%) diante da evolução da renda dos universitários (+16%). As transformações foram particularmente rápidas no período de 2003-2008 até o ponto que Neri (2012) a define como uma “pequena grande década”. Uma dinâmica que a crise global (de 2007-08) abalou sem travar: “a crise não foi nem marolinha, nem tsunami, mas ressaca tão forte quanto passageira. [...] O efeito (da crise de 1997) persistiu cinco anos [...] e o da crise recente começou a ser revertido um mês depois” (NERI, 2012, p. 20).

⁶ Apresentando um dos seus numerosos relatórios de pesquisa, Neri (2010) escreve: “A presente pesquisa analisa a evolução das classes econômicas brasileiras leia-se A, B, D, E e por último a mais importante a C que batizamos em pesquisa anterior de nova classe média brasileira”. A Nova Classe Média; o lado brilhante dos pobres, FGV, Centro de Políticas Sociais, 2010. Citamos, apenas a título de exemplo, a capa da “Revista da Tv”, suplemento dominical do jornal *O Globo* de 20 de maio de 2012: “Toda poderosa: em ascensão econômica, classe C é tema de novelas e ganha espaço na programação”. A referência é do economista Marcelo Neri, p. 16.

⁷ Vide WORLD BANK, 2007 e WILSON; DRAGUSANU, 2008.

Quanto aos critérios “heurísticos” de **mensuração** das Classes, Neri (2012, p. 20) esclarece: “os limites da classe C seriam as fronteiras para o lado indiano e para o lado belga da nossa Belíndia”. O conceito de “média” usado diz respeito a uma situação intermediária entre dois “extremos” e já nos diz que a classe média do Brasil não é a mesma coisa que as classes médias dos países centrais (a Bélgica). Neri (2012), explicando sua metodologia, explica que a opção foi a de olhar para “toda a distribuição de renda e organizá-la sob a forma de estratos”. Assim, a metodologia se centra nos indicadores sociais baseados em renda per capita e tem como base os estudos de pobreza realizados no Brasil. Mesmo que em seguida as pesquisas passem a mobilizar outras dimensões (quais estoques de ativos, atitudes e expectativas etc.), o fio condutor da análise é sempre a renda por pessoa. Com base na métrica da renda, foi criado um índice de potencial de consumo, inspirado no “conceito de renda permanente criado por Milton Friedman em 1957” (NERI, 2012, p. 79).

Chegamos assim à definição do conceito de “classes” que é usado e construído por Neri (2012, p. 79, grifos nossos): “Em nossa pesquisa as pessoas **não são** pobres, ricas ou nova classe média, mas estão, ou não, nesses **estados** em diferentes instantes do tempo, quando as pesquisas representativas de toda a população vão a campo”. Assim, Neri (2012, p. 17) adverte com uma certa dose de ironia: “os sociólogos podem relaxar, pois não estamos falando de classes sociais (operariado, burguesia, capitalistas, etc.) mas de estratos econômicos. Leia-se dinheiro no bolso, que seria, segundo os economistas, a parte mais sensível da anatomia humana”. A classe média assim definida diz respeito então ao estrato de população composto pelas pessoas que ganham entre R\$ 1.200 e 5.140 mensais (em Reais de 2012). Se a metodologia assume a renda familiar como dado básico de referência, a inserção ou não na categoria classe média depende distribuição da renda total da família em renda per capita o que permite uma ponderação fina do real poder aquisitivo de cada pessoa⁸.

Contudo, Neri tem sim uma definição moral de classe média e mais em geral dos valores sociais vigentes.

Nova classe média não é definida pelo ter, mas pela dialética entre ser e estar olhando para a posse de ativos e para decisões de escolha entre o hoje e o amanhã. [...] Mais do que assíduos frequentadores de templos de consumo, o que caracteriza a nova classe média brasileira é o lado produtor (NERI, 2012, p. 18).

Uma definição moral um tanto contraditória com o individualismo metodológico que ele adotou como lastro explícito. Por um lado, a moral mobilizada é aquela tradicional, de origem corporativa, e que tem como referencia a “fábula de La Fontaine” para “distinguir as

⁸ A metodologia do Neri (2012) responde tecnicamente de maneira bastante eficaz a críticas – que compartilhamos em termos de horizonte político – mas não são adequadas ao deslocamento e, pois, não apreendeu a questão estratégica da renda. Vide por exemplo: “Acima de uma renda de R\$ 530 por mês aqui no Brasil, você é classe média. [...] o governo define que a classe média parte de 1.740 e vai até 8.000 de renda familiar mensal. O IBGE diz que renda uma família é composta em média de 3,3 pessoas. Então, [...] R\$ 1.740 dividido por 3,3 é igual a R\$ 527,27” (BAVA, 2012, p. 3).

formigas trabalhadoras das cigarras consumistas” (NERI, 2012, p. 79). Sabemos que o auge dessa ordem moral acabará se afirmando na retórica fascista e especialmente no tipo de “trabalhismo corporativo” que ela mobiliza, como podemos ler no busto de Getulio Vargas na escadaria da Prefeitura de Porto Alegre: “O trabalho dignifica o homem”, mas que também foi parar, de maneira sinistra, na portão de entrada de Auschwitz: “Arbeit Macht Frei”. Assim, o lado brilhante da base da pirâmide, segundo Neri (2012, p. 14) não é “o consumismo ou o otimismo (mas) o lado produtor, leia-se educação e trabalho”. Pelo outro, usando Thomas Friedman, Neri articula essa moral com uma visão de sociedade (com um tipo de sociologia) segundo a qual a classe média se define

como aquela que tem um plano bem definido de ascensão social para o futuro. Essa fábrica de realização de sonhos **individuais** é o motor fundamental para a conquista das riquezas das nações. O combustível é o anseio de subir na vida, o lubrificante seria o ambiente de trabalho e de negócios (NERI, 2012, p. 80).

Nova Classe Média?

Por razões de espaço, não consideraremos aqui as críticas internas às abordagens de tipo estatístico e que se opõem ao regime discursivo da classe média no mesmo terreno “quantitativo”, por exemplo, dizendo que: “com uma capacidade de consumo de R\$ 17,57 por dia, (e)sses brasileiros não são classe média, são pobres que melhoraram um pouco de vida” (BAVA, 2012, p. 3). Um primeiro grupo de críticas aos discursos sobre a “nova classe média” brasileira tem como origem a sociologia (ou a economia política) de inspiração marxista ou, em geral, de “esquerda”. Nesse caso, a preocupação é de dizer e tentar demonstrar que o conceito de classe deve estar atrelado ao tipo de inserção que cada conjunto social tem na divisão social e técnica do trabalho. Assim, se Marcelo Neri (2012) diz explicitamente ter evitado “o uso de faixas de salário mínimo”⁹, é a partir dessas que o economista Marcio Pochmann (2012) organiza suas críticas ao regime discursivo sobre a “nova classe média”¹⁰. A preocupação aqui é apreender as transformações da base da pirâmide social brasileira sob o prisma do trabalho e de sua remuneração, contra as manipulações do “consciente da população em prol de seus próprios desejos mercantis, defendendo consumismo e negando a estrutura de classe na qual o capitalismo molda a sociedade” (POCHMANN, 2012, p. 7). Assim, a retórica de classe de rendimento (é) definida por Pochmann como sendo desprovida de qualquer sentido **estrutural**. A abordagem é diametralmente oposta à de Marcelo Neri: “em síntese: [...] não se trata da emergência de uma nova classe – muito menos de uma classe média” (POCHMANN, 2012, p. 8). O foco aqui é o fortalecimento do mercado de trabalho baseado na expansão do

⁹ Neri invoca duas razões para isso: (1) “o poder de compra do salário-mínimo tem mudado sistematicamente ao longo do tempo (e assim) o “uso do salário-mínimo falha em manter constante o poder de compra”. (2) “o uso do salário-mínimo”. Em geral, não vem acompanhado de diferenciadores de custo da vida regional, conforme usado em nosso índice de classe econômica e de pobreza (NERI, 2012, p. 81).

¹⁰ O título do livro de Pochmann (2012) põe abertamente em dúvida a assertiva de Marcelo Neri.

setor se serviços, o que “significou a difusão de nove em cada grupo de dez novas ocupações com remuneração de até 1,5 salário mínimo mensal”. Por um lado, Pochmann (2012) reconhece que “as novas ocupações de serviços, absorvedoras de enormes massas humanas resgatadas da condição de pobreza, permitem **inegável ascensão social**”. Pelo outro, ele afirma com força que “o grosso da população emergente **não se encaixa em critérios sérios e objetivos** que possam ser claramente identificados como classe média” (POCHMANN, 2012, p. 10). A proposta de Pochmann (2012, p. 10) é de se enxergar os milhões de pessoas que conheceram uma certa mobilidade social como uma realidade sociológica com “as características gerais das classes populares”. Mais em geral, “tendo em vista a importância do emprego de baixa remuneração [...] o debate a respeito da definição da classe social no capitalismo – em particular a da classe média – assume maior complexidade”. Então, “em conformidade com a literatura internacional, esse segmento social deveria ser mais bem considerado na categoria de *working poor* (trabalhadores pobres), pois se trata fundamentalmente de ocupados de salário de base” (HERZ *apud* POCHMANN, 2012, p. 30).

A abordagem de Pochmann oferece uma outra e fundamental perspectiva a esse debate sobre a transformação da composição de classe no Brasil das últimas duas décadas. Em particular, suas análises indicam que a década de 2000 foi o teatro da expansão da presença dos postos de trabalho de até 1,5 salários mínimos mensal, com redução das vagas sem remuneração e de maior rendimento. O que as pesquisas em termos de faixas de rendimento apontam como emergência de uma grande massa de população em condições “médias”, as análises que privilegiam as relações de trabalho o enxergam como uma mobilização dos pobres. A mobilização dos pobres se traduziu em inegável melhora (com graus de ascensão vertical) e ao mesmo tempo indica profundas transformações do trabalho. Essas transformações tem o nome de terciarização (aumento absoluto e relativo do setor de serviços), terceirização (trabalho precário e temporário, trabalho doméstico, atividades autônomas etc.). Citaremos enfim como emblemático o fenômeno da multiplicação de “estabelecimentos sem a presença de um empregado sequer” (POCHMANN, 2012, p. 119).

Contudo, algumas das premissas teóricas e das conclusões nos parecem insuficientes, porque incapazes de dar conta das transformações políticas e sociais da década de 2000 e isso na medida que, na realidade, a “classe” da qual está se falando é pura e simplesmente uma determinação das relações de capital. Assim, por um lado, a “economia de baixos salários” tem um único determinante, ou seja, a “presença de força de trabalho sobrando às necessidades imediatas e de médio e longo prazo das atividades econômicas (privada e pública)” (POCHMANN, 2012, p. 123). Pelo outro,

tendo em vista o setor de serviços como principal fonte geradora de novas ocupações, compreende-se a reconfiguração de parte significativa da classe trabalhadora. Ou seja, a força dos novos segmentos da classe trabalhadora na base da pirâmide social brasileira nos impede de a identificarmos como uma nova classe social, muito menos como classe média no país (POCHMANN, 2012, p. 123).

A classe é totalmente determinada pela lógica da acumulação (ou da sub-acumulação) e, para reafirmar a pertinência de uma abordagem em termos de trabalho, Marcio nega que a classe trabalhadora seja (ou possa ser) “nova”.

Uma classe de “batalhadores”

Um terceiro grupo de pesquisas sobre a transformação social brasileira da última década privilegia uma abordagem sócio-antropológica fortemente inspirada em Pierre Bourdieu. Mais uma vez, encontramos uma crítica explícita ao regime discursivo e as pesquisas em termos de “Nova Classe Média”. Dessa vez não são os “trabalhadores”, mas os “batalhadores” brasileiros que vão permitir de formular a pergunta se estamos diante de uma “nova classe média ou (de uma) nova classe trabalhadora?” (SOUZA, 2010)¹¹. Jessé Souza enfatiza:

dizer que os ‘emergentes’ são a ‘nova classe media’ é uma forma de dizer, na verdade, que o Brasil, finalmente, está se tornando uma Alemanha, uma França ou uns Estados Unidos, onde as ‘classes médias’ e não os pobres, os trabalhadores e os excluídos, como na periferia do capitalismo, formam o fundamento da estrutura social (SOUZA, 2010, p. 20).

O problema não é para Jessé que o regime discursivo e o projeto político-econômico seja mesmo de “homologar” o Brasil ao modelo social e moral das economias centrais, mas que se trataria de uma afirmação não verdadeira: “Nossa pesquisa empírica e teórica demonstrou que isso é, **mentira**” (SOUZA, 2010, p. 21). Uma mentira que diz respeito aos jogos que para Jessé são fundamentais, ou seja os jogos ideológico e simbólico. Por um lado, as mudanças são reais. Pelo outro, “são ‘mentira’ [...] porque essas mudanças reais são todas interpretadas de modo distorcido, sem conflitos e sem contradições”. O risco é de “naturalizar-se a sociedade tal como ela se apresenta” ao passo que é dessa maneira que se constrói a violência simbólica necessária para a sua reprodução infinita”. Contudo, o problema não está apenas nas “visões distorcidas” que vem da “direita”. A “esquerda” também, é “envelhecida e algumas vezes mais conservadora que os intelectuais orgânicos da nova dominação do capitalismo financeiro no Brasil” (SOUZA, 2010, p. 21). Com efeito, do lado da direita neoliberal, o problema está em “‘dizer’ que existem classes e negar, no mesmo movimento, a sua existência ao vincular a classe à renda. É isso que faz que os liberais digam que os ‘emergentes’ são uma ‘nova classe media’ por ser um estrato com relativo poder de consumo” (SOUZA, 2010, p. 22). Tampouco o “marxismo enrijecido não percebe [...] as novas realidades de classe porque as vinculam ao lugar econômico na produção e, engano ainda mais importante [...], a uma ‘consciência de classe’ que seria produto desse lugar econômico” (p. 22). Assim, a abordagem sociológica crítica os dois reducionismos economicistas, pois nenhum dos dois “percebe a gênese sociocultural das classes”. Isso porque em todas as sociedades “os indivíduos são produzidos ‘diferencialmente’ por uma ‘cultura de classe’ específica” (SOUZA, 2010, p. 22). A referência

¹¹ O objetivo prioritário da crítica é Souza e Lamounier (2010). Por sua vez, em termos empíricos, Souza e Lamounier têm como referência os estudos de Marcelo Neri.

aqui é Bourdieu (1979) e seus trabalhos sobre a “distinção”. O que interessa é apreender “a transferência de valores imateriais na reprodução das classes sociais e de seus privilégios no tempo” (SOUZA, 2010, p. 23). A composição das classes diz respeito aos estilos de vida, ou seja a algum capital cultural que inclui também algo como uma “herança” de outro tipo: “Essa herança de classe média, imaterial por excelência, é completamente invisível para a visão economicista dominante do mundo” (p. 24). As análises sociológicas, pois, devem levar em conta como as classe sociais se “apropriam diferencialmente dos capitais cultural e econômico” (p. 25). Essa preocupação pela relação entre acumulação (econômica) e “violência simbólica específica” (p. 29) leva Jessé Souza a afirmar que o desenvolvimento capitalista no Brasil, ou seja o próprio processo de modernização, produziria “uma classe inteira de indivíduos não só sem capital cultural nem econômico em qualquer medida significativa, mas desprovida, *esse é o aspecto fundamental*, das condições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação” (p. 25, grifo do autor). Essa classe é a “‘ralé’ estrutural”. A “‘ralé’ se reproduz – afirma Jessé – como mero ‘**corpo**’, incapaz, portanto, de atender às demandas de um mercado cada vez mais competitivo baseado no uso do conhecimento útil para ele”. Mas a “ralé”, diz Souza, não é o antigo “‘lumpemproletariado’ marxista” (SOUZA, 2009, p. 23, grifos nossos). Por que? Porque, segundo suas análises do capitalismo contemporâneo, esse se caracterizaria hoje por mobilizar mão de obra que possui capacidades intelectuais que a “ralé” não tem. É isso que explica o gargalo, “noticiado durante todo o ano de 2008, quando o Brasil crescia velozmente, [...] de pessoas bem treinadas para a ocupação de novo empregos” (SOUZA, 2009, p. 23). A “ralé”, insiste Souza (2009, p. 24), é mera força muscular ou seja, mero “corpo”, algo cuja venda responde àquilo que acontece “na prostituição”. Então, a classe emergente, a nova classe segundo Souza, é aquela que se encontra entre a “ralé” dos excluídos e abandonados e as classes média e alta. “Ela é uma classe incluída no sistema econômico como produtora de bens e serviços, ou como consumidora crescente de bens duráveis e serviços” que antes eram meros privilégios. Enfim, esses “emergentes que dinamizaram o capitalismo brasileiro na última década constituem [...] uma ‘nova classe trabalhadora brasileira’” (SOUZA, 2010, p. 26). Essa nova classe não é uma classe média, a “linguagem de seu corpo” é diferente: “a nova classe trabalhadora não participa desse jogo de distinção que caracteriza as classes alta e média” (SOUZA, 2010, p. 49).

Nenhuma das três abordagens aqui esquematizadas nos parece adequada, embora todas apresentem um grande interesse. Por que não são adequadas? Porque os conceitos de classe que mobilizam são fundamentalmente oriundos de um capitalismo e de uma relação entre “estado e sociedade” que no capitalismo contemporâneo não funcionam mais do mesmo jeito. Retomamos as três abordagens, na ordem inversa:

(1) Jessé Souza se esforça de definir – com a ajuda de Boltanski e Chiapello (1999) –, o “novo espírito do capitalismo”, mas falha profundamente em apreender as suas dinâmicas estruturais. E isso, sobretudo porque ele separa a “ralé” da “nova classe trabalhadora”. Por um lado, ele tenta opor ao conceito de “nova classe média” aquele de uma nova classe de batalhadores (trabalhadores). Pelo outro, ele separa essa classe como se fosse – de alguma maneira – um conjunto homogêneo distinto ao mesmo tempo das camadas mais qualificadas do trabalho intelectual e das camadas dos excluídos sem nenhum capital cultural ou intelectual (a “ralé brasileira”). A falha aparece em toda sua dimensão quando ele qualifica os limites

da ralé ao seu ser “mero corpo”. Ou seja, ele não vê, em primeiro lugar, que o capitalismo contemporâneo explora hoje o trabalho vivo e, em segundo lugar, que o corpo não se separa da mente. Ao contrário, mesmo que a condição da “ralé” seja terrível e dramática, ela possui uma potência – essa sim de tipo novo – pela centralidade que hoje o corpo tem e pelo fato de ser – antes de mais nada – corpo! Assim, ele não entende que o trabalho servil hoje não é nenhum fato da exclusão ou da permanência de formas arcaicas, mas diz respeito ao cerne do processo de um processo de acumulação que investe a subjetividade e, pois, a própria vida.

(2) Márcio Pochmann desenvolve talvez a abordagem mais adequada. Com sua operação de duvidar sobre a existência de uma nova classe média, ele foca o trabalho dos pobres (*working poors*) e sua relação com as novas e antigas formas de precariedade do emprego: trabalho temporário, trabalho doméstico, trabalho nos serviços, trabalho autônomo, trabalho informal. Não por acaso, Marcio cita a obra pioneira de Eder Sader (2010) que já na década de 1980 conseguia ver nessas formas precárias do trabalho a constituição de novas lutas e a entrada em cena de “novos personagens”. Mas, na medida em que o único sujeito da mudança é o capital, seu trabalho crítico não alcança as novas linhas de composição do trabalho e tampouco as novas formas de exploração e de luta. Sobretudo, Pochmann continua a fazer a distinção entre os pobres “incluídos” em alguma ocupação e os pobres “sobrantes” e, nesse sentido, não entende nem o novo modo de funcionar do capitalismo global (e de sua crise) e muito menos o horizonte das lutas dos pobres enquanto tais, enquanto pobres.

(3) As abordagens em termos de estratos de distribuição de renda são totalmente inadequadas para apreender a relação entre as transformações estruturais que eles observam e quantificam e as novas dinâmicas do trabalho. Mas essas análises são de longe as mais poderosas. A reverberação midiática e ideológica que elas encontram não explica, sozinha, seus impactos. Há duas razões que explicam a potência das pesquisas em termos de “nova classe média”. A primeira podemos encontrá-la nas premissas teórico-metodológicas invocadas por Souza e Lamounier (2010, p. 14): “A literatura internacional sobre estratificação social mostra que o fenômeno da classe social no sentido marxista dificilmente se configura no mundo atual”. Ou seja, eles assumem que no capitalismo contemporâneo (que eles definem curiosamente de “sociedades de massa”), “extratos homogêneos e com nítida consciência de si constituem eventos de baixa probabilidade” (SOUZA; LAMOUNIER, 2010, p. 14). Se Pochmann tenta refletir sobre os trabalhadores pobres e Jessé se esforça de manter um conceito de “classe trabalhadora” por meio dos “batalhadores”, Souza, Lamounier (e Neri) assumem a crise do conceito e da realidade da classe operária (ou seja a fragmentação do trabalho e a heterogeneidade de sua composição técnica) como o terreno sobre o qual construir suas noções de classe média. Com isso, eles trabalham concretamente sobre os processos de fragmentação que atravessam as relações de trabalho desde o segundo meado da década de 1970. A segunda razão é o fato de, em seguida, privilegiar a abordagem a partir fundamentalmente dos níveis (ou gradientes) de distribuição de renda. Diante da heterogeneidade e fragmentação da composição social, as análises a partir da renda funcionam como ferramentas eficazes para apreender as transformações estruturais da pirâmide social e tem uma grande força descritiva e operacional (em termos de políticas públicas e/ou estratégias eleitorais). Contudo, o esgotamento da noção marxiana de classe acaba se misturando mais com um desejo ideológico de pacificação social ao passo que as análises em termos de renda ficam presa das abordagens neoclássicas. A

reintrodução da fábula da cigarra e da formiga não consegue resolver o impasse ao qual leva a total ausência de uma reflexão sobre as transformações do trabalho, inclusive do ponto de vista de suas relações com o consumo.

Precisamos avançar por meio de uma reflexão sobre o que é hoje o trabalho e, a partir disso, sobre a relação entre trabalho e renda. Por meio disso – nos parágrafos a seguir – iremos além de cada uma das três abordagens e, ao mesmo tempo, poderemos articula-las entre elas. Por fim, a noção de classe que mobilizaremos não será nenhuma das três apresentadas acima. A “classe” que interessa, a única que consegue deslocar os impasses que encontramos, é aquela que cabe nas definições da historiografia thompsoniana ou nas teorizações operaistas italianas¹²: não a classe que luta porque existe (e pois, depende em sua existência do desenvolvimento do capital e de sua dialética salarial), mas a classe que existe porque luta (e portanto é primeira, constituinte).

REFERÊNCIAS

- BAVA, Silvio Caccia. Classe médias? **Le Monde Diplomatique Brasil**, p. 3, maio 2012.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Eve. **Le nouvel esprit du capitalisme**. Paris: Gallimard, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. **La distinction**. Paris: Ed. De Minuit, 1979.
- COCCO, Giuseppe. **Mundobraz: o devir-Brasil do mundo e o devir-mundo do Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- DELEUZE, Gilles. **Différence et Répétition**, 11. ed. Paris: PUF, 2005.
- FIORI, José Luis. O desenvolvimentismo de esquerda. **Valor Econômico**, 29 fev. 2012. Disponível em: <http://www.valor.com.br/opiniao/2547676/o-desenvolvimentismo-de-esquerda>.
- FOUCAULT, Michel. **Sécurité, territoire, population: Cours au Collège de France 1977-1978**. Paris: Gallimard, 2004.
- MENDES, Alexandre Fabiano. **Para além da “Tragédia do Comum”**: conflito e produção de subjetividade no capitalismo contemporâneo. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, UERJ, Rio de Janeiro, 2012.
- NERI, Marcelo. **A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide**. Rio de Janeiro: FGV; Saraiva, 2012.
- NERI, Marcelo (Coord.). **A nova classe média: o lado brilhante dos pobres**. Rio de Janeiro: FGV; Centro de Políticas Sociais, 2010.
- POCHMANN, Marcio. **Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- REVEL, Judith; NEGRI, Antonio. Inventare il comune degli uomini. **Uninomade 2.0**, 4 abr. 2011. Disponível em: <http://uninomade.org/inventare-il-comune-degli-uomini/>.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980**. 5ª reimp. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do Lulismo. **Novos Estudos**, São Paulo, Cepbrap, n. 85, p. 83-102, nov. 2009.

¹² Para uma apresentação, vide Giuseppe Cocco, “Introdução” a Antonio Negri e Maurizio Lazzarato, *Trabalho Imaterial*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SOUZA, Amaury de; LAMOUNIER, Bolivar. **A Classe Média Brasileira**: ambições, valores e projetos de sociedade. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, Jessé (Org.). **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

WILSON, Dominic; DRAGUSANU, Raluca. The expanding middle: the exploding world of middle class and falling global inequality. Goldman Sachs Economic Research. **Global Economics Paper**, New York, n. 170, jul. 2008.

WORLD BANK. **Global Economy Prospects 2007**: Managing the Next Wave of Globalization. Washington, D.C., 2007.

Subjetividade plural no mundo contemporâneo

Plural subjectivity in contemporary world

João Teixeira Lopes – APS

RESUMO

Baseado nos prolongamentos críticos de Bernard Lahire à teoria da prática de Pierre Bourdieu, defende-se uma sociologia da complexidade disposicional e contextual, bem como a construção de dispositivos metodológicos capazes de captarem essa subjetividade plural em situação, os retratos sociológicos, aqui ilustrados através de duas pesquisas co-coordenadas pelo autor: uma sobre trajetórias de estudantes do ensino superior (de sucesso, insucesso e abandono) e outra sobre experiências femininas em cenas de música eletrônica de dança.

Palavras-chave: Sujeito. Disposições. Contextos. Retratos sociológicos.

ABSTRACT

Based on the prolonged critique of Bernard Lahire to the theory of Pierre Bourdieu's practice, a sociology of the dispositional and contextual complexity is defended, as well as the construction of methodologic devices capable to capture this plural subjectivity in situation; the sociological portraits, illustrated here by two researches coordinated by the author: one on the track of students in higher education (success, unsuccess and desertion) and another on female experiences in electronic music and dance scenes.

Keywords: Subject. Dispositions. Contexts. Sociological portraits.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS: EM VEZ DE DISPOSIÇÕES TRANSCONTEXTUAIS, UMA SOCIOLOGIA SITUADA

Um dos maiores problemas da teoria sociológica actual reside na tendência para a dissociação entre propostas teóricas, no sentido estrito de conceitos substantivos e de relações entre conceitos, e abordagens metodológicas e técnicas, enquanto organização crítica das práticas de pesquisa assentes na recolha, selecção e tratamento da informação. Outro dos recorrentes problemas centra-se na hiperbolização do trivial, esquecendo as grandes questões da teoria social (a permanência e a mudança; o lugar do sujeito e da acção; a articulação entre o material e o simbólico; etc.). Não se trata, é claro, de repisar chão gasto, mas sim de nunca considerar definitivamente resolvidos os parâmetros matriciais, sob pena de renunciarmos à cumulatividade reflexiva do conhecimento sociológico, resvalando, de novo, para um rococó epistemológico de detalhes eventualmente cintilantes, mas fracamente integrados no perpétuo diálogo que é a ciência.

Se adotarmos como postura o primado da interrogação sobre a resposta, nós, sociólogos, devemos ser aqueles e aquelas que jamais renunciam a fazer as perguntas mais difíceis.

Nessa linha, Bernard Lahire apresenta-nos uma grande teoria capaz de corresponder à pluralidade e complexidade contemporâneas. Na genealogia da teoria da prática, este autor francês desenvolveu uma série de pesquisas que lhe permitiram propor um programa assente no actor plural, exposto a princípios de socialização múltiplos, diferentemente actualizados ao longo do seu percurso e fortemente relacionado com os domínios de actividade, as situações e os contextos. Lahire chega a propor o abandono do conceito de *habitus*, substituindo-o pelo de *património individual de disposições*, onde se salientam, precisamente, repertórios de disposições, com géneses diferentes, graus de activação distintos e força diferenciada.

Pela minha parte, dou-me bastante bem com o conceito de *habitus*. Mas tenho proposto que ele seja visto, não como um colete de forças das práticas, à medida de uma uniformização alicerçada em cadeias de homologias (em que as posições sociais tendem a corresponder, num outro plano, às disposições e estas, por sua vez, às tomadas de posição), mas sim como um conceito fortemente heurístico: um *habitus plástico*, passível de se adaptar à diferenciação e complexidade das nossas formações sociais. Na verdade, amplo trabalho de pesquisa tem demonstrado que as disposições se transferem sob um determinado número de condições. Como já referimos, existem situações que as activam, mobilizando-as, enquanto que outras as adormecem ou inibem. As próprias disposições têm graus desiguais de robustez, em íntima articulação com a sua génese (o modo particular como num determinado individuo o processo de socialização – sempre plural, mais ou menos contraditório e accionado por múltiplos agentes, inclusive no próprio meio familiar – se exerceu).

Ao invés, então, de uma resposta mecânica ou de um ajustamento generalizado, avança-se a hipótese de um processo de adaptações tensas às situações estabelecendo ou não distâncias significativas entre os contextos de aquisição e os contextos de mobilização das práticas.

Importa, desde modo, perceber como cada indivíduo se desdobra em compromissos e metamorfoses múltiplas pelos diferentes domínios de acção. É neste âmbito que Lahire propõe os *retratos sociológicos* como um dispositivo metodológico. Nas suas próprias palavras:

Tive assim a oportunidade de implementar essa abordagem teórica e metodológica numa pesquisa empírica experimental, que consistia em trabalhar em profundidade uma série de estudos de casos (oito pessoas entrevistadas seis vezes e de forma prolongada sobre temas muito diferentes - escola, família, trabalho, amigos, lazeres e actividades culturais, desporto, alimentação, saúde, indumentária...) – para varrer os domínios de actividade e dimensões de existência suficientemente diversificados e para entrar no detalhe das variações intra-individuais pondo em causa as evidências sobre os mecanismos de transferibilidade das disposições (LAHIRE, no prelo).

EXEMPLOS DE DUAS PESQUISAS: OS ESTUDANTES DE ENSINO SUPERIOR E AS MULHERES CLUBBERS

O retrato sociológico consiste, antes de mais, numa entrevista biográfica de cariz semi-directivo. A sua grande especificidade reside no guião, onde se procura, como objectivo

primordial, perceber a forma como as disposições individuais se formam e encarnam nos diferentes papéis sociais do actor, nos múltiplos “mundos da vida” (para utilizar uma expressão tão cara à fenomenologia) onde habita, no mosaico das situações e quadros de interacção em que se move e compreender, ainda, que dessa plural circulação resultam stocks disposicionais variados.

Na sua obra *Portraits Sociologiques*, Lahire (2002) ensaiou o que o próprio apelidou de *sociologia experimental*, uma vez que lhe interessava comprovar a hipótese do actor plural:

reinterrogar as análises por grupos e por domínios de práticas (separados e autonomizados pelas necessidades de análise) que são mais frequentemente praticadas em sociologia (por exemplo, o estudo dos diferentes grupos sociais na sua relação com a leitura, arte, escola, etc.) para tentar ‘seguir’ os mesmos actores em diferentes situações da sua vida social (LAHIRE, no prelo).

Pela minha parte, nas pesquisas em que tenho utilizado este dispositivo, procurei fazê-lo de forma *aplicada*, isto é, subordinado a um problema de pesquisa direccionado, embora sem nunca deixar de retirar ilações substantivas para possíveis reconstruções da teoria social. No caso do projecto ETES (Os estudantes e as suas Trajectórias no Ensino Superior), coordenado por António Firmino da Costa (2009) e por mim próprio, procuramos resgatar *desigualdades de percurso* que permitissem ampliar as zonas de visibilidade já iluminadas pelas *desigualdades de acesso* e pelas *desigualdades de sucesso* no ensino superior.

Deste modo, os retratos permitiram dar conta, em simultâneo, das grandes *regularidades* sociológicas presentes nos percursos e opções dos estudantes, assim como das *contratendências*, das *contradições* e *excepções* correlativas à “regra sociológica” – e que são, elas próprias, constitutivas dos fenómenos sociais, logo, regras sociológicas plenamente constituídas...

Quadro 1 – Guião para retratos sociológicos, Pesquisa ETES

GUIÃO DE ENTREVISTA
Bloco A: Trajectória no Ensino Superior
A1. Descrição do percurso
A2. Tipo de percurso
A3. Integração escolar
A4. Modos de estudar
Bloco B: Outras Dimensões da Trajectória Social e Escolar
B1. Origens sociais
B2. Escolaridade anterior
B3. Trabalho
B4. Família e residência
B5. Sociabilidades e redes
Bloco C: Avaliações e Sugestões
C1. Avaliações do entrevistado sobre factores, causas, razões para o seu tipo de percurso no Ensino Superior
C2. Avaliações do entrevistado sobre a situação geral de sucesso/insucesso no Ensino Superior em Portugal
C3. Sugestões para o sucesso escolar no Ensino Superior

Como se pode verificar, para além da preocupação diacrónica (o percurso), o entrevistado é levado a pensar na sua trajectória de forma multifacetada, através do trânsito pelos vários agentes de socialização e domínios de existência: família, escola, trabalho, residência, redes de sociabilidade, etc. Desta forma, o actor expressará (em primeiro grau), continuidades e rupturas, transferências e especificidades entre as diferentes esferas, matéria que o investigador analisará (em segundo grau) para estabelecer as condições de transporte (ou fixação) das disposições, bem como mecanismos contextuais de activação e/ou inibição.

O bloco C da entrevista, como se depreende, tem por intenção despertar ainda mais a reflexividade do actor. O próprio processo de comparar domínios da experiência exerce esse apelo, a par da revisitação biográfica. A dignificação ontológica e epistemológica do sujeito levou-nos a pedir-lhe uma avaliação do seu próprio percurso. Sem esquecermos as distâncias que existem entre práticas declarativas e práticas efectivas, nem tão-pouco o afã objectivador e desocultador da sociologia, julgamos crucial, para uma *sociologia pública*, incorporar a perspectiva dos entrevistados no delinear de políticas de combate ao insucesso e ao abandono no ensino superior. Os actores sociais estão longe, assim o pensamos, do modelo sonâmbulo e passivo do *cultural dope*: reinterpretem activa e criticamente as condições objectivas de existência e os constrangimentos que pesam sobre a acção; elaboram estratégias e projectos dentro de um campo de possíveis. Em suma, a *situação de entrevista constitui-se, ela própria, num contexto de activação de competências reflexivas*, mormente quando o seu guião adopta a configuração de *retrato sociológico*.

Uma outra pesquisa por mim coordenada pretendeu analisar os contextos urbanos de música electrónica (*drum'n'bass*, *trance* e *techno*) enquanto fracções sub-culturais preferencialmente *underground*: espaços potencialmente privilegiados de experimentação de novas feminilidades (possibilidades de 'empoderamento' e de afirmação de uma agência feminina tendencialmente mais liberta de constrangimentos convencionais de base patriarcal).

Para o efeito, entre outras técnicas utilizadas no quadro de uma abordagem etnográfica, realizaram-se 16 entrevistas em profundidade, algumas prolongando-se por várias sessões, outras de intuito mais exploratório, outras, ainda, na fase final de trabalho de campo, com o intuito declarado de construir retratos sociológicos.

O seu guião pretendia operacionalizar várias dimensões: por um lado, descortinar possíveis transferências e intersecções entre disposições de género, de classe social e de etnia, evitando a homogeneização do conceito de mulher; por outro lado, estudar as construções de género implicadas nas estruturas internas das várias fracções das (sub)culturas *club*, em particular os papéis e expectativas de género inerentes, de um modo mais ou menos explícito, às próprias (sub)culturas; finalmente, analisar o trânsito e a transferência entre disposições anteriores ao *clubbing* (adquiridas no "meio social") e disposições incorporadas nos próprios contextos das subculturas de música electrónica que, por sua vez, poderiam interferir em contextos extra-clubbing e assim por diante. As feminilidades, em vez de serem deduzidas como um bloco homogéneo de certas propriedades sociais gerais, seriam indagadas através da intersecção entre os diferentes contextos da sua estruturação. O retrato sociológico seria, então, o *locus* metodológico dessa perscrutação, bem como um dispositivo de articulação entre uma análise sociológica (interpretação em *segundo grau*) da pluralidade de disposições e de contextos (de práticas) e uma narrativa em voz própria: polifonia feminina (interpretações em *primeiro grau*).

ETAPAS DE CONSTRUÇÃO DE UM RETRATO

Para elucidar este ponto de cariz mais operativo, nada como apresentar (e dissecar) um retrato construído no âmbito do programa ETES:

Carolina Veloso (E20P): retrato sociológico

Realizada por João Teixeira Lopes

Carolina nas encruzilhadas: ser mulher, mãe, esposa e estudante no ensino superior

Carolina Veloso tem 29 anos e frequenta, praticamente contra tudo e conta todos, o 3º ano do curso de Psicologia da Universidade Lusíada, no Porto, após várias tentativas de ingresso. Carolina é casada e mãe de dois filhos (ele com 8 anos, ela com 4) e depara-se com graves conflitos no núcleo conjugal uma vez que o marido, gerente de um posto de abastecimento de gasolina, com o 12º ano incompleto, não partilha nem apoia o percurso e as opções de Carolina. Além do mais, a recente morte do padrasto (agente da PSP com o 12º ano), entusiasta da sua caminhada no ensino superior, deixou-a num processo ainda não superado de luto. Acresce, ainda, contra o percurso de Carolina, a desconfiança do círculo tradicional de amigos.

Insegura, Carolina Veloso tem tentado renovar a sua rede de amigos através da vivência universitária, adquirindo novas disposições e repertórios.

A seu favor conta com o apoio incondicional da mãe (licenciada em contabilidade) e de um tio próximo. Na encruzilhada, Carolina ambiciona ir mais longe e tirar o mestrado, mas teme pela quebra do vínculo conjugal.

Carolina Veloso tentou várias vezes, sem sucesso, ingressar no ensino superior (“eu já tive várias tentativas, mas esta é a primeira experiência, mas chegava a altura dos exames nacionais e acabava por desistir, não entrava na sala...Andei anos sempre a tentar”). A persistência produz os seus efeitos e acaba por entrar no curso de Psicologia da Universidade Lusíada, no Porto.

A atracção pela Psicologia encontra-se relacionada, de acordo com as suas representações discursivas, com o gosto pelo estudo do comportamento infantil e, paradoxalmente, pela análise do comportamento desviante: *“uma forma de transmitir aquilo que possa ter passado, e eu gosto mais das crianças, para que elas sigam um caminho diferente... sempre tive uma curiosidade pelos presos. Sei que não tem nada a ver, mas sempre tive uma curiosidade com os presos”*. Nas entrelinhas, percebe-se um latente e permanente auto-questionamento, no vaivém de pensamentos contraditórios exaltados pela própria situação de entrevista.

O percurso anterior ao ensino superior fora já marcado por algumas dificuldades: uma prejudicial mudança de escola e a gravidez do primeiro filho: *“sim, fiz sempre tudo direitinho, inicialmente em Matosinhos já tinha repetido um ano, mas quando entrei aqui no Infante, levei tudo seguido. Falhei e acabei por sair daqui do Infante, o que foi uma asneira muito grande. Depois também interiorizei aquela coisa...o preconceito de, olha vou agora grávida para a escola, não tem sentido nenhum”*.

Entretanto, a entrada no ensino superior levanta dificuldades adicionais. O marido, com o 12º ano incompleto e gerente de um posto de abastecimento de gasolina, passa de aliado

a adversário, revelando uma ostensiva atitude de falta de apoio: *“pois, inicialmente ate era o meu marido...não sei...não quer dizer que seja por mal, mas também acho que como ele não tem ensino superior, não acabou o 12º ano, acho que já há ali...algo que ainda não está bem resolvido, e especialmente agora que estou no 3º ano, estou a sentir...já não estou a sentir tanto apoio, como realmente estou a conseguir e como vou chegar ao fim e ficar licenciada. Há ali uma grande diferença, entre eu estar licenciada e ser a mulher, e ele ser o homem e não estar licenciado”*.

A discriminação de género obriga-a, além do mais, a um sobreesforço e à tentativa, sempre tensa, de conciliação entre os estudos, o papel de mulher, de mãe e de dona de casa: *“é preciso fazer de tudo...é tê-los ao colo, é roupa lavada, passada e arrumada, que é para a gente poder saber o que vestir, o que usar e saber que às segunda, terças e quintas um tem ginástica e o outro só tem à segunda, por isso naquele dia tem que levar fato de treino...quer dizer, está tudo, organizado...se falha alguma coisa, é mau...porque eu descontrolo-me e depois já começo a achar que já não vou ser capaz, que não vou ter tempo”*.

Entretanto, dia após dia agrava-se a qualidade do vínculo conjugal: *“muitas vezes entra e sai de casa e não há conversa, conversamos sobre muitas coisas, mas sobre a faculdade, não há conversa nenhuma e isso magoa-me um bocado porque eu estou a fazer um esforço tremendo. Chega a casa e está cansado porque esteve a trabalhar, e eu não estou cansada porque fui para a escola e portanto não estou cansada...”*.

Agrava a situação o recente falecimento do padrasto, agente da PSP com o 12º ano, chegado à família quando Carolina tinha apenas nove anos e que substituiu pelos seu afecto e dedicação, apesar das dificuldades sentidas, o afastamento do pai biológico. No padrasto, Carolina encontra uma âncora segura e um forte apoio, nomeadamente no que respeita às suas opções de prossecução de um curso superior (*“... ele vinha para a baixa do Porto, quando eram os cortejos e isso tudo e lembro-me de ele comentar que quando fosse a minha vez, também havia de lá estar... [Pausa – Choro]”*). Mas a perda é ainda vivida como irreparável: *“estamos numa linha e de repente... é como uma ponte... a ponte caiu e agora para onde é que eu vou, parece que a gente fica ali, bloqueada., nem sabe se há-de voltar para trás, se percorre outro caminho... ou percurso”*.

Do núcleo tradicional de amigos, ligado ao seu casamento e à pertença, desde os tempos da juventude, a um rancho folclórico, Carolina também recebe sinais depreciativos. *“agora sou casada, e já tenho um filho... e já tenho outro... e parece que estava a acreditar no que algumas pessoas me iam dizendo – vai mas é trabalhar para outro lado...”*.

Estas marcas negativas são todavia contrabalançadas pelo apoio de um tio próximo e particularmente pelo suporte afectivo e material da mãe, licenciada em contabilidade e empregada numa loja de artigos para casamentos. Ainda assim, Carolina não se poupa a esforços. Vende o carro, economiza, trabalha e obtém o apoio social escolar.

Entretanto, a Universidade revela-se como uma fonte de novas sociabilidades, parcialmente substitutivas da rede tradicional e com atitude claramente favorável ao seu prosseguimento de estudos, mesmo quando se detectam traços de individualismo e competitividade (*“no ambiente geral, as pessoas não se ajudam [risos]. É o salve-se quem puder”*). Geram-se novas intimidades: *“sim, encontrei novos amigos. Amigos mesmo, acho que sim! E valorizavam...depois de saberem por outras conversas que era casada e tinha dois*

filhos, eles valorizam o facto do esforço, e dizem – nem sei como tu consegues estar aqui e... – pronto, são diferentes. Sim, tenho contacto para além das aulas, temos jantares, um ou outro, frequento a casa...”

As novas redes diversificam as saídas conviviais, juntando-se à permanência no rancho folclórico e ao tempo passado com o marido (vende DVD's em casa, indo duas vezes por mês ao cinema, cozinhando por gosto), apesar de não renunciar a uma ocupação propriamente pessoal dos tempos livres, quer pela leitura (que reserva para os espaços-tempo da Universidade), quer pela fotografia artística, quer ainda pela escuta permanente de música.

Novamente na encruzilhada, Carolina pondera prosseguir para além do actual 3º ano e ingressar no mestrado já formatado pelo processo de Bolonha. Mas tem de pensar e medir. Por vezes, parece que a decisão já está tomada. Outras vezes, hesita: *“uma licenciatura, ele já interiorizou, porque também é uma licenciatura só de três anos também, o que é que é isso?! Mas o mestrado, já é diferente, já é... Mas eu é que tenho que interiorizar isto, porque a relação se tiver que quebrar... vou fazer para não... para que não aconteça... mas também é como eu às vezes digo, se tiver que acontecer é porque é o melhor”*.

Vejamos, então, uma por uma, as fases de elaboração deste dispositivo:

1. Formulação de um guião de entrevista semi-directiva de cariz biográfico, adequado aos objectivos da pesquisa em concreto, mas contendo, obrigatoriamente, questionamentos sobre o posicionamento do actor em várias esferas da vida, domínios de actividade, papéis sociais, contextos e quadros de interacção.
2. Realização de duas a três sessões de entrevista, preferencialmente afastadas temporalmente umas das outras por um período de dias ou de uma semana, de modo a permitir ao entrevistador e ao entrevistado acréscimos de reflexividade.
3. Transcrever as entrevistas, seguindo as regras clássicas para o efeito.
4. Editar as entrevistas, transformando-as num discurso na 1ª pessoa do entrevistado, fluido e corrente, como se de uma narrativa se tratasse, sem considerar silêncios, interjeições, etc., nem tão-pouco as questões e interferências do entrevistador. Almeja-se com esta construção, um pouco à semelhança de *Os Filhos de Sánchez*, de Óscar Lewis, resgatar a cadência biográfica do relato.
5. Num vaivém entre recursos teóricos e material empírico, constrói-se o retrato. Este, como se depreende pelo exemplo apresentado, não é meramente descritivo, ganhando um pendor interpretativo, embora sem a análise “pesada” que será remetida para outra instância.
6. Cada retrato deverá, na opinião de António Firmino da Costa e de mim próprio, conter um título, onde se realce o fio condutor interpretativo do relato; um conjunto de parágrafos (no exemplo dado aparecem a *bold*) capaz de funcionar como resumo do percurso e, por fim, um corpo mais detalhado. Trata-se, na verdade de três possibilidades de leitura complementares da série de retratos: pelo título (ultra-rápida), pelo resumo (rápida), pelo corpo principal (mais demorada).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: MÉTODO OU TÉCNICA?

O retrato sociológico pode então ser considerado como um dispositivo técnico ao serviço de uma teoria da prática assente na génese plural e contextual das disposições. Mas, mais do que isso, trata-se, na verdade, de uma abordagem metodológica, que pode ser utilizada de forma *experimental* (como Lahire faz em *Portraits Sociologiques – 2002*) ou aplicada (caso de *La Culture des Individus – 2004*) ou dos exemplos de pesquisas que aqui foram explorados.

Assim, enquanto organização crítica das práticas de pesquisa, os retratos não obrigam a uma exclusividade em termos da sua estrita aplicação: enquanto metodologia ecléctica respeitam o cariz relacional do objecto de estudo, suscitando, por conseguinte, a aplicação de uma vasta panóplia de técnicas que, no entanto, respeitem os objectivos de potenciar a reflexividade do actor e de resgatar a pluralidade intrínseca das práticas a uma escala individual. De igual modo, o enfoque poderá ser mais *extensivo*, caso do estudo ETES, onde se construíram 170 retratos (obedecendo a uma amostra estratificada por quotas, preenchidas através do accionamento, em simultâneo, de várias bolas de neve) ou mais *intensiva*, caso do projecto *clubbers*, em que os retratos surgem, por isso, muito mais desenvolvidos e complementados por uma abordagem etnográfica. Nem só de *retratos* (técnicas) se faz o método dos *retratos sociológicos...*¹.

O indivíduo, corpo socializado e socializador, reflecte no seu percurso a arquitectura invisível das forças sociais, desenvolvendo modos de relação consigo próprio e com os contextos e situações onde se move. Essa forma de produção de si incorpora os mais pesados constrangimentos sociais e nada deve às teorias encantadas e ilusórias do livre-arbítrio. Lahire refere-se a este processo como sendo o da constituição das pregas singulares do social, advogando a autonomia e a pertinência complementares de uma escala de observação e de um nível de análise que os sociólogos não podem abandonar, sob pena de se tornarem analiticamente míopes.

REFERÊNCIAS

COSTA, António Firmino da; LOPES, João Teixeira. **Os estudantes e os seus trajectos no Ensino Superior**. 2009. Disponível em: <<http://www.etes.cies.iscte.pt/equipa.html>>. Acesso em: 7 maio 2011.

LAHIRE, Bernard. **La culture des individus: dissonances culturelles et distinction de soi**. Paris: Éditions la Découverte, 2004.

_____. **Portraits sociologiques: dispositions et variations individuelles**. Paris: Nathan, 2002.

_____. Prefácio. In: LOPES, João Teixeira (Coord.). **Registos do actor plural: Bernard Lahire na Sociologia Portuguesa**. Porto: Afrontamento. No prelo.

¹ Esta classificação resulta de uma perspectiva pessoal em nada responsabiliza Bernard Lahire.

Existência, subjetividade e reconhecimento: O roubo da vida na discriminação do outro

Existence, subjectivity and acknowledgement:
the stealing of life in the discrimination of others

Alípio Sousa Filho - UFRN

RESUMO

A ideia central do artigo gira em torno da questão do “reconhecimento” como experiência antropológica que está no centro da intersubjetividade humana ou da interação comunicativa, e que dá sentido pleno à nossa condição de ser humano. O artigo procura discutir a seguinte questão: sendo esta experiência o que nos une, o que permite nossos laços, vivemos em sistemas de sociedades que, paradoxalmente, e ao mesmo tempo, por diversos de seus mecanismos, instituições, relações, valores e ideologias, ameaçam ou destroem essa mesma experiência. Submetidos a esses sistemas, seres humanos são constrangidos a não se reconhecer como tais ou deixam de reconhecer a outros como humanos por concepções de humanidade ou do que é ser humano, produzidas e difundidas por estes sistemas.

Palavras-chave: Reconhecimento. Subjetividade. Existência. Direitos humanos.

ABSTRACT

The article's core idea revolves around the matter of *acknowledgement* as an anthropological experience which is in the center of human intersubjectivity or communicative interaction, and which brings full sense to our human condition. The article seeks to discuss the following question: even though this experience is what unites us - what makes us bond - we live in systems of societies that paradoxically, and at the same time, by many of their mechanisms, institutions, relations, values and ideologies, threat or destroy this very same experience. Submitted to those systems, human beings are constrained into not acknowledging ourselves as humans or not acknowledging others as humans because of conceptions of humanity or of what it is to be human, produced and spread by such systems.

Keywords: Acknowledgement. Subjectivity. Existence. Human rights.

Pensar a existência e, especialmente, em sua relação com a subjetividade, talvez seja uma questão demasiadamente contemporânea. De todo modo, não é seu caráter temporal e tão atual problema que não pertença ele ao rol das questões importantes e desafiadoras que enfrentam filósofos, cientistas sociais e historiadores.

O tema pode levar a muitas direções. Escolhi, para este trabalho, pensar a relação entre o existir humano, sua realidade mais específica, qual seja, a experiência da subjetividade, e a luta por reconhecimento. Esta última pensada como luta por direitos humanos, luta contra discriminações que quebram o princípio de igualdade entre seres humanos, luta pela vida plenamente vivível para todos. Atualmente, em diversos países, uma luta que é empreendida, sobretudo, por minorias políticas.

De início, vou anunciar a ideia mais central que procurarei desenvolver aqui: sendo o *reconhecimento* a experiência antropológica que está no centro da intersubjetividade humana ou da interação comunicativa que dá sentido pleno à nossa condição de ser humano e sendo esta experiência o que nos une, o que permite nossos laços, ao mesmo tempo, mas em desacordo com ela, temos sistemas de sociedade instituídos que, por diversos de seus mecanismos, instituições, relações, valores e ideologias, ameaçam ou destroem essa mesma experiência. Submetidos a esses sistemas, seres humanos são constrangidos a não se reconhecer como tais ou deixam de reconhecer a outros como humanos por concepções de humanidade ou do que é ser humano que são produzidas e difundidas por estes sistemas. Concepções que vão se estabelecendo, institucionalizando-se e ganhando legitimidade (variando com a ordem simbólica de cada sociedade, a legitimação é produzida seja pelo discurso moral, jurídico ou religioso), com o que se subtrai reconhecimento e direitos a muitos.

A noção de reconhecimento ocupou lugar de importância em obras de filósofos como Hegel e, mais recentemente, assumiu novos desenvolvimentos nos escritos de Habermas, Axel Honneth, Charles Taylor, Nancy Fraser e Judith Butler, entre outros.

Neste trabalho, me apoiarei principalmente nas reflexões de Axel Honneth e da filósofa política estadunidense Judith Butler. Seguindo mais de perto o argumento desta última (BUTLER, 2006), gostaria de começar e finalizar abordando o problema ético-político do reconhecimento em sua ligação estreita com processos de discriminação que implicam *destituir de humanidade* certos sujeitos sociais.

Para Butler, a pergunta sobre a existência humana em termos de reconhecimento implica pensar se a vida, a existência nela, tem sido habitável (vivível) igualmente por todos. Para a autora, em alguma parte dessa questão está não apenas certo ponto de vista sobre o que é a vida e o que esta deveria ser, mas igualmente concepções sobre o que é o humano e sobre que vidas são consideradas humanas. Quem nós consideramos como humanos de verdade? Quem, nas nossas sociedades, tem merecido a consideração de ser um *ser humano* pleno? Essas perguntas podem parecer, à primeira vista, descabidas e despropositadas, pois, certamente, seriam poucos (ou talvez raríssimos) aqueles que admitiriam desconsiderar como humanos seres da espécie. Mas, esse “humanismo” um tanto quanto maquinal, irrefletido, ou mesmo hipócrita, que parece considerar que um filho da espécie não deixará de ser, por ninguém, tratado como “ser humano”, esconde algo que a reflexão sobre reconhecimento permite desconstruir e revelar.

Para a filósofa de Berkeley, nas nossas sociedades, se quisermos saber que vidas são consideradas humanas, quem consideramos plenamente como humanos, nos perguntemos sobre as vidas pelas quais choramos: “que vidas podem chorar-se?” (BUTLER, 2006, p. 36). Que vidas são choradas? Por quem choramos quando a vida se vai? Choramos com a morte de todos? Seleccionamos nosso choro?

Para Butler, na experiência do luto, revelamos algo de nós mesmos como humanos. Nós, seres humanos, nos enlutamos com a morte de outro ser humano, e não precisa que seja alguém tão próximo ou querido. O luto é o choro da morte. Por quem choramos, pelas vidas que choramos, revelamos algo de nós como indivíduos e comunidade humana. Como sugere Butler (2006, p. 37), “muita gente crê que o luto é privado, que nos faz retornar a uma situação solitária, mas acredito que nos expõe à relação constitutiva da sociabilidade do eu com o outro, à base para pensar uma comunidade política de ordem complexa”.

Lembra a filósofa, e retomamos seu argumento aqui, o destaque ao ser humano não é antropocentrismo irrefletido, é apenas o recorte do assunto ao sentido da existência para nós humanos. Na vida animal, exemplos muitos há do lamento da morte. Ao que parece, seja de outros animais, seja pelo desaparecimento de seres humanos, quando são aqueles que deles estiveram muito próximos. Há poucos dias, a imprensa brasileira noticiou o caso, em Caxias do Sul (RS), de um pequeno cão de rua que voltou ao lugar em que seu dono, um catador de lixo, que passava os dias com ele, desapareceu, após ter sido consumido pelas chamas, por fogo ateado por quatro menores. O cãozinho, sem mais sacudir seu rabo, permaneceu por dias encostado a um carro de recolhimento de material reciclável, como a aguardar seu companheiro humano voltar. Mas renuncio aqui ao envolvimento com a discussão sobre os animais, até para evitar especulações no vazio.

Por quem choramos? Se tomarmos a questão a sério, abre-se uma relação de pessoas por quem as lágrimas têm a ver com o modo como as enxergamos, como as reconhecemos como humanos, se são tomados como tais ou não. Mais adiante me servirei de alguns exemplos.

Antes, torna-se importante esclarecer a concepção de *ser humano* que fundamenta nossa reflexão. Desde seu nascimento, as ciências humanas insistem com uma abordagem que sugere compreender o indivíduo humano como artefato cultural, um *constructo social* em que ele é seu próprio artesão. Aliás, o que mereceu mais recentemente que diversos estudiosos passassem a entender como *construcionista* esta perspectiva de análise (ver, a esse respeito, texto no qual trato do assunto: SOUSA FILHO, 2007). O ser humano como construído por si próprio, por suas ações na sua exteriorização no meio ambiente circundante, representa o processo mesmo de nossa evolução animal, de nossa hominização. Assim, diferentes autores se pronunciaram: embora sem nenhum prévio programa, na contínua exteriorização no mundo, o ser humano “determinou [...] os estágios do seu próprio destino biológico. Literalmente, embora inadvertidamente, ele próprio se criou” (GEERTZ, 1989, p. 60), ou “o homem se produz a si mesmo” (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 72).

Criatura de si mesmo, destaca-se nessa perspectiva uma teoria da socialização ou da intersubjetividade humana que situa o indivíduo humano na sua relação com o outro, e mais que isso: na sua inteira dependência ao outro. Como somos a única espécie biologicamente não especializada e, por isso, tendo que nos produzir inteiramente como o ser que teremos que ser (ou simplesmente seremos), somos também inteiramente dependentes de um outro que possa nos auxiliar na ação (ou conjunto de ações) que nos faça vir-a-ser.

De uma espécie cuja realidade mais definida é *não-ser* antes do trabalho cultural, isto é, trabalho humano, o ser humano é inteiramente dependente de si próprio, do seu semelhante humano, para existir. Nascendo desprovido dos atributos que o configuram como da espécie humana, e são todos estes atributos (mesmo aqueles que parecem mais naturais: bipedismo,

fala, visão etc.) necessariamente efeitos de aprendizagem social, no processo da socialização em culturas específicas, não há configuração do humano que possa ocorrer fora da ação cultural de um outro já socializado, fora dos favores da linguagem humana na apropriação do meio externo (a natureza ou o próprio ambiente construído pelos humanos).

Pela inexistência do ser humano *in natura*, é somente na cultura, pela linguagem cultural, que o ser humano advém como humano, torna-se humano. É esse dado antropológico de sua dependência ontológica ao espaço de cultura, à linguagem humana e ao outro que marca a espécie de uma realidade comum com relação a ter que construir sua existência na interação comunicativa com o outro, na intersubjetividade com o semelhante humano. Isto é: na dependência que produz inter-relação e requer reciprocidade e reconhecimento. Na dependência que o faz aprender, sob o regime de cada ordem simbólica, em construções convencionais e arbitrárias, o que é qualificado como humano, seus valores, sentimentos, emoções, crenças, costumes.

Da antropologia à psicanálise, o assunto é o mesmo. Freud o abordou quando escreveu sobre o “desamparo” como característica da espécie. Em seu texto, “Projeto para uma psicologia científica” assim observa: “O desamparo inicial do ser humano é a fonte primordial de todos os motivos morais” (FREUD, 1987, p. 336). Não é nesse mesmo texto que Freud dirá, mas, no progresso de sua obra, torna-se claro que esses “motivos morais” (que aparecerão mais claramente em obras como *Futuro de uma ilusão* (1974a) e *O mal-estar na civilização* (1974b)) são todos os laços e construções simbólicas que tentarão erigir e manter a “comunidade humana” como espaço para a existência e proteção do ser humano, que funcione para o melhor ou para o pior. E é em *O mal-estar na civilização*, em que Freud, procurando demonstrar que o ser humano, por seu desamparo (isto é, por sua permanente necessidade de ajuda), e diante da possibilidade, por sua dependência ao outro, de entrar em sofrimento, escreve:

o sofrimento nos ameaça a partir de três direções: de nosso próprio corpo, condenado à decadência e dissolução [...], do mundo externo, que pode voltar-se contra nós com forças de destruição esmagadoras e impiedosas; e finalmente, de nossos relacionamentos com os outros homens. O sofrimento que provém dessa última fonte talvez nos seja mais penosos do que qualquer outro (FREUD, 1974b, p. 95).

O antropólogo Geertz (1989, p. 56) escreveu em um de seus ensaios: o ser humano “é precisamente o animal mais desesperadamente depende” da cultura, isto é, do Outro. Lacan (1988, p. 194), por sua vez, anunciou: “o que se deve fazer, como homem ou como mulher, o ser humano tem sempre que aprender, peça por peça, do Outro”. Ou ainda: “o desejo do homem encontra seu sentido no desejo do outro, não tanto porque o outro detém as chaves do objeto desejado, quanto porque seu primeiro objeto é de ser reconhecido pelo outro” (LACAN, 1992, p. 132). E, por fim, como assinala Butler (2006, p. 43):

Assim, temos uma concepção segunda a qual somos entregues ao outro de entrada, segundo a qual, desde o princípio, incluindo a anterioridade da individualização mesma, e por virtude de nossa existência corporal, somos entregues ao outro. Isto nos faz vulneráveis à violência, mas também a outra série de contatos, contatos que vão desde a erradicação de nosso ser em um extremo, até a sustentação física de nossas vidas em outro extremo.

Explorando o pensamento de Hegel, o filósofo Honneth (2003, p. 77) explica que

a experiência recíproca do saber-se-no-outro só se desenvolve até chegar a uma relação de amor real na medida em que é capaz de tornar-se um conhecimento das duas partes, intersubjetivamente partilhado; pois só quando todo sujeito vem a saber de seu defrontante que ele igualmente se sabe em seu outro, ele pode possuir a confiança segura de que o outro é para mim. Para designar essa relação recíproca conhecer-se-no-outro, Hegel emprega [...] o conceito de *reconhecimento*.

Ainda retomando Hegel, esclarece Honneth que só o sentimento de ser reconhecido e aprovado fundamentalmente em sua existência particular faz surgir num sujeito de modo geral a medida de sua autoconfiança que o capacita para a participação igual na sociedade, como experiência ética, política, social, coletiva. Como diz: “sem o sentimento de ser amado, não poderia absolutamente se formar um referente intrapsíquico para a noção associada ao conceito de comunidade ética” (HONNETH, 2003, p. 80).

Essa forma de vida ética, com um potencial moral que não resulta simplesmente de uma “natureza” dos homens, mas de condições subjetivas particulares e de relações sociais entre eles, centradas no reconhecimento recíproco, desdobra-se em duas coisas: a primeira, reconhecimento não é “luta por autoafirmação” e a segunda: “temos aqui um conceito de *ser humano* em que a possibilidade de uma autorrelação imperturbada se revela dependente de três formas de reconhecimento: amor, direito e estima” (HONNETH, 2003, p. 87).

Se como Honneth esclarece, e na mesma direção segue Butler (2006, p. 54-55), “a tradição hegeliana enlaça o desejo com o reconhecimento”, afirmando que “o desejo é sempre um desejo de reconhecimento e que qualquer um de nós se constitui como ser social viável unicamente através da experiência do reconhecimento”, e mais ainda: “somente podemos manter nosso próprio ser se nos comprometemos a receber e a oferecer reconhecimento”, o problema é: quem nós reconhecemos? A quem oferecemos reconhecimento? Pois esta não é uma construção no vazio, mas definida em termos históricos, sociais, culturais e políticos. O que não se separa do problema de quem tratamos por humanos e que, como tais ou não, consideramos merecedores de receber reconhecimento.

Nas sociedades que conservamos até aqui e seus sistemas políticos, não há dúvida que vivemos uma insuportável desigualdade assim descrita por Butler (2006, p. 14-15):

os mesmos termos que conferem a qualidade de ‘humano’ a certos indivíduos são aqueles que privam outros da possibilidade de conseguir o mesmo status, produzindo assim um diferencial entre o humano e o menos que humano [...]. O humano se concebe de forma diferente dependendo de sua raça e da visibilidade de dita raça; sua morfologia e a medida em que se reconhece dita morfologia; seu sexo e a verificação perceptiva de dito sexo; sua etnicidade e a categorização de dita etnicidade. Alguns humanos são reconhecidos como menos que humanos e dita forma de reconhecimento com emendas não conduz a uma vida viável. A alguns humanos não se lhes reconhece em absoluto como humanos e isso conduz a outra ordem de vida inviável.

Negar a vida a quem quer que seja é violência. Negar reconhecimento é negar a vida, é, pois, um ato de violência. Sabendo-se que, como vimos, é pela mão do outro que nos constituímos como humanos, que podemos advir como sujeitos humanos plenos. Mas esse mesmo outro, da forma mais terrível, pode causar danos irreparáveis. Se não o aniquilamento da vida, a morte simbólica, estrago tão cruel.

Nos sistemas de sociedades que ainda conservamos, pessoas podem ser violentamente destituídas de sua humanidade por serem negras, gays, mulheres, pobres, imigrantes, pertencerem a minorias étnicas. A só cor da pele pode fazer que a alguém seja negado seu reconhecimento: que se lhe dê amor, direito e estima. Que sentiu e pensou a babá negra, de 33 anos, ao ter sido expulsa, aos gritos, do Clube Paissandu, no Rio de Janeiro, a cidade Maravilhosa, e isso em nossos dias de 2012, porque ela não vestia o uniforme branco, exigido pelo clube para identificar as babás dos filhos de famosos da cidade? Babá dos filhos de conhecida atriz brasileira, ela não pôde entrar no clube por que faltava o branco do uniforme ou por que sobrava o negro de sua pele? Ela mesma respondeu o que sentiu: “*Me senti humilhada*”¹.

Quem chora pelos travestis mortos à facada, tiros, trucidados até não poder mais? Quem chora por nossos jovens gays, expulsos de casa pelos próprios pais? Que sentem os gays, lésbicas, transexuais e travestis ao serem humilhados, discriminados, violentados por suas escolhas sexuais e de identidades de gênero? Que portam de menos humanos para perderem sua humanidade e, assim, verem negado o reconhecimento de sua existência, mesmo no face a face de pais e filhos, entre irmãos, entre colegas de trabalho, por seus modos de querer, desejar, fazer sexo?

Até 1982, nos Estados Unidos, casas de gays podiam ser invadidas pela polícia por perseguição ao crime de sodomia. Atualmente, no Irã, gays são obrigados à cirurgia de transgenitalização por uma ficção totalitária do Estado islâmico, segundo a qual no Irã a homossexualidade não existe: pudera! Todo desejo ali somente pode ser heterossexual; assim, homem que gosta de homem, tem que ser transformado em mulher pelo Estado, e para as mulheres vale o mesmo. Talvez o Irã seja o caso único de sociedade em que a ideologia da heterossexualidade compulsória tenha se tornado lei de Estado. A opção sexual que inverte a heterossexualidade como norma é tomada como abandono do gênero suposto original e, portanto, cabe aí, na ficção totalitária, a cirurgia de “adequação de gênero”. O que transexuais, no Ocidente, realizam por escolha pessoal, por autonomia subjetiva, embora não se possa eximilos de queda na ideologia do gênero adequado, no Irã, torna-se uma imposição fascista estatal.

Para permanecer ainda no exemplo da homofobia, prática responsável pelo roubo do reconhecimento a milhares de indivíduos no mundo, em 35 países do continente africano, os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo são legalmente proibidos e em quatro deles se pratica a pena de morte ao crime chamado de “homossexualismo”. E embora a produção de frases de ódio (de não reconhecimento) aos homossexuais não seja uma exclusividade de nenhum país, exemplos que vem da África são assustadores: Robert Mugabe, ex-presidente do Zimbábue, afirmou em certa ocasião: “gays e lésbicas são piores do que cães e porcos”

¹ BABA de filhos de atriz..., 2012.

e Olusegun Obasanjo, ex-presidente nigeriano, declarou que a “homossexualidade é antinatural e decididamente não-africana”. Todavia, a desumanização da homossexualidade tem seus anunciadores em todas as partes, eles pertencem a várias crenças. O papa João Paulo II assim declarou: “*A homossexualidade é uma coisa intrinsecamente má*”. E o papa Bento XVI, em sua cruzada contra os homossexuais, bradou em fala recente: “*o casamento gay ameaça o futuro da humanidade*”.

Ainda um pouco da cartografia da homofobia como reconhecimento recusado: 76 países perseguem e reprimem pessoas em razão da homossexualidade. Na Ásia, 23 criminalizam a homossexualidade, alguns deles aplicando a pena de morte ou penas longas de prisão. Em alguns países da tradição islâmica, a lei da Sharia é aplicada duramente contra atos homossexuais, resultando em castigos violentos, prisões ou pena de morte. E embora a perseguição de pessoas, prisão ou condenação à morte por prática da homossexualidade seja algo intensamente monstruoso e intolerável, a maior parte de nossas sociedades continua a praticá-las. O que envolve a mais infame violação de direitos que é o da violação da liberdade de escolher como ser e viver. Nossos sistemas não incluíram até aqui o que sentenciou um dia a filósofa Hanna Arendt: “*todos os outros direitos [...] são secundários em relação ao direito inalienável à vida, à liberdade e à felicidade*” (ARENDR, 1989, p. 240).

Quem chora por nossas mulheres, violentadas, agredidas, com suas vidas modificadas pela submissão à ideologia da “*mater dolososa*”, “*mãe sereníssima*”, que se sacrifica por filhos e marido? Por nossos pobres, humilhados, desprestigiados, criminalizados, tratados como suspeitos onde quer que ponham os pés: das praças públicas aos templos das compras, nossos shoppings? Destituídos em sua humanidade por realidades econômicas arbitrárias, mas realidades manipuladas ao bel prazer de governantes, Estados, mas nunca para modificá-las verdadeiramente.

Valendo-me mais uma vez de Butler (2006, p. 57): “o nosso próprio sentido de pessoa está ligado ao desejo de reconhecimento”. E ainda:

O desejo nos posiciona fora de nós mesmos, em um reino de normas sociais que não escolhemos totalmente, mas que proveem os horizontes e os recursos para qualquer tipo de sentido da escolha que tenhamos. Isto indica que o caráter extasiado de nossa existência é essencial para a possibilidade de persistir como humanos (BUTLER, 2006, p. 57).

Dizer que o desejo de persistir como humanos depende das normas de reconhecimento equivale a dizer que a base de nossa própria existência em coletividades humanas depende fundamentalmente da norma social que excede a cada um como eu primário e que posiciona este eu fora de si mesmo em um mundo de possibilidades normativas e que sejamos capazes de negociar dentro delas para criar condições de vida vivível por todos. Butler (2006, p. 57-58) ainda mais uma vez: “Nesse sentido, nossas próprias vidas e a persistência de nosso desejo dependem de que existam normas de reconhecimento que produzam e sustentem nossa viabilidade como humanos”.

Os muitos humanos que têm sua humanidade diminuída, sua existência usurpada, dolorosamente roubada, por subtração de reconhecimento, estes dependem da proteção

dos espaços públicos e privados, das sanções legais que protegem da violência, das garantias institucionais de vários tipos contra a agressão não desejada que se lhes impõe e dos atos violentos que sofrem. Como fere as pessoas em seu direito e em sua subjetividade mais interior, a ofensa do não reconhecimento é violência destrutiva não apenas de pessoas, mas de relações sociais e de comunidades inteiras.

A luta por reconhecimento talvez seja hoje uma das mais importantes para a existência na contemporaneidade, existência em que a habitabilidade da vida não pode mais ser tratada como um privilégio para poucos. Essa luta, luta crítica, luta política, requer também de nós uma mudança na linguagem cotidiana: pois, na destituição da humanidade do outro, nas formas de reconhecimento recusado, nos maus-tratos dispensados aos outros, desempenham papel importante categorias morais, conceitos negativos, estigmas, representações sociais, palavras, que agem como ofensas, rebaixamentos, desrespeito, imagens negativas, lesivas às pessoas na compreensão positiva de si mesmas, mais das vezes interiorizadas de modo intersubjetivo.

Honneth, valendo-se da psicologia social de George Herbert Mead, é enfático:

a vulnerabilidade particular dos seres humanos, identificada com o conceito de desrespeito, tem a ver com a autoimagem normativa de cada ser humano, de seu Me, (como me vejo), depende da possibilidade de um resseguro constante no outro, vai de par com a experiência de desrespeito o perigo de uma lesão, capaz de desmoronar a identidade da pessoa inteira. E mesmo uma lesão psíquica de um sujeito (HONNETH, 2003, p. 130).

O que o filósofo e sociólogo de Frankfurt está advertindo é que o reconhecimento recusado não apenas causa a subtração de direitos, mas a dor da humilhação, o sofrimento emocional e mesmo o adoecimento psíquico. A psicologia, a psicanalista e a psiquiatria somam relatos clínicos de adoecimentos emocionais cujo fundo é o reconhecimento recusado.

Caminhando agora para finalizar meus argumentos, não posso deixar de trazer aqui o tema da ideologia, um dos que mais tenho desenvolvido em meus trabalhos (SOUSA FILHO, 2012). Não entenderemos essa dimensão de sofrimento emocional e do adoecimento psíquico se não entendermos como o reconhecimento recusado, como parte das operações da ideologia na sociedade, faz efeito na esfera subjetiva dos indivíduos. Entendida aqui como um amplo dispositivo de produção de subjetividades assujeitadas, a ideologia assegura seus efeitos na sua ancoragem nas esferas psíquica, emocional e cognitiva. E se um dos efeitos da ideologização do sujeito é o seu encerramento na indisposição subjetiva de mudar a realidade, e a realidade de suas próprias vidas, o efeito ideológico subjetivo mais forte do reconhecimento recusado é a interiorização do estigma do não-reconhecimento como destino irreversível.

Estudando os processos de ideologização, o psicólogo Tod Sloan (2002) destaca a aceitação de sofrimento evitável, a depressão, afetos inapropriados, atos irrefletidos, desordens de ansiedade e a despotencialização do indivíduo como exemplos de “comportamentos ideologicamente determinados” ou “ideologizados”. Como esclarece:

Na atividade ideológica determinada, nós encontramos no lugar da experiência que deveria, ao contrário, ser cheia de sentimentos apropriados aos pensamentos e ações dos sujeitos, o seguinte: atos automáticos não mediados pela reflexão, comunicação bloqueada, afetos inapropriados para a situação, aceitação de sofrimento evitável (SLOAN, 2002, p. 94).

Sabendo que “estruturas subjetivas são, em última análise, produtos de relações sociais” (SLOAN, 2002, p. 101), não podemos descuidar dos efeitos danosos, na produção de subjetividades (de crianças, jovens, adultos ou dos mais velhos), da ausência de uma socialização antes ou lado de normas sociais que conduzam aos gestos de reconhecimento de todos em suas humanidades.

Quando aqui mencionamos os exemplos de preconceitos e discriminações praticados contra os mais pobres, negros, certos grupos étnicos, mulheres, homossexuais, como casos em que a existência de diversos sujeitos é marcada por estigmas, estereótipos, rebaixamento social, produzidos pela ideologia (nas formas do racismo, sexismo, homofobia, elitismo de classe), estávamos mostrando os vínculos entre o reconhecimento recusado e a ideologia que o sustenta e justifica na formulação de concepções sobre as escalas de humanidade dos humanos. Cujos efeitos subjetivantes podem ser, na maior parte dos casos, verificados nos sentimentos de despotencialização ou baixa autoestima de grande parte dos indivíduos pertencentes a esses segmentos em nossas sociedades.

Como diz Sloan (2002, p. 99), “somente poderosas memórias de boas experiências, mais do que aquelas associadas à submissão, poderiam motivar o movimento em direção a relações sociais mais igualitárias do que aquelas de dominação”. Eu acrescentaria: somente poderosas memórias de boas experiências de reconhecimento, mais do que aquelas associadas à humilhação, à desvalorização de si, podem motivar o movimento de cada um em direção a buscar sua felicidade e tornar a vida vivível por todos.

Concluirei dizendo: a luta por reconhecimento requer dois planos de ação. O plano coletivo e político, no qual está a luta com aspirações normativas, pela institucionalização de normas sociais de reconhecimento que assegurem a dignidade da vida a todos, e um outro: aquele no qual os próprios sujeitos possam exercitar-se no trabalho de sua desideologização. Isto é, trabalho de hermenêutica de si, problematização dos conteúdos interiorizados nos processos de subjetivação, que Foucault (2004), inspirando-se nos gregos, chamou “cuidado de si”: trabalho crítico de resubjetivação, refundação de si, que se realizam nos exercícios de ultrapassagem da ideologia (ou da ideologização) e seus efeitos na esfera subjetiva, que podem fazer da experiência subjetiva a experiência crítica de resistência à sujeição, à discriminação e ao reconhecimento recusado para si e para o outro. Ato de sabotagem subversiva dos estados subjetivos ideologicamente fabricados que, ultrapassando a despotencialização dos sujeitos, pode potencializá-los para atos de afeição pelo outro, atitudes de autoestima e para oferecer e lutar por reconhecimento.

REFERÊNCIAS

ARENDE, Hanna. Réflexions sur Little Rock. In: _____. **Penser l'événement**. Paris: Belin, 1989.

BABA de filhos de atriz processa presidente de clube por racismo. O Dia, 14 jan. 2012. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/portal/rio/bab%C3%A1-de-filhos-de-atriz-processa-presidente-de-clube-por-racismo-1.392576>>.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BUTLER, Judith. Al lado de uno mismo: en los límites de la autonomía sexual. In: BUTLER, Judith. **Deshacer el género**. Barcelona: Paidós, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FREUD, S. Projeto de uma psicologia científica. In: _____. **Obras completas**. Rio de Janeiro: Imago, 1987. v. 1.

_____. O futuro de uma ilusão. In: _____. **Obras completas**. Rio de Janeiro: Imago, 1974. v. 21.

_____. O mal-estar na civilização. In: _____. **Obras completas**. Rio de Janeiro: Imago, 1974. v. 21.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

LACAN, Jacques. **Escritos**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____. **O seminário: livro 11 – os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

SLOAN, Tod. Resistência psicológica à desideologização. In: MOREIRA, Virgínia; SLOAN, Tod. **Personalidade, ideologia e psicopatologia crítica**. São Paulo: Escuta, 2002.

SOUSA FILHO, Alípio. Imaginário social, ideologia e subjetivação: efeitos da ideologia, crítica e desideologização. In: SOUZA, Bertulino José de; CÂMARA, Hélder Cavalcante. **Imaginário novos desafios, novas epistemologias**. Coimbra: CIEDA, 2012.

_____. Por uma teoria construcionista crítica. **Bagoas**, Natal, v. 1, n. 1, p. 27-59, jul./dez. 2007.

A mentira como organizador social¹

Lying as a social organizer

Paulo Roberto Ceccarelli – PUC/MG

RESUMO

Partindo do conceito de ilusão em Freud, o autor mostra que elas funcionam com uma argamassa para as construções sociais: o que sustenta uma comunidade é a ilusão de sermos amados e protegidos por um ser superior e imparcial que ama a todos da mesma forma. Para o autor, caso esta ilusão falhe, as leis não são mais respeitadas, e a luta de todos contra todos passa a imperar. O trabalho de cultura não se sustenta mais, e a pulsão de morte ganha o primeiro plano. A partir destas considerações, o texto discute a questão da ilusão na obra freudiana, o estatuto da mentira como organizador social, e como *ilusão* e *mentira* se apresentam no mundo contemporâneo e, suas participações nos processos de subjetivação. Para o autor, quando a mentira toma o lugar da ilusão, a possibilidade de soluções sociais perversas torna-se uma ameaça para a manutenção do laço social.

Palavras-chaves: Ilusão. Desamparo. Mentira. Trabalho de cultura. Social.

ABSTRACT

Growing from the concept of illusion in Freud, the author demonstrates that they work as mortar to social constructions: what keeps a community together is the illusion that we are loved and protected by an impartial higher being who loves all of us equally. To the author, in case this illusion fails, the laws will no longer be respected and the struggle of all against all will prevail. Culture work is no longer sustained, and the death drive reaches the foreground. From these considerations, the text discusses the matter of illusion in Freud's work, the statute of lie as a social organizer, and how illusion and lies are presented in contemporary world, and their participation in the processes of subjectivity. To the author, when lies replace illusion, the possibility of perverse social solutions becomes a threat to the maintenance of social bonds.

Keywords: Illusion. Abandonment. Lie. Culture work. Social.

¹ Texto apresentado na mesa "Existência e subjetividade na cultura mundo contemporâneo" no VI Colóquio Internacional de Ciências Sociais da UFRN. Natal, 10/10/2012.

Não nos sentimos confortáveis na civilização atual, mas é muito difícil formar uma opinião sobre se, e em que grau, os homens de épocas anteriores se sentiram mais felizes, e sobre o papel que suas condições culturais desempenharam nessa questão.

Freud, ([1930], 1974).

INTRODUÇÃO

Para Freud ([1921], 1976; [1928], 1974; [1930], 1974) a *ilusão*, argamassa fundamental das construções sociais, funciona como um catalizador que muda segundo o momento sócio-histórico considerado. Juntamente com ela, entretanto, existe um outro poderoso organizador social, cujo estatuto psíquico é pouco discutido: a *mentira*. Embora atuando em regiões psíquicas diferentes, estes dois elementos estão presentes no trabalho de cultura (*Kulturarbeit*). Ali repetem estratégias de recalque e repressão que, apoiadas no imaginário cultural reproduzem, sob formas aparentemente novas, dinâmicas psíquicas que tentam mascarar o mal-estar (*Unbehagen*) inerente à cultura.

No cotidiano, somos constantemente interpelados por ilusões e mentiras sob as mais diferentes apresentações – promessas de sucesso, garantias de felicidade, possibilidade de imortalidade, produtos miraculosos, relações pessoais... –, que embora saibamos ser em sua grande maioria falsas funcionam como um *trompe l'œil* social: se, por um lado, quase nunca cumprem o que prometem, por outro, precisamos delas para evitarmos o confronto com o desamparo constitucional. Dito de outra forma: sabemos que são mentiras, mas fingimos não sabê-lo, e isso mantém, ilusoriamente, o laço social.

Neste texto, gostaria de discutir como *ilusão* e *mentira* se apresentam no mundo contemporâneo e, como participam nos processos de subjetivação.

AS ILUSÕES

Não nos passa despercebido, como bem o observa Enriquez (1986) em seu texto *Immuable et changeante illusion: l'illusion nécessaire*, o quanto o termo *ilusão*, tão caro a Freud, tem despertado pouco interesse nos psicanalistas. Parece sintomático, além disso, que o vocábulo *ilusão* não tenha encontrado lugar no célebre *Dicionário de Psicanálise* de Laplanche Pontalis, obra de referência da psicanálise, como se ele não merecesse estar presente ali ao lado de outros conceitos clássicos. “A ilusão é uma noção chave (senão um conceito) na arquitetura do pensamento freudiano sobre o social” (ENRIQUEZ, 1986, p. 135).

Em *Totem e Tabu*, Freud já anunciara a importância da ilusão ao dizer que após a “eliminação do pai primevo pelo grupo de filhos” (FREUD, [1913b] 1974, p. 184), o “crime principal e primevo da humanidade” (FREUD, [1928], 1974, p. 211), os membros da horda transformaram o tirano morto em Pai idealizado e adorado – o totem é o ancestral de Deus –,

criando assim uma transcendência (ilusória) que garantiria a possibilidade de uma existência relativamente estável graças às regras, em princípio, respeitadas por todos.

Este ponto de vista ganha contornos mais precisos em *Psicologia de grupo e análise do ego* (FREUD, [1921], 1976), quando Freud diz que o que preside o nascimento de um grupo, e o mantém unido, é o discurso de amor e a garantia de proteção por uma pessoa (ou instituição), que ama seus membros de forma igualitária sem privilegiar ninguém. Este líder, introjetado como ideal do Eu garante, graças à promessa de amor, a coesão do grupo ao mesmo tempo que projeta no exterior a agressividade de dever ser expurgada do grupo.

Sem o polo idealizado não há como uma comunidade se manter: o que a sustenta é a ilusão de sermos amados e protegidos por um ser superior e imparcial que ama a todos da mesma forma: “tudo depende desta ilusão”, constata Freud ([1921], 1976, p. 120). Caso ela venha a faltar, trazendo a dúvida sobre o amor imparcial do líder, toda a organização social desmorona, as leis não são mais respeitadas, e a luta de todos contra todos passa a imperar: o trabalho de cultura (*Kulturarbeit*) não se sustenta, e a pulsão de morte ganha o primeiro plano. “A ilusão, escreve Enriquez (1986, p. 137) é o fator central de todo processo civilizatório e organizacional”.

No clássico *O futuro de uma ilusão*, Freud radicaliza a posição central da ilusão nos agrupamentos humanos, e sustenta que toda organização social só acontece quando apoiada em torno de um ser, ou ideal, maior. Para Freud ([1927], 1974) ilusão é uma crença motivada pela realização de um desejo infantil. Ela tira sua força de um dos mais prementes desejos da humanidade: a necessidade de proteção. A realização deste desejo [de proteção] é fator tão preponderante na ilusão, que a realidade é totalmente desconsiderada. É na religião, a “neurose obsessiva da humanidade” (FREUD, [1927], 1974, p. 57), que a ilusão atinge sua mais alta expressão.

O que é característico das ilusões é o fato de derivarem de desejos humanos. [...] As ilusões não precisam ser necessariamente falsas, ou seja, irrealizáveis ou em contradição com a realidade. Uma ilusão não é a mesma coisa que um erro [...] Podemos chamar uma crença de ilusão quando uma realização de desejo constitui fator proeminente em sua motivação e, assim procedendo, desprezamos suas relações com a realidade, tal como a própria ilusão não dá valor à verificação (FREUD, [1927], 1974, p. 44).

Mesmo depois de nos tornarmos adultos, a necessidade de proteção permanece inalterada, pois

Quando o indivíduo em crescimento descobre que está destinado a permanecer uma criança para sempre, que nunca poderá passar sem proteção contra estranhos poderes superiores, empresta a esses poderes as características pertencentes à figura do pai; [...]. É a defesa contra o desamparo infantil que empresta suas feições características à reação do adulto ao desamparo (FREUD, [1927], 1974, p. 36).

Com o passar do tempo, é verdade, adquirimos certa autonomia, mas a nostalgia do passado continua a nos atrair sobretudo quando o presente nos parece doloroso, o que acontece com frequência. Voltamos-nos, então, para o passado – quando “eu era feliz e ninguém

estava morto” (F. Pessoa) – na esperança de ali reencontrarmos o encantamento de nossa infância lembrada, fantasmaticamente, “como uma época de ininterrupta felicidade” (FREUD, [1939], 1975, p. 89). Entretanto, nas inevitáveis situações de desamparo com as quais nos deparamos ao longo da vida, quase sempre reagimos segundo o protótipo construído na infância: buscamos alento tanto no mundo interno quanto no externo. Isto é, nas construções psíquicas imaginárias, assim como nos laços sociais que o mundo externo nos oferece, os quais variam segundo a cultura e o momento histórico: todos nós, cada um a sua maneira, estamos sempre em busca de proteção na esperança de sermos confortados no desamparo.

A perspectiva freudiana não deixa dúvida: por permanecermos eternamente crianças, teremos sempre a necessidade de uma ilusão para acolher nosso desamparo constitutivo. Para nos sentirmos amparados e, mais ainda, para termos nossas ações caucionadas por um ser superior – o pai, Deus, o chefe, a comunidade, os líderes, as instituições – não medimos esforços: tudo é bom, desde que nossas angústias sejam acolhidas e nosso mais antigo desejo infantil [de proteção] realizado.

Após chegar a estas conclusões surpreendentes, Freud não se deixa intimidar e leva ainda mais longe suas indagações, ao perguntar se a organização social, como um todo, não seria também uma ilusão:

Após termos identificado as doutrinas religiosas como ilusões, somos imediatamente defrontados por outra questão: não poderão ser de natureza semelhante [também ilusões] outros predicados culturais de que fazemos alta opinião e pelos quais deixamos nossas vidas serem governadas? Não devem as suposições que determinam nossas regulamentações políticas serem chamadas também de ilusões? (FREUD, [1927], 1974, p. 47).

Enfim, as considerações freudianas nos deixam encurralados: com efeito, somos seres de crença, capazes de acreditar em qualquer coisa. Tudo é bom, desde que o nosso narcisismo seja assegurado, a ilusão da proteção mantida, e o desamparo evitado, por mais que a realidade nos mostre o contrário. Não é a realidade que une os homens, mas os sonhos: vemos o que queremos ver; acreditamos na Providência Divina, nas promessas sociais, na ajuda dos amigos e dos parentes, na loteria... enfim, em tudo que, ilusoriamente, nos conforta, seja o objeto de nossa crença real ou imaginário; visível ou invisível: *Credo quia absurdum*.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESAMPARO CONSTITUCIONAL

Embora uma discussão mais detalhada sobre o desamparo (*Hilflosigkeit*)² tenha sido feita em um trabalho anterior (CECCARELLI, 2011), gostaria apenas de ressaltar alguns pontos sobre o tema na obra freudiana. O desamparo orgânico se origina na etapa inicial da vida quando o bebê humano necessita de uma “assistência alheia” (*fremde Hilfe*) (FREUD, [1926], 1976, p. 179) – uma ajuda de fora – para aliviar a tensão do organismo, posto que o recém nascido não é capaz de efetuar a ação necessária que o levará à diminuição desta tensão: à experiência de satisfação.

² A palavra desamparo é a tradução da palavra alemã *Hilflosigkeit*, que é composta de três palavras: *Hilfe*, que significa socorro; *los*, que pode ser definido por sem; *keit* que forma o substantivo. *Hilflosigkeit* seria melhor traduzido por “insocorribilidade”. Nós, seres humanos, somos, por definição, “insocorribíveis”.

Quando a necessidade de alimento se apresenta novamente, a primeira ilusão é criada: a satisfação alucinatória do desejo, graças ao reinvestimento de traços da primeira experiência de satisfação, o que torna suportável a espera do objeto de satisfação (o alimento), e evita desamparo orgânico.

Juntamente com este desamparo, existe o desamparo psíquico, pois o recém nascido não é capaz de lidar com as exigências pulsionais filogeneticamente herdadas (FREUD, 1987) por não possuir, no início da vida, um aparelho psíquico capaz de responder às demandas pulsionais. É aí que Eros, responsável pelas ligações pulsionais, entra em ação para produzir investimentos libidinais que confortam imaginariamente o Eu em constituição. O universal do desamparo se singulariza na história de cada um, a partir da relação de total dependência que a criança estabelece com quem a acolhe ou seja, com quem lhe deu vida psíquica.

Esta situação gera uma dinâmica pulsional que exige um novo tipo de “alimento”, desta vez psíquico: afeto, amor, reconhecimento, palavra, linguagem... gerando uma nova forma de dependência, a psíquica. Esta via de descarga marca nossa dependência com o Outro, fazendo do desamparo inicial dos seres humanos “a fonte primordial de todos os motivos morais” (FREUD, [1950, 1895], 1977, p. 422). Ou seja, para Freud a introjeção do sistema de valores morais da sociedade na qual o sujeito está inserido ocorre como uma tentativa de encontrar suporte ao desamparo³.

A primeira relação de dependência que o recém-nascido estabelece é com quem o acolhe quando de sua chegada ao mundo, dando-lhe vida psíquica; a este outro são atribuídos poderes sem limites. Mais tarde, ele é substituído pelos deuses ou por aqueles que acreditamos possuírem capacidades mágicas e poderes ilimitados (CECCARELLI; LINDENMEYER, 2012). Em contrapartida, esperamos ser amados e protegidos por eles, e estamos prontos a tudo para não perder a ilusão de que sob sua proteção, nada nos acontecerá.

Os destinos desta dependência são inúmeros. Dentre eles, temos as religiões, as ligações inquestionáveis aos mestres, às teorias tomadas como verdades, as adições e, provavelmente, as que mais nos fazem sofrer: nossas relações com o outro nas quais “a fronteira entre ego e objeto ameaça desaparecer” (FREUD, [1930], 1974, p. 83). Enfim, a dependência psíquica, em suas inúmeras expressões discursivas, nos dão a ilusão de sermos confortados e acolhidos por um outro que, imaginariamente, nos ampara (CECCARELLI, 2011).

AS MENTIRAS

Em Freud, até onde pude pesquisar, a mentira é tratada duas vezes de forma significativa. A primeira, ocorre na sessão de 7 de abril de 1909 da Sociedade Psicanalítica de Viena. Naquele dia, Otto Rank apresentou um texto intitulado *De la psychologie du mensonge* (NUNBERG; FEDERN, 1978, p. 193-204). De forma resumida, podemos dizer que para Rank toda mentira, quando não ligada à pressões circunstâncias, contém uma fragmento de verdade, isto é, uma tentativa de realização de desejo. Uma das características mais impressionante da mentira é a sua extraordinária resistência contra toda prova ao contrário: por mais que seja evidente que se trata de uma mentira, o sujeito resiste obstinadamente a admitir o fato. E quando finalmente é

³ Temos aqui, a meu ver, a origem do preconceito: aquele/a que não comunga o sistema de valores da sociedade em questão, traz a tona o desamparo constitutivo, pois mostra que o sistema de valores são calcados em construções que, ao serem apresentadas como verdades, compre sua função de ilusão.

obrigado a fazê-lo, pois não é mais possível sustenta-la, o sentimento é de vergonha. A partir daí, Rank sugere que a mentira dissimula um *complexo sexual* o qual, na grande maioria dos casos, está ligado à masturbação, ou melhor, à dissimulação da masturbação infantil. Para Rank, “todas as crianças mentem, provavelmente, da mesma forma que todas as crianças se masturbam” (NUNBERG; FEDERN, 1978, p. 195). Para o autor, o mecanismo “normal” da mentira atrela-se à sexualidade, tornando-se susceptível de uso patológico. Quando este expediente é bem sucedido, a via está aberta pra o desenvolvimento do “caráter mentiroso”.

Após a apresentação do texto de Otto Rank, seguiu-se uma calorosa discussão. Já de início, Stekel fez uma observação interessante segundo a qual “a mentira é a primeira moção da força criadora” (NUNBERG; FEDERN, 1978, p. 200).

Quanto a Freud, embora reconhecendo a diligência com a qual Rank abordou um tema bastante complicado, discorda bastante das hipóteses apresentadas, além de ter achado o texto apresentado muito longo, e que não estava pronto para publicação. Para Freud, a tendência da criança é, em um primeiro momento, dizer a verdade. Quando mente,

a criança imita os adultos que lhe dissimulam fatos da vida sexual e que mentem dando-lhes falsas informações sobre estes fatos; é então que a criança sente-se no direito de mentir. Trata-se, naturalmente, de aspectos ligados à sexualidade, mas não há conexão direta com a masturbação. O importante é fazer uma clara distinção entre a mentira e a atividade fantasmática (NUNBERG; FEDERN, 1978, p. 201).

Adler concorda com alguns pontos apresentados por Rank e reafirma o que dissera quanto tratou o assunto em data precedente: “a mentira é necessária para que um certo equilíbrio psíquico se mantenha” (NUNBERG; FEDERN, 1978, p. 202). Outro ponto importante que Adler sublinha é o fato que para bem se compreender a mentira é necessário levar-se em conta a pulsão agressiva.

Sadger concorda com a relação mentira/masturbação, mas a entende sob outra ótica. Para ele, o fato dos jovens, em pleno desenvolvimento pubertário, sempre dizerem as verdades “na cara”, de forma clara e aberta teria relações com a reaparição da masturbação, que traria, juntamente, uma necessidade intensa de verdade, que se manifesta como uma reação a um segredo – a masturbação – escondido de todos.

Em *Duas mentiras contadas por crianças* (FREUD, [1913a], 1974) a mentira é tratada de forma direta. Embora reafirmando seu ponto de vista sustenta quando da conferência de Rank – as crianças, imitam as mentiras contadas pelo adultos – Freud traz novos pontos de vista em relação a algumas mentiras que constituem preciosas indicações clínicas: “Estas mentiras ocorrem sob a influência de sentimentos excessivos de amor e se tornam momentosas quando conduzem a uma má compreensão entre a criança e a pessoa que ele ama” (FREUD, [1913a], 1974, p. 385).

Freud apresenta seus pontos de vista através de dois casos clínicos. No primeiro, a mentira esconde desejos incestuosos pelo pai; sua revelação é vivida como uma humilhação, carregada de culpa, por desvelar tais desejos. No segundo caso, sua paciente mentia para sustentar a imagem de um pai poderoso, embora ele passasse por dificuldades financeiras. Aceitar que o pai não ocupasse este lugar idealizado no qual ela o colocara equivaleria a aceitar a vergonha de um amor incestuoso, logo, inconfessável.

No final do artigo, embora Freud nos advirta do perigo de “interpretar más ações infantis como prognóstico de desenvolvimento de mau caráter” (FREUD, [1913a], 1974, p. 398), ele o conclui dizendo que: “Não obstante, elas [as mentiras] se acham intimamente vinculadas às forças motivadoras mais poderosas nas mentes das crianças e anunciam disposições que levarão a contingências posteriores em suas vidas ou a futuras neuroses” (FREUD, [1913a], 1974, p. 389).

Na clínica, muitas vezes, deparamo-nos com as “forças motivadoras” das quais nos fala Freud. Embora, provavelmente, a maior mentira seja dizer “eu nunca minto” existem, de fato, pessoas que não suportam mentir, por mais branda que esta seja. E quando o fazem, são tomadas por tamanha angústia que, não raro, encontram uma maneira de dizer a verdade. Em alguns destes casos, a clínica nos revela que por trás desta compulsão em dizer a verdade existe um segredo transgeracional que jamais deve ser revelado; sobre o qual há um silêncio que todos são cúmplices: situações traumáticas, abusos sexuais, lutos não elaborados, violências. Estas e outras podem tornar-se segredos de família inconfessáveis que faz com que o dizer sempre a verdade seja uma formação reativa a esta imposição ou, talvez, uma maneira de expiar tais segredos; como se o peso do segredo levassem estas pessoas a desenvolver uma necessidade para dizer a verdade. Mas, o oposto também se observa: mentir obstinadamente, pois existe um segredo que não pode ser revelado.

A mentira é também usada para não ter que lidar com fatos insuportáveis que devem ser mantidos reprimidos – o termo é repressão (*Unterdrückung*) e não de recalque (*Verdrängung*) –, pois é melhor mentir para si mesmo que encarar a verdade. Tais situações podem chegar à mitomania no qual observa-se uma tendência compulsiva a mentir. A diferença entre o “mentiroso tradicional” e o mitômano é que o primeiro não hesita muito em admitir que está mentindo; já o segundo, pode chegar ao ponto de tratar suas mentiras – que podem ser simples ou mais elaborados – como verdade inquestionável, transformando a compulsão a mentir em um estilo de vida.

A mentira pode ainda tornar-se um vício, uma dependência como qualquer outra. Os “dependentes” da mentira sabem que estão mentindo, mas não conseguem evita-lo, da mesma forma que ocorre nas outras adições. Nestes casos, existe sofrimento psíquico e, não raro, estes sujeitos procuram ajuda psicológica.

Fora os exemplos relatados, no nosso cotidiano a mentira é frequente: existem as aceitáveis, senão desejáveis, que as convenções sociais obrigam. Lançamos mão de mentiras para evitar a explicitação de situações desagradáveis tais como: fazer um falso elogio, esquivarmo-nos de perguntas indiscretas e formais de pessoas pouco conhecidas, evitar um encontro social indesejado, ou ainda para dizer a alguém o que ela quer ouvir. Mentimos para evitar que verdades desagradáveis e dolorosas venham à tona, para se proteger alguém que se ama, e assim por diante. Tais mentiras são convencionalmente aceitas pela grande maioria das pessoas, e não sofrem desaprovação moral: são as chamadas “mentiras brancas”. Mas, existem igualmente as mentiras sócio-políticas, cujas consequências podem ser graves: é comum mentiras serem usadas pelos governantes, e isto em qualquer regime político, para encobrir e/ou justificar ações de seus interesses. Um exemplo, cujos desdobramentos refletem até hoje, foi o argumento – mentiroso – da existência de armas químicas para justificar a

invasão o Iraque. Diariamente ouvimos promessas governamentais, sobretudo em época de campanhas eleitorais, que nos fazem rir tamanha a sua inverossimilidade. Em época de guerras e conflitos, a mentira é fundamental para manter o moral da tropa.

ILUSÕES E MENTIRAS

Como vimos, ilusões e mentiras ocupam lugares diferentes na topologia psíquica. Enquanto a primeira é regida por dinâmicas inconscientes ligadas ao desamparo constitutivo do humano, a mentira, quando não indicador de futuras neuroses (FREUD, [1913a], 1974), responde a uma dinâmica inter e extrasubjetiva consciente. Se na ilusão a sujeito não sabe que sua crença é baseada em um desejo infantil – em geral, ninguém sabe que está sendo levado por uma ilusão ao acreditar, por exemplo, no amor igualitário do líder –, na mentira o sujeito está plenamente consciente de que não está dizendo, ou nem ouvindo, a verdade.

Mentiras e ilusões sempre caminharam juntas ao longo da história da humanidade nas inúmeras tentativas, sempre sem sucesso e constantemente renovada, para lidar com o desamparo constitucional (CECCARELLI, 2009). Não é por acaso, que qualquer mudança é vista como um ameaça, pois coloca em questão as ilusões e as mentiras que sustentam o estado de coisas vigente. Exemplos não faltam: na Idade Média, quem ousasse questionar a participação de tudo que é vivo – plantas, animais, seres humanos – na *cadeia dos seres*, quem questionasse a hierarquização da escala de valores e verdades, diretamente ligada à vontade Divina, na qual homens e mulheres tinham lugares definidos e imutáveis, corria o risco de ter a língua arrancada, o corpo torturado, queimado – os Tribunais da Inquisição – para que a ordem “natural” e imutável fosse preservada.

Os grandes descobrimentos, o surgimento do Estado Moderno, as mudanças religiosas – reforma e contra-reforma – o descentramento da Terra, tudo isto provocou o que Freud chama a “primeira grande ferida narcísica”. O novo arranjo discursivo construído a partir de uma nova visão de mundo, fez com que o homem perdesse suas referências: mentiras e ilusões que lhe davam a sensação de segurança.

Toda mudança que afeta o tecido social nunca é aceita sem dificuldade: ela só é possível através do trabalho de luto das representações que, até então, balizavam nossa locomoção no simbólico. Trata-se do “mito do enfraquecimento da regra social” (EHRENBERG, 2004, p. 140), que nos leva a acreditar que a ordem simbólica na qual estamos inseridos é imutável. Entretanto, se os modelos que construímos não mais nos amparam é uma prova que toda leitura do mundo é historicamente datada. Desvelar as ilusões e as mentiras que sustentam a ordem social provoca, inevitavelmente, o retorno dos eternos questionamentos: quem somos? de onde viemos? para onde vamos? o que nos constitui como sujeitos? o que vai acontecer diante de tantas mudanças? e assim por diante.

É por isto que, *do ponto de vista da dinâmica psíquica e das configurações da angústia*, fica difícil dizer sobre as diferenças nos processos de subjetivação quando tudo era garantido e explicado pelos desígnios de Deus (Idade Média), quando a ciência nos dava as explicações e garantia um futuro previsível (Modernidade), ou ainda quando não existem garantias (Pós-modernidade).

Se cada época tem a sua própria configuração de angústia, pode-se imaginar que antes da modernidade as incertezas encontravam acolhimento nas identidades culturais e nas comunidades religiosas que ofereciam referências - ilusões e mentiras - claras e tranquilizadoras. Quando a economia de mercado transforma os sujeitos em concorrentes potenciais, observamos um acirramento do sentimento de solidão, pois as ilusões e as mentiras são desmascaradas, evidenciando o desamparo. Como tentativa de escapar a esta configuração psíquica, muitos lançam mão de comportamentos aditivos - drogas, violência, posições fundamentalistas de todo tipo, compulsividade sexual, e muitas outras - para evitar o contato com o desamparo: “com o auxílio desse ‘amortecedor de preocupações’ [aqui as ilusões e as mentiras cumprem esta função], é possível, em qualquer ocasião afastar-se da pressão da realidade e encontrar refúgio num mundo próprio, com melhores condições de sensibilidade” (FREUD, [1930], 1974, p. 97).

REFLEXÕES FINAIS

Não nos passa despercebido como a perda das ilusões e os desvelamento das mentiras, que subjazem questões tais como a desesperança, a falta de perspectiva e de confiança no futuro, e outras tantas inquietações, nos interpelam de diversas maneiras. Tais temáticas estão cada vez mais presentes nas produções acadêmicas, qualquer que seja a área do conhecimento, nas publicações, nos trabalhos, em congressos, encontros, grupos de estudo... No espaço público, nos deparamos igualmente com manifestações populares - religiosas, políticas, e suas soluções - que tem arrebatado cada vez mais adeptos em busca de respostas, como atesta o significativo aumento de movimentos fundamentalistas.

Em *O mal-estar na cultura*, considerados por alguns como uma metapsicologia da Cultura (DI MATTEO, 1999), Amor e Necessidade [*Eros e Ananke*] são tidos como “os pais da civilização humana” (FREUD, [1930], 1974, p. 121). Se *Eros* produz investimentos de objeto indispensáveis para a manutenção do processo civilizatório, a ação de *Ananke* sobre *Eros* mostra que não vivemos em civilização sem sofrimento, e que devemos abandonar nossos grandes projetos de felicidade para nos contentarmos com a ausência de sofrimento: a civilização não torna os homens mais felizes, pois a função individualizante do sexual, do narcisismo, resiste. O progresso científico, com o qual tanto Freud sonhara (a ilusão freudiana?), não foi acompanhado de nenhum aumento do nível de satisfação e de prazer esperado, pois as satisfações são sempre parciais (FREUD, [1915], 1976).

As guerras e os conflitos, que desde sempre acompanham os homens, atestam que basta uma pequena ameaça narcísica que desmascare a ilusão, ou que revele os fatos que a mentira escamoteava, para que as ligações sustentadas por *Eros* se desfaçam. A crise econômica que assolou o mundo no final de 2008, e da qual ainda não nos livramos, desvelou a perversão do sistema ao mostrar o quanto os ganhos financeiros foram artificialmente criados: mais uma vez, a mentira foi usada como um organizador social para que a ilusão fosse mantida.

Aquele que pensa diferente, que tem outra religião, que tem outra história ou outras referências identificatórias, outra teoria, transforma-se em alvo privilegiado das pulsões agressivas e destrutivas, se ele ameaça revelar o desamparo (psíquico) ao denunciar as ilusões e as que nos sustentam. E mesmo nas relações mais próximas - família, casal - o amor pode

transforma-se em um ódio nunca imaginado, pois nada é mais insuportável do que sermos decepcionados pelo nosso objeto de amor.

Alguns dos aspectos que marcam a contemporaneidade discutidos neste texto, que estão longe de serem exaustivos, refletem necessariamente nos processos de subjetivação. Como sabemos, os ideais sociais fazem parte dos processos identificatórios constitutivos do sujeito (CECCARELLI, 2012). Embora, como esperamos ter mostrado, desde sempre ilusões e mentiras façam parte destes ideais, observa-se na atualidade um excesso de ilusões e mentiras, em detrimento do índice de realidade mínimo para que as frustrações geradas pelo mal-estar sejam suportadas. O tempo nos dirá sobre as consequências desta nova configuração simbólica nos processos de subjetivação. Um mundo sem Eros? Sem ilusões que o sustente?

Seria difícil imaginar uma organização social onde ninguém mentisse; um mundo sem desculpas, onde só a verdade fosse dita, doa a quem doer: “não me esqueci de seu aniversário mas, não liguei porque não gosto de você”; “a sua plástica não ficou boa e não esconde a sua idade”; “como você pode usar uma roupa tão feia assim?”; “o trabalho que você apresentou estava péssimo. Como você conseguiu escrever tanta bobagem?” “Nunca comi algo tão ruim quanto o jantar que você serviu”. A estes exemplos poderíamos acrescentar muitos outros, o que nos leva a constatar, ao que tudo indica, que não vivemos sem mentiras. Elas organizam o social e, de certa forma, evita o contato com conteúdos psíquicos violentos e agressivos que, se revelados, poriam em risco os laços sociais, ou seja, a possibilidade de vivermos em sociedade.

Se, por um lado, as mentiras servem, como no exemplo do porco-espinho citado por Freud ([1930], 1974), para mantermos a distância necessária para suportar os outros, por outro lado elas podem assumir um caráter perverso quando adquirem o estatuto psíquico da ilusão: uma crença motivada pelo desejo infantil de proteção na qual a realidade não é levada em conta.

REFERÊNCIAS

CECCARELLI, P. R. Laço social: uma ilusão contra o desamparo. **Reverso, Revista do Círculo Psicanalítico de Minas Gerais**, ano 31, n.58, p. 33-42, set. 2009.

_____. Reflexões sobre a economia psíquica da adicções. **Reverso, Revista do Círculo Psicanalítico de Minas Gerais**, ano 33, n.62, p. 69-78, set. 2011.

_____. Mitologia e repressão. In: PASTORI, S.; NICOLAU, R. (Org.). **Encontro transcultural: subjetividade e psicopatologia no mundo globalizado**. São Paulo: Escuta, 2012. p. 61- 88.

CECCARELLI, P. R.; LINDENMEYER, C. Les avatars de la pensée magique. **Cliniques Méditerranéennes**, 85, p.41-49, 2012.

DI MATTEO, V. “Ananke” em O mal-estar na civilização: desamparo e compromisso ético. **Perspectiva Filosófica**, v. 6, n. 11, jan./jun. 1999.

EHRENBERG, Alain. Les changements de la relation normal/pathologique. A propos de la souffrance psychique et de la santé mentale. **Esprit**, v. 5, n. 304, p. 133-156, 2004.

ENRIQUEZ, E. Immuable et changeante illusion: l'illusion nécessaire. **Topique, Revue Freudienne**, 16^o année, 37, p. 135-162, mars, 1986.

FREUD, S. [1950, 1895]. Projeto para uma psicologia científica. In: EDIÇÃO Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1977. v. 1.

_____. [1913]. Duas mentiras contadas por criança. **ESB**, v. 12, 1974.

_____. [1913]. Totem e tabu. **ESB**, v. 113, 1974.

_____. [1915]. Reflexões para os tempos de guerra e morte. **ESB**, v. 14, 1976.

_____. [1921]. Psicologia de grupo e análise do Ego. **ESB**, v. 18, 1976.

_____. [1926]. Inibições sintomas e ansiedade. **ESB**, v. 20, 1976.

_____. [1927]. O futuro de uma ilusão. **ESB**, v. 21, 1974.

_____. [1928]. Dostoievski e o parricídio. **ESB**, v. 21, 1974.

_____. [1930]. O Mal-estar na civilização. **ESB**, v. 21, 1974.

_____. [1939]. Moises e o monoteísmo. **ESB**, v. 23, 1975.

_____. **Neuroses de transferência**: uma síntese. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

NUNBERG, H.; FEDERN, E. (Ed.). **Les premiers psychanalystes**: minutes de la Société Psychanalytique de Vienne, Tome II, 1908-1910. Paris: Gallimard, 1978.

A vulnerabilidade socioambiental como conceito interdisciplinar: avanços e potencialidades para pensar mudanças ambientais

The environmental vulnerability as an interdisciplinary concept: advances and potential to think environmental changes

Ricardo Ojima - UFRN

RESUMO

Este ensaio tem como objetivo resgatar algumas das abordagens consideradas consolidadas nos estudos urbanos e ambientais para circunscrever os desafios colocados pela “nova” discussão de mudanças climáticas. A busca pela sustentabilidade urbana parece hoje passar pelos mecanismos de desenvolvimento limpo, redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE), economia verde etc., sem ter em vista que ainda existem diversas questões que merecem atenção aos olhos das políticas públicas. Assim, foram destacados os debates sobre a vulnerabilidade sob a perspectiva da interdisciplinaridade para discutir alguns elementos que colocam em evidência a necessidade de abordagens interdisciplinares nessa seara de estudos. Afinal, não serão criados dilemas ambientais novos, eventualmente teremos que ampliar a escala de análise ou simplesmente amplificar o nível da magnitude das consequências que já identificamos. A sustentabilidade urbana e a redução da vulnerabilidade socioambiental são objetivos conjugados que merecem investimentos de quantificação e de qualificação.

Palavras-chave: Vulnerabilidade. Meio Ambiente. Interdisciplinaridade.

ABSTRACT

This essay aims to rescue some of the approaches considered in the consolidated urban and environmental studies to face the challenges posed by the “new” discussion on climate change. The quest for urban sustainability seems today go through clean development mechanisms, reducing emissions of greenhouse gases (GHG), green economy etc., but without having in mind that there are still several issues that deserve attention in the eyes of public policies. Thus, we highlight the debates about the vulnerability from the perspective of interdisciplinarity to discuss some elements which stress the need for approaches in that kind of studies. After all, there will not be created new environmental dilemmas, eventually we will have to expand the scale of analysis or simply amplify the level of magnitude of the consequences that we have identified. The urban sustainability and reducing vulnerability environmental goals are combined investments that deserve quantification and qualification.

Keywords: Vulnerability. Environment. Interdisciplinarity.

INTRODUÇÃO

Com os debates reanimados pela Rio +20, a discussão sobre a sustentabilidade urbana é resgatada tanto nos meios acadêmicos como nos cenários políticos. Entretanto, a velocidade com que as questões ambientais mudam de direção nas arenas políticas muitas vezes deixam as discussões sobre campo científico marginalizados. O debate sobre mudanças climáticas emerge com muito apelo da mídia a partir da divulgação ampla do quarto relatório de avaliação do *International Panel on Climate Change* (IPCC, na sigla em inglês), o AR-4, e com isso parece que o rumo dos estudos sobre a relação entre urbanização e ambiente muda completamente (IPCC, 2007).

Novos atores, inclusive no campo científico, aparecem de maneira repentina dentro do debate ambiental e passam a legitimar um discurso que passa então a defender novas agendas para as instituições sociais e políticas. Consensos e senso comum passam a ganhar espaço em contextos marcados por uma suposta ausência de referências cientificamente fundamentadas e não é raro encontrar declarações e conclusões que resgatam, por exemplo, o mito malthusiano de que o crescimento da população é o principal problema a ser enfrentado pelas mudanças climáticas nas cidades (OJIMA, 2011).

Mas essa lacuna de conhecimento sobre mudanças climáticas nas cidades é uma construção, pois muitos estudos já consolidados sobre os impactos ambientais nas cidades já foram empreendidos. No Brasil, desde os estudos de clima urbano de Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro e diversos estudos de caso nos mais diversos contextos do país, sem sombra de dúvida, ilustram o avanço e consolidação dos estudos ambientais e urbanos (MENDONÇA, 2006). O que se constrói de novo hoje em relação às mudanças climáticas é quase que o surgimento de “novos” problemas que, agora com a rubrica de um tema novo, parece abandonar todo o conhecimento acumulado sobre as relações entre o ambiente e a sociedade/população urbana.

Dentro deste contexto, este ensaio tem como objetivo resgatar algumas dessas abordagens já consideradas consolidadas nos estudos urbanos e ambientais para circunscrever os desafios colocados pela “nova” discussão de mudanças climáticas. A busca pela sustentabilidade urbana parece hoje passar pelos mecanismos de desenvolvimento limpo, redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE), economia verde etc., sem ter em vista que ainda existem diversas questões que merecem atenção aos olhos das políticas públicas. Assim, daremos destaque aos debates sobre a vulnerabilidade sob a perspectiva da interdisciplinaridade para discutir alguns elementos que colocam em evidência a vulnerabilidade das cidades para o enfrentamento destes desafios.

Com isso, esperamos lançar luz sobre a necessidade de não perder de vista os estudos já desenvolvidos para poder avançar na direção de uma melhor compreensão das mudanças climáticas e seus impactos urbanos. Afinal, não serão criados dilemas ambientais novos, eventualmente teremos que ampliar a escala de análise ou simplesmente amplificar o nível das consequências que já identificamos. A sustentabilidade urbana e a redução da vulnerabilidade socioambiental são objetivos conjugados que merecem investimentos de quantificação e de qualificação.

A VULNERABILIDADE E A INTERDISCIPLINARIDADE

Entender as vulnerabilidades e, claro, mensurá-las é o primeiro passo para relacionar os diversos aspectos de uma realidade complexa (OJIMA; MARANDOLA JR, 2011). Assim, na busca de compreender as interações entre ambiente e cidades, o conceito de vulnerabilidade permitiria incorporar tanto as dimensões geofísicas, como os processos sociais que interferem na capacidade das pessoas de enfrentar tais problemas. De certa maneira, a vulnerabilidade não deve ser entendida como uma medida única, mas relacional, onde dinâmicas naturais semelhantes podem ser mais ou menos impactantes, dependendo das interações ou combinações de características sociais existentes neste contexto (MARANDOLA JR, 2009; MARANDOLA JR; HOGAN, 2006).

Os estudos de vulnerabilidade socioambiental passaram a ser elaborados com maior amplitude no Brasil com a incorporação dos sistemas de informação geográficos que contribuíram muito para a capacidade de sobrepor variáveis espaciais, geográficas, sociais e demográficas em uma escala intra-municipal. Mas outra questão que foi fundamental para que grandes avanços pudessem ocorrer na direção de estudos urbanos e ambientais, foi a divulgação das informações dos setores censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Como apontado por Hogan (2000), a experiência recente de grupos consolidados tem mostrado que, uma vez que a interdisciplinaridade é um projeto em construção, um dos pontos necessários para essa operacionalização é a necessidade de um recorte geográfico comum.

Até a divulgação dos dados sociodemográficos nessa escala intramunicipal, a integração das informações sociais ficava limitada a estimativas e recortes pouco precisos, tornando as análises ambientais fortemente associadas aos elementos da paisagem e geofísicos. Pouco se podia avançar para além de análises regionais, onde a menor unidade de caracterização sociodemográfica era o município. Assim, a possibilidade de obter informações sobre as populações em situação de risco ambiental dentro do tecido urbano adicionado à capacidade técnica de manejar estes dados através da sobreposição das informações geográficas, permitiu que se iniciasse a construção de abordagens interdisciplinares nos estudos urbanos e ambientais.

Assim, embora a tradição geográfica dos estudos de “*natural hazards*” já tivesse uma longa sequência de estudos (MARANDOLA JR; HOGAN, 2005), é no estudo de Torres (2000) que a escala dos grupos sociais e demográficos passa a ser sistematizado no Brasil, embora a terminologia “vulnerabilidade” já fosse amplamente utilizada nos estudos relacionados à pobreza e exclusão social no âmbito latino-americano. Mas uma das questões práticas para atingir esse esforço de interdisciplinaridade é

buscar indicadores “síntese” de perigos e vulnerabilidades. O comprometimento da qualidade de vida (de uma população, de um indivíduo, de um grupo doméstico ou de um lugar) e da sustentabilidade não poderá ser dimensionado por um simples somatório de perigos de enchente, de deslizamentos, de exposição a produtos químicos, etc (MARANDOLA JR; HOGAN, 2005).

E é dentro deste esforço que muitos estudos avançaram, seja pelo refinamento das variáveis geográficas e biofísicas, ou na incorporação de indicadores demográficos para melhor compreender a complexidade dos processos que conduzem/configuram a vulnerabilidade socioambiental.

A partir de uma rápida pesquisa sobre o termo “indicadores de vulnerabilidade socioambiental” nos principais indexadores de periódicos científicos, podemos verificar um conjunto amplo de metodologias distintas e de abordagens, ora enfatizando os aspectos sociais, ora mais próximos das variáveis biofísicas. Em termos práticos, as variações entre os diversos indicadores produzidos são pequenas, apresentando diferenças mais significativas de acordo com a capacidade técnica de obtenção das informações ambientais mais refinadas (imagens de satélite de alta resolução, por exemplo) ou ainda sobre estudos mais detalhados sobre as características dos solos ou do relevo da região de estudo.

Em geral, pouca criatividade parece surgir na construção de indicadores de vulnerabilidade social que quase sempre se valem de características construtivas das habitações, acesso a saneamento básico, anos de estudo e, principalmente, a renda domiciliar ou *per capita*. Mas, enquanto característica intrínseca dos indivíduos e raramente visíveis a olho nu, a vulnerabilidade deve ser entendida como algo além dos fatores determinados pelas condições materiais (MARANDOLA JR; HOGAN, 2006). Claro que a utilização da variável rendimento pode ser considerada como uma variável próxima para uma situação de carência e maior dificuldade no enfrentamento de determinados riscos, mas será que pessoas com características de renda, infra-estrutura etc. semelhantes não enfrentam de maneiras diferenciadas problemas parecidos?

Uma concepção mais ampla e interdisciplinar da vulnerabilidade, portanto, esbarra na utilização fragmentada entre as diversas áreas do conhecimento. Assim, como mencionado por Marandola Jr e Hogan (2006), a utilização do conceito de vulnerabilidade enquanto categoria analítica, implica necessariamente em uma visão holística do próprio conceito e a mera sobreposição de informações sociais, naturais e econômicas não são capazes de incorporar dimensões imateriais como: redes sociais, confiança nos sistemas sociais e políticos de articulação, ou a própria percepção e reconhecimento dos riscos e perigos que, arbitrariamente, imputamos ao indivíduo.

Nesse sentido, recuamos no aspecto interdisciplinar da construção epistemológica do conceito de vulnerabilidade, pois apesar dos avanços, vemos um esforço grande em refinar as variáveis do meio físico com recursos técnicos, enquanto que a dimensão social da vulnerabilidade quase sempre se refere à renda, ou capital financeiro na abordagem Cepalina (CEPAL, 2002; KATZMAN, 2000). Ou seja, os esforços para se entender e mensurar a vulnerabilidade social (ou socioambiental) ainda são pouco criativas face ao desenvolvimento das metodologias de mensuração dos riscos, perigos e vulnerabilidades geofísicas. Em parte essa limitação reside no desafio da abordagem multiescalar onde riscos, perigos e vulnerabilidades distintas são evidenciadas de acordo com o recorte analítico da pesquisa. Assim, uma pessoa pode ser vulnerável numa escala de análise, enquanto em outra poderia estar relativamente protegida. Em vista disso, é preciso pensar em indicadores capazes de informar diferentes agregações e desagregações adequadas à discussão de diferentes fenômenos e processos tanto na escala do indivíduo como na escala das cidades (OJIMA; MARANDOLA JR, 2011).

VULNERABILIDADE DAS PESSOAS OU NAS CIDADES? O RECORTE INSTITUCIONAL

Uma dimensão pouco utilizada nos estudos de vulnerabilidade é a dimensão dos serviços urbanos e acesso a políticas sociais. Alves e Torres (2006) fazem uma aproximação a este tipo de abordagem, entretanto, limitam-se ao acesso a abastecimento de água, esgoto, energia elétrica, calçamento de ruas etc. Por outro lado, apoiando-se na abordagem de ativos e estrutura de oportunidades derivadas do acesso às políticas sociais (KATZMAN, 1999), o trabalho de Azevedo (2009) e também de Torres, Marques e Bichir (2006) buscam incorporar características da rede de serviços e de apoio social encontradas no espaço urbano que podem caracterizar maior ou menor vulnerabilidade às pessoas.

Assim, a partir da localização geográfica dos Centros de Saúde no município de Campinas, Azevedo (2009) problematiza a distribuição da oferta de serviços de saúde em termos da população atendida e a população residente na área de cobertura prevista pelo sistema de saúde municipal. Neste sentido, mais do que características intrínsecas dos indivíduos ou domicílios, a existência e oferta de serviços de saúde no entorno dos domicílios serviria como um mecanismo de redução de vulnerabilidades. Assim, os chamados “efeitos de vizinhança” podem ter um papel importante na articulação de redes de proteção social e, considerando os serviços de saúde, a existência e abrangência da oferta adequada podem servir como uma variável próxima importante para entender as vulnerabilidades sociais (TORRES; MARQUES; BICHIR, 2006).

Outro aspecto da vulnerabilidade social que poderia ser melhor desenvolvido é o nível de segregação socioespacial dentro do tecido urbano. Embora o conceito de segregação em si remeta a aspectos negativos da materialização da desigualdade social nas cidades, a escala da segregação pode sugerir situações muito distintas como ativos sociais potencialmente mobilizados pela população em situação desfavorecida economicamente. Em outras palavras, uma cidade pode apresentar um padrão de segregação socioespacial em apenas duas grandes regiões: um lado abastado e outro carente, por exemplo.

Nesse sentido, as redes de articulação social são muito menos intensas do que numa cidade onde a segregação socioespacial se dá de maneira mais fragmentada dentro do tecido urbano: diversas áreas de concentração de riqueza e de pobreza intercaladas no território. Assim, em um contexto no qual serviços sociais e estruturas de oportunidades estão mais dispersos no tecido urbano, possibilitam o acesso de uma parcela mais ampla da sociedade, permitindo assim uma relativa redução de vulnerabilidades. Da mesma maneira, associações de bairro bem estruturadas, atividades escolares, atividades religiosas, festas, proximidade de familiares no entorno do domicílio/bairro, todas estas variáveis contextuais podem ser fundamentais para a redução da vulnerabilidade socioambiental em determinados contextos.

Portanto, não bastaria apenas identificar populações em situação de risco ambiental a partir de sua proximidade com cursos d'água, áreas sujeitas a escorregamentos ou inundações. Mas também mensurar a proximidade ou não destes ativos e políticas sociais que, de uma forma ou de outra, permitem caracterizar situações de menor vulnerabilidade social. Assim, as características individuais ou dos domicílios são estáticas e pouco descritivas nesse sentido, é preciso também inserir a população dentro do seu contexto. Afinal, incorpora-se a dimensão ambiental de maneira contextual e geográfica, mas as dimensões sociais tendem a ser tratadas como aspectos do foro íntimo dos indivíduos, descontextualizados do seu entorno.

Para isso a unidade de análise deixa de ser individual/domiciliar e passa a ter uma conotação institucional contextual dentro do qual se inserem os indivíduos e domicílios, pois a escala da cidade agora é mais relevante dada a inclusão da dimensão das políticas sociais por ela geridas. Assim, a incorporação de uma dimensão político-institucional como medida de vulnerabilidade permite que em uma análise contextual, possamos distinguir as heterogeneidades existentes em contextos que, medidos exclusivamente a partir dos indivíduos ou domicílios, não são capazes de revelar. Afinal, os mecanismos de acesso a serviços públicos, mesmo que não sejam efetivamente usados pelos grupos populacionais, existem e podem ser essenciais na construção de resiliência.

É neste sentido que podemos relacionar duas escalas de análise da vulnerabilidade distintas, mas que se complementam. Entender a vulnerabilidade das cidades e a sua capacidade (ou não) de oferecer serviços e políticas sociais para a redução das vulnerabilidades das pessoas é uma abordagem ainda a ser desenvolvida de maneira mais sistemática. Tal abordagem permitiria avançar em propostas para ampliar a capacidade analítica no entendimento dos desafios colocados pelo agravamento dos problemas ambientais urbanos relacionados às mudanças climáticas.

Mas é importante frisar que o desafio da sustentabilidade nas cidades brasileiras assume padrões de vulnerabilidade importantes se pensamos nos diferenciais por tamanho populacional dos municípios. É evidente que as grandes cidades possuem um número mais expressivo de pessoas atingidas por problemas ambientais, pois o estoque populacional coloca um maior contingente de pessoas expostas a fatores de risco. Mas reduzir os desafios ambientais enfrentados pelas grandes cidades apenas ao contingente populacional é uma simplificação que obscurece nossa capacidade de análise. É preciso lembrar que a transição urbana e a transição demográfica brasileira ocorreram de modo simultâneo (HOGAN; MARANDOLA JR; OJIMA, 2010; OJIMA; MARANDOLA JR, 2011; OJIMA, 2009) trazendo consequências demográficas importantes.

São os pequenos municípios os que sofrem com uma maior incapacidade de se enfrentar os desafios ambientais, pois a falta de recursos financeiros, qualificação técnica e infra-estrutura fazem com que as prioridades de investimentos no campo dos serviços sociais sejam muito mais emergenciais. Quando pensamos nas catástrofes ambientais, como ocorrem a cada período de chuvas, alguns pequenos municípios são totalmente afetados, colocando em situação de risco a manutenção dos serviços mais essenciais para toda a população (OJIMA; MARANDOLA JR, 2012). Assim, como proposto por Ojima e Marandola Jr (2012), podemos entender a vulnerabilidade como o reverso da sustentabilidade, num mecanismo processual conjunto no qual o aumento da vulnerabilidade diminui o potencial de se atingir a sustentabilidade. Assim, cria-se a oportunidade de promoção da sustentabilidade por ações das cidades na redução da vulnerabilidade.

Há, portanto, nesse argumento, uma contradição intrínseca, pois se nenhuma pessoa pode estar totalmente vulnerável, tampouco completamente protegida (OJIMA; MARANDOLA JR, 2011), não seria possível atingir uma cidade completamente sustentável, já que não podemos limitar a sustentabilidade urbana àquela cidade que recicla seu lixo, consome energia limpa ou reduz suas emissões de GEE. Se a cidade sustentável é aquela que reduz a vulnerabilidade das pessoas e isso não pode ocorrer de maneira completa, a sustentabilidade

urbana deve ser entendida sempre como uma utopia. Uma busca constante pela redução da vulnerabilidade.

Enfim, não podemos perder de vista os avanços e demandas ainda não superadas na análise da vulnerabilidade socioambiental só pela emergência de uma nova agenda: mudanças climáticas. Tampouco podemos deixar de discutir e avaliar as possibilidades de incorporar uma escala de análise global nos estudos de vulnerabilidade socioambiental dentro dos contextos urbanos. A despeito de que a temática de mudanças climáticas seja apenas uma moda passageira, os estudos urbanos e ambientais vão continuar sendo necessários e a consolidação de conceitos e formas de abordar os riscos, perigos e vulnerabilidades a partir de uma abordagem multidimensional ainda está por ser desenvolvida.

A INTERDISCIPLINARIDADE NOS ESTUDOS URBANOS E AMBIENTAIS

Embora o termo “interdisciplinaridade” seja hoje corriqueiro tanto nos ambientes científicos como em contextos corporativos e empresariais, há ainda uma relativa superficialidade em seu uso conceitual. Reiterado como uma demanda urgente desde a Conferência de Estocolmo (em 1972), o percurso dos esforços científicos na busca de uma visão holística dos processos de interação entre ambiente e sociedade ainda hoje esbarram em algumas fronteiras epistemológicas entre as disciplinas científicas. Como apontado por Leff (2000), apesar dos esforços, a interdisciplinaridade tem sido confundida com a conjugação de aproximações disciplinares distintas sem efetivamente questionar os princípios teóricos e metodológicos que cercam o efetivo diálogo de saberes.

Essa percepção se torna mais evidente ainda quando o foco de análise é a cidade. Afinal, ainda existe uma tendência de abordar a questão ambiental a partir de uma visão naturalista, bióloga e preservacionista (LEFF, 2000), o que coloca a cidade em oposição ao ambiental (COSTA, 1999). Em verdade, esse posicionamento parecia ter avançado lentamente e já se tornava parte integrante do planejamento urbano (*Ibidem*), entretanto, o debate acerca das mudanças climáticas mais recentemente parece ter trazido novos elementos conceituais e principalmente novos atores que, de certa maneira, resgataram uma noção fragmentada de natureza nos espaços urbanos.

A produção do conhecimento interdisciplinar, baseado na concepção de sistemas socioambientais complexos, muitas vezes se confunde com a aplicação e integração de saberes técnicos no processo de planejamento e gestão da sustentabilidade (LEFF, 2000). Assim, ao colocar as especialidades de conhecimento sobre a mesma mesa para a execução de tarefas que são compostas por partes distintas e complementares do mesmo “problema ambiental”, não garante necessariamente a construção de uma visão holística da relação ambiente e sociedade. E, embora tenhamos avançado significativamente desde a Rio 92, a consolidação do tema das mudanças climáticas no discurso político parece ter se traduzido em um retrocesso na busca da interdisciplinaridade.

Claro que o reconhecimento de que há uma necessidade premente de se considerar os diversos aspectos dos problemas ambientais não mudou. Talvez neste sentido, a ascensão do debate sobre mudanças climáticas tenha mesmo consolidado essa percepção, entretanto, a ausência de um debate dos fundamentos dessa forma de se buscar a integração dos saberes,

ao contrário do que parece, favoreceu que partes fragmentadas de uma abordagem sistêmica do sistema terrestre ganhasse força.

Assim, como reiterado por Leff (2000), não se trata de resgatar a unicidade do pensamento científico em um mesmo sistema de inter-relações de processos na busca da re-totalização do conhecimento dos sistemas ambientais, mas há que se pensar em uma nova ordem epistemológica na qual o saber ambiental passa a integrar um mesmo método científico comum a diversas disciplinas. Entretanto, as ciências não são desprovidas de processos ideológicos e a incorporação das lacunas de conhecimento é dada a partir de obstáculos impostos por interesses conflitantes de classes, grupos sociais e das diferentes formas de apropriação do assunto ambiental pelas diversas disciplinas científicas.

Os conflitos, ainda que hoje buscando convergência, emergem pela própria construção das ciências departamentais e fragmentadas. A abordagem sistêmica apresentada pelo IPCC, tende a reafirmar o conhecimento interdisciplinar, entretanto, a importação e compartilhamento de conceitos e paradigmas de disciplinas distintas, não garantem que a abordagem seja interdisciplinar, tampouco que o uso de conceitos como vulnerabilidade ou risco estejam sendo feitos sobre uma mesma base epistemológica e que, de fato, todos estejam se referindo aos mesmos objetivos de pesquisa.

Mas como unificar as linguagens entre áreas de conhecimento com origens epistemológicas diversas e muitas vezes com objetivos contraditórios? Inicialmente podemos mencionar aqui os problemas de escala. A escala temporal dos estudos de mudanças ambientais globais, ou mudanças climáticas, quando abordadas pelas ciências naturais, particularmente a climatologia ou a meteorologia, são escalas de longo prazo. Tanto as séries históricas de dados consolidados como as projeções e cenários de clima remontam uma escala medida em milhares de anos. Por outro lado, as abordagens provenientes das ciências humanas e sociais restringem-se ao tempo de uma ou duas gerações, quando muito avançando em análises prospectivas de dezenas de anos (OJIMA; MARANDOLA JR, 2011).

A escala espacial é outra limitação para o debate interdisciplinar que esbarra nas análises macro-escalares das ciências naturais que avaliam as mudanças e impactos de mudanças climáticas em escalas planetárias e, quando muito, em níveis regionais abrangentes como países. Entretanto, do ponto de vista das políticas públicas que fazem sentido para as pessoas e, sobretudo para os gestores dessas políticas, a escala local é a escala privilegiada para a análise social.

Assim, a abordagem generalizante dos processos ambientais acaba tendo preponderância sobre as especificidades locais e no processo de consolidação das ciências da mudança climática, as abordagens sociais críticas que buscam explicitar as particularidades de contextos sociais e políticos perdem força no sentido de uma ação global de intenções sobre o ambiente. Neste sentido, a sociedade dentro dos modelos do sistema terrestre tendem a ser simplificados a números e, considerados como fatores antropogênicos forçantes ao aquecimento global ou aos aumentos dos níveis de emissões de gases de efeito estufa, perdem parte importante do seu significado processual e analítico.

O urbano, enquanto *locus* privilegiado nas ações sociais e dos impactos das mudanças ambientais globais, sofre as consequências destas divergências de objetivo. Como já exposto, tende a ser entendido como fator exógeno ao ambiental e quase sempre se confunde a questão

ambiental urbana com remanescentes da natureza dentro dos perímetros urbanizados. A tensão entre ambiente e urbanização, portanto, se constitui dentro de uma perspectiva conservacionista da natureza intocada. Mas, por outro lado, a cidade é também o principal alvo das políticas públicas para a mitigação e adaptação frente às mudanças climáticas, pois é nela onde deverão ocorrer as principais mudanças sociais, políticas e tecnológicas (MARTINE, 2009; OJIMA, 2009; 2011).

Nesse sentido, a partir do recorte espacial privilegiado das cidades e de uma abordagem integradora que vise entender de maneira holística as relações entre ambiente e sociedade, podemos ter uma possibilidade de um saber ambiental mais completo do que a mera conjugação de conceitos de distintas áreas de conhecimento. Não basta, para aplicação de políticas públicas ambientais nas cidades, que os cenários do clima apontem para mudanças que ocorrerão em média para todo o país. Será necessário entender os riscos e as vulnerabilidades do sistema todo a partir da análise de suas partes constitutivas e, dessa forma, incorporar dimensões políticas, sociais, culturais e contextuais na análise das interações ambiente-sociedade. Afinal, problemas ambientais e sociais existentes nas cidades refletem mais o modelo de desenvolvimento excludente baseado no sistema econômico do que uma relação direta entre altas densidades populacionais e pobreza, degradação ambiental etc. (UNFPA, 2007).

Nessa direção, o conceito de vulnerabilidade tem sido freqüentemente utilizado para representar uma propriedade específica à localidade, ou seja, geograficamente localizada, mas com efeitos diferentes de acordo com as características sociodemográficas e econômicas da população desta região, e da mesma forma, a sua capacidade de resposta. Assim, a noção de vulnerabilidade tende a ser entendida enquanto uma suscetibilidade a determinados riscos, portanto, “um processo que envolve tanto a dinâmica social quanto as condições ambientais” (HOGAN *et al*, 2001).

Do ponto de vista operacional, a vulnerabilidade pode ser entendida como um qualitativo onde o social e o geográfico contribuem para que pessoas e lugares, a partir dos seus contextos, constituam diferentes formas de se proteger ou interagir frente a determinados perigos. Sob esta perspectiva, emerge uma vulnerabilidade do lugar que é mais do que a localização dos riscos e perigos, mas uma leitura que circunscreve sociedade e natureza a partir de um recorte socioespacial (MARANDOLA JR; HOGAN, 2009). Assim, no sentido de evitar a mera conjugação de conhecimentos técnicos provenientes de distintas áreas do conhecimento, a construção de uma análise interdisciplinar dos problemas ambientais urbanos pode ser dada a partir de um conceito unificador que busque incorporar tanto elementos da paisagem quanto processos sociais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Humberto P. da F.; TORRES, Haroldo da G. Vulnerabilidade socioambiental na cidade de São Paulo: uma análise de famílias e domicílios em situação de pobreza e risco ambiental. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 1, p. 44-60, jan./mar. 2006.

AZEVEDO, S. J. S. **Segregação e oportunidades de acesso aos serviços básicos de saúde em Campinas: vulnerabilidades sociodemográficas no espaço intra-urbano**. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2009.

CEPAL – COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Socio-demographic vulnerability: old and new risks for communities, households and individuals. Summary and conclusions.** Brasília: UNA, 2002. 34 p.

COSTA, H. S. M. Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição de termos? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais.** Recife: ANPPUR, n. 2, p. 55-71, 1999.

HOGAN, D. J. Síntese da prática em grupos consolidados. In: PHILIPPI JR, A. *et al.* (Org.). **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais.** São Paulo: Signus, 2000. p. 302-306. (Serie Textos Básicos para a Formação Ambiental 5).

HOGAN, D. J. *et al.* Urbanização e vulnerabilidade sócio-ambiental: o caso de Campinas. In: HOGAN, D. J. *et al.* (Org.). **Migração e ambiente nas aglomerações urbanas.** Campinas: Nepo/Unicamp, 2001. p. 395-418.

HOGAN, Daniel J.; MARANDOLA JR., Eduardo; OJIMA, Ricardo. **População e ambiente: desafios à sustentabilidade.** São Paulo: Blucher, 2010.

IPCC – INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. Summary for policymakers. In: CLIMATE change 2007: synthesis report of the intergovernmental panel on climate change, fourth assessment report. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2007.

KATZMAN, R. **Activos y estructuras de oportunidades.** Estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay. Montevideo: CEPAL, 1999.

_____. **Notas sobre la medición de la vulnerabilidad social.** México: BID-BIRF-CEPAL, 2000. (Borrador para discusión. 5 Taller regional, la medición de la pobreza, métodos e aplicaciones). Disponível em: <www.eclac.cl/deype/noticias/proyectos>.

LEFF, E. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. In: PHILIPPI JR, A. *et al.* (Org.). **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais.** São Paulo: Signus, 2000. (Serie Textos Básicos para a Formação Ambiental, 5).

MARANDOLA JR., E. Tangenciando a vulnerabilidade. In: HOGAN, D.; MARANDOLA JR., E. (Org.). **População e mudança climática: dimensões humanas das mudanças ambientais globais.** Campinas: Nepo.Unicamp, 2009.

MARANDOLA JR., E.; HOGAN, D. J. As dimensões da vulnerabilidade. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 1, 2006.

_____. Vulnerabilidades e riscos: entre geografia e demografia. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo: ABEP, v. 22, n. 1, p. 29-53, 2005.

_____. Vulnerabilidade do lugar vs. vulnerabilidade sociodemográfica: implicações metodológicas de uma velha questão. **Rev. bras. estud. popul.** [online], v. 26, n. 2, p. 161-181, 2009.

MARTINE, G. Population dynamics and policies in the context of global climate change In: GUZMAN, J. M. *et al.* (Ed.). **Population dynamics and climate change.** New York/London: UNFPA/IIED, 2009. p. 9-30.

MENDONÇA, F. A. Clima, tropicalidade e saúde: Uma perspectiva a partir da intensificação do aquecimento global. **Revista Brasileira de Climatologia**, v. 1, p. 97-110, 2006.

OJIMA, R. As dimensões demográficas das mudanças climáticas: cenários de mudança do clima e as tendências do crescimento populacional. **Revista Brasileira de Estudos de População** (Impresso), v. 28, p. 389-403, 2011.

_____. Perspectivas para adaptação frente às mudanças ambientais globais no contexto da urbanização brasileira: cenários para os estudos de população. In: HOGAN, Daniel J.; MARANDOLA JR., Eduardo (Org.). **População e mudança climática: dimensões humanas das mudanças ambientais globais.** Campinas: Nepo, 2009. p. 11-24.

OJIMA, R.; MARANDOLA JR, Eduardo. O desenvolvimento sustentável como desafio para as cidades brasileiras. **Cadernos ADENAUER**. Fundação Konrad-Adenauer: São Paulo. 2012. [No prelo].

_____. Indicadores e políticas públicas de adaptação às mudanças climáticas: vulnerabilidade, população e urbanização. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, v. 18, p. 16-24, 2011.

TORRES, H. G. A demografia do risco ambiental. In: TORRES, H. da G.; COSTA, H. (Org.). **População e meio ambiente: debates e desafios**. São Paulo: Senac, 2000. p. 53-73.

TORRES, Haroldo G.; MARQUES, Eduardo; BICHER, Renata M. Políticas Públicas, pobreza urbana e segregação residencial. In: CUNHA, José Marcos P. da (Org.). **Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp, 2006.

UNFPA – UNITED NATIONS POPULATION FUND. **State of world population 2007: unleashing the potential of urban growth**. New York: UNFPA, 2007.

Poéticas do rap engajado

Poetics of engaged rap

Julimar da Silva Gonçalves – FATERN

RESUMO

O texto é parte de uma reflexão mais ampla, no quadro de uma pesquisa de doutorado, cuja temática abarca um segmento juvenil, no qual se encontram coletivos ou grupos de jovens engajados em produções artístico-culturais e aglutinados em torno daquilo que eles denominam de movimento hip hop. Nosso interesse maior é o de analisar as poéticas do rap engajado, enquanto expressões de resistências e inventividades, segundo uma linha de pesquisa que encontramos em Takeuti (2008, 2009a, 2009b, 2010). Essa linha de pesquisa conjuga, no essencial, com os aportes teóricos de Deleuze e Guattari (1995, 1996, 1997b), Foucault (2005).

Palavras-chave: Movimento hip hop. Movimentos culturais. Produções artísticas.

ABSTRACT

The text is part of a broader debate, as part of a doctoral research, which encompasses a juvenile thematic segment, which are collective or youth groups engaged in artistic and cultural productions and clumped around what they call hip hop movement. Our main interest is to analyze the poetic rap engaged, as expressions of resistance and inventiveness, along a line of research that we find in Takeuti (2008, 2009a, 2009b, 2010). This line of research combines essentially with the theoretical framework of Deleuze e Guattari (1995, 1996, 1997b), Foucault (2005).

Keywords: Hip hop Movement. Cultural movements. Artistic productions.

Mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?

Foucault, 2009, p. 8.

INTRODUÇÃO

Iniciaremos esta escrita com um relato de um “poeta periférico”, tal como ele próprio se define. A sua poesia expressa a vida nas periferias urbanas, a vida das “quebradas”¹. Poesia que homenageia as experiências sociais criativas que transbordam sensibilidades daqueles que vivem, sofrem com acontecimentos da vida e se regozijam na sua existência malgrado as adversidades. Poesia que traz à cena, jovens engajados em novas atitudes, em novas formas de pensar e agir na sua própria coletividade, através da *arte*, por eles definida como *movimento hip hop*.

NO RAP CADA UM TEM SUA HISTÓRIA – POR SÉRGIO VAZ

Povo lindo, povo inteligente, quando puderem, ouçam ‘Cada um tem sua história’, uma das músicas mais bonitas que já ouvi nestes últimos dias. É bonita porque na minha opinião o grupo conseguiu juntar todos os ingredientes necessários para se criar um som que tenha a pegada firme, que só as ruas trazem, e a poesia justa que dignifica quem trabalha por amor ao que faz. Swing, poesia e atitude. É disso que estou falando.

A música é do grupo ‘Versão Popular’, que acabou de lançar seu 1º CD ‘Quem viu viu’ recentemente, e que já há muito vem trabalhando na cena do Rap nacional. Não sou crítico de música ou especialista na cena, sei só o que gosto, e não gosto. E gosto muito desta música.

Na moral, não gosto desta coisa de nova e velha geração. Uma geração tão brilhante do Hip Hop que junto com o rap incendiou e acordou toda uma nação periférica, não pode ser servida em fatias ou de bandeja a quem não contribuiu nada com isso.

Tem gente que chega, tem gente que vai, e tem gente que fica. Eles vão ficar. Assim como tantos outros que não param de chegar.

Como eu disse, é só minha humilde opinião, e opinião de poeta não vale muito. Poetas são feito de pouca razão e muita emoção. Quase nunca sabe o que dizem.

No meu rádio toca toda uma geração, no meu ‘dial’ não está separado por nova ou velha geração. Separo por música boa e música ruim. Tem coisas que devem mudar, tem coisas que são intocáveis. É preciso ter raízes, mas é preciso voar. Cada qual terá que saber a sua hora. Ou seja, cada um sabe a hora do seu relógio (VAZ, 2011).

¹ “Quebradas”: expressão utilizada pelos jovens das “periferias” urbanas, diz respeito ao lugar “periférico” onde eles vivem, mas, sobretudo, expressa as possibilidades de viver neste lugar, quer seja através das *experiências sociais criativas*, como produções artísticas, esportivas, políticas e culturais (apresentaremos no decorrer deste artigo), quer seja através das práticas legais ou práticas fora da norma social.

Com uma linguagem simples e singular, Sérgio Vaz pretende “dar voz à vida” nas periferias. Pretende incitar orgulho próprio e retirar o território da invisibilidade social. É o rap que conta e canta estórias inspiradas em personagens “comuns” da vida cotidiana. São estes que vêm lhe *afetar e inspirar* a sua composição poética.

O presente texto é parte de uma reflexão mais ampla² cuja temática abarca um segmento juvenil, no qual se encontram coletivos ou grupos de jovens engajados em produções artístico-culturais e aglutinados em torno daquilo que eles denominam de *movimento hip hop*. Nosso interesse maior é o de analisar as poéticas do rap engajado, enquanto expressões de resistências e inventividades, segundo uma linha de pesquisa que encontramos em Takeuti (2008, 2009a, 2009b, 2010b). Essa linha de pesquisa conjuga, no essencial, com os aportes teóricos de Deleuze e Guattari (1995, 1996, 1997b), Foucault (2005).

Antes, porém, de iniciarmos nossa discussão relativa à poética do rap engajado, precisamos situar o contexto da “periferia” em que ela emerge e é produzida. De imediato, um esclarecimento a ser feito: estudos no campo da antropologia expandem o conceito de “periferia” para além de condição geográfica³, considerando aspectos estruturais decorrentes do crescimento dos centros urbanos. No entanto, essas discussões não estão no cerne da nossa investigação. A concepção de periferia que nos interessa aqui é a que é definida e apropriada pelos jovens ativistas em torno de produções artístico-culturais, como Sergio Vaz⁴, Edcelmo Silva⁵, Negro Lamar⁶, MV Hemp⁷ e também esclarecido por Takeuti (2009b, p. 334): “Mais do que ‘condição geográfica’, essa atribuição enunciativa quer, antes de tudo, expor, quanto mais extensamente possível, o seu *processo de subjetivação* que insiste em direções outras que aquelas impostas pela ‘sociedade oficial’”. A periferia, para os jovens ativistas, é mais que condição geográfica, é condição de pertencimento.

É bastante visível que, nas últimas décadas, especificamente a partir do final dos anos 1990, vem ocorrendo, no Brasil, uma ampliação de produções artístico-culturais no âmbito das periferias. A periferia entra em cena ganhando visibilidade tanto nos espaços urbanos, quanto nos meios de comunicação, sobretudo nos meios virtuais – redes sociais (*Orkut, facebook, blogs*), sites de jornais e revistas, sites acadêmicos e *chats*. Suas produções artístico-culturais mobilizam temas diversos que discutem a *multiplicidade* de situações de vida existentes em seu território: do descaso das políticas públicas governamentais, passando pelas violências sociais diversas na sociedade brasileira, às inúmeras experiências positivas criadoras.

² No quadro de uma pesquisa de doutorado que, por sua vez, está vinculado a uma linha de pesquisa orientada para juventude e inventividades sociais.

³ Situamos aqui o conceito de “periferia” empregado em nossa pesquisa. Na antropologia urbana o conceito de periferia vem ganhando novos contornos em decorrência, a despeito de classe social, da migração de populações do centro para as áreas periféricas da cidade, muito bem representada nos dias atuais pela proliferação dos condomínios de luxo. Nesta problemática o conceito de periferia refere-se ao lugar de contradições, estímulos e desigualdades sociais que resiste às mudanças estruturais da vida urbana. Também nos bairros da periferia captamos inúmeras *faltas* inerentes a este lugar social conforme definido por Diógenes (1998). Serpa (2002) afirma que é preciso superar a velha dicotomia “centro versus periferia”, já que o processo de formação e consolidação de centralidades urbanas é dinâmico e requer uma escala de análise para hierarquização dos vários “centros” em um contexto regional, metropolitano e municipal. O espaço urbano é sempre fragmentado, mas também articulado, daí a ideia de uma hierarquia (relativa) de centros e periferias. Trabalhar o espaço urbano baseando-se numa rígida noção de “centro versus periferia” esconde, na verdade, uma rica diversidade de situações, expressa na ideia de “bairro”, como uma unidade morfológica e estrutural, seja o bairro central ou periférico.

⁴ Ativista. Disponível em: <http://www.colecionadordepedras1.blogspot.com.br/>. Acesso em: 25 abr. 2012.

⁵ Ativista social, MC, Dj e produtor musical, membro da Associação Posse de Hip Hop Lelo Melodia, no bairro Guarapes, em Natal-RN

⁶ Ativista social se define como militante negro, adepto da cultura hip hop, membro das organizações de hip hop favelafro do maranhão e MHHOB (Movimento Hip Hop Organizado Brasileiro).

⁷ Disponível em: <http://ambulantecultural.blogspot.com.br/>. Acesso em: 25 abr. 2012.

Para compor um breve cenário das experiências e produções existentes nas periferias brasileiras, elegemos duas interessantes dinâmicas culturais: a Cooperifa⁸ e o Coletivo Flores Crew⁹. Tal escolha justifica-se pela evidência e impacto da multiplicidade de projetos e ações existentes nos respectivos territórios onde sediam suas experiências. Múltiplas experiências que lançam luzes para a vastidão de ações, atores, escritores e pessoas “comuns” que, através das várias expressões da arte e da literatura, vão inventando novas formas de viver, se relacionar e “brincar”, mesmo quando situações de infortúnio prevaleçam nesses lugares. Chama atenção a capacidade desses coletivos em mobilizar pessoas e grupos, em contraposição à atitude de “resignação”:

Cooperifa é um movimento cultural de/para periferia. É um movimento cultural realizado e pensado sob a benção da comunidade. A Periferia é, e sempre será o motivo da nossa luta, da nossa perseverança. É um movimento criado para incentivar a leitura e a criação poética. Para pessoas que nunca tiveram contato com os livros, com a poesia. Não é um movimento de intelectuais de subúrbio, para a masturbação literária. Nem tampouco o suprasumo dos movimentos culturais que existem felizmente, aos montes, no Brasil. Ao contrário do que muitos pensam, a Cooperifa não é um movimento contra qualquer coisa que exista, seja do centro, seja de classe ou de cor, é um movimento a favor da periferia. Um movimento em prol das pessoas da quebrada, e de tantas outras que se espalham pelo país. É um movimento a favor do ser humano, do cidadão, do trabalhador, da mulher, do analfabeto, dos sem-palco, e por aí vai (VAZ, 2009).

A Cooperifa tem estado à frente de algumas iniciativas, tais como: realização de saraus poéticos, aonde pessoas da “periferia” chegam para declamar suas poesias ou simplesmente ouvir; abertura de espaços de produção de “cultura popular”, definida por Sergio Vaz como “cultura periférica” que engloba literatura, música, dança e artes visuais. Para este, a Cooperifa estaria contribuindo para uma mudança na percepção de pessoas que dela fazem parte e, conseqüentemente gerando a valorização do conjunto dos espaços considerados “periféricos”. Superação da vergonha em pertencer a um espaço altamente desvalorizado na sociedade como um todo: “a gente veio na esteira do *hip hop*, que já tinha dado o grito, já tinha lançado a ideia da periferia e começamos a ter noção do nosso pertencimento, que a ideia não era se mudar da periferia, mas sim mudar a periferia” (VAZ, 2009). Os ativistas da Cooperifa citam experiências que extrapolam as fronteiras geográficas da dita “periferia” e se articulam além destas, do mesmo modo que o Blog Linhas da Lima¹⁰ que se tem dedicado à produção literária, através de oficinas de redação – *escrita de si e da comunidade* – com a participação de jovens do bairro *periférico* Pau da Lima, em Salvador-BA.

⁸ A Cooperifa – Cooperativa Cultural da Periferia – situa-se nos arredores do Capão Redondo, em São Paulo, foi criada por Sergio Vaz. É um espaço promotor de saraus, mostra de vídeos e exposições artísticas. De acordo com os dados apresentados no site da Cooperifa, nos saraus já foram lançados mais de quarenta livros de poetas e escritores da periferia. Cooperifa – Cooperativa Cultural da Periferia enquanto espaço de produção de cultura e mobilização social. Disponível em: <http://cooperifa.blogspot.com.br/>. Acesso em: 30 abr. 2012.

⁹ FLORES Crew. Disponível em: <http://www.florescrewrecife.blogspot.com.br/>. Acesso em: 25 out. 2011.

¹⁰ Disponível em: <http://linhasdalima.blogspot.com/2007/12/o-que-periferia.html>, enquanto espaço reservado para oficinas de redação com jovens do bairro Pau da Lima em Salvador.

Emergem produções literárias “periféricas”. Por exemplo, os *Três Atos do caderno Literatura Marginal – A cultura da periferia*, editadas pela revista *Caros Amigos* (2002; 2003; 2004), conferem expressão à vida na periferia, pela narrativa baseadas na trajetória de vida do narrador, além de poemas, poesias, crônicas, narrativas, relatos, textos ilustrados com desenhos e imagens. Ferréz – escritor e ativista –, ao assinar o editorial dos *Três Atos*, enuncia o alcance coletivo dessa escrita: “é nós nas linhas da cultura, chegando devagar, sem querer agredir ninguém” (FERRÉZ, 2003, p. 2), “estamos na área, e, já somos vários [...] mostramos as várias facetas da caneta que se manifesta na favela, pra representar o grito do verdadeiro povo brasileiro” (FERRÉZ, 2002, p. 3).

Ferréz instiga a nossa curiosidade quanto ao conteúdo desse tipo de escrita. Ao expressar que “mostramos as várias facetas da caneta”, ele está significando que se trata de experiências singulares, vivenciadas por sujeitos que se lançam na experimentação da escrita. Sua proposta é a de expor as escritas realizadas por “autores do cotidiano”, isto é, pessoas que estão no *lado de fora do circuito literário canônico*. Diríamos que essa escrita se aproxima daquilo que Rancière (1995) define como uma literatura que ultrapassa a modelagem padrão e se torna um meio de atuação política, revelando *novas potencialidades e novas formas de vida*. Há, aí, uma concepção da literatura como *lugar de criação e proliferação de um novo saber* na medida em que essa escrita literária traz visibilidade tanto do processo de escrita onde “autores comuns” elaboram e escrevem sobre a sua vida e a de sua coletividade, como dos sujeitos que a sociedade comumente não enxerga. Ou se enxerga é sempre pelo avesso conforme Takeuti (2002) mostra a respeito de jovens pobres.

Em entrevista publicada em *site* oficial¹¹, Ferréz anuncia a criação da *Editora Selo Povo*, uma editora independente, voltada para publicações com temas diversos, porém sempre tendo como base a periferia; assim como ele traz conhecimento ao público da fundação da loja *1DaSul*, voltada para a comercialização de produtos da “cultura de rua” (produção de artigos, textos, filmes, revista em quadrinhos, palestras e entrevistas que difundem a “literatura marginal”). Tomamos essa *literatura marginal* como uma das produções *periféricas* que vêm revelar a composição de uma nova *cena literária*, que extrapola os limites da produção artística “oficial”, isto é, aquela que é autorizada pelas instituições sociais *canônicas*.

Mais especificamente, buscamos compreender *o rap engajado* enquanto produção literária *periférica* que se *excentra* da convenção social, que se situa no *fora* do que é reconhecido pelo *circuito literário oficial*. De todo modo, trata-se de uma escrita na qual os “jovens periféricos” podem apresentar uma narrativa de *singularidades* (DELEUZE; GUATTARI, 2008), imagens e emoções sentidas, decorrentes das suas experiências de vida em seu próprio território e na sociedade. É esse substrato que lhes serviria de *máquina comunicadora* que expressa *fluxos* tanto da sua condição de vida, como também da *vitalidade* da sua “luta social”. Seriam registros que, também, representariam uma linguagem literária contestatória e transgressora, no sentido denunciativo, da língua normativa.

¹¹ Disponível em: <http://www.ferrez.com.br>. Acesso em 25 de outubro de 2011.

O que se manifesta nessas experiências ditas “periféricas” parece estar mais para um processo de criação estética. As “cenas de violência suburbana” não são o essencial da composição. Diferentemente do que o discurso oficial difunde, potencializando o estigma de “gente pobre e violenta” em si só bastante negativa (TAKEUTI, 2002, p. 153). Nessa obra, argumenta-se que os jovens pertencentes às “periferias” urbanas estariam submetidos incondicionalmente à *estigmatização* e ao *desprezo sociais*. Quer dizer, o *processo de construção identitária* do jovem vai se configurar a partir de um *olhar social* que lhes atribui “um lugar social negativo”: “os jovens das periferias e bairros mais pobres recebem o estigma de *delinqüente e perverso*, antes mesmo do seu nascimento” (TAKEUTI, 2002, p. 153). Os jovens das “periferias” urbanas carregam o “peso de uma estória única”¹², do ser abjeto, já que são vistos pela sociedade em geral como “incapazes”, “impotentes” e “violentos”, reduzindo-os a uma condição de *marginalização* que lhes nega a possibilidade da existência neles da dimensão vital da criação e, portanto, da produção, invenção, expressão de muitas *estórias*¹³, *experiências e linguagens*.

SOBRE A ARTE ENGAJADA

Inseridos num ambiente de precariedade material engendrada na pobreza, acrescido para alguns indivíduos, ocorrências de violência em sua proximidade, os jovens aos quais nos referimos lançam-se para novas *experiências* que, inclusive remetem para novas *linguagens*, e introduzem a *arte engajada*, associada a uma *micropolítica*, conforme os aportes de Deleuze e Guattari (2008). *Micropolítica* entendida como uma *política da vida* que não subsume tão-somente a condição de pobreza e violência.

Em Takeuti¹⁴ há uma ênfase na *potência de vida* (inspirada nos aportes deleuzianos), enquanto fundamento das *inventividades* que se manifestam em determinados coletivos juvenis, a partir de suas produções artístico-culturais articuladas na micropolítica (TAKEUTI, 2008, 2009a, 2009b, 2010a, 2010b). Mais particularmente, é abordado, nesses artigos, o *movimento hip hop* e sua dinâmica, tal qual se torna visível em bairros suburbanos. Significativa extensão que ganha em Takeuti (2010) o termo de *hiphopferação*, com base em Deleuze (...), significando o movimento de proliferação de grupos de *hip hop*. *Múltiplos* (mais um termo de Deleuze, ...) que, hoje, se aglutinam em torno de associações nacionais como o Movimento Organizado de Hip Hop Brasileiro (MOHNB) e Associação Nacional de Hip Hop (ANHH). Por essa razão, os ativistas¹⁵ reivindicam o termo de “movimento hip hop”, querendo mostrar que se trata de um movimento conectado, isto é, uma *multiplicidade de agenciamentos* (DELEUZE; GUATTARI, 2008) que se expressam por meio de práticas de produção artístico-cultural, seja da música (o *rap*), da dança (*break*), da literatura (a literatura dita *periférica*, a literatura marginal)

¹² Expressão utilizada pela escritora africana Chimamanda Adichie (2009) em uma palestra intitulada *O perigo de uma estória única*.

¹³ Inspiradas em Chimamanda Adichie (2009), demos para a expressão *estórias* o sentido da *experiência, experimentação e acontecimentos*, noções deleuzianas que serão explicitadas no decorrer do artigo.

¹⁴ Professora e pesquisadora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN (DCS-PP-GCS-UFRN). Coordenadora do Grupo de Estudos Cultura e Subjetividades.

¹⁵ Ser ativista é uma noção valiosa para o movimento *hip hop* porque representa engajamento e articulação política social, em busca do fortalecimento do próprio movimento.

ou das artes visuais (grafite). Se fazemos menção a esses estudos, é porque eles estão na base da hipótese de que está havendo emergência de novos coletivos, expressando-se sob novas formas para fazer face à sua própria condição de vida nas “periferias” urbanas brasileiras cuja precariedade, em diversos sentidos, está longe de ser resolvida pelas políticas sociais na sociedade e no Estado.

Relativamente à escrita, Deleuze e Guattari (2008) afirmam que essa ação – escrever – não significa impor uma forma de expressão a uma *matéria vivida*. Escrever seria um *ato inacabado*, um processo sempre em *via de fazer-se*, inseparável do *devir*¹⁶. Escrever é *estar vivendo*. Para o autor, a literatura é *escrita e saúde* na medida em que ela *inventa um povo que falta*, isto é, coloca em evidência a *invenção de um povo*, representando *uma possibilidade de vida*. A escrita que “dá vida” porque escreve em *intenção de e não em lugar de* (DELEUZE; GUATTARI, 2008, p. 15). Também Michel de Certeau, na *Invenção do Cotidiano* (1994) fala de maneira inspiradora sobre as conexões entre arte, escrita e vida:

Não toma o lugar do autor nem um lugar de autor. Inventa nos textos outra coisa que não aquilo que era a ‘intenção’ deles. Destaca os de sua origem (perdida ou acessória). Combina os seus fragmentos e cria algo não-sabido no espaço organizado por sua capacidade de permitir uma pluralidade indefinida de significações (CERTEAU, 1994, p. 264-265).

O *experimento* da “escrita da vida”, que o *rap engajado* comporta, combinando *experiências e experimentações* diante da persistência dos problemas existentes, sinaliza de modo interessante para a compreensão de uma *arte engajada* associada aos grupos de *hip hop* em suas produções coletivas.

Destacamos, nos cenários nacional e local, algumas dessas *experiências periféricas*:

- *Pescosso Colorido*¹⁷: grupo de Recife (PE) que lançou o CD “Porralabaka Big Bang”, marcado por ideias fortes de crítica social que expressam a potência de suas canções.
- *Reação da Periferia*¹⁸: grupo surgido em 1997 destaca-se pela mistura das músicas nordestina, jazz, funk e Word music. Produz letras que descrevem o descaso dos bairros da zona sul da Capital (paraibana), a falta de entretenimento cultural ou o oferecimento de uma diversão alienada.
- *Agregados – Família do RAP! – Natal/RN*¹⁹: constituído em 1999, o *Agregados F.D.R.* (ou *Agregados Família do Rap*) se tornou o mais importante grupo de rap do Rio Grande do Norte e um dos maiores da região Nordeste.
- *O MANIFESTARTE S.A.* – Natal/RN²⁰: grupo que incorporou a periferia como manifesto da arte do grupo, possui uma musicalidade influenciada pelo Soul, Maracatu, Embolada e Reggae.

¹⁶ O *devir* se define em fluxo de intensidade, de vibração, de afeto.

¹⁷ Disponível em: http://centralhiphop.uol.com.br/site/?url=materias_detalhes.php&id=782. Acesso em: 15 out. 2011.

¹⁸ Disponível em: <http://www.reacaodaperiferia.blogspot.com/>. Acesso em: 15 out. 2011.

¹⁹ Disponível em: <http://www.blog.ritmoepoesia.net/introdusom/?p=151>. Acesso em: 15 out. 2011.

²⁰ Disponível em: <http://manifestartesa.blogspot.com/>. Acesso em: 15 out. 2011.

- Posse Lelo Melodia dos Guarapes – Natal/RN²¹: A Posse de *Hip Hop* representa a concretização de um projeto no qual um grupo de jovens do bairro Guarapes, se uniram para intervir nos problemas do seu bairro. Ligada ao Movimento *Hip Hop* Organizado Brasileiro (MHOB), a Posse Lelo Melodia se articula a vários coletivos do Brasil.

Na nossa pesquisa, ganha ênfase a *Associação Posse de hip hop Lelo Melodia*²² dos Guarapes/Natal-RN, ligada ao MHOB. Em sua comunidade, os membros do grupo se destacam pela sua postura engajada e interessada pelo “destino da comunidade”, pela sua *resistência*, que em nada se assimila a enfrentamentos, embates, oposição ou uso de força física. Tal resistência se aproxima mais à ideia de *re-existir* (ONETO, 2007) ou de *reinventar* (TAKEUTI, 2010b).

Ora, estamos aqui trazendo jovens que pertencem a um território negligenciado historicamente pelas instâncias governamentais locais (“melhorou um pouco ultimamente”). Os próprios jovens descrevem o seu bairro e o descaso governamental: “a unidade de saúde não possui estrutura para o atendimento”²³, “a escola precisa de uma melhor estrutura para atender os estudantes, nós não temos acesso à internet”, “o transporte coletivo é precário”, “se perdemos o ônibus das onze não voltamos para casa”; e, em pesquisa recentemente realizada (BEZERRA; GONÇALVES, 2011), eles apontam que as condições de vida continuam desiguais: “a vida no bairro é muito dura”, “a violência diminuiu, mas continua a existir o estigma de bairro violento”, “não há serviços de saúde, faltam remédios”, “as escolas são precárias”, “o ônibus é precário”, “a polícia já chega batendo”, “não temos serviços, como um caixa eletrônico”, “tudo é difícil”.

Nesse bairro, o *re-existir* emerge a partir das diversas práticas coletivas que são tentadas por esses jovens na própria comunidade; entre elas, destacamos as iniciativas da Posse em realizar algumas ações políticas e culturais:

- criação de oficina denominada *Detone Break* voltado para crianças e adolescentes, com o objetivo de sensibilizá-los para a cultura e arte, através da dança e a música, de modo a se criar outras possibilidades de visão da vida;
- implementação de um Ponto de Cultura para ampliar a estratégia de participação no bairro e da vida na coletividade através do engajamento em ações locais (problemas vividos no bairro, como o déficit na estrutura da unidade de saúde), da presença em eventos culturais que contribui para, de um lado, dar visibilidade às questões locais vivenciadas pela comunidade, e, de outro, angariar recursos para a criação de uma produtora de *hip hop*, e, buscar a autonomia para a produção de seus próprios CDs.

²¹ Disponível em: <http://posselemelodia.blogspot.com/>. Acesso em: 15 out. 2011.

²² O grupo define a Posse de *Hip Hop* Lelo Melodia como uma instituição sem fins lucrativos de articulação de jovens e grupos de *Hip Hop*, que preocupados com a problemática da violência e da pobreza no bairro em que moram, resolveram se unir e desenvolver ações para formação cidadã da juventude através da arte e da cultura. Os grupos se reuniram e resolveram criar uma instituição que organizasse o Movimento *Hip Hop* no Bairro do Guarapes em Natal-RN, e a partir daí discutirem formas de contribuir com o desenvolvimento e organização da comunidade.

²³ Dados obtidos através das matérias veiculadas pela TV Guarapes. A TV Guarapes é uma iniciativa da Organização Posse Lelo Melodia dos Guarapes e objetiva dar visibilidade às ações culturais e desportistas como também às problemáticas existentes no bairro. Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=39r3N5S_3wg. Acesso em: 30 jan. 2012.

- desde 2011 produz um programa intitulado Conexão Favela na “Radio Comunitária Colibri FM”, buscando estimular a intervenção da comunidade nas questões do bairro, além de ser um espaço para divulgação dos projetos e ações da posse.

O movimento *hip hop* parece acenar para estes jovens com possibilidades de produção de novas formas de subjetividade. Na esteira das ideias de Hardt e Negri (2005), a subjetividade contemporânea é afetada por fatores intrínsecos à lógica do capitalismo. Conforme os autores, as novas tecnologias informacionais desenvolvidas pelo sistema capitalista atuam no âmbito da subjetividade humana, influenciando de tal forma que o há mudança no modo de perceber o mundo, de sentir e de se relacionar com o mundo; o indivíduo contemporâneo está sob a incidência de múltiplos *agenciamentos*, mediados por essas novas tecnologias. Nossa pesquisa orienta-se para demonstrar que nas *novas formas de subjetividade* haveria possibilidade para os indivíduos “escaparem” de um modelo de subjetividade padrão, como diria Rolnik (2004), de uma subjetividade “prêt-à-porter”, e de assim, poderem forjar modos diferenciados de relacionar-se consigo e com o outro.

Deleuze (1997, p. 9) esclarece a produção desses *processos de subjetivação*, permitindo-nos entender o mundo enquanto *potência de invenção*; haveria no mundo, possibilidades de se constituir lugares de criação. Trabalhamos, portanto, dentro dessa hipótese que nos leva a pensar esses territórios periféricos como lugares onde se esboçam possibilidades inventivas, criadoras de novas subjetividades juvenis.

É preciso esclarecer: ao aderirmos à tese da inventividade e novas formas de subjetivação na periferia, não estamos, por isso, fazendo tabula rasa da condição adversa vivenciada pelos jovens. Tampouco, os jovens estariam deslumbradamente aguardando tão-somente pelo “mundo melhor” e “vida melhor”. Assim como afirma um ativista local, “*as condições do bairro continuam as mesmas, o que mudou é como eu lido com elas*” (Edcelmo S. Bezerra)²⁴. Os próprios jovens engajados no “movimento *hip hop*” consideram que este, com sua proposta de produção artístico-cultural e política, contagiou jovens “periféricos” de tal forma que os instiga a refletir sobre si mesmos e seu lugar no mundo. É isso que está no cerne da defesa, que eles fazem, de que a arte pode vir a contribuir, de forma singular, para a constituição de uma atitude diferenciada frente a uma realidade externa que, ainda, custará muito a se transformar.

Num plano mais teórico, diríamos como Guattari (1990, p. 14) que haveria uma tentativa de *singularização*, por parte desses jovens, no sentido de se distanciarem de uma subjetividade normalizada, esta pensada em termos daquilo que é considerado na massa o “ser jovem pobre” habitante de subúrbios. Os grupos de *hip hop* são compostos por jovens que fazem questão de mostrar que passam a assumir novas posturas. Para eles, o rap é uma arte que lhes possibilita novos *modos de estar* na sociedade, novas formas de pensar e lidar com a sua realidade social, e talvez podendo refazer *a margem pela arte e pela política* (TAKEUTI, 2010b).

Se para os jovens, o rap é uma arte, a sociedade em geral não o considera do mesmo modo. Em Shusterman (1998), particularmente no capítulo 04 (p. 143-193), encontramos uma defesa do rap como arte. Em Takeuti (2010b), há um resgate de suas ideias no tocante à sua defesa e ilustrações com dados mais atualizados. É verdade que Shusterman lança luzes para uma compreensão mais ampla e crítica sobre o rap, enquanto arte, e seu alcance social.

²⁴ Entrevista concedida em setembro 2010.

O autor confere a dimensão da crítica social existente no *rap* e reconhece que o *hip hop* trata de temas universais como a opressão, mas ele se situa localmente no seu “gueto”, nas suas “raízes”, evitando os “exclusivismos” evidenciando temas que o discurso normativo prefere ignorar: prostituição, drogas, violência policial e cafetinagem. Conforme o autor, mesmo quando ganha uma dimensão internacional, o *rap* continua local devido aos temas particulares daquele território (SHUSTERMAN, 1998, p. 153). Aliás, ao destacar algumas características próprias do *rap*, o autor enfatiza que ele:

- a) Possui a habilidade de evidenciar temas universais, trazendo à cena as *singularidades* de cada coletividade;
- b) Delineia territorialidades ao mesmo tempo em que escapa delas; é uma produção artística que consegue, ao mesmo tempo, fixar-se em um determinado espaço geográfico e *fluir* por outros *lugares sociais*.
- c) Propaga mensagens tanto de conteúdo de crítica ao capitalismo quanto de incentivo ao consumismo (este conteúdo pode ser visto em letras de rap de sucesso comercial);
- d) Possui uma plasticidade que o permite ser adaptado aos diversos grupos de *rap* contemplando estilos musicais e artísticos próprios

Outra faceta do *rap* é a utilização da tecnologia de massa: o *rap* nasceu na tecnologia comercial de mídia: discos e toca-discos, amplificadores e aparelhos de mixagem. A apropriação inventiva da tecnologia de massa pelos artistas do *rap* permitiu a ampla difusão e popularização de modo a atingir um público cada vez mais vasto. Nesse sentido, a mídia desempenhou um papel fundamental ao propagar o *hip hop* dentro da cultura popular (SHUSTERMAN, 1998). O autor destaca que a mídia, ao mesmo tempo em que empresta as suas tecnologias ao *hip hop*, buscando capturá-lo para a indústria fonográfica contribui para a disseminação mais ampla dos conteúdos críticos de suas mensagens.

Citamos o relato de Kelly Pires, uma jovem produtora de um grupo de *rap* local, o Nordestenato: “A gente apresenta dois estilos musicais em nossos shows, para atrair os jovens: um momento com músicas de letras sem conteúdo, só para dançar, e, outro com letras de conteúdo crítico social sobre temas diversos, para refletir. Assim a gente agrada a todos e garante a nossa sobrevivência nos shows”.

Esse relato ilustra o despertar dos grupos de *rap* na utilização *inventiva* da mídia: beneficiam-se das tecnologias de comunicação, tanto para difundir sua *arte rap*, quanto para propagar seu posicionamento crítico. Ao acompanharmos atentamente e nos detendo em minúcias das “maneiras de fazer” o que eles entendem por arte – o *rap*, mas também o grafite, a dança (*break*) e a poesia que compõem um quadro único – somos tentados a aproximar a experiência desses coletivos, sobre os quais projetamos nosso olhar, daquilo que Guattari (1990, p. 21) chama de vocação das artes. Seu argumento é que as artes teriam a “vocação de evoluir, inovar, inaugurar aberturas prospectivas, sem que seus autores possam se fazer valer de fundamentos teóricos assegurados pela autoridade de um grupo, de uma escola, de um conservatório ou de uma academia”. É isso que nos sustenta a dizer que o *rap*, sobretudo o que

compreendemos como *rap engajado*²⁵ constitui um lugar de possibilidade para *proliferação* de criatividade juvenil, no sentido de um *devir jovem* que esboça outras possibilidades de viver a realidade social cuja transformação segue num ritmo bastante lento, bem inferior à transformação da subjetividade juvenil de certos coletivos, ao menos daqueles que levamos em conta em nossa pesquisa.

O conceito de *devir*²⁶ conduz-nos a pensar na possibilidade de capturar as singularidades dos movimentos *micropolíticos* destes jovens periféricos enquanto processo; nunca como início, meio e fim de uma experiência, mas um processo, uma resistência, uma criação, e até mesmo, uma tentativa a partir dos seus próprios meios: uma insurreição que, nas palavras deleuzianas, “o sujeito evoca novos poderes e novos saberes que ao ocorrerem escapam tanto dos saberes constituídos quanto dos saberes dominantes” (DELEUZE, 1992, p. 217).

Com esses esclarecimentos, pretendemos deixar claro que nosso intento é o de, para além da questão da produção do *rap engajado*, compreender a heterogeneidade de *coletivos jovens* que estão compartilhando *fluxos* de uma “vontade criação” e de uma *potência de vida* através da *arte e política*. Identificamos diversas experimentações artístico-culturais que nos fornecem indícios daquilo que, na esteira de Deleuze e Guattari (1997b) e Foucault (2005), poderíamos denominar *resistência social*.

Rolnik (2004), bastante próxima dos autores acima, enfatiza a importância da mobilização no homem a vida como *potência de resistência e de criação*. A autora evidencia um aspecto que nos instiga em nossa investigação, qual seja, “o desconforto força a criar uma nova figuração da existência, uma nova figuração de si, do mundo e das relações entre ambos, de modo a permitir a expansão da vida, a luta pela resistência” (ROLNIK, 2004, p. 227). É bem isso que observamos empiricamente: os jovens se movem à cata de lugares / espaços / experiências que lhes façam “sentir vivos”, isto é, “expandindo-se na vida”.

São grupos de balé, de axé, de teatro, de esporte (*badmington*), do break (dança hip hop) e do canto (mc’s e rap), através dos quais jovens e adolescentes do bairro de Guarapes (o nosso lócus empírico de pesquisa) estão podendo, desde há algum tempo, freqüentar e, assim, experimentar novas sensações em substituição à “eterna” sensação de impotência e de falta de “sentido na vida” que o contexto da pobreza lhes impinge, em muitos momentos difíceis. Depoimentos diversos mostram que tais experiências fazem os jovens “se sentir vivos”; trazem-lhes “forma diferente, prazerosa de viver”. E, sobre isso, os rappers ativistas que já puderam enveredar pelas trilhas da reflexão, além das ações sociais na comunidade a que pertencem, trazem depoimentos incisivos sobre o que essa arte tem propiciado a muitos jovens do bairro e feito mudarem de atitude em face dos “mesmos problemas de sempre”: “O hip hop afasta os jovens da droga, o governo não vê a questão da droga como saúde pública, não tem visão para essa área, é preciso pensar o que leva a criança/jovem a se envolver com a droga” (Ativista do movimento hip hop). “Será que no momento de tristeza cantar não é bom?, tanto na parte de escutar, quanto de entrar na batalha, a gente fala mesmo o que a gente sente... a gente canta para os policiais mesmo, eles ficam olhando para gente e a gente cantando para eles” (Ativista do movimento hip hop e rapper feminina).

²⁵ O engajado não se deve apenas pelo fato de fazer *rap*, mas pela natureza “política” da produção/atividades desenvolvidas pelo grupo de *rap* em sua periferia.

²⁶ O devir não é história; a história marca somente o conjunto de condições — por mais recentes que sejam — das quais desviamos para “devirmos”, quer dizer, para criarmos alguma coisa de novo.

Se, por um lado, existem *figurações de si* que vão, por vezes, no sentido da conformação social; por outro, parece haver nessas experiências uma *força*, ou melhor, uma *vontade de cavar* uma existência diferente para si, fora do registro de possíveis “predestinações” a toda a genealogia vivida. São essas experiências que nos levam a pensar a *poética do rap* como processo de abertura, que engendra atitudes de produção de *singularidades*. Ao realizarmos a pesquisa, pensamos em uma produção de *rap engajado periférico* em que intervêm observações das vivências dos jovens articulando-as às visões de mundo que organizam as suas *experimentações*, no sentido dado por Deleuze e Guattari (1997b) enquanto possibilidade de uma produção do desejo, compreendendo desejo não como falta, mas como potência, como “ousadia”.

Sempre inspirados em Deleuze e Guattari (1996), estamos seguindo os jovens nos seus traços de criação. Criação, no sentido aristotélico, é todo ato do ser que cria algo novo. É essa a nossa pretensão: captar a emergência inventiva, compreender como a criação se produz nas letras de *rap*, isto é, em suas *poéticas*. Para nós, a *poética do rap engajado* é, em primeiro lugar, um texto literário. Segundo, ela representa uma produção de saberes locais que reescreve a história ainda que circunscrita nos estreitos limites dos territórios de vivências dos grupos ou coletivos jovens (ao menos, em se tratando desses que estão em questão em nossas observações empíricas). Terceiro, nessa *poética*, estão presentes as expressões do *sofrimento social*, oriundas das privações diversas, das violências sofridas e das confrontações cotidianas com atitudes de discriminação social a que lhes são dirigidas em diversos espaços na sociedade.

SOBRE A POÉTICA DO RAP

Nossa compreensão é que o *rap engajado*, produzido por um grupo que desenvolve uma ação artístico-cultural e política, na sua “periferia”, representa *experimentações* configuradas por experiências singulares de linguagens que deflagram uma *experiência estética*, uma *experiência do sensível*. Além disso, pode representar *acontecimentos* poéticos pertencentes a um campo de linguagem cujo conteúdo traz à tona o campo do vivido, com uma potência de contaminação e de *afetação* que pode vir a mudar algo grandioso e que faz parte desses *acontecimentos*: mudar algo na subjetividade dos que vivem essa experiência singular.

Vejamos, em uma das letras de *rap engajado*, a construção da imagem poética, expressando uma profunda relação com o espaço de vivência cotidiana de seus autores, o Dj Edcelmo e o MC Nathan, decorrentes não só de suas experiências individuais, como também de experiências coletivas. Na letra Descaso, é narrada a nua realidade de um *lugar* revelado, pelos rappers, como algo “violento”, “miserável”, “faminto” e “sombrio”. Contudo, a narrativa não se estanca nessa dura realidade e apela para uma “trégua” e conclama a todos a “versar”.

E agora então/um tal de inferninho/conjunto habitacional Denarti Marinho/
lá é que a coisa já ficou foi seria/já não basta fome desemprego e miséria/os
caras trocam balas em plena luz do dia/tudo isso é uma briga na periferia/em
um lugar estranho escuro e sombrio/onde cai a noite e também o frio/ mais
quero conscientizar todos os manos, pá/deixe o ferro guardado vamos versar.
(Letra Descaso – MC Nathan e DJ Edcelmo – Periféricos do Rap - Posse Lelo
Melodia – Bairro Guarapes-Natal/RN)

Versar significando dar vazão às pulsões (de vida e de morte), porém de outro modo. A proposta é de não mais extravasar com “balas” (de armas de fogo) que retiram vidas e, sim, com estrofes e rimas que recriam os fluxos de vida. *Fluxos* na letra do *rap* Descaso percorrem o *lugar* “inferninho” trazendo um sentido *singular experimentado* pelos jovens músicos que não querem ser mortos: “deixe o ferro guardado e vamos versar”. O ativista e *rapper* Edcelmo S. Bezerra²⁷ nos define claramente a sua *poética do rap*: “*uma maneira de resistirmos os problemas que vivemos na nossa periferia*”, “*o rap nos ajuda a pensar a periferia*”. As adversidades, as vontades, as buscas vividas nesse *lugar social* vão sendo cantados no *ritmo* e na *poesia* que os levam a refletir sobre a conformação de sua “periferia e sua gente” e a sua própria *figuração social* (ROLNIK, 2004).

A *poética do rap engajado* está engendrada em uma dinâmica social, o *movimento hip hop*, que produz interações e práticas juvenis, *afectos e perceptos* (DELEUZE; GUATTARI, 2005), um *bloco de sensações* evocando uma *poética*: a palavra, a poesia, a força do *rap* cria emoções e vontades, e, é marcada pela intervenção e pela atitude. É constituída por *experiências e experimentações* que se interpenetram e que expressam as inquietações dos jovens sobre a persistência de problemas na sua coletividade, apontando para a inseparável relação existente entre a arte e a vida. Interessante perceber que estão implicados nessa *poética do rap engajado* elementos como a denúncia, a crítica, o ativismo social, a “vontade de fazer algo novo”, a busca por “fazer-acontecer” manifestando a construção de um repertório que se amplia e busca *resistir* ao discurso normativo sobre a vida nas *periferias*.

Deleuze e Guattari (2005) anunciam que *afectos, intensidades, experimentações* fazem parte do momento atual, do novo e que está em vias de se fazer. Na produção *poética* reside um esforço de compreender o mundo, além da busca de construir um novo modo de expressá-lo e de vivê-lo: confrontos, inquietações, recuos, acomodações, tensões, vivências, e, sobretudo *resistências* são revelados pelos jovens em suas letras de *rap*. Tem uma força de convocação da “periferia”, desse espaço social, liberando uma liberdade de criação. Tomemos como exemplo o *rap* da ativista Adriana Silva²⁸ que anuncia a mulher no *hip hop*:

Mulheres que/*Rap* feminino/chegando, cantando,
firmando aqui/não pra brigar, mas pra sobrar/somos guerreiras
Agora vou falar/das mulheres por aqui/
MC Flávia também colando aqui
Eita a mulherada sobrevivendo/neste mundo mal/conquistando,
sobrevivendo como pode/por aqui não é diferente não/tudo passa como
numa cena de filme, mas não é ficção/é pura realidade/
só nós sabemos o que passa por aqui

²⁷ Entrevista. Natal-RN, 2010.

²⁸ Jovem ativista e *rapper* que reside no bairro Guarapes e desenvolve ações envolvendo mulheres e futebol feminino.

Essa *poética* revela um *saber* da jovem ativista sobre a sua vida cotidiana, seus dilemas, confrontos e desafios que “descobre” um novo modo criativo de expressar o seu vivido, como também revela que existe uma *potência vital* em meio às adversidades que pode gerar novas produções de subjetividades individuais e coletivas.

E nas letras do *rap* do ativista Dj Edcelmo percorre-se uma inquietação em relação a um cotidiano que parece destinado pelas políticas governamentais ao esquecimento. É em uma estética do cotidiano que observamos as *experimentações em andamento*, suas *intensidades* e *efeitos*. Reside, nesta escrita, uma *poética* que recria o vivido, não o ilustrando, colorindo-o, mas tomando-o para si, enquanto lugar de *faltas* que *resiste* à sua condição desigual. Manifesta a “força das palavras” ao extirpar o vivido pela “juventude periférica”, tanto em seus “confrontos” cotidianos com a pobreza, quanto nas suas superações, vontade de criação e produção de novos *devires jovens*.

O inimigo não mora aqui na quebrada/ o inimigo da gente usa terno e gravata/ isso é mais um atraso quando se morre um mano/
O sistema ver isso e não faz nada/ um vai para o presídio e o outro pro além/
se vc vacilar vc morre também/ consciência/
E eu te pergunto que futuro tem/se é melhor viver ou matar alguém/ faça como nós/não use violência/ só usamos microfone/ periféricos do rap prá te alertar/deixe o ferro de lado e vamos conversar.

Nesta estrofe do *rap* Descaso, o DJ Edcelmo exterioriza toda uma força crítica de linguagem que vem dar forma a uma realidade concreta como uma dimensão não apenas subjetiva, mas conscientemente assumida como coletiva. A *poética* opera em um duplo movimento: trafega entre a dimensão do sentido, propagando mensagens de crítica e denúncia social, e, entre a dimensão da *experimentação*, revelando uma singular estratégia voltada para um “querer fazer”, num esforço para a realização de projetos e propostas que se aglutinam em torno dos coletivos engajados, como a Posse de Hip Hop Lelo Melodia dos Guarapes-RN.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As letras anunciam experiências juvenis que podem se desdobrar em possibilidade de novas práticas sociais, novos *modos de vida*, no sentido de maneiras de lidar com a sua condição de vida (FOUCAULT, 2005), *movimentos*, ritmos, e porque não, questionamentos que acenam para uma percepção vívida da sua coletividade. É além da narrativa da vida, a busca pela retomada da vida de uma forma diferenciada, *inventiva*, se observarmos pelo prisma apresentado por Guattari (1990, p. 55) no sentido da construção de uma subjetividade que “escapa” à normalização e operacionaliza *a reconquista de um grau de autonomia criativa em um campo particular* que dá “visibilidade social” ao campo “inacessível” literário.

No movimento hip hop, a *poética do rap engajado* se reveste de uma criatividade que *prolifera* operando em uma *lógica de sentido* que ganha maior capacidade para *reinventar* suas *resistências* nos diferentes níveis dos *processos de singularização*: das atitudes, das sensibilidades, dos desejos, dos afetos, das sensações e que se aplica muito mais em torno da

produção de uma “política da vida”, de uma *micropolítica* (DELEUZE; GUATTARI, 1997a) que parece “empurrar”, agarrada à arte do *hip hop*, a criar e a ter “vontade de mudar”.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Marlos Alves; GONÇALVES, Julimar da Silva. **Juventudes, inventividades e produção de saúde no bairro Guarapes-Ntal/RN**. 2011. Vídeo-documentário, 2011.

CAROS AMIGOS. São Paulo: Casa Amarela, 2002. Edição especial: Literatura marginal. A cultura da periferia. Ato I.

_____. São Paulo: Casa Amarela, 2003. Edição especial: Literatura marginal. A cultura da periferia. Ato II.

_____. São Paulo: Casa Amarela, 2004. Edição especial: Literatura marginal. A cultura da periferia. Ato III.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHIMAMANDA Adichie: O perigo da história única. **TED ideas worth spreading**, 2009. Video. Disponível em: http://www.ted.com/talks/lang/pt/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story.html.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. A literatura e a vida. In: DELEUZE, Gilles. **Crítica e clínica**. São Paulo: Editora 34, 2008.

_____. Micropolítica e segmentaridade. In: _____. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 1997. v. 3.

_____. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. v. 1.

_____. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996. v. 2.

_____. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997. v. 3.

_____. **O que é a filosofia?** São Paulo: Ed. 34, 2005.

DIÓGENES, Glória. Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento Hip Hop. São Paulo: Annablume, 1998.

FERRÉZ. Editorial. **Caros amigos**. São Paulo: Casa Amarela, 2002. Edição especial: Literatura marginal. A cultura da periferia. Ato I.

_____. _____. **Caros amigos**, São Paulo: Casa Amarela, 2003. Edição especial: Literatura marginal. A cultura da periferia. Ato 2.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 21. ed. São Paulo: Graal Editora, 2005.

_____. **A Ordem do discurso**. 19. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Tradução Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papirus, 1990.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Multidão**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

ONETO, Paulo Domenech. **A que e como resistimos**: Deleuze e as artes. In: LINS, Daniel (Org.). *Nietzsche e Deleuze: arte e resistência*. Fortaleza: Forense Universitária, 2007.

RANCIÈRE, J. **Políticas da escrita**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

ROLNIK, Sueli. O ocaso da vítima para além da cafetinagem da criação e de sua separação da resistência. In: LINS, Daniel; PELBART, Peter Pál (Org.). **Nietzsche e Deleuze**: bárbaros, civilizados. São Paulo: Editora Annablume, 2004.

SERPA, Ângelo (Org.). **Fala periferia!** uma reflexão sobre a produção do espaço periférico metropolitano. Salvador: Edufba, 2002.

SHUSTERMAN, Richard. **Vivendo a arte**: o pensamento pragmatista e a estética popular. São Paulo: Editora 34, 1998.

TAKEUTI, N. M. **No outro lado do espelho**: a fratura social e as pulsões juvenis. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

_____. *Corpos em movimento no hip hop e devir jovem*. In: SILVA, Vera Lucia Gaspar da; CUNHA, Jorge Luiz da (Org.). **Práticas de formação, memória e pesquisa (auto)biográfica**. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 75-92.

_____. *Desafios da abordagem socioclínica e biográfica no contexto sociocultural e político brasileiro*. In: TAKEUTI, N. M.; NIEVIADOMSKI, C. (Org.). **Reinvenções do sujeito social**: teorias e práticas biográficas. Porto Alegre: Sulinas, 2009. p. 74-94.

_____. *Movimentos culturais juvenis nas “periferias” e inventividades sociais*. In: MARTINS, P. H.; MEDEIROS, R. de S. (Org.). **América Latina e Brasil em perspectiva**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009. p. 331-350.

_____. *Refazendo a margem pela arte e política*. **Revista Nômadas**, n. 32, Universidade Central de Bogotá, n. 32, p. 13-25, abr. 2010.

_____. *Saberes em construção: coletivo jovem em formação na sua resistência social*. In: PASSEGGI, M. C.; SOUZA, E. (Org.). **(Auto)Biografia**: formação, territórios saberes. Natal: EDUFRN; São Paulo: PAULUS, 2008.

VAZ, Sérgio. No RAP cada um tem sua história. **Portal Rap Nacional**. 2011. Disponível em: <<http://www.rapnacional.com.br/portal/no-rap-cada-um-tem-sua-historia-por-sergio-vaz/>>.

_____. **Periferia, o sangue da minha alma**. 2009. Disponível em: <<http://coleccionadordepedras.blogspot.com.br/2007/06/cooperifa-cooperativa-cultural-da.html>>. Acesso em: 20 maio 2009.

POEMAS

POEMS

Fragmentos do poema “A lágrima de um Caeté” de Nísia Floresta Brasileira Augusta

era da natureza filho altivo,
Tão simples como ela, nela achando
Toda a sua riqueza, o seu bem todo...
O bravo, o destemido, o grão selvagem,
O brasileiro era... - era um Caeté!

Era um Caeté, que vagava
Na terra que Deus lhe deu,
Onde Pátria, esposa e filhos
Ele embale defendeu!...

É este... pensava ele,
O meu rio mais querido;
Aqui tenho às margens suas
Doces prazeres fruído...

Aqui, mais tarde trazendo
Na alma triste, acerba dor,
Vim chorar as praias minhas
Na posse de usurpador!

Que de invadi-las
Não satisfeito,
Vinha nas matas
Ferir-me o peito!

Ferros nos trouxe,
Fogo, trovões,
E de cristãos
Os corações

E sobre nós
Tudo lançou!
De nossa terra
Nos despojou!

Tudo roubou-nos,
Esse tirano,
Que povo diz-se
Livre e humano!

Por nossos costumes singelos e simples
Em troco nos deram a fraude, a mentira.
De bárbaros nos dando o nome, que deles
Na antiga e moderna História se tira.

Maldito, ó maldito sejam
Renegado Tapeirá!...
Teu nome em nossas florestas
Em horror sempre será!

Tabajaras miserandos! raça escrava!
Que a voz incautos desse chefe ouviste
Mandando exterminar os irmãos teus,
Para um povo estrangeiro auxiliar!
O anátema do céu feriu-te, ó mísera!
Para ele um país conquistaste:
Em paga te deu ele a ignomínia!!

Em eterno desprezo eis-te esquecido,
Como estão tantos outros teus iguais!
Que perdendo na Pátria os seus costumes,
As vantagens não gozam desses homens,
A quem sacrificaram Pátria, honra!...

Indígenas do Brasil, o que sois vós?
Selvagens? os seus bens já não gozais...
Civilizados? não... vossos tiranos
Cuidosos vos conservam bem distantes
Dessas armas com que ferido tem-vos
De sua ilustração, pobres Cablocos!
Nenhum grau possuís!... Perdeste tudo,
Exceto de covarde o nome infame...

Dos Caetés os manes vingados estão!
Desse Camarão, também renegado,
Que bravo guerreiro a Fama apregoa,
O título de nobre lá jaz desprezado!

Nobreza, que o crime
Audaz transmitiu
aquele que aos seus
Cruel perseguiu;
Somente sorriso
De mofa devia,
Excitar depois
Que já não vivia;

E que de seu braço
Cruel parricida
Mais não precisava
Um Liberticida:
Um vil estrangeiro
Com quem se aliou,
E de seus irmãos
O bem lhe outorgou!

Dos Caetés os manes vingados estão!
Em triste abandono, sem Pátria, sem bens,
Às cegas seguindo a voz de um senhor
Pureza e costumes perdido tu tens!...

Dos Caetés os manes vingados estão!
Aqui neste solo a nós arrancado,
Tem vindo outros povos também d'além-mar
Aos nossos tiranos o tem usurpado!

Dos Caetés os manes vingados estão!
Como nosso sangue, o seu sangue correu!
Nas mãos do Batavo seu poder caiu!
Como nós o dele seu jugo sofreu...

Dos Caetés os manes vingados estão!
Curvaram-se os Lusos da Ibéria ao poder
Gemeram, choraram, por anos sessenta!
Quis Deus ao opróbio fazê-los descer...

Mais tarde se viu
Os seus descendentes
Contra eles se armarem;
Pô-los em correntes!
Alguns filhos seus
Que crime! que horror!
Cruéis lhes mandaram
A morte, o terror!...

Assim pune Deus um crime com outro
Quem fere, quem mata, ferida ou a morte
Recebe de mão feroz como a sua...
É esta dos homens, das nações a sorte.

Conosco cruel
Foi uma nação,
Lançou-lhe o Eterno
Sua maldição

Depois de seus filhos
O braço de armou,
Em seu próprio sangue
O crime lavou!

Injustos! Ingratos!
Vai ela bradando;
A seus descendentes
Seu mal exprobrando. [...]"

"[...] Onde as choças estão, simples asilo,
Santuário feliz de nosso amor?
Onde as frondosas árvores, cujos ramos
Fagueiros balouçavam inclinados
Sobre as águas dos nossos prediletos
Melancólico-amoroso Beberibe,
Capibaribe undoso, que abraçando
Se vão em sua foz, já não sorrindo,
Como outrora faziam, mas do pranto
Engrossado dos filhos seus extintos,
Gemendo confundir-se nos bramidos
Do terrível-majestoso Atlântico?!... [...]"

"[...] Onde estão, fero Luso ambicioso,
Estes bens, que eram nossos?
Porangaba perdi, perdi os filhos;
Ai de mim! Inda vivo!!
Com a Pátria lá foram esses tesouros!
O pranto só me resta!...

Só me resta um sentir, um só desejo,
Desejo de vingança!
Vingança de selvagem tão tremenda,
Tão nobre como ele!

Não vingança de balas despedidas
Pela mão de assassino
Miserável covarde, que não ousa
De frente acometer!
Nem de ferro à traição, que ao bravo priva
De uma vida de glória!!

Mais nobre, que o selvagem das cidades,
As armas ocultando,
O selvagem dos bosques se apresenta
A peito descoberto...

Vingança contra os tiranos
Que a nossa terra tomaram!
Que com perfídia e astúcias
Alguns dos nossos armaram!
Com eles pereça a glória
Nos anais de sua história!

Sobre os nossos opressores
Mande o seu raio ardente!
E na Pátria dos Caetés
Sofram eles dor pungente!
Mas dor tão grande, que possa
Fazê-los lembrar da nossa!...

Então talvez um remorso
Lhes entre no coração,
Pelos males que trouxeram
À nossa feliz nação!
E de seu peito um gemido
Cruel se escape dorido! [...]"

"[...] Lamenta, povo infeliz,
Em tua hora final
A tantas nações estranhas
Teres feito tanto mal!

Do fanatismo os teus filhos
Triste presa não seriam,
Nem no teu solo os seus padres
A fogueira acenderiam.

Mas buscando estranhas terras
Tu crias correr à glória,
Tão falsa como te achas
Pequena hoje na história.

Outras nações guerreando
Te esqueceste de ilustrar
A tua, que jaz pobre,
Nas trevas, próxima a expirar.

Ó gênio do Brasil, às plagas tuas
Volta... oh! Volta a vingar os filhos teus! [...]"

"[...] E qual tempestade por Deus fulminada
Sobre um povo ingrato, que Ele amaldiçoa
Varão denodado às fileiras voa
Dos filhos que a pátria querem libertada!

Dos bravos Caetés se diz descendente,
Sua triste raça jurou de vingar...
Desde lá do berço aprendeu a amar
O triste oprimido; dele é defendente [...]"

"[...] Tudo podes tu fazer,
Menos descer
Às trevas do esquecimento
Os mártires da Liberdade,
A Divindade
Lhes tem marcado o momento.

Da decisiva vitória,
Que a glória
Neste solo firmar deve:
Aqui onde bem fruir
De um porvir venturoso iremos breve [...]"

"Este grande povo, que o nome tomou
De um pau simulando das brasas a cor,
Nascido na terra, que Deus te outorgou,
De seu bem só cura, não de tua dor.

Em campo ei-lo agora com armas na mão
Mas seja um partido, ou outro que vença
A tua ventura não creias farão!
São outros seus planos, outra a sua crença [...]"

"[...] Do Amazonas ao Prata
O povo lhe está bradando:
- Sacia-te monstro atroz,
Teu império está finando!
Mas tu meu pobre Caeté
Escuta a Realidade;
Busca as matas, lá somente
Gozarás da Liberdade".

A Lágrima de um Caeté / Nísia Floresta
Brasileira Augusta; Organização de Constância
Lima Duarte. 4. ed. Natal: 1997. 66p.

RESENHA

REVIEW

Quando a marginalidade ganha destaque: articulações entre esporte, comunicação e cultura

When marginality is highlighted:
linkages between sport, culture and communication

Allyson Carvalho de Araújo - UFRN

MONTÍN, Joaquín Marín (Org.). **Deporte, comunicación y cultura**. Sevilla: Comunicación social ediciones y publicaciones, 2012.

Ao tentar mapear os investimentos em estudos sobre esporte, seja na área de comunicação ou mesmo nas ciências sociais, é perceptível a negligência do debate sobre essa manifestação. Ao que parece, a manifestação esportiva carece do prestígio social e que outras manifestações sociais detêm. Este tipo de inferência já foi colocada a décadas atrás por Dunning e Maguire (1997, p. 322) ao destacar que “aos olhos da maioria dos defensores das teorias sociológicas que predominam atualmente, o esporte não levanta nenhum problema significativo”. Contudo, é na fala do pensador alemão radicado nos Estados Unidos, Hans Ulrich Gumbrecht, que a noção do esporte como a “mais bela marginalidade a vida” ganha notoriedade (GUMBRECHT, 2007, p. 27). Segundo este autor “a referência à marginalidade do esporte funciona como advertência bem-humorada sobre o risco de levar os prazeres que ele oferece a sério demais” (GUMBRECHT, 2007, p. 27).

A despeito da percepção marginal do esporte como elemento de estudo países como a Espanha, os Estados Unidos da América e o Brasil tem investido em produções que promovem reflexões a cerca do esporte em diálogo com as ciências sociais e a área da comunicação a partir da percepção deste como elemento da cultura.

Neste sentido, o livro “Deporte, Comunicación y Cultura” agrega falas de diferentes países em torno deste eixo de debate. A obra organizada pelo Professor Joaquín Marín Montín¹ representa a ampliação do esforço deste pesquisador em reunir trabalhos de pesquisadores em torno do esporte em suas relações com os meios de comunicação. Este esforço pode ser percebido anteriormente a partir de dois outros livros lançando em parceria com autores espanhóis, a saber: “Comunicación y Deporte: Nuevas Perspectivas de Análisis” (MONTÍN, 2005) e “Imagen, Comunicación y Deporte: una Aproximación Teórica” (MONTÍN, 2008). Nesta terceira publicação da série, o pesquisador ocupa-se em dar visibilidade a produção de um grupo de quatorze pesquisadores do Brasil, Espanha e Portugal que, mesmo sem diálogos sistemáticos, criam afinidades ao discutir a repercussão midiática do esporte expressa na publicidade, jornalismo, produções artísticas, dentre outros.

¹ Professor titular do Departamento de Comunicación Audiovisual, Publicidad y Literatura da la Facultad de Comunicación da Universidad de Sevilla.

Os onze trabalhos que compõem a obra estão distribuídos em duas partes que agrupam assuntos afins. A primeira parte intitula-se “Deporte, médios y comunicaci3n” e é composta por cinco capítulos. O primeiro escrito trata-se do trabalho do Professor Francisco Pinheiro (Universidade de Coimbra – Portugal) que tematiza, a partir de uma perspectiva histórica, a análise das principais correntes de pensamento e formatos de investigação dos trabalhos que associam o esporte e a comunicação. O segundo estudo é uma reflexão de Eduardo Gil (Canal Sur Radio – Espanha) e Hilario Romero Bejarano (Universidade de Sevilla – Espanha) sobre a transformação da transmissão esportiva de rádio associada a interesses econômicos e empresariais. O terceiro estudo é fruto da pesquisa de Andeson Carpes (Jornal Semanário de Bento Gonçalves – Brasil) e Marli Hatje Hammes (Universidade Federal de Santa Maria – Brasil) que também tematizam o meio radiofônico, agora no contexto brasileiro, e suas utilizações de figuras de linguagem na transmissão esportiva.

O quarto capítulo, de autoria de Carlos Parra Alcaraz (Universidade de Sevilla; Universidade Pablo Olavide – Espanha), descreve as tendências das modalidades esportivas em ambiente natural e levanta a necessidade de difusão destas práticas nos meios de comunicação como estratégia para consolidá-las. Já no quinto e último capítulo da primeira parte deste livro, o professor Gustavo Roese Sanfelice (Universidade Feevale – Brasil) faz uma análise sócio-simbólica da cobertura de dois jornais impressos com relevância nacional acerca da ginasta Daiane dos Santos.

A segunda parte do livro tem o título de “Deporte, ocio y cultura” é composta por seis capítulos que se ocupam de pensar os usos e as representações do esporte na cultura contemporânea a partir dos diálogos com diferentes suportes. O professor Manuel A. Vázquez Mandel (Universidade de Sevilla – Espanha) inicia esta segunda parte do livro com um capítulo teórico que tece relações do esporte com as teorias do lazer e seus reflexos nas práticas culturais.

O capítulo sete apresenta reflexões sobre a construção da figura do herói esportivo a partir da referência do mito. Para tanto a Professora Maria Ángeles Martínez García (Universidade de Sevilla – Espanha) valora o espaço esportivo como privilegiado para a construção do herói, sobretudo quando dialogado com os meios de comunicação.

O capítulo oito, de autoria da professora Maria Ramos Serrano (Universidade de Sevilla – Espanha), trata dos videogames como estratégia de lazer que recorrentemente tem acionado a temática esportiva e que está em constante negociação com aspectos publicitários. O nono e o décimo capítulo tematizam a sétima arte. O primeiro destes é produto dos registros de Francisco Perales Bazo (Universidade de Sevilla – Espanha) que argumenta o cinema esportivo como gênero autônomo e demarca que na produção espanhola o boxer e o futebol foram as maiores recorrências na representação deste gênero. Já a segunda produção sobre cinema é fruto da colaboração dos professores Allyson Carvalho de Araújo (Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Brasil) e Joaquín Marín Montín (Universidade de Sevilla – Espanha) que analisam as mostras exibidas no Festival Cine y Deporte de Sevilla para pensar a representação do esporte.

O último artigo que compõe o livro, do professor Antonio Roda Martínez (Universidade de Sevilla – Espanha) busca refletir categorias como lazer e cultura a partir do jogo de rol em diálogo com as atividades esportivas.

Certamente, “Deporte, comunicación y cultura” é uma obra endereçada tanto aos admiradores do esporte e aos consumidores midiáticos. Contudo, independentemente dos capítulos estabelecerem abordagens teóricas ou analíticas, é certo que todos instigam pela riqueza de idéias presentes na obra, fruto da multiplicidade de falas que se localizam geográfica e conceitualmente em espaços distintos. Convido o leitor para debruçar-se sobre a obra e acessar às idéias destes pesquisadores para nutrir ainda mais o diálogo da comunicação com o esporte.

REFERÊNCIAS

DUNNING, E.; MAGUIRE, J. As relações entre os sexos no esporte. **Estudos Feministas**, Florianópolis: UFSC, v. 5, n. 2, p. 321-348, 1997.

GUMBRECHT, H. U. **Elogio da beleza atlética**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MONTÍN, Joaquín Marín (Org.). **Comunicación y deporte**: nuevas perspectivas de análisis. Sevilla: Comunicación social ediciones y publicaciones, 2005.

_____. **Imagen, comunicación y deporte**: una aproximación teórica. Madrid: Vision Libros, 2008.

DOSSIÊ DOS AUTORES

DOSSIER OF AUTHORS

Dossiê dos Autores

ALÍPIO DE SOUSA FILHO

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1984), mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1990), doutorado em Sociologia pela Universidade René Descartes – Sorbonne/Paris V – (2000) e pós-doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2008). É professor universitário desde 1986. Atualmente, é professor Associado do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, professor do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFRN e orientador do Doutorado de Sociologia da Universidade do Minho (Portugal). É editor da revista *Bagoas: estudos gays – gêneros e sexualidades* (CCHLA/UFRN), coordenador do Núcleo de Estudos Críticos em Subjetividades Contemporâneas e colaborador do Centre d'Études sur l'Actuel et le Quotidien (CEAQ/Paris V). Foi secretário Geral da ABEH (Associação Brasileira de Estudos da Homocultura – Biênio 2009-2010). Principal atuação: teoria contemporânea em ciências sociais; estudos de ideologia (teoria, discurso e representações sociais); estudos de sexualidade; estudos de modos de subjetivação e subjetividades.

E-mail: alipio@ufrnet.br

ALLYSON CARVALHO DE ARAÚJO

Possui graduação em Educação Física pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2004), mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2006) e doutorado em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco (2012). Atualmente é professor adjunto I da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e vice-coordenador da Equipe colaboradora 03 para Acompanhamento Pedagógico ao Programa Segundo Tempo (PST), pelo Ministério do Esporte. Tem experiência na área de Educação Física, atuando principalmente nos seguintes temas: educação física, esporte, educação, ensino e estética.

E-mail: allyssoncarvalho@hotmail.com

CESAR SANSON

Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Área de docência e pesquisa: sociologia do trabalho. Possui graduação em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica – PUC-PR (1981) com especialização em Economia e Trabalho pela UFPR (1997), mestrado (2003) e doutorado (2009) na área da sociologia do trabalho pela UFPR

E-mail: cesar.sanson@terra.com.br

CIBELE MARIA LIMA RODRIGUES

Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), órgão público do Ministério da Educação, atuando na Coordenação Geral de Estudos Educacionais (CGEE), com pesquisa na área de política educacional. Possui Graduação em Ciências Sociais (1999), Mestrado (2002) e Doutorado em Sociologia (2009), todos pela UFPE. Atualmente está como Secretária Adjunta da Presidência da Associação Latinoamericana de Sociologia (ALAS) – gestão 2012-2013 Áreas de pesquisa: educação, políticas públicas, movimentos sociais.

E-mail: cibele.rodrigues@fundaj.gov.br

CIMONE ROZENDO DE SOUZA

Possui Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (1997), mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (2001) e doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (2006). Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Norte atuando nos programas de pós graduação em Desenvolvimento e Meio ambiente (PRODEMA) e Ciências Sociais nos seguintes temas: agricultura familiar, meio ambiente, riscos ambientais, unidades de conservação e desenvolvimento rural.

E-mail: cimone.rozendo@gmail.com

DOUGLAS ARAÚJO

Bacharel em 1983, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte em Ciências Sociais com habilitações em Sociologia e Ciência Política. Licenciado em 1987, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte em Ciências Sociais. Lecionou no Ensino fundamental e médio, no período de 1985 a 1993, nas disciplinas de OSPB, Organização para o Trabalho e História. Em 1991 titulou-se mestre em Sociologia do Desenvolvimento, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Concluiu o doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco em 2003. Atualmente é Associado I da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Desde seu ingresso no magistério superior em 1993, leciona Sociologia, Ciência Política e História. A experiência na área de História tem ênfase em História Moderna e Contemporânea, fazendo uma ponte entre Sociologia e Modernidade. Atuando principalmente nos seguintes temas: Sociologia Cultural, História do RN, História e Memória, Interpretações Sociológicas do Sertão Potiguar, Cultura Moderna e Cultura Popular, Brasil e Desenvolvimento local, a partir de uma análise da Sociologia Cultural.

E-mail: salgoud@uol.com.br

GIUSEPPE MARIO COCCO

Graduado em Sciences Politiques – Universite de Paris VIII (1984), em Scienze Politiche – Università degli Studi di Padova (1981). Mestre em Science Technologie et Société – Conservatoire National des Arts et Métiers (1988), em História Social - Université de Paris I (Panthéon-Sorbonne) (1986). Doutor em História Social - Université de Paris I (Panthéon-Sorbonne) (1993). Atualmente é professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro, membro da Pós-Graduação da Escola de Comunicação e do Programa em Ciência de Informação (FACC-IBICT), Pesquisador 1 do CNPq, Cientista da FAPERJ, editor das revistas: Global Brasil, Lugar comum (1415-8604) e Multitudes (Paris) (0292-0107). Tem experiência na área de Planejamento Urbano e Regional, com ênfase em Política Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: trabalho, comunicação, globalização, cidade, fordismo e cidadania. Últimas publicações: com Antonio Negri o livro “Global: Biopoder e lutas em uma América Latina globalizada” (Record, 2005). “MundoBRaz: o devir Brasil do mundo e o devir mundo do Brasil” (Record, 2009). “Trabalho e Cidadania” (Cortez, 3ª. edição).

E-mail: beppo@terra.com.br

JOÃO TEIXEIRA LOPES

Licenciado em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1992) Mestre em Ciências Sociais pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (1995). Doutorado em Sociologia da Cultura e da Educação (1999). Membro efectivo do Observatório das Actividades Culturais entre 1996 e 1998 e seu actual colaborador. Foi programador de Porto Capital Europeia da Cultura 2001, enquanto responsável pela área do envolvimento da população e membro da equipa inicial que redigiu o projecto de candidatura apresentado ao Conselho da Europa. Representou o Bloco de Esquerda como deputado à Assembleia da República (2002-2006). Coordenador Científico do Instituto de Sociologia da FLUP entre 2002 e Fevereiro de 2010. Diretor da Revista Sociologia entre 2009 e Fevereiro de 2013. Tem 14 livros publicados nos domínios da sociologia da cultura, cidade, juventude e educação, bem como museologia e estudos territoriais. É Vice Presidente da Associação Portuguesa de Sociologia.

E-mail: jlopes@letras.up.pt

JULIMAR DA SILVA GONÇALVES

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1999) e mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2003). Atualmente é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na UFRN e pesquisadora do Grupo POIESIS – Estudos de Culturas e Subjetividades. Atua como professora da Faculdade ESTÁCIO – FATERN. Tem experiência na área de Sociologia e Antropologia, com ênfase em antropologia cultural e urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: juventude, movimentos e produções juvenis artística e cultural.

E-mail: juli.doutorado@hotmail.com

MARCOS ANTONIO DA SILVA

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (1997), mestrado em Sociologia Política pela Universidade Federal do Paraná (2002) e doutorado em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo (2006). Foi professor da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) (2008-2011) e chefe do Escritório de Assuntos Internacionais (ESAI). Atualmente é professor de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Atua na área de Ciência Política e Relações Internacionais, dedicando-se aos seguintes temas: Partidos Políticos, Eleições, Reforma Política e América Latina (Mercosul e Revolução Cubana).

E-mail: marocam@terra.com.br

MARINA GARCÉS

Marina Garcés (Barcelona, 1973) é professora de Filosofia na Universidade de Zaragoza (Espanha) e professor convidado em vários mestrados internacionais, tais como: Mestre em Sociedade da Informação da Universidade Aberta da Catalunha (UOC), Mestre em Artes Prática e Difusão (L' animal a l' Esquena – UdG) e Mestre em Artes Cênicas (Universidade de Alcalá de Henares, Madrid). É autora do livro *prisiones En las de lo posible* (Nas prisões do possível, Barcelona, 2002) e escreve regularmente em revisões culturais e filosóficas, como as Archipiélago, Zehar, Daimon, etc, e em vários livros coletivos, o mais recente: *Las personas del verbo (filosófico)*, (Bcn, 2010), *Arquitecturas de la Mirada* (Arquiteturas de respeito; Barcelona, 2009), *The unconfessable community* (Barcelona, 2009), *El arte en cuestión* (The art into question, Valencia, 2010). Desde 2003, criou e coordena a atividade de *Espai en Blanc Foundation*, dedicada à promoção e intervenção de um pensamento crítico e experimental. Os principais temas dos últimos anos sendo desenvolvidos por *Espai en Blanc* são: vida e política (2006), A sociedade terapêutica (2007), A força do anonimato (2008), Pensar como um combate (2009). Marina Garcés também tomou parte da equipe criativa do filme *El ful taxista*, dirigido por Jo Sol, vencedor de um preço especial do júri no San Sebastian International Film Festival em 2005.

E-mail: marina@sindominio.net

PAULO HENRIQUE MARTINS

Mestrado em Sociologia – Université de Paris I (Pantheon-Sorbonne) (1979); Doutorado em Sociologia – Université de Paris I (Pantheon-Sorbonne) (1980 e 1991.); Pós-doutorado na Universidade de Paris-Nanterre (2001); Professor Titular de Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Professor e Pesquisador dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e Saúde Coletiva da UFPE; Presidente da Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS) (2011-2013); Vice-Presidente da Associação Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais (MAUSS); Coordenador do NUCEM (Núcleo de Cidadania e Processos de Mudança (UFPE); Membro dos conselhos editoriais de revistas científicas: *Revue du MAUSS* (França); *Revista Estudos de Sociologia* (Pernambuco); *Revista Sociologias* (Rio Grande do Sul); *Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política* (Santa Catarina); *Intersecções: Revista de Estudos Interdisciplinares* (Rio de Janeiro); *REALIS (Revista de Estudos Anti-Utilitaristas e Pós-Coloniais)* (Pernambuco); Editora Massangana (FUNDAJ); Bolsista de Produtividade 1B do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Tem produção acadêmica na área de Sociologia, particularmente nas áreas de Teoria Sociológica e Estudos Pós-Coloniais, Estudos sobre a Dádiva; Sociologia da Saúde e Sociologia do Poder.

E-mail: pahem@terra.com.br

PAULO ROBERTO CECCARELLI

Possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1983). Doutor pela Université de Paris VII – Université Denis Diderot (1995), e pós-doutor (Paris VII – 2009). Atualmente é professor Adjunto III no Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Professor visitante convidado pela Université de Bretagne Occidentale – Brest, França – nos cursos de master 1 e master 2. Professor credenciado a dirigir pesquisas de pós-graduação e pesquisador do Laboratório de Psicanálise e Psicopatologia Fundamental da Universidade Federal do Pará, Belém. Orientador de Pesquisa e Professor do Mestrado Profissional de Promoção de Saúde e Prevenção da Violência da Faculdade de Medicina da UFMG. Membro da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental. Membro fundador do Réseau International de Psychopathologie Transculturelle. Pesquisador do CNPq. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicanálise, atuando principalmente nos seguintes temas: sexualidade, perversão, família, psicanálise e identidade, mídia, violência e cultura, mitologia e sofrimento psíquico, tratamento e prevenção psicológica.

E-mail: paulocbh@terra.com.br

RICARDO OJIMA

Mestre em Sociologia (Unicamp, 2003) e Doutor em Demografia (Unicamp, 2007). Desenvolveu pesquisa de pós-doutoramento no Núcleo de Estudos de População (NEPO/Unicamp, 2007-2009), com apoio da Fapesp, sobre o tema: urbanização, mobilidade populacional e meio ambiente. Entre 2009 e 2010 foi coordenador do Sistema Estadual de Informações sobre Saneamento (SEIS) na Fundação João Pinheiro (FJP-MG) e professor na Escola de Governo do Estado de MG. Foi pesquisador do Núcleo de Estudos de População (NEPO/Unicamp) e colaborador do Departamento de Demografia (Unicamp) entre 2010 a 2011. Desde agosto de 2011 é professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Suas pesquisas recentes têm se concentrado nos temas: urbanização, mobilidade espacial da população, teoria demográfica e mudanças ambientais.

E-mail: ojima@ccet.ufrn.br

NORMAS PARA
PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS

STANDARDS FOR PUBLISHING ARTICLES

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A CRONOS, revista semestral do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (CCHLA/UFRN) é um periódico de publicação semestral, interdisciplinar, de circulação nacional e internacional. A Cronos aceita originais em português, em inglês, francês e em espanhol, em forma de artigos, ensaios e resenhas. A revista também publica entrevistas com cientistas sociais nacionais e internacionais, além de dossiês.

Os trabalhos enviados são apreciados pelos/as editores/as da revista e por consultores/as *ad hoc*. Todos os textos passam por uma revisão gramatical feita por profissionais.

1. A submissão é realizada totalmente por meio eletrônico, em nossa página eletrônica: <http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/cronos>

Na página da Revista Cronos, selecionar a aba “Cadastro”. Após a realização do cadastro, o passo seguinte será a submissão do texto (artigo, resenha, entrevista).

2. O nome do/a autor/a **não** deverá aparecer no corpo do artigo, para garantir o anonimato no processo de avaliação.

3. Os artigos apresentados devem ser entregues digitados em Times New Roman, espaço duplo e fonte 12.

4. As ilustrações devem ser inseridas no corpo do texto, em arquivo separado, com indicações claras ao longo do texto, dos locais em que devem ser incluídos. São elas: tabelas, quadros e figuras (gráficos, mapas, fotografias, organogramas, etc.).

5. Os **artigos** deverão ter até 9 mil palavras ou 45 mil caracteres (aproximadamente 25 laudas, papel A4), incluindo as referências, notas e tabelas. Devem vir acompanhados de resumo e abstract (no máximo 10 linhas) e palavras-chave (máximo cinco) em português e em inglês, e o título em português e inglês. Os **ensaios** deverão ter até 6 mil palavras ou 30 mil caracteres, e as **resenhas** de 5 a 10 mil caracteres incluindo os espaços.

6. Os seguintes itens devem ser observados na elaboração dos textos:

a) aspas duplas para citações com até três linhas;

b) as citações com mais de três linhas devem ser destacadas com recuo de quatro centímetros da margem esquerda, com fonte do tipo Times New Roman 11 e sem aspas.

c) aspas simples para palavras com emprego não convencional e para indicar citação no interior de citação;

d) itálico para palavras estrangeiras, neologismos e títulos de obras e publicações;

e) as notas explicativas devem ser de pé de página e numeradas. Sugere-se a utilização econômica das mesmas;

f) as fontes das quais foram extraídas as citações devem ser indicadas no corpo do texto, logo após a citação, e contendo apenas os seguintes dados, entre parênteses:

SOBRENOME DO(A) AUTOR(A), ano de publicação da obra, número de página(s) da citação.

Exemplo: (FOUCAULT, 2008, p. 93);

g) na primeira menção de cada autor/a citado/a no texto, deve constar também o prenome;

h) a lista de referências completa deve ser apresentada ao final do texto;

i) na lista final de referências indicar o prenome dos autores e não apenas a inicial.

7. As Referências obedecerão aos seguintes critérios:

a) **Livro:** SOBRENOME DO/A AUTOR/A DA OBRA, Prenomes. **Título da obra:** subtítulo. Local de Publicação: Editora, ano de publicação.

Exemplo:

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 2008.

b) **Capítulo de livro:** SOBRENOME DO/A AUTOR/A DO CAPÍTULO, Prenomes. Título do capítulo: subtítulo. In: SOBRENOME DO/A AUTOR/A DA OBRA, Prenomes. **Título da obra:** subtítulo. Local de Publicação: Editora, ano de publicação. Páginas inicial e final do capítulo.

Exemplo:

CANÊDO, Leticia Bicalho. Aprendendo a votar. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla (Org.). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 517-543.

c) **Artigo de periódico:** SOBRENOME DO/A AUTOR/A DO ARTIGO, Prenomes. Título do artigo: subtítulo. **Título do Periódico**, número do volume, número do fascículo, páginas inicial e final do artigo, mês e ano.

Exemplo:

TAKEUTI, Norma Missae. Da solidão imposta a uma solidão solidária. **Cronos:** Revista do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais/UFRN, v. 5/6, n. 1/2, p. 35-46, jan./dez. 2004/2005.

d) **Dissertações e Teses:** SOBRENOME DO/A AUTOR/A, Prenomes. **Título da obra:** subtítulo. Ano de apresentação. Categoria (Grau e Área de Concentração) – Instituição, Local.

Exemplo:

DINIZ, Carmen Simone G. **Entre a técnica e os direitos humanos: possibilidades e limites da humanização da assistência ao parto**. 2001. Tese (Doutorado em Medicina Preventiva) – Programa de Pós-Graduação em Medicina Preventiva, Faculdade de Medicina da USP, São Paulo.

e) **Trabalhos apresentados em eventos científicos:** SOBRENOME DO/A AUTOR/A DO TRABALHO, Prenomes. Título do trabalho. In: NOME DO EVENTO, Número da edição do evento, Cidade onde se realizou o evento. **Anais...** Local de publicação: Editora, Ano de publicação. Páginas inicial e final do trabalho.

Exemplo:

PRADO, Danda. Maternidade: opção ou fatalidade? In: SEMINÁRIO SOBRE DIREITOS DA REPRODUÇÃO HUMANA, 1., 1985, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ALERJ/ Comissão Especial dos Direitos da Reprodução, 1985. p. 26-29.

08. No caso de inserção de imagens (fotos, gravuras, quadros, etc.), a responsabilidade pelo encaminhamento dos trâmites relativos aos direitos de reprodução será dos/as autores/as dos artigos e dos ensaios.
09. As imagens devem ser enviadas no formato tiff, resolução de 300 dpi, tamanho de 23 x 16 cm, em gray scale e em arquivo separado do texto. Imagens fora dessas especificações não poderão ser utilizadas.

Email: cronos@cchla.ufrn.br

PUBLISHING RULES

The semiannual magazine CRONUS Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (CCHLA/UFRN) is a semi-annual journal, interdisciplinary, and international circulation. The Cronos accepts originals in Portuguese, English, French and Spanish, in the form of articles, essays and reviews. The magazine also publishes interviews with social scientists, as well as national and international issues.

The submissions are assessed by the editors of the journal and by consultants/ad hoc information. All texts undergo a grammar review done by professionals.

1. The submission is performed entirely by electronic means, on our home page: <http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/cronos>

On the page of the magazine Cronus, select the “register” tab. After the completion of registration, the next step will be the submission of the text (article, book review, interview).

2. The name of the author/or should not appear in the body of the article, to ensure that the evaluation process.

3. The papers presented should be submitted typed in Times New Roman, double spacing and font 12.

4. The illustrations should be included in the body of the text, in a separate file, with clear indications in the text, of the locations in which should be included. They are: tables, tables and figures (graphs, maps, photos, charts, etc.).

5. Articles should be up to 9 thousand words or 45 thousand characters (approximately 25 pages, A4 paper), including bibliographical references, notes and tables. Must be accompanied by summary and abstract (maximum of 10 lines) and keywords (maximum five) in Portuguese and in English, and the title in Portuguese and English. The test shall be up to 6 thousand 30 thousand words or characters, and reviews of 5 to 10 000 characters including spaces.

6. The following items should be observed in the preparation of texts:

a) double quotation marks for quotes with up to three lines;

b) the citations with more than three lines should be highlighted with 4 cm indentation from the left margin, type font Times New Roman 11 and no quotes.

c) single quotes for words with non-conventional job and to indicate quotation within quotation up to three lines;

d) italics for foreign words, neologisms, and titles of works and publications;

e) the explanatory notes should be numbered and footnote. It is suggested the economic use of the same;

f) the sources from which was extracted the quotes must be indicated in the body of the text, right after the quote, and containing only the following data, in parentheses: AUTHOR'S SURNAME, year of publication, page number (s) of service;

Example: (FOUCAULT, 2008, p. 93).

- g) the first mention of each author cited in text/, shall include also the given name;
- h) the list of full bibliographic references must be presented at the end of the text;
- i) in the final list of references, indicate the name of the authors and not just the initial.

7. References shall be subject to the following criteria:

- a) **Book:** SURNAME OF THE AUTHOR OF THE WORK, Given Names. **Title:** subtitle. Place of publication: Publisher, year of publication.

Example:

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 2008.

- b) **Book chapter:** SURNAME OF THE AUTHOR OF THE CHAPTER, Given Names. Chapter title: subtitle. In: SURNAME OF THE AUTHOR OF THE WORK, Given Names. **Title:** subtitle. Place of publication: Publisher, year of publication. Starting and ending pages of the chapter.

Example:

CANÊDO, Letícia Bicalho. Aprendendo a votar. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla (Org.). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 517-543.

- c) **Journal article:** SURNAME OF THE AUTHOR OF THE ARTICLE, Given Names. Title: subtitle. **Journal title**, volume number, issue number, starting and ending pages of the article, month and year.

Example:

TAKEUTI, Norma Missae. Da solidão imposta a uma solidão solidária. **Cronos:** Revista do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais/UFRN, v. 5/6, n. 1/2, p. 35-46, jan./dez. 2004/2005.

- d) **Dissertations and theses:** SURNAME OF THE AUTHOR, Given Names. **Title:** subtitle. Year presentation. Category (Degree and Area of Concentration) - Institution, Location.

Example:

DINIZ, Carmen Simone G. **Entre a técnica e os direitos humanos:** possibilidades e limites da humanização da assistência ao parto. 2001. Tese (Doutorado em Medicina Preventiva) - Programa de Pós-Graduação em Medicina Preventiva, Faculdade de Medicina da USP, São Paulo.

- e) **Papers presented at scientific events:** SURNAME OF THE AUTHOR OF THE WORK, Given Names. Title of work. In: NAME OF THE EVENT, Number of the edition of the event, City where they held the event. **Anais...** Place of publication: Publisher, Year of publication. Starting and ending pages of the work.

Example:

PRADO, Danda. Maternidade: opção ou fatalidade? In: SEMINÁRIO SOBRE DIREITOS DA REPRODUÇÃO HUMANA, 1., 1985, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ALERJ/ Comissão Especial dos Direitos da Reprodução, 1985. p. 26-29.

08. In the case of inserting images (photos, prints, paintings, etc.), responsibility for the delivery of reproductive rights procedures will be of/the authors (s) of articles and essays.
09. Images should be submitted in tiff format, 300 dpi resolution, size of 23 x 16 cm, on gray scale and in a separate text file. Images out of these specifications may not be used.

Email: cronos@cchla.ufrn.br

SUMÁRIOS ANTERIORES

PREVIOUS SUMMARIES

SUMÁRIO

Cronos – Volume 1 – Número 1 – janeiro/junho 2000

DOSSIÊ CÂMARA CASCUDO

Francisco de Assis de Sousa Lima – Conto popular: o legado de uma tradição

Gilberto Felisberto Vasconcellos – O ensaio de Luís da Câmara Cascudo na interpretação da cultura brasileira

Ilza Matias de Sousa – Câmara Cascudo e a história dos nossos gestos: o homem, um signo

Vânia de Vasconcelos Gico – Luís da Câmara Cascudo e o conhecimento da tradição

ARTIGOS

Norma Takeuti (Org.) – Desafios sociais e abordagens sócio-clínicas: por V. de Gaulejac

Robert Austin – Neoliberalismo y renovacion pos dictatorial em la educacion superior chilena, 1989-1997

SUMÁRIO

Cronos – Volume 1 – Número 2 – julho/dezembro 2000

DOSSIÊ VISÕES DO BRASIL

Brasília Carlos Ferreira – Antonio Candido: um homem simples

Dalcy da Silva Cruz – Caio Prado Júnior: uma nova possibilidade de olhar o Brasil

Marta Maria de Araújo – Um capítulo da história intelectual dos anos de 1930 aos de 1950 e a presença de Anísio Teixeira

Ana Laudelina Ferreira Gomes – Auta de Souza e a escrita feminina nos oitocentos

Afonso Henrique Fávero – Pedro Nava: um memorista e tanto

Tânia Elias Magno da Silva – Imagens da fome e o itinerário intelectual de Josué de Castro

Idilva Maria Pires Germano – Nações de papel: livros e povos

ARTIGOS

Maria da Conceição Xavier de Almeida – O ensino das Ciências Sociais no Brasil

Norma Takeuti – Imaginário Social “mortífero”: a questão da delinquência juvenil no Brasil

Maria Helena Braga e Vaz da Costa – A cor no cinema: signos da linguagem

SUMÁRIO

Cronos – Volume 2 – Número 1 – janeiro/junho 2001

DOSSIÊ TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

Brasília Carlos Ferreira – Trabalhadores e cidadania: metamorfoses sindicais

Eleonora Tinoco Beaugrand – A nova economia e a frágil euforia por mais empregos

Cristiano German-Acess Denid: marginalização na era da informação

Alexandre Carneiro de Souza – As dimensões do trabalho

Dinah dos Santos Tinôco – As políticas de emprego: uma abordagem comparativa das principais medidas de combate ao desemprego no Brasil

Edilson José Graciolli – Reestruturação produtiva e movimento sindical

Aldenôr Gomes da Silva – Irrigação informatizada: a fase superior da automação do trabalho na agricultura moderna

Henrique Caetano Nardi – Dois cenários, duas gerações: os impactos da reestruturação produtiva nos processos de subjetivação

ARTIGOS

Vincent de Gaulejac – A gênese social dos conflitos psíquicos

Pedro Vicente Costa Sobrinho – Revendo uma certa literatura sobre a imprensa alternativa no Brasil

Daniele Gugelmo Dias – Aplicando a sistêmica à composição dos séculos

Mauro Guilherme Pinheiro Koury – Enraizamento, pertença e ação cultural

SUMÁRIO

Cronos – Volume 2 – Numero 2 – julho/dezembro 2001

DOSSIÊ COMPLEXIDADE – CAMINHOS

Maria da Conceição Xavier de Almeida – Reforma do pensamento e extensão universitária

Edgar Morin – A suportável realidade

José Luiz Salana Ruiz – Sobre el concepto de complejidad: de lo insimplificable a la fraternidad amante

Juremir Machado da Silva – Da impossibilidade do método

Orivaldo Pimentel Lopes Júnior – As ciências do diálogo

Edgard de Assis Carvalho – Tecnociência e complexidade da vida

Henri Atlan – Viver e conhecer

ARTIGOS

Jean Philippe Bouilloud – Recepção e sociologia

Beatriz Maria Soares Pontes – Globalização, processo produtivo e território

Maria Helena Braga e Vaz da Costa – A face escura do cinema: interpretação sobre o espaço urbano no filme Noir

SUMÁRIO***Cronos*** – Volume 3 – Numero 1 – janeiro/junho 2002**DOSSIÊ COMPLEXIDADE – MOVIMENTOS**

Aldo Aloízio Dantas da Silva – Complexidade e Geografia

Ana Sánchez – Complexidade e Feminismo

Cezar González Ochoa – A dimensão do tempo nas culturas

Gustavo de Castro e Silva – Seis ou sete motivos para o amanhã

Jean Tellez – O sujeito complexo

Lisabete Coradini – Cidades, imagens e desordem

Tereza Mendonça – Complexidade, educação e ética da responsabilidade

ARTIGOS

Michel Maffesoli – É tempo de rebelião!

Mauro Guilherme Pinheiro Koury – Medos corriqueiros: em busca de uma aproximação metodológica

Almir de Carvalho Bueno – Poder central e autonomia estadual no início da República no Rio Grande do Norte

Francisco Rüdiger – A modernidade como época de crise: Leo Strauss e as raízes do nihilismo ocidental

SUMÁRIO***Cronos*** – Volume 3 – Numero 2 – julho/dezembro 2002**DOSSIÊ EDUCAÇÃO E SOCIEDADE**

Anne-Marie Fixot – Educação, cidade e democracia

Evson Malaquias de Moraes Santos – Afetividade e gestão democrática na Escola Pública patrimonialista

José Willington Germano – Imagens da destituição: Os pobres e a educação no Brasil

Melânia Mendonça Rodrigues – Fórum Municipal de Educação de João Pessoa: espaço de participação?

Michel Thiollent – Construção do conhecimento e metodologia da extensão

Norma Missae Takeuti – Os jovens e a “fome de cultura”

Paulo Henrique Martins – Educação, cidadania e emancipação: explorando as teses antiutilitaristas de Anne-Marie Fixot

Robert Austin e Paulina Vidal – La pared invisible: género, intelectuales y educación superior en Chile en el largo siglo XX

ARTIGOS

Dalva Maria da Mota – Frutas de Sergipe, mercado do Brasil: política de irrigação, agricultura empresarial e trabalho no platô de Neópolis/Sergipe.

Evaldo Vieira – As eleições de 2002 e a vontade popular

Heribert Schmitz – Uma assistência técnica participativa para a agricultura familiar

José Castello – Literatura e jornalismo literário num mundo em fragmentos

Luciano Vasapollo – Integración europea y moderna competencia global: la nueva redistribución territorial del dominio

Marcos Falchero Falleiros – Presépio animado

Maria de Lourdes Patrini – Vida e fatos passados a limpo

SUMÁRIO

Cronos – Volume 4 – Números ½ – janeiro/dezembro 2003

DOSSIÊ GASTON BACHELARD

Adailson Tavares de Macedo – A casa do sertão

Cláudia Netto do Valle – Histórias brasileiras

Elyana Barbosa – Gaston Bachelard e o racionalismo aplicado

Marly Bulcão – Tempo e matéria na poesia visceral de Lautréamont

Maurício de C. T. Panella – País da infância imóvel

Alvaro de Pinheiro Gouvêa – O feminino em Bachelard: A gênese do devaneio

Ana Laudelina Ferreira Gomes – A demiurgia da mão no cosmos poético de Sertania, de Nivaldete Ferreira

Catarina Sant'Anna – Gaston Bachelard: os índices do dramático no seio do lírico

Fábio Ferreira – O valor ontológico do pensamento bachelardiano

Jean-Jacques Wunenburger – O pensamento rhenano de Gaston Bachelard: conflito ou aliança da razão e da imaginação?

SUMÁRIO

Cronos – Volume 5/6 – Números ½ – janeiro/dezembro – 2004/2005

DOSSIÊ SOCIOLOGIA CLÍNICA

Norma Missae Takeuti – Apresentação

Eugène Enriquez – Da solidão imposta a uma solidão solidária

Norma Missae Takeuti – O difícil exercício da alteridade

Aécio Gomes de Matos – A democracia na miséria

Vincent de Gaulejac – O âmago da discussão: da sociologia do indivíduo à sociologia do sujeito

Christophe Niewiadomski – Indivíduo pós-moderno, sofrimento psíquico e desafios do trabalho social

José Newton Garcia de Araújo e Maria Mercedes Merry Brito – Loucos pela rua: escolha ou contingência?

Tereza Cristina Carreteiro e Cristine M. Mattar – História de vida, subjetividade e violência conjugal

Jean Gabriel Offroy – O prenome e a identidade social: do projeto social e familiar ao projeto parental

ARTIGOS

Maria da Conceição de Almeida – Novos contextos das Ciências Sociais

Celso Frederico – O marxismo de Lucien Goldmann

- Assis Brandão* – As polêmicas de Bobbio com os comunistas italianos
- Maria José de Rezende* – Diferenciação, evolução e mudança social em Fernando de Azevedo
- Marcos M. B. de Mesquita* – O barroco ibero-americano: “ausência de síntese”?
- Maria Célia Leonel, José Antonio Segatto* – Desmandos e violência no sertão rosiano
- John Lemons* – Conservação e uso sustentável da biodiversidade: um portfolio de estudos de caso de regiões áridas da América Latina e do Caribe
- Maria Noel Lapoujade* – Los imaginarios en la construcción de la identidad latinoamericana
- Soraya Fleische* – Entre silêncios e esperas: uma aproximação do mundo feminino tunisiano através dos filmes de Moufida Tlatli
- Márcio de Oliveira* – Juscelino Kubitschek e a construção de Brasília
- Alan Daniel Freire de Lacerda, Bruno Cesário de Oliveira* – Patronagem e formação de coalizões: o caso da Unidade Popular no RN
- Ivanaldo Santos* – Da gênese à crise do Estado de bem-estar
- Márcio de Lima Dantas* – Valdetário Carneiro: mártir e comediante

SUMÁRIO

Cronos – Volume 7 – Número 1 – janeiro/junho – 2006

DOSSIÊ POLÍTICAS PÚBLICAS

- Vera Schattan Ruas P. Coelho, Ilza Araújo L. de Andrade, Mariana C. Montoya* – Fóruns deliberativos: uma boa estratégia para melhorar nossas políticas sociais?
- Maria do Livramento Miranda Clementino* – Inovando no desenho das relações intermunicipais: o pacto territorial
- Aldenôr Gomes* – A gestão participativa nas políticas públicas: a experiência do Programa Fome Zero no semi-árido nordestino
- Fernando Bastos* – Estabelecidos e *outsiders* nas políticas de crédito: o caso do PRONAF B
- Mónica Isabel Bendini, Pedro Damián Tsakoumagkos* – Las tramas sociales en los procesos de modernización y globalización en los valles frutícolas del río Negro, Argentina
- Lincoln Moraes de Souza* – A agenda e as agendas no Brasil

ARTIGOS

- Elda Rizzo de Oliveira* – Comunicação mediática, modelo biomédico e curas mediúnicas
- Célia Regina Congílio Borges* – Ações governamentais e reestruturações produtivas no Brasil: o mito do Estado mínimo
- Jean Carlo de Carvalho Costa* – Sílvio Romero e a “idéia das três raças”: uma hermenêutica do nacional a partir da *categoria miscigenação*
- Edison Bariani* – Padrão e salvação: o debate Florestan Fernandes x Guerreiro Ramos
- Fernando Bessa Ribeiro, Octávio Sacramento* – Sexo, amor e interesse entre *gringos* e *garotas* em Natal
- Marina Soler Jorge* – Cultura popular, cultura erudita e cultura de massas no cinema brasileiro

SUMÁRIO

Cronos – Volume 7 – Número 2 – julho/dezembro – 2006

DOSSIÊ MODERNIDADE & PÓS-MODERNIDADE: REFLEXÕES

Olgária Matos – Metrópole e angústia: acosmismo e cosmopolitismo

João Emanuel Evangelista – Teoria social e pós-modernismo: a resposta do marxismo aos enigmas teóricos contemporâneos

Michel Maffesoli – Religação imaginal

Renarde Freire Nobre – Weber e a influência do protestantismo na configuração da modernidade ocidental

Wilma de Nazaré Baía Coelho – Igualdade e diferença na escola: um desafio à formação de professores

Lúcia Leitão – Um traço, muitos riscos

Paulo Roberto Ceccarelli – As repercussões das novas organizações familiares nas relações de gênero

Maria Ruth Sousa Dantas de Araújo – Um lugar onde se situar

ARTIGOS

Benedito Nunes – Volta ao Mito na ficção brasileira

Flavio Lúcio R. Vieira – O método sem história: uma crítica da metodologia moriniana da complexidade

Edmilson Lopes Júnior – Os cangaceiros viajam de Hilux: as novas faces do crime organizado no interior do Nordeste do Brasil

Giovanni Alves – Trabalho, técnica e estranhamento: uma análise sociológica do filme “Matrix”

Maria Tereza Garcia – Violência e medo, elementos extintos no *newsmaking* do jornalismo público?

Cristiano Lima Ferraz – Repensar 1942: o SENAI frente à metamorfose do industrialismo

SUMÁRIO

Cronos – Volume 8 – Número 1 – janeiro/junho – 2007

DOSSIÊ GLOBALIZAÇÕES ALTERNATIVAS

Boaventura de Sousa Santos – Os direitos humanos na zona de contacto entre globalizações rivais

José Willington Germano – Globalização contra-hegemônica, solidariedade e emancipação social

Elida Lauris – Pluralismo emancipatório? Uma abordagem a partir dos movimentos indígenas da América Latina

Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio, Mariana Siena, Victor Marchezini e Daniela de Cunha Lopes – O desastre como desafio para construção de uma hermenêutica diatópica entre o Estado e os afetados

Cristiane do Socorro Loureiro Lima – Reinvenções necessárias no século XXI: democracia direitos humanos e instituições de segurança

Eunice Cristina do Nascimento Castro Seixas – Discursos pós-coloniais sobre a lusofonia: comparando Agualusa e Saramago

Luciana Rosa Marques – Políticas de democratização da educação: um estudo com base no pensamento de Boaventura de Sousa Santos

Débora Regina Pastana – O “Estado punitivo brasileiro” e a “democracia representativa elitista” de Boaventura de Sousa Santos

ARTIGOS

Maria Noel Lapoujade – Traduzido por Nelson Patriota – Ariel e Calibã como protótipos da espécie humana

Homero de Oliveira Costa – Democracia e participação na teoria pluralista

Dacier de Barros e Silva – Fragilidades de uma sociedade: em busca de um eu não perdido, ou os entres do desenvolvimento nacional

Daniel Pereira Andrade – O perigo da “normalidade”: o caso Eichmann

Luciana Carlos Celestino – História da Donzela Teodora: uma narrativa de transgressão feminina em direção ao reino da Alma Selvagem

SUMÁRIO

Cronos – Volume 8 – Número 2 – julho/dezembro – 2007

DOSSIÊ ENSINO DA SOCIOLOGIA NO BRASIL

Heloísa Martins – O ensino de métodos e técnicas de pesquisa nos cursos de Ciências Sociais

Amaury Cesar Moraes – O que temos de aprender para ensinar ciências sociais?

Ileizi Fiorelli Silva – A sociologia no ensino médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina

Tânia Elias – Trajetórias da Sociologia Brasileira: considerações históricas

Simone Meucci – Entre a escola nova e a oligarquia: a institucionalização da sociologia na escola normal de Pernambuco – 1929-1930

Ana Laudelina Ferreira Gomes – Notas críticas sobre as Orientações Curriculares Nacionais (OCN's) para o ensino de Sociologia no Ensino Médio

ARTIGOS

Beatriz Maria Soares Pontes – Região e regionalização no contexto da globalização: a região sob diferentes óticas, no contexto do método dialético

Patrícia Alves Ramiro – Ensaio sobre a renda

Ana Paula Pereira Gomes – O Negro – Individual, coletivo, self, raça e identidade: algumas questões sobre o tornar-se negro e a auto-rejeição

Arlson Silva de Oliveira – O jardim encantado da religião chinesa sob o olhar weberiano

José Antonio Spinelli, Rubens Pinto Lyra – As transformações do capitalismo e o alegado fim das utopias

SUMÁRIO***Cronos*** – Volume 9 – Número 1 – janeiro/junho – 2008**DOSSIÊ UTOPIAS URBANAS**

Laurent Vidal – Utopias urbanas no Brasil contemporâneo dos equívocos do nome à multiplicidade das experiências

Maria da Conceição Coelho Ferreira – O sertanejo e a cidade, uma imagem utópica

Remy Lucas – O ano em que Zumbi tomou o Rio ou a utopia revolucionária das favelas

Inaê Elias Magno da Silva – Utopia e silêncio: vida pedestre, imagem e emoção em Brasília

Christiane Machado Coelho – Utopias urbanas: o caso de Brasília e Vila Planalto

Daniella de Castro Rocha – Da utopia brasiliense à realidade do Distrito Federal: a emergência e a difícil estabilização de um espaço político específico em Brasília

Maria Isabel de Jesus Chrysostomo – Um projeto de cidade-indústria no Brasil moderno: o caso de Ipatinga (1950-1964)

ARTIGOS

Ricardo Luiz de Souza – A ordem e a síntese: aspectos da sociologia de Auguste Comte

Edgard de Assis Carvalho – *Ética complexa e democracia política*

Patrick Le Guirriec – A sociabilidade nos condomínios horizontais: ensaio de tipologia

Joana El-Jaick Andrade – O ocaso da sociedade do trabalho? reflexões sobre a crise do paradigma do trabalho nas sociedades capitalistas contemporâneas

Márcio Luiz do Nascimento – Desencantamento do mundo: acréscimos-explicativos de Max Weber à “versão final” de “A Ética Protestante e o ‘Espírito’ do Capitalismo”

SUMÁRIO***Cronos*** – Volume 9 – Número 2 – julho/dezembro – 2008**DOSSIÊ NARRADORES DO SENSÍVEL**

Edgard de Assis Carvalho – A paixão pelo entendimento: Claude Lévi-Strauss e a universalidade da cultura

Abrahão Costa Andrade – Merleau-Ponty e Lévi-Strauss: narradores do sensível?

Mariza Martins Furquim Werneck – Claude Lévi-Strauss e a experiência sensível da Antropologia

Iraquitã de Oliveira Caminha – Percepção e motricidade

Wagner Wey Moreira, Terezinha Petrucia Nóbrega – Fenomenologia, educação física, desporto e motricidade: convergências necessárias

Maria da Conceição Xavier de Almeida – Claude Lévi-Strauss e três lições de uma ciência primeira

Maria Isabel Brandão de Souza Mendes, Wani Fernandes Pereira – Sentir, olhar, ler, escutar: Claude Lévi-Strauss, Maurice Merleau-Ponty, narradores do sensível

Terezinha Petrucia da Nóbrega – Merleau-Ponty: o corpo como obra de arte e a inexatidão da verdade

Salma Tannus Muchail – Merleau-Ponty e a história

ARTIGO

Jean Carlo de Carvalho Costa – Nação, estado e raça em Manoel Bomfim: a “impertinência” bomfiana em torno da identidade nacional

SUMÁRIO

Cronos – Volume 10 – Número 1 – janeiro/junho – 2009

DOSSIÊ JOSUÉ DE CASTRO

Antonio Alfredo Teles de Carvalho – Josué de Castro e a construção de uma matriz dos estudos sobre a fome na história do pensamento geográfico no Brasil

Maria Aparecida Lopes Nogueira – Utopias: Josué de Castro e o *Mangue Beat*

Renato Carvalheira do Nascimento – O resgate da obra de Josué de Castro, onde estamos?

Tânia Elias Magno da Silva – Josué de Castro e os estudos sobre a fome no Brasil

Tayguara Torres Cardoso – A Memória, a História e a Denúncia entre Homens e caranguejos: a literatura como elemento eloqüente de crítica e desvelamento da realidade na obra de Josué de Castro

ARTIGOS

Francisco das Chagas Silva Souza – As contribuições de Caio Prado Júnior para a história ambiental no Brasil.

SUMÁRIO

Cronos – Volume 10 – Número 2 – julho/dezembro – 2009

DOSSIÊ MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE

Gleice Donini de Souza, Wagner Costa Ribeiro – Novagerar: experiência pioneira do Brasil no MDL

Hervé Théry, Neli Aparecida de Mello – Mecanismos globais na construção das políticas ambientais, GEF e MAB

Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio – A disputa pelas águas no Brasil: para além da ideologia da governança

Sara Gurfinkel Marques de Godoy – Uma análise do mercado mundial de certificados de carbono

Maria Adélia Aparecida de Souza – Meio ambiente e desenvolvimento sustentável: as metáforas do capitalismo

ARTIGOS

Jairo Bezerra da Silva, Lemuel Dourado Guerra, Ramonildes Alves Gomes, Marcionila Fernandes – Ecologia política das cisternas de placas: uma abordagem sociológica das medidas governamentais recentes relativas aos problemas de abastecimento de água em comunidades rurais de Boa Vista e Montadas-PB

Vanessa Tavares Dias – Classe e consciência de classe em dois estudos sobre o operariado no Brasil

SUMÁRIO

Cronos – Volume 11 – Número 1 – janeiro/junho – 2010

DOSSIÊ PODER LOCAL E DESENVOLVIMENTO

João Bosco Araújo da Costa – Governança democrática e poder local no Rio Grande do Norte nos anos 80: a experiência de Janduis

Maria João Santos, Carla Montefusco de Oliveira – Clusters locais de responsabilidade social das organizações: possibilidades e limites em debate

Maria Ivonete Soares Coelho, Carla Montefusco de Oliveira – Novos arranjos institucionais: gestão local e conselhos municipais de assistência social

Daline Maria de Souza, Natália Miranda Vieira – Gestão de sítios históricos: o processo de implementação da política de recuperação do Pelourinho (Salvador-BA)

José Manuel Rodríguez Victoriano – La apertura cualitativa en la investigación de los conflictos ecológico-sociales

Roberto Marinho Alves da Silva – Desafios da sustentabilidade política do desenvolvimento: padrões de relação estado e sociedade no Brasil

Lincoln Moraes de Souza – Comentando as classificações de políticas públicas

Mercedes Martínez Iglesias – Ciencia, activistas y conflictos socioecológicos

ARTIGOS

Janete Lima de Castro, José Willington Germano – A Difusão da Medicina Social no Brasil: o Protagonismo de Juan César Garcia e da OPAS

María Noel Lapoujade – De las cárceles de los imaginarios contemporáneos a una estética de la libertad

Rubens Pinto Lyra – Maquiavel republicano: precursor da democracia moderna

Homero de Oliveira Costa – Crise dos partidos e as transformações dos governos representativos

SUMÁRIO

Cronos – Volume 11 – Número 2 – julho/dezembro – 2010

DOSSIÊ TRANS-FORMAÇÕES EM GÊNERO

Jaqueline Gomes de Jesus, Hailey Alves – Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais

Natacha Kennedy – Crianças Transgêneros: mais do que um desafio teórico

Thiago Ranniery Moreira de Oliveira, Claudiene Santos – Novos mapas de (trans) sexualidade e de gênero: pistas para pensar políticas *trans* e práticas pedagógicas

Marco Antonio Torres – A transformação de professoras transexuais na escola: transfobia e solidariedade em figurações sociais contemporâneas

Edmar Henrique Dairrell Davi, Maria Alves de Toledo Bruns, Claudiene Santos – “Na batalha”: história de vida e corporalidade travesti

Tobias Raun – Nascimentos em tela: explorando o potencial transformador em blogs de vídeo no YouTube

ARTIGOS

Paolo Totaro – O equívoco sobre a “neutralidade” da linguagem de Goffman

Luiz Mello, Eliane Gonçalves – Diferença e interseccionalidade: notas para pensar práticas em saúde

Marcos Antonio da Silva, Guillermo A. Johnson – Cuba e a América Latina no Pós Guerra-Fria: Inserção Regional e Diplomacia Social

Jairo Bezerra Silva, Lemuel Dourado Guerra, Antonio Augusto R. Iori, Marcionila Fernandes – A crise hídrica global e as propostas do Banco Mundial e da ONU para seu enfrentamento

SUMÁRIO

Cronos – Volume 12 – Número 1 – janeiro/junho – 2011

DOSSIÊ OLHARES DO FENÔMENO RELIGIOSO E DO MITO

Maria Conceição de Almeida, Ilza Matias de Souza – Linguagem, mito e ciência: poiésis & poiésis

Bruno César Ferreira de Barros Correia, Dannyel Brunno Herculano Rezende, Orivaldo Pimentel Lopes Júnior – Evangelismo e participação em Natal/RN: por uma cultura sociopolítica da mudança

Alberto Filipe Araújo, Iduína Mont'Alverne Chaves, José Augusto Ribeiro – O tema da iniciação no mito de Teseu: um olhar a partir do imaginário educacional

Carlos H. Cerdá – La diversidad posmoderna frente al concepto antropológico dualista de la Filosofía Tradicional

Nildo Viana – Mito e Ideologia

Jair Araújo de Lima – Fundamentalismo: um debate introdutório sobre as conceituações do fenômeno

Luciana Carlos Celestino – A donzela e a imperatriz: imagens de desvelamento, revelação e renascimento em duas narrativas tradicionais

Carlos Alberto Genz – Um retorno às origens: dos mitos à educação ambiental

ARTIGOS

Fagner Torres de França – Vida, política e mídia: a construção da imagem pública de Wilma de Faria

Anna Christina Freire Barbosa – Democracia transnacional: notas acerca da (in)viabilidade de um projeto pós-nacional

SUMÁRIO

Cronos – Volume 12 – Número 2 – julho/dezembro – 2011

DOSSIÊ PESQUISAS NO PONTOCOM: DESAFIOS METODOLÓGICOS, QUESTÕES ÉTICAS E NOVAS CATEGORIAS PARA A INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Richard Miskolci (UFSCar) – Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais

Débora Kruschke Leitão (UFMS), Laura Graziela Gomes (UFF) – Estar e não estar lá, eis a questão: pesquisa etnográfica no Second Life

Luiz Felipe Zago (UFRS), Luís Henrique Sacchi dos Santos (UFRS) – Corpo, Gênero e Sexualidades Gays na Corda Bamba Ético-Metodológica: um percurso possível de pesquisa na internet

Paula Christofoletti Togni (Instituto Universitário de Lisboa) – OK-100 compartilhado: jovens, tecnologias e gestão da experiência migratória

Bruna Lousada Bumachar (UNICAMP) – Migração e novas mídias: um diálogo sobre a experiência familiar transnacional de estrangeiras presas em São Paulo e de trabalhadoras filipinas residentes em Londres

ARTIGOS

William Antonio Borges (UEM) – Arranjos institucionais e gestão metropolitana no Brasil: o caso de Maringá

Vergas Vitória Andrade da Silva (UFRN), Norma Missae Takeuti (UFRN) – Quão romance é minha vida amorosa: namoro virtual e narrativas

Mikelly Gomes da Silva (UFRN), Kenia Almeida Nunes (UFRN), Berenice Bento (UFRN) – Corpos marcados: a intersexualidade como (des)encaixes de gênero

TEMAS DOS
PRÓXIMOS DOSSIÊS

THEMES OF UPCOMING DOSSIERS

BALANÇO DO SOCIALISMO NO SÉCULO XX - SEMINÁRIO NACIONAL

(v. 13, n. 2, jul./dez. 2012)

(DES) CONSTRUINDO GÊNEROS

(v. 14, n. 1, jan./jun. 2013)

Estamos disponíveis para o recebimento de artigos e resenhas de acordo, ou não, com as temáticas citadas acima. Deverão ser enviados à comissão editorial da revista: UFRN, CCHLA. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Av. Senador Salgado Filho, 3000, Lagoa Nova - Natal/RN - CEP: 59078-970.

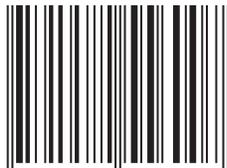
<http://periodicos.ufrn.br/index.php/cronos>

E-mail: cronos@cchla.ufrn.br

CRÔNOS

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFRN

ISSN 1982-5560



9 771982 556007